

# plural

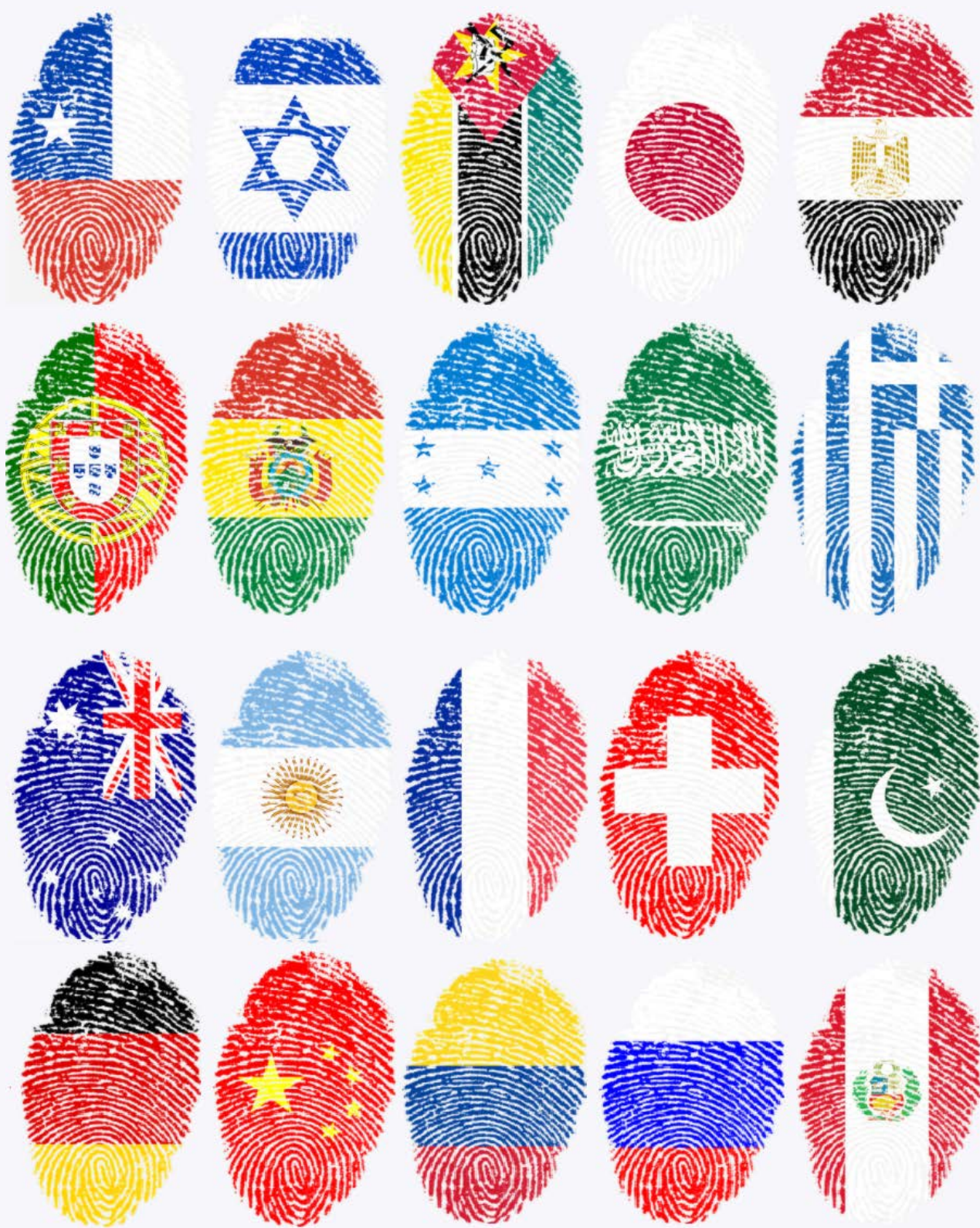
revista de ciências sociais

USP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SOCIOLOGIA

v. 27 nº 1 | ISSN 2176-8099 | primeiro semestre de 2020

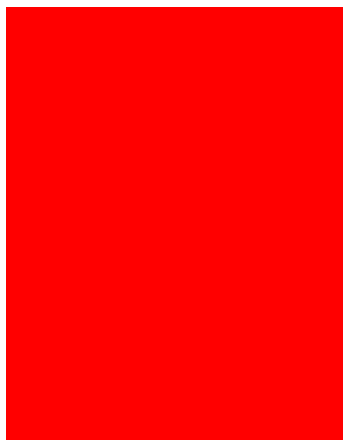
[revistas.usp.br/plural](http://revistas.usp.br/plural)





# plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SOCIOLOGIA DA USP

# 27

Departamento de Sociologia  
Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas  
Universidade de São Paulo

*Plural*

Revista de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Profa.Dra.Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Departamento de Sociologia

Chefe: Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto

Coordenador do Programa de Pós-Graduação:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Hey

Equipe Editorial - Revista Plural v. 27, n. 1

Comissão Editorial

Alvaro A. Comin, Fernando Antônio Pinheiro,

Ricardo Mariano (editor responsável)

Comissão Executiva

Anna Flávia Guimarães Hartmann, Apoena Dias Mano, Bruno Naomassa Hayashi, Camila Assunção Crumo, Darlan Praxedes Barboza, Fernanda de Araújo Patrocínio, Jéssica da Silva Höring, João Victor Kosicki, Letícia Simões Gomes, Luiz Vicente Justino Jácomo, Marcello Giovanni Pocai Stella, Marcus Campos, Marina Araújo Miorim, Paula Costa Nunes de Carvalho, Pedro Micussi Pinto, Renan William dos Santos, Thais Silva de Assis, Thor Ribeiro, Vanessa Aparecida Araújo Correia, Verônica Tavares Freitas, Vitor Matheus Oliveira de Menezes, Wendell Marcel Alves da Costa

Conselho Científico

Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloisa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Equipe Técnica

Diagramação: Diagrama Editorial

Revisão de texto: Comissão Executiva da *Plural*

Capa: elaborada por Marcello Giovanni Pocai Stella com imagens de domínio público

Financiamento: CAPES e AGUIA (Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica)

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil

E-mail: [plural@usp.br](mailto:plural@usp.br)

Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>

Facebook: [www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416](https://www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416)

Publicação eletrônica semestral referente ao 1º semestre de 2020. *Plural*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 27, n. 1, jan./jun., 2020 (publicado em junho de 2020).

ISSN: 2176-8099

1. Sociologia

2. Ciências Sociais

# SUMÁRIO



## Dossiê

### Migrações internacionais na agenda sociológica contemporânea

#### Apresentação

Migrações internacionais na agenda sociológica contemporânea. . . . .	5
Oswaldo Truzzi, Gustavo T. Taniguti	

#### Entrevista

Entrevista com David Bartram. . . . .	9
Gustavo Taniguti	
Traduzido por Nara Nília Marques Nogueira	

#### Artigos

Deportabilidade: um novo paradigma na política migratória brasileira? . . . . .	15
Svetlana Ruseishvili e João Chaves	
A aplicabilidade da Convenção nº 105 da OIT: Uma análise dos venezuelanos encontrados em condições Análogas à de Escravo no Brasil . . . . .	39
Jéssica Yume Nagasaki, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis, Eduardo Henrique Lopes Figueiredo	
Sírios e congoleses homens e mulheres refugiados no Brasil: perfil socioeconômico, integração e perspectivas futuras. . . . .	62
Márcio de Oliveira	
Mecanismos de solidariedade étnica/nacional e imigração: Chineses e sul coreanos em Aracaju, Brasil . . . . .	90
Allisson Goes, Marcelo Souza, Marcelo Ennes	
‘Differentiated journeys’: Brazilians in London beyond homogenising categories of ‘the migrant’. . . . .	114
Angelo Martins Jr.	
A ilegalidade dos imigrantes como categoria de inclusão social e condição da sua subalternização. Um estudo de caso sobre as migrações de bengalis para Portugal . .	145
Francisco J.S.A. Luís	
Cinedemografia: migração no cinema brasileiro . . . . .	168
Paula Alves de Almeida, José Eustáquio Diniz Alves, Denise Britz do Nascimento Silva	

Apresentação do artigo “A assimilação dos judeus” (1945), de Emílio Willems . . . .191  
Mário A. Eufrazio

A assimilação dos judeus . . . . . 194  
Emílio Willems

**Tradução**

Pensamento fractal . . . . . 206  
Denise Ferreira da Silva  
Traduzido por Mariana dos Santos e Nicolau Gayão

**Resenhas**

Resenha de Refúgio, Migração e Cidadania . . . . . 215  
Larissa Merecci

Uma resenha de Brasil mandarim: raça, representação e  
memória de Ana Paulina Lee . . . . . 224  
Carlos Freire

**Artigos**

O apelo à ordem nos telejornais policiais . . . . . 231  
Fábio Ribeiro

Estamira e os frágeis limiares heterotópicos de resistência à psiquiatria  
enquanto estratégia de governo biopolítico das diferenças . . . . . 256  
Silvio de Azevedo Soares

Educacionalização do direito de punir: Uma análise sociológica da emergência do  
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) . . . . . 282  
Vitor Queiroz de Medeiros

**Tradução**

Categorias homossexuais: alguns problemas de pesquisa na  
perspectiva da rotulação da homossexualidade . . . . . 305  
Ken Plummer  
Tradução de Shelton De Cicco

**Resenhas**

Theodor Adorno e a crítica à música radiofônica . . . . . 333  
Lucas Fiaschetti Estevez

Recombinando Estado e mercado: as curiosas  
origens desenvolvimentistas do neoliberalismo . . . . . 341  
Thor Saad Ribeiro



## Migrações internacionais na agenda sociológica contemporânea

### *International migration on the contemporary sociological agenda*

Oswaldo Truzzi<sup>a</sup>, Gustavo T. Taniguti<sup>b</sup>

O tema das migrações internacionais parece ter se inscrito de modo crescente e irreversível na agenda do planeta, seja nos moldes de fluxos mais tradicionais sul-norte, seja conformando novos fluxos de orientação sul-sul.

Segundo informações da Organização das Nações Unidas (ONU), jamais o planeta abrigou tantos indivíduos residindo fora de seus países de nascimento. Esse número só cresce: em 2019 atingiu 272 milhões, 14 milhões a mais que 2017 e 51 milhões a mais que em 2010. Em 2019, migrantes internacionais somaram 3,5% da população do planeta enquanto eram apenas 2,8% em 2000 e 2,3% em 1980. Mulheres e crianças representam respectivamente 48% e 14% do contingente total de migrantes internacionais, enquanto 60% são trabalhadores. Em termos de distribuição, por volta de 31% do total de indivíduos migrantes residem na Ásia, 30% na Europa, 26% nas Américas e apenas 3% na Oceania. Encontram-se compreendidos nestas cifras não apenas os que migram por escolha, mas também os que foram forçados a migrar (cerca de 70 milhões de pessoas).<sup>1</sup>

O Brasil não passa ao largo de tais tendências, mesmo que abrigue um número relativamente ainda modesto – porém crescente - de migrantes internacionais. Nos últimos anos, por exemplo, assiste-se à predominância dos fluxos migratórios que aportaram ao país com origens localizadas no chamado “Sul Global” (entre eles angolanos, congoleses, bolivianos, venezuelanos, colombianos e argentinos), invertendo a lógica secular de migração oriunda, principalmente, do hemisfério Norte.

O presente número da *Plural* se abre com uma breve, porém instigante, entrevista com David Bartram, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Leicester, no Reino Unido. O Prof. Bartram é também secretário

---

a Professor Titular da Universidade Federal de São Carlos.  
e-mail: [truzzi@ufscar.br](mailto:truzzi@ufscar.br)

Orcid: <https://www.orcid.org/0000-0002-9046-5092>

b Professor visitante no Instituto Federal de Minas Gerais (IF-MG).  
e-mail: [gustavotaniguti@gmail.com](mailto:gustavotaniguti@gmail.com)  
Orcid: <https://www.orcid.org/0000-0003-3905-5140>

1 CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACÊDO, Marília. Resumo Executivo. Relatório Anual 2018. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018. Disponível em: <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/publicacoes-obmigra>.

do Comitê de Pesquisa sobre ‘Migração Internacional’ da *International Sociological Association* (ISA) e coeditor do *Journal of Happiness Studies*. Após destacar a relevância de se estudar migrações internacionais para a compreensão do mundo atual, Bartram destaca o papel das conexões sociais, ao mesmo tempo em que se diz estimulado para trabalhar na interseção entre estudos migratórios e estudos de felicidade. Além disso, Bartram opina sobre como vislumbra os potenciais impactos do BREXIT sobre o atual regime de cidadania europeia. Vale a pena conferir.

Em seguida, os primeiros dois artigos discutem aspectos distintos relacionados à nossa política migratória recente. Como sabemos, em 21 de novembro de 2017, entrou em vigor no país a Nova Lei de Migração, de feitio mais condizente com uma regulação mais atenta aos direitos humanos, e que substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro, cuja inspiração em muitos sentidos preconcebria o imigrante estrangeiro como uma ameaça à segurança nacional.

Entretanto, a partir de 2019, com a guinada autoritária à direita no governo que preside desde então o país, as conquistas derivadas da promulgação da Nova Lei de Migração vêm sendo sistematicamente questionadas. É o que mostram Svetlana Ruseishvili e João Chaves, ao analisar a recente Portaria 666, publicada em 2019 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, chamando a atenção para as contradições entre esta e a Lei promulgada em 2017. Apontam os autores que a nova portaria, ao retomar a velha retórica do imigrante “perigoso” – e, portanto, passível de deportação – produz efeitos ameaçadores concretos na vida deste, (re) inaugurando um novo paradigma (de feitio conservador) das políticas migratórias nacionais.

Outra dimensão reveladora de nossos (des)tratos na recepção de imigrantes é destacada por Jéssica Yume Nagasaki, Ana Elisa Spaolozzi Queiroz Assis e Eduardo Henrique Lopes Figueiredo que, ao discutirem a aplicabilidade da Convenção no. 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que justamente busca a erradicação do trabalho escravo – no caso dos imigrantes venezuelanos vindos ao Brasil, concluem constatando a penúria de mecanismos de fiscalização disponíveis.

Outros dois artigos focalizam grupos específicos de imigrantes em nosso território nacional. O primeiro deles, de autoria de Márcio de Oliveira, focaliza sírios e congoleses, que em conjunto dominam o cenário dos refugiados no Brasil, a maior parte deles residindo nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro. O autor argumenta que, muito embora dotados de capital escolar relativamente elevado, ambos os grupos enfrentam índices altos desemprego, sendo a principal diferença entre eles a questão racial. Não obstante, frente às piores condições encontradas nos países de origem, o retorno para ambos é ainda muito pouco cogitado.



Em seguida, Allisson Goes, Marcelo Souza e Marcelo Ennes examinam os mecanismos de solidariedade construídos entre chineses e sul-coreanos em Aracaju, capazes de sustentar o que denominam de dupla mobilidade (geográfica e social), que por sua vez engendra novas identidades e hierarquias sociais.

O artigo de Angelo Martins elege como tema os brasileiros emigrantes na Europa. O autor reclama uma maior atenção às conexões tecidas pelos emigrantes no país de envio e no de recepção, capazes de, no caso estudado, enriquecer a experiência de brasileiros em Londres, ao arrempio de tipologias migratórias tradicionais. O autor, utilizando-se do conceito de jornadas, argumenta que estas, ao levar em conta tanto as possibilidades do contexto político, econômico e cultural, quanto os recursos (marcadores sociais) individuais, moldam as experiências permanentemente atualizadas e renegociadas de brasileiros na capital britânica.

A presença de imigrantes de diversas origens na Europa também é abordada por Francisco J. S. A. Luís. O seu artigo adentra na complexidade de redes migratórias construídas por paquistaneses, indianos e bengalis em Portugal. O autor mostra que estratégias alternativas e informais são acionadas por eles como reação a contextos de acolhimento por vezes hostis. Nesses casos de vulnerabilidade, a ilegalidade passa a operar enquanto categoria classificatória e assume uma face inclusiva subalternizada, pois é acompanhada da construção de hierarquias, inclusive entre os próprios imigrantes.

O texto de Paula Alves de Almeida, José Eustáquio Diniz Alves e Denise Britz do Nascimento Silva busca chamar a atenção para as possibilidades da análise fílmica como método de pesquisa de temas estudados na demografia, estabelecendo as bases do subcampo por eles denominado de Cinedemografia. Entre tais temas, avulta justamente o da migração, sobre o qual os autores tecem uma série de considerações sobre o gênero e suas interrelações com outras temáticas no cinema nacional.

Para completar a seção de artigos, Mário Eufrazio recupera e comenta um texto histórico e muito significativo de Emílio Willems, produzido no ocaso da Segunda Grande Guerra. Nele o autor analisa com rigor duas questões chave para a época: assimilação e judeus. Em relação à primeira, ressalta tratar-se de um processo social, e não biológico, como muitos autores da época, influenciado por ideais eugenistas, pretendiam. Ao mesmo tempo, tece com bastante propriedade argumentos que enfatizam a impossibilidade de tratar os judeus como raça, também a contrapelo de outros tantos escritores de então.

Duas resenhas fecham este dossiê. Na primeira, Larissa Merecci comenta o caderno de debates “Refúgio, Migração e Cidadania”, editada pelo Instituto Migra-

ções e Direitos Humanos, que busca reposicionar a temática das migrações no Brasil sob a ótica sempre enriquecedora, ainda que nem sempre considerada, dos direitos humanos. Na segunda resenha, Carlos Freire nos apresenta o premiado livro de Ana Paulina Lee, “Mandarin Brazil: Race, Representation and Memory”, no qual a autora problematiza as representações sobre a *chinesidade* ao longo da segunda metade do século XIX e que produziram impacto decisivo sobre a formação de uma identidade asiática racializada em nosso imaginário nacional.

A todos uma boa e fecunda leitura!

---

**Recebido:** 11/10/2019 | **Aprovado:** 30/03/2020

## Entrevista com David Bartram

*Interview with David Bartram*

Gustavo Taniguti<sup>a</sup>

Traduzido por Nara Nília Marques Nogueira

Nesta entrevista, convidamos o professor David Bartram a refletir sobre o tema das migrações no mundo contemporâneo em sintonia com alguns de seus trabalhos recentes. Bartram é Professor da Universidade de Leicester, Reino Unido e Coordenador do Programa do Comitê de Pesquisa em Sociologia das Migrações (RC31) da Associação Sociológica Internacional (ISA). A realização do Fórum de Sociologia da ISA em Porto Alegre em fevereiro de 2021 tornou oportuna a realização dessa entrevista.

**Revista Plural** *Em um estudo recente, você discute a sociabilidade dos migrantes recém-chegados à Europa questionando a noção de “conectividade diminuída” que, no senso comum, supostamente acompanha o movimento migratório. Você poderia descrever seu argumento a esse respeito?*

**David Bartram** A principal descoberta desse estudo é que a migração às vezes leva a um “aumento” na quantidade e na qualidade das conexões sociais dos migrantes. A maioria das pesquisas existentes nessa área conclui que há uma diminuição. Isso não surpreende – a migração pode desestabilizar os laços sociais e pode haver desafios para a formação de novos laços no país de destino. Mas a pesquisa que explora essa questão tem sido totalmente qualitativa – valiosa por sua profundidade, é claro, mas também limitada no escopo (e.g. geograficamente). O artigo que publiquei (na *Sociological Research Online*)<sup>1</sup> é o primeiro estudo quantitativo que conheço sobre esse tópico, usando dados da Pesquisa Social Europeia. O que esse fato demonstra é que o quadro da pesquisa qualitativa é incompleto; reafirmo que, por vezes, a sociabilidade entre migrantes aumenta, mesmo logo após sua chegada. O padrão aparente é que, se alguém emigra *de* uma sociedade em que as pessoas em geral têm menos laços sociais e se muda *para* uma socie-

---

a Professor visitante no Instituto Federal de Minas Gerais (IF-MG)  
e-mail: [gustavotaniguti@gmail.com](mailto:gustavotaniguti@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3905-5140>

<sup>1</sup> BARTRAM, 2019.

dade em que as conexões sociais são mais difundidas, é provável que sua sociabilidade aumente. Esse cenário se aplica especialmente às pessoas que emigram da Turquia e da Hungria. (O inverso também é verdadeiro.)

**Revista Plural** *Na sua opinião, como a sociabilidade dos migrantes difere da noção de capital social e laços sociais (os últimos que, desde os estudos de Mark Granovetter, são considerados uma fonte estratégica para se conseguir um emprego)?*

**David Bartram** O que tenho em mente é simplesmente a experiência de sentir-se conectado a outras pessoas. O conceito de “capital social” tem mais a ver com a maneira como as conexões podem levar a melhores resultados econômicos – empregos, especialmente. A perspectiva do trabalho é obviamente importante para os migrantes – mas também é importante que eles simplesmente tenham conexões sociais para seu próprio bem, pela qualidade de vida de uma pessoa, de forma mais direta.

**Revista Plural** *Considerando os eventos políticos em andamento no Reino Unido, como o Brexit poderia impactar os processos de cidadania dos migrantes?*

**David Bartram** O processo de conquista da cidadania no Reino Unido tem sido significativamente distorcido pelo Brexit e pelos acontecimentos sociais que levaram ao Brexit. O Reino Unido já possuía uma relação conturbada com a questão da imigração, que remonta ao período do Império. Em um âmbito institucional, nunca foi desejado que houvesse imigração das ex-colônias – menos ainda se os indivíduos não fossem brancos. O Brexit vem à tona, em parte, devido ao fracasso da Grã-Bretanha em se reconciliar com esse legado. A ansiedade acerca da imigração não é o único fator que leva ao resultado do referendo (nunca se esqueça de que as trapaças às leis de financiamento eleitoral provavelmente impulsionaram o voto pela saída ultrapassar os 50%) – mas permitiu que as forças de direita pressionassem uma política mais rígida contra os imigrantes da Europa, de uma maneira que não era possível para imigrantes estabelecidos da “Nova Commonwealth”.

O Escândalo Windrush é uma extensão inevitável dessa reação. Milhares de imigrantes que chegaram nos anos 1950 e 1960 foram mal identificados como “imigrantes ilegais” não porque não são realmente cidadãos, mas porque não possuem a documentação atualmente aceita para estabelecer cidadania. Do ponto de vista administrativo, a xenofobia inspirada pelo Brexit dirigida contra os europeus questionou a cidadania de pessoas que estão aqui há décadas – e esse impacto atinge exclusivamente pessoas não brancas.

**Revista Plural** *Na sua opinião, de que maneira os processos de cidadania britânica diferem de outros países europeus que recebem imigrantes?*

**David Bartram** A primeira coisa a se dizer é que há muitas coincidências no que tange aos processos de cidadania do Reino Unido e da Europa (continental). Outros países europeus têm algumas semelhanças em processos históricos que levam à imigração – em particular, uma história colonial. Por exemplo, a experiência da França com a Argélia tem muito em comum com o regime da “comunidade britânica”: os argelinos eram cidadãos franceses da mesma maneira que os jamaicanos costumavam ser cidadãos do Reino Unido (ou “nacionais”), com ambos os grupos tirando vantagem de seu direito de migrar em uma direção que contrariava a lógica colonial original. O “desconforto” produzido por essa migração levou, em ambos os casos, a noções mais restritas de cidadania.

Atualmente, alguns países europeus exigem um teste de cidadania como condição para naturalização que se assemelha ao teste britânico *“Life in the UK”* (também necessário para obter uma autorização de residência permanente). Uma observação comum sobre esses testes é que eles funcionam mais como barreiras à cidadania do que como mecanismos de integração. Uma razão para essa observação é que eles geralmente exigem que os imigrantes saibam coisas (por exemplo, curiosidades históricas) que a maioria dos cidadãos “nativos” não saberia. Esse tipo de requisito se torna mais fácil de entender quando reconhecemos uma importante percepção de Anne-Marie Fortier: a política de teste não visa o grupo-alvo óbvio (imigrantes), mas sim a população “nativa”, especialmente aqueles que estão ansiosos com a imigração. A política procura acalmar os medos destes, assegurando-lhes que o governo está “fazendo algo” a respeito da imigração.

Novamente, nesse aspecto, o processo de cidadania do Reino Unido não é diferente do de outros países europeus. O que diferencia o Reino Unido nos dias atuais é a maneira como a cidadania nacional no Reino Unido está se distanciando da cidadania europeia. Essencialmente, quando um cidadão de um país da UE mora em outro país da UE, não ter cidadania nacional no país de residência não equivale a ser um “estrangeiro”. Um belga que mora na França não sente grande insegurança por não ter cidadania francesa.

O mesmo não mais se aplica aos cidadãos da UE que vivem no Reino Unido; a experiência do Brexit transformou-os em “estrangeiros” de uma maneira incomparável e exacerbou dramaticamente sua insegurança. Vemos, assim, uma consequência não intencional: alguns cidadãos da UE deram entrada em processos de naturalização no Reino Unido não porque de repente se sintam mais britânicos, mas precisamente porque foram rejeitados pela Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo,

muitos cidadãos britânicos estão solicitando a cidadania em outros países da UE, mesmo que nunca tenham morado lá, nem planejem fazê-lo. O maior exemplo pertence à Irlanda; centenas de milhares (senão milhões) de cidadãos do Reino Unido são elegíveis para a cidadania irlandesa e alguns se inscreveram para obtê-la simplesmente para preservar seu direito à liberdade de circulação na UE. Nos dois casos, o Brexit enfraqueceu, assim, os laços com a Grã-Bretanha sentidos por algumas das pessoas que moram aqui.

**Revista Plural** *O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM) foi assinado em dezembro de 2018, em Marrakesh, Marrocos, como um acordo negociado intergovernamentalmente, cobrindo várias dimensões da migração internacional, preparado sob os auspícios das Nações Unidas. Ao mesmo tempo que o acordo intenciona melhorar a governança global da migração, algumas nações preferiram desenvolver políticas de migração unilaterais. Curiosamente, algumas delas são ex-colônias cuja população era composta por migrantes, como é o caso dos Estados Unidos e do Brasil. É possível afirmar que as políticas de migração estão sujeitas a invariáveis vicissitudes políticas?*

**David Bartram** Certamente é verdade que as vicissitudes políticas são uma característica eterna da conjuntura política que envolve as políticas de migração. O GCM é, obviamente, uma iniciativa louvável – mas seu impacto na formulação de políticas em nível nacional é limitado, sobretudo porque é um acordo não vinculativo. Como já esperado, um princípio básico é o respeito pela soberania nacional; sem esse princípio, muitos países nunca o teriam assinado (e, é claro, os EUA e alguns outros países votaram contra o pacto). O GCM é altamente válido – ele é uma estrutura para o desenvolvimento de novas iniciativas que (esperamos) trarão benefícios tangíveis –, contudo possui um potencial limitado para superar tendências contrárias em países que não estão comprometidos com a cooperação internacional nessa esfera.

A pesquisa e o ensino realizados nas últimas décadas por estudiosos da migração contribuíram com o surgimento de um entendimento mais humano e matizado sobre a migração. Infelizmente, porém, essa tendência não é irreversível; há uma necessidade contínua de confrontar as forças políticas que tentam capitalizar em torno de um potencial latente para a xenofobia. O GCM é realmente útil nesse sentido.

**Revista Plural** *No seu trabalho, você desenvolve a abordagem de ‘felicidade’ para avançar no estudo da migração internacional. Você poderia nos contar mais sobre isso? Por que a ‘felicidade’ é importante para o estudo dos migrantes?*



**David Bartram** A felicidade é importante para os imigrantes da mesma maneira que é importante para a maioria das pessoas. A felicidade é útil como um contraponto aos aspectos “objetivos” da vida das pessoas (sua situação econômica, seu emprego, suas conexões sociais, etc.). O estudo da felicidade questiona: qual é a relação entre essas circunstâncias objetivas e a maneira como as pessoas *se sentem* sobre suas vidas? Talvez seja fácil demais supor que a migração (especialmente para um país mais rico) melhore a vida das pessoas. Melhorias objetivas são importantes – mas não devemos presumir que as melhorias específicas que percebemos como estudiosos / observadores realmente fazem os migrantes se sentirem mais felizes no país de destino. Talvez os migrantes às vezes sejam excessivamente otimistas sobre o que alcançarão com a migração, ou talvez às vezes descubram que os objetivos que perseguiram se revelam menos importantes do que haviam pensado.

O estudo da felicidade entre os migrantes é útil para explorar lacunas desse tipo. Por exemplo: um objetivo claro de alguns migrantes é melhorar sua situação econômica, aumentar sua renda. Mudar para um país mais rico pode certamente aumentar a renda de uma pessoa em um sentido absoluto (ou seja, comparando com a renda no país de origem). Mas também pode *diminuir* sua renda “relativa”, comparada à situação de outras pessoas no país de destino. Os estudos sobre felicidade sugerem que a renda relativa é mais importante que a renda absoluta para a felicidade – portanto, a migração pode trazer uma diminuição da felicidade, pelo menos nesse aspecto.

Muitas pessoas fazem escolhas baseadas em previsões otimistas (que minimizam o risco de resultados negativos ou indesejados). Em alguns casos, a migração pode se encaixar nessa descrição. Obviamente, uma visão geral desse tipo é apenas um ponto de partida; o que é especialmente interessante é explorar as situações que levam a resultados com os quais os migrantes estão satisfeitos e depois compará-las com resultados menos favoráveis.

**Revista Plural** *Você é o atual coordenador do programa do Comitê de Pesquisa em Sociologia das Migrações (RC31) da Associação Sociológica Internacional. No próximo Fórum de Sociologia da ISA, a ser realizado em Porto Alegre, no Brasil, haverá 20 sessões temáticas e 5 mesas-redondas sobre imigração. Qual a importância de ter um fórum de discussão global dedicado ao debate sociológico sobre migração?*

**David Bartram** A singularidade da ISA consiste na maneira como reúne estudiosos de uma vasta gama de formações intelectuais. A migração é um fenômeno global – mas é vivenciada de maneira diferente em contextos diferentes, e a maneira

como os cientistas sociais a investigam depende, em parte, das diferentes tradições intelectuais que sustentam seu trabalho. Podemos aprender um com o outro explorando essa diversidade; podemos obter informações sobre nossas próprias suposições e descobertas, considerando a forma como outra pessoa pode ver nosso trabalho. Essa é uma tarefa desafiadora – mas também altamente gratificante.

**Revista Plural** *O interesse da ISA no estudo da migração remonta ao seu primeiro congresso, realizado em Zurique, em 1950. Nesse mesmo ano, o sociólogo brasileiro Fernando de Azevedo foi eleito vice-presidente da ISA. Naquela década, o Brasil era visto como uma sociedade modelo para a integração de imigrantes, como apontado pelo sociólogo britânico Bertram Hutchinson. Todavia, pelo menos no Brasil, a história desse campo científico ainda é pouco examinada. Na sua opinião, qual é a importância de trazer de volta a história dos estudos sobre migração no campo da Sociologia?*

**David Bartram** O estudo da migração é central para a disciplina da Sociologia. Quando estou lecionando para os alunos do primeiro ano da minha universidade, enfatizo a necessidade de definir a sociedade que nos propusemos a estudar via Sociologia: se dizemos que queremos estudar a “sociedade”, precisamos perguntar – *qual* sociedade? Quais são seus limites e seu caráter? Quem são seus membros? Para a maioria das sociedades, não podemos responder a essa pergunta efetivamente sem investigar a imigração. É produtivo ajudar os alunos a identificar e criticar uma suposição que normalmente não é dita na vida cotidiana – a ideia de que qualquer “sociedade” é naturalmente uma entidade *nacional*, com membros óbvios. Dada a importância da imigração na maioria dos países, pode-se aprender muito sobre a própria sociedade, considerando a história e o estado atual da imigração – as pessoas que chegam, as políticas que governam sua entrada e integração, os acontecimentos sociais que às vezes são contra políticas, etc. Qualquer empreendimento sociológico que negligencie essas considerações sofre limitações desnecessárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTRAM, David. (2019). *Sociability among European Migrants. Sociological Research Online*. 24. 136078041882321. <https://doi.org/10.1177/1360780418823213>. Acesso em: 06 abr. 2020.

---

**Recebido:** 11/10/2019 | **Aprovado:** 30/03/2020

## Deportabilidade: um novo paradigma na política migratória brasileira?

*Deportability: a New Paradigm in Brazilian Migration Policy?*

Svetlana Ruseishvili<sup>a</sup> e João Chaves<sup>b</sup>

**Resumo** Neste artigo, procura-se refletir sobre o texto da Portaria nº 666, publicada pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública no dia 26 de julho de 2019, no contexto da legislação migratória brasileira. Discute-se que o evidente desacordo da Portaria com os princípios que regem a nova Lei de Migração é uma manifestação da contradição contemporânea entre a concepção clássica da soberania como monopólio do Estado sobre o seu território e a erosão dessa última pelas novas práticas de governança global. Argumenta-se também que o texto da Portaria produz a deportabilidade do migrante, compreendida como a possibilidade de removê-lo do território nacional de maneira sumária. A deportabilidade reforça a ilusão de provisoriedade do migrante e provoca a moralização de sua condição pela sociedade do país de instalação. Produzindo efeitos econômicos e políticos concretos na vida dos migrantes, a Portaria anuncia também uma possível mudança de paradigma migratório no Brasil.

**Palavras-chave** Deportabilidade. Política migratória. Portaria 666. Migração.

**Abstract** In this article, we intend to discuss the text of Decree No. 666, published by the Minister of Justice and Public Security on July 26, 2019, in the context of Brazilian migration law. We argue that the clear disagreement of this Decree with the principles that orient the new Migration Law is in fact a manifestation of the contemporary contradiction between the classical conception of sovereignty as the monopoly of the Nation-State over its territory and the erosion of this sovereignty by the new practices of global governance. We also argue that the Decree produces the migrant's deportability, understood as the possibility of being removed from the national territory. We aim to evidence that deportability reinforces the illusion of migrant's temporariness and leads to moralization of his condition by the host society.

a Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos das Migrações e Mobilidade (InterMob).  
e-mail: [s.ruseishvili@gmail.com](mailto:s.ruseishvili@gmail.com)

Orcid: <https://www.orcid.org/0000-0001-8170-9692>

b Defensor Público Federal. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco.  
e-mail: [joao.chaves@dpu.def.br](mailto:joao.chaves@dpu.def.br)

Orcid: <https://www.orcid.org/0000-0003-3560-3621>

*While produces concrete economic and political effects on migrants' lives, the Decree also announces a possible change in the migratory paradigm in Brazil.*

**Keywords** Deportability. Migration policy. Decree n. 666. Migration studies.

## INTRODUÇÃO

A Portaria nº 666, publicada no dia 26 de julho de 2019 pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro, provocou grandes debates tanto no meio acadêmico quanto nos movimentos da defesa de direitos dos migrantes. Alguns comentadores destacavam a ilegalidade e inconstitucionalidade da medida que está em evidente desacordo com os conceitos e normas estabelecidos na Lei nº 13.445/2017, a “Nova Lei de Migração” (ALARCÓN; RODRIGUES, 2019; SANCHES, 2019). Outros lamentavam que o texto da Portaria poderia significar um retorno à retórica do imigrante indesejável que sustentou as políticas migratórias brasileiras ao longo dos séculos (QUINTANILHA, 2019).

Se é verdade que cada país possui a sua especificidade histórica na construção do conceito do imigrante “indesejável”, faz-se necessário resgatar os mecanismos com os quais o Estado brasileiro produzia os seus indesejáveis ao longo da história. Como constata a vasta produção bibliográfica sobre o tema, a legislação migratória brasileira sempre objetivou realizar uma seleção implícita dos imigrantes para impedir a entrada daqueles que não se enquadravam no imaginário racial, cultural e político da nação brasileira (SEYFERTH, 2008).

De uma forma geral, o controle estatal da mobilidade humana sempre foi uma questão política e econômica fundamental no Brasil. A abolição da escravidão, que sustentou a economia do Brasil-colônia por vários séculos, não retirou a questão da mobilidade do centro das preocupações das elites políticas. No regime de colonato, os mecanismos de controle da mobilidade da população pelo Estado foram reformulados e tiveram como resultado as políticas de migração subvencionada. Mais do que isso: a economia cafeeira se fundamentou tanto no trabalho do imigrante europeu, quanto em certos mecanismos sociais que asseguravam a sujeição do trabalho do migrante formalmente livre à fazenda e ao fazendeiro, como mostra José de Souza Martins (2018).

Já no início do século XX, os debates públicos sobre as sucessivas leis de expulsão de estrangeiros evidenciam como a figura do imigrante indesejável passou a ser associada com a figura do proletário urbano, portador de certo espírito de consciência de classe (LANG, 1989). Uma incorporação pelas elites econômicas e políticas brasileiras da demanda do capitalismo industrial pelo trabalhador submisso e disciplinado. No Estado Novo, as expulsões de estrangeiros, amparadas

pela legislação restritiva e estimuladas pelo poder executivo, se transformaram em um dispositivo exemplar de controle e de vigilância policial das populações urbanas de origem imigrante, consideradas “nocivas” à ordem pública e segurança nacional (RIBEIRO, 2012). Conforme demonstrado por Ruseishvili (2016), a publicação pelo governo de Getúlio Vargas do decreto-lei nº 383 (BRASIL, 1938), que vedava aos estrangeiros a atividade política no Brasil sob pena de prisão ou expulsão do território nacional, teve efeitos imediatos para muitas comunidades de imigrantes que não demoraram a interromper suas atividades culturais, educacionais e associativas com medo de repressão.

Apresentados de uma maneira sintética, esses exemplos apontam para a importância de considerar a historicidade da ideia da soberania nacional quando concebida como poder do Estado de admitir, controlar e expulsar estrangeiros. Contudo, na publicação da Portaria nº 666 não se trata apenas de resgate de uma figura do indesejável superada pela Nova Lei de Migração mesmo que ainda fortemente presente no imaginário do Estado. O conceito de imigrante “perigoso” ou “indesejável” ganha novos significados quando pensamos a lógica da soberania nacional dentro da trama de novas configurações de poder no capitalismo neoliberal global. Dessa maneira, entende-se que a Portaria também deve ser entendida no seu momento histórico específico – ela está em constante negociação com a nova legislação migratória nacional, ao mesmo tempo que moldada pela lógica da “governança migratória” global e pela influência das políticas dos países do Norte, marcadas pelo avanço da racionalidade neoliberal.

Além disso, é preciso lembrar que a lei, em seu sentido mais amplo, possui a capacidade concreta de produzir categorias e realizar a sua diferenciação e hierarquização, o que tem impacto direto na vida das pessoas. A Portaria – uma medida normativa que introduz o conceito de “pessoa perigosa” – não apenas (re)inaugura um campo semântico do estrangeiro como risco e ameaça, mas também cria de forma muito real a “ilegalidade” do migrante e o seu significado específico. Como bem aponta o antropólogo americano Nicholas De Genova (2002), a “ilegalidade” é uma condição jurídica produzida pelo Estado como um efeito da lei e muito mais – uma condição social, sustentada como um efeito de formação discursiva.

Nesse sentido, argumentamos que a Portaria nº 666, que retoma a retórica do migrante “perigoso”, mesmo que não tenha apoio efetivo por parte da Polícia Federal à qual é endereçada, produz efeitos concretos na vida dos migrantes. Primeiro, por meio da promoção da dicotomia do migrante bom *versus* migrante mau ela produz o efeito de moralização da migração. Segundo, a ameaça constante de ser considerado “perigoso” e ser deportado sumariamente deixa o migrante em

um estado de tensão e alerta. No fundo, os dois efeitos levam à desmobilização e despolitização dos migrantes e à sua retirada do espaço público. Dessa maneira, o que importa nesse fenômeno não é a deportação em si, mas aquilo que Abdelmalek Sayad (1984) e Nicholas De Genova (2002) chamam de “expulsabilidade” e “deportabilidade” do migrante.

Além da introdução da noção de “deportabilidade” enquanto horizonte de possibilidade permanente para a gestão migratória e o exercício do poder soberano pelo Estado, pelo controle direto do corpo do migrante por meio de uma forma jurídica indeterminada – o conceito normativo aberto de “pessoa perigosa” – é também relevante perceber o quanto a Portaria nº 666 está inserida num paradigma fluido de governança migratória, em sentido contrário ao anunciado pela nova Lei de Migração.

Buscamos, pelo texto normativo, de seus principais questionamentos no âmbito jurídico e pela leitura da defesa da norma pelo Ministro da Justiça em ação judicial, compreender as possíveis estratégias políticas envolvidas para deduzir de que modo a “deportabilidade” como conceito impactará a realidade migratória brasileira pelos próximos anos. Para além do estudo de direito migratório, pretendemos fazer uma leitura política dos efeitos da inclusão da portaria na ordem jurídica brasileira, em que mesmo a análise superficial do texto já revela o aprofundamento de uma lógica securitária e, como dito, a entrada da “deportabilidade” como paradigma de gestão biopolítica.

É preciso mencionar que, mesmo que a vigência da Portaria em questão tenha sido muito curta, revogada pela Portaria n. 770 de 11 de outubro de 2019 (BRASIL, 2019), os conceitos introduzidos nela permaneceram no cenário da legislação migratória. Na medida em que a figura da “pessoa perigosa” continua orientando as medidas da retirada compulsória de imigrantes do país, está sendo posto um novo paradigma migratório fundamentado em princípios securitários em detrimento dos princípios da nova Lei de Migração respaldada nos direitos humanos.

## **A PORTARIA Nº 666 COMO FATO NORMATIVO: O PERCURSO ENTRE A LEI E O REGULAMENTO**

A existência de formas de impedimento de ingresso de estrangeiros em território nacional ou de medidas compulsórias de promoção de sua saída não é, de modo algum, absurda ou imprevista nas legislações domésticas dos países – e o Brasil não seria a exceção. Com maior detalhamento que a já revogada Lei nº 6.815/80, denominada “Estatuto do Estrangeiro”, a atual Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração) previu não apenas uma, mas três hipóteses de saída compulsória do



país em função dos fundamentos para a decisão, o que ensejaria uma situação de potencial “deportabilidade” no plano jurídico.

Segundo a Lei de Migração, cuja regulamentação e detalhamento dos modos de aplicação foi trazida pelo Decreto nº 9.199/2017 do Presidente da República, há no Brasil três medidas compulsórias de saída: “repatriação”, “deportação” e “expulsão”, tratadas pelos arts. 46 a 62 da Lei nº 13.445 (BRASIL, 2017a) e pelos arts. 178 a 212 do Decreto nº 9.199 (BRASIL, 2017b).

A “repatriação” refere-se a casos de impedimento de ingresso em pontos de fronteira, quando o estrangeiro não tem sua entrada migratória autorizada por motivos como a ausência de documento de viagem válido, de visto específico para a entrada – tomado esse termo como um documento que confere ao estrangeiro expectativa de direito de ingressar no Brasil – ou a detecção de outras razões, como o cometimento de crime no país de origem ou ordem judicial. Há, tanto na lei como no decreto regulamentador, a previsão de direito de defesa e notificação da Defensoria Pública da União, reservado o detalhamento do procedimento a ato normativo do Departamento de Polícia Federal e ressalvada a impossibilidade de repatriação por motivos de raça, religião, origem social, etc. Há, ainda, a cláusula genérica de impedimento pela prática de “ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal”, sem maior especificação de hipóteses ou diretrizes interpretativas.

A “deportação”, segunda medida compulsória, refere-se à “retirada compulsória de pessoa que se encontre em situação migratória irregular em território nacional”. Nesse caso o principal vetor de interpretação é a irregularidade, ou seja, quando o estrangeiro está na condição de visitante com prazo de estada expirado ou, ainda, apresenta-se como imigrante com desejo de residência no país, sem buscar as formas específicas de autorização para esse objetivo e sua consequente regularização migratória por diversos fundamentos (reunião familiar, estudo, trabalho, saúde, solicitação de refúgio ou reconhecimento da condição de apatridia etc.). Em regra o imigrante ou visitante irregular deve ser intimado para promover sua regularização ou sair voluntariamente do país em 60 (sessenta) dias, após o que haverá processo administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa para a possível expedição de ordem de deportação.

A terceira e última medida compulsória legal é a “expulsão”, concernente a casos de condenação criminal transitada em julgado. Nesse caso, e ao contrário dos demais, a medida é quase uma consequência da análise judicial e prevê situações de inexpulsabilidade (filhos ou cônjuge/companheiro(a) brasileiro(a), por exemplo), bem como um limite máximo para a duração do impedimento de reingresso ao país.

A “extradição”, que nada mais é que um pedido de outro país para que um estrangeiro residente no país seja preso e encaminhado para julgamento ou cumprimento de pena, não é uma medida compulsória de caráter migratório, mas sim uma medida de cooperação jurídica internacional em matéria penal.

“Repatriação”, “deportação” e “expulsão” seguem uma escala da gravidade de suas razões e seus efeitos, o que se reflete na complexidade dos processos administrativos previstos para a formação de cada ato. A lei permite que o Presidente da República, por decreto, e Ministro da Justiça ou mesmo, no caso da “repatriação”, a própria Polícia Federal promova regulamentação dos conceitos e dos procedimentos. Foi nesse contexto que surgiu, em julho de 2019, a Portaria nº 666 do Ministério da Justiça, que trata, de modo absolutamente questionável, dos temas de impedimento de ingresso, “repatriação” e uma peculiar forma de “deportação sumária”.

O ponto-chave para a compreensão da portaria e, em consequência, do que identificaremos como a materialização do conceito contemporâneo de “deportabilidade” é a ênfase não em fatos específicos ou procedimentos sobre “repatriação” ou “deportação” – o que seria lícito e legítimo – mas sim no aspecto pessoal de tipificação do estrangeiro como “pessoa perigosa”. O art. 2º do texto estipula que seriam perigosas pessoas que tenham cometido, ou sejam suspeitas de envolvimento com crimes graves (tráfico de drogas, terrorismo, pornografia infantil, etc.) ou de repressão bastante específica (torcida com histórico de violência em estádios); contudo, o modo de apuração dos fatos é absolutamente interligado com estes. Afinal, o §1º do mesmo artigo afirma que a consideração da pessoa como perigosa pode ter por fundamento desde uma sentença condenatória definitiva como investigação criminal em curso e “informações de inteligência”, dado que não tem qualquer delimitação jurídica ou mesmo forma de documentação e controle posterior de legalidade.

Na mesma direção segue a portaria ao possibilitar que a “pessoa perigosa” seja deportada sumariamente, num procedimento extremamente rápido, com previsão de 48 horas para defesa (produção de provas incluída, para além da mera apresentação de petição escrita) e prazo de recurso de meras 24 horas. Ou seja, mesmo pessoas já residentes no Brasil, e mesmo que detenham situação migratória regular ou tenham processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado/a pendente podem ser tidas, em menos de uma semana, como “perigosas” e presas para deportação. Retomando os conceitos de medidas compulsórias apresentados no início, surge uma distorção evidente do instituto, que pela lei é vinculado a mera situação de irregularidade (não obtenção de autorização de residência) e passa a ser utilizado para um exame sumário de periculosidade.

O propósito deste trabalho não é um exame jurídico em sentido estrito do texto, e nem detalhar todos os aspectos, o que certamente terá, ao longo da vigência da portaria, atenção da literatura especializada na área. Para os fins que pretendemos, basta perceber o elemento central da portaria, que é a introdução no direito migratório brasileiro de uma noção vaga e fluida de “deportabilidade” a pairar sobre qualquer imigrante, um item simbólico de posicionamento de uma categoria populacional relativamente pequena a um estado de risco permanente. Como bem salientado por Stanicia (2019), o Ministro da Justiça age pela exploração de “brechas legislativas e conceitos vagos que acabam por criar uma zona cinzenta entre legalidade e ilegalidade, constitucionalidade e inconstitucionalidade”.

No mesmo dia da publicação da portaria houve a edição de extensa nota técnica da Defensoria Pública da União<sup>1</sup>, em que o órgão rechaça, pelo viés jurídico que lhe é próprio, o texto apresentado. A nota reconhece a possibilidade e mesmo a importância de regras de controle migratório de ingresso e disciplina das medidas compulsórias de saída, mas aponta as diversas violações ao devido processo legal pela Portaria.

Dois trechos merecem destaque. No primeiro, a Defensoria reforça a tese central de violação ao devido processo legal pelo conceito de “pessoa perigosa”, por sua abertura semântica e pela ausência de controle sobre as formas de comprovação:

De plano, constata-se a ilegalidade da previsão. A Lei de Migração previu, em seu art. 45, IX, o impedimento de ingresso no país, após entrevista individual e ato fundamentado, da pessoa que “tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal”, dispositivo que foi repetido no Decreto nº 9.199/2017 como fundamento para denegação de visto (art. 28, V), indeferimento de autorização de residência (art. 133, V) e o próprio impedimento de ingresso (art. 171, IX). No entanto, a única leitura possível é a que promova uma interpretação restritiva do texto, apenas para situações extremamente graves e que estejam, por óbvio, baseadas nos princípios e direitos fundamentais também previstos, em favor dos indivíduos envolvidos, na própria Constituição. Ocorre que o texto, da forma como está redigido, possibilita a inadmissão por diversos

---

1 A Defensoria Pública da União (DPU) é uma instituição tida como essencial à Justiça, e tem como missão constitucional a prestação de assistência jurídica gratuita a pessoas necessitadas. A regulamentação da DPU foi trazida pela Lei Complementar nº 80/94 e prevê que a assistência abrange não apenas defesa em causas e processos individuais, mas também a atuação em tutela coletiva de direitos. Nesse segundo papel, a DPU promove atos típicos de *advocacy* e *ombudsman*, como a provocação do Poder Executivo para alteração de normas, recomendações e ações judiciais.

aspectos que não estão previstos constitucionalmente, não ofendem diretamente os “princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal” e situam-se num aspecto absolutamente ordinário do sistema de justiça criminal que não enseja, em muitos casos, qualquer juízo razoável sobre qualquer ameaça concreta pela presença ou ingresso de indivíduos não nacionais no território brasileiro.

O mais preocupante é constatar a criação, por portaria ministerial, do conceito jurídico indeterminado de “pessoa perigosa”, que remete às piores lembranças autoritárias do direito migratório brasileiro e ao já revogado Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80). Não se desconhece a possibilidade de normas com caráter aberto ou em branco, que possam ser reservadas à interpretação infralegal. Contudo, devem estar previstas em lei, o que não foi o caso.

Em outro momento, a Defensoria opta por questionar a contradição entre um modelo bastante rígido e quase imediato de deportação e o restante do marco normativo brasileiro em matéria migratória, indicando esse fato como pano de fundo de sua análise jurídica:

Por fim, merece destaque a contradição normativa de ter uma portaria que disciplina processos de uma denominada deportação sumária, mas silencia quanto à regulamentação do instituto que seria regular, qual seja, a deportação *tout court* prevista na Lei nº 13.445/2017 e no Decreto nº 9.199/2017. Seria, em termos de governança migratória, mais conveniente e útil à Administração regulamentar os processos de deportação e outras medidas compulsórias legais, como repatriação e expulsão, do que apenas criar um instituto fora do objetivo legal previsto para a deportação, com uma gravíssima ameaça aos potenciais imigrantes e visitantes a ele sujeitos.

*A adoção de um processo migratório sem previsão legal, fora do marco específico do instituto da deportação como medida correlata à estada irregular, com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para defesa e produção de provas, 24 (vinte e quatro) horas para recurso e desconsiderando todos os aspectos referentes ao princípio da não-devolução ou proibição do rechaço, bem como diversas outras hipóteses que impedem medidas compulsórias de saída até mais graves, como a da expulsão, expõe o Brasil à possibilidade de constrangimentos internacionais e ameaça a imagem de um país de respeito aos direitos dos migrantes.* Se hoje o país é reconhecido por sua legislação garantista e protetiva e exporta boas práticas de regularização e integração - como, por exemplo, a Operação Acolhida, destinada a receber cidadãos venezuelanos nos Estados de

Roraima e Amazonas -, passará, com a manutenção da Portaria MJ nº 666/2019, a ser objeto de constantes questionamentos sobre seu compromisso com diversos instrumentos internacionais, especialmente no contexto do sistema interamericano de direitos humanos. Essa imagem prejudica, ainda, a defesa de direitos de imigrantes brasileiros no exterior, que, segundo dados aproximados, é três vezes maior que a quantidade de imigrantes estrangeiros no Brasil.

Com atenção específica à proteção do instituto do refúgio, o ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados<sup>2</sup> – também produziu nota técnica com observações sobre a Portaria nº 666, e registra sua posição de preocupação e temor de rechaço de potenciais refugiados por força da aplicação do conceito de “pessoa perigosa” e do uso da “deportação sumária” como seu instrumento:

O ACNUR demonstra preocupação com a aplicação do Artigo 1º da Portaria Nº 666 às pessoas refugiadas e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, uma vez que esta disposição, em diversos aspectos, não está em conformidade com os padrões de tratamento contidos na Convenção sobre Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967. Indivíduos que manifestam legítimo temor em voltar a enfrentar um risco de perseguição, ou outras graves formas de violação de direitos em seu país de origem, devem ser admitidos em território seguro, e possuem o direito de acesso a procedimentos justos e eficazes para a determinação da condição de refugiado. A recusa sumária de solicitantes da condição de refugiado em fronteiras, ou em outros pontos de entrada, pode violar o próprio direito de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado, ou mesmo equivaler ao *refoulement* (devolução de pessoas que tem o direito de buscar asilo e proteção internacional). Além disso, pode impedir que pessoas refugiadas tenham suas necessidades de proteção internacional avaliadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados, tal como assegurado pela Lei 9.474/97. Da mesma forma, a repatriação ou deportação sumária de pessoas refugiadas ou solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, pode violar a proteção fundamental contra o *refoulement*, norma *jus cogens* de acordo com o direito internacional. (...)

O ACNUR também tem restrições em relação ao Artigo 2º da Portaria Nº 666, uma vez que esta disposição não atende aos padrões de proteção estabelecidos

---

2 O ACNUR é um dos organismos do sistema das Nações Unidas e promove, por diversos meios, apoio e proteção de refugiados/as em todo o mundo. Seu mandato é concentrado no instituto do refúgio ou asilo, que é consagrado na ordem jurídica internacional pelo Estatuto dos Refugiados de 1951.

no Artigo 33 da Convenção sobre Refugiados de 1951 e no seu Protocolo de 1967. Conforme elaborado no Anexo 1 a seguir, o cometimento de crime, por si só, não torna um indivíduo perigoso para o país de acolhida. As exceções para tanto, contidas no Artigo 33(2) da Convenção sobre Refugiados de 1951, dependem de uma avaliação de que a pessoa refugiada em questão ofereça perigo para a segurança nacional do país ou, tendo sido condenada após uma sentença final por um crime particularmente grave, represente um perigo para a comunidade. Em ambos os casos, o artigo 33(2) estabelece um limiar elevado e refere-se a um perigo de natureza muito grave. O Artigo 2º da Portaria Nº 666 omite esse componente essencial, a saber, a avaliação da periculosidade, e associa diretamente a prática de um crime com um indivíduo considerado perigoso, afastando-se do padrão contido na Convenção sobre Refugiados de 1951 (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2019).

Curiosamente a resposta do governo brasileiro não veio diretamente à DPU ou ao ACNUR, ou ainda a outros órgãos públicos e da sociedade civil que questionaram juridicamente sua portaria. A manifestação mais robusta sobre o tema para além de comentários a veículos de mídia foi feita numa ação popular promovida na Justiça Federal de São Paulo<sup>3</sup>, que tem por definição legal o propósito de permitir a qualquer cidadão eleitor o questionamento de atos administrativos lesivos, dentre outros itens, à moralidade administrativa.

Em sua resposta, o Ministro da Justiça sustenta a plena legalidade da Portaria nº 666 enfatiza a possibilidade de regulamentação de casos de impedimento de ingresso ou da medida compulsória de “deportação sumária”, com três eixos condutores: (a) não haveria, no texto, qualquer inovação à ordem jurídica, mas a delimitação de conceitos já contidos em lei; (b) a noção de soberania presente na Carta das Nações Unidas possibilita que cada país promova seu modelo de governança migratória e limite o ingresso ou a presença de não-nacionais em seu território; e (c) nem o Estatuto dos Refugiados nem a Lei nº 9.474/97 (Lei do Refúgio brasileira) autorizariam o ingresso indiscriminado de qualquer potencial solicitante de refúgio, quando considerado perigoso.

Sobre o último item, é de se destacar o parágrafo abaixo:

42. Bem por isso que a Lei nº 9.474/97, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados, conquanto dialogue com critérios de direito

---

3 Processo nº 5013552-91.2019.4.03.6100.



humanitário e de acolhimento de estrangeiros em situação de vulnerabilidade, ressalva o comando nuclear de soberania estatal em refutar o ingresso do estrangeiro considerado perigoso para a segurança do Brasil. Essa é a norma contida no §2º do art. 7º da Lei n. 9.474/97, que traduz exceção expressa ao princípio do non refolement.

A leitura conjunta dos documentos de perfil mais crítico já apontados (notas técnicas da DPU e do ACNUR) e da resposta defensiva do texto, assinada pelo próprio Ministro da Justiça em ação judicial, mostra a polarização de argumentos em dois blocos. De um lado está a ênfase em uma abordagem centrada nos direitos humanos e no respeito ao direito internacional (tratados, *standards* de atuação, precedentes de cortes) e ao devido processo legal como garantia para o não-nacional frente ao Estado; de outro, está a ênfase da defesa da soberania nacional e da legalidade do conceito de “pessoa perigosa”, tido como suficientemente delimitado e dentro dos limites deixados pelas Leis de Migração (13.445/2017) e Refúgio (9.474/97). Esse é, no entanto, o quadro de discussão jurídica. Por baixo desse campo há, na verdade, a discussão sobre a fluidez inata a um novo conceito de “deportabilidade” introduzido simbolicamente pela portaria no horizonte da governança migratória no Brasil, rompendo o paradigma em construção desde 2017 com a nova Lei de Migração.

O que seria, então, a “deportabilidade” como norma, e por que motivos ela merece atenção como objeto de estudo? A nosso ver, o impasse não poderá ser resolvido unicamente pelo direito da forma indicada pelos operadores acima apontados, num sentido ou no outro, ou dentro de seus parâmetros de forma legal (legislação internacional x legislação doméstica, devido processo legal x procedimento sumário, limitação da portaria à lei x normatização exorbitante, etc.). A compreensão da portaria como fenômeno não só normativo, mas político, passa por uma leitura mais ampla do conceito que lhe subjaz, e que não está suficientemente enunciado nas discussões da comunidade acadêmica ou dos juristas sobre o tema. É esse o centro da análise proposta nos tópicos seguintes.

## **A PRODUÇÃO NORMATIVA DO “IMIGRANTE INDESEJÁVEL” ENTRE A SOBERANIA E A GOVERNANÇA MIGRATÓRIA**

A gestão do fenômeno migratório pelo Estado, por envolver ao mesmo tempo aspectos caros ao discurso do poder soberano como as fronteiras e a afirmação, como em nenhum outro campo, do conceito de nacionalidade, e elementos tidos como de uma biopolítica – o controle individual sobre os corpos e a vida biológica

associado ao manejo da circulação das populações – permite ainda o recurso ao pensamento de Michel Foucault como ferramenta crítica.

Em especial a partir da segunda metade da década de 1970, Foucault consagra a ideia de uma convivência descontínua e não sucessiva entre dispositivos de poder associados às noções de soberania (a interdição da desordem), disciplina (a imposição do adestramento dos indivíduos e a distinção entre o normal e o anormal) e segurança, marcado este último pela constatação das distinções individuais para a distribuição da normalidade com caráter de regulação (FOUCAULT, 2004, p. 65; CHAVES, 2010, p. 93). Ao contrário do que o discurso político pode fazer crer, a gestão individual e das populações não se daria pelo marco do direito, mas de um conjunto de novas artes de governar (HUNT, WICKMAM, 1994). A ambiguidade do controle biopolítico, que parece a todo momento conciliar-se com o paradigma da soberania quando, de fato, promove seu esvaziamento (ESPOSITO, 2007), foi percebida e definida por Deleuze como a ascensão da sociedade do controle, em que a informação e a decisão são continuamente moduladas, sob a forma de uma “moratória ilimitada”, nos mesmos termos antecipados por Kafka em seu “O Processo” (DELEUZE, 1992)

Em exame específico sobre a relação entre o Estado e a migração, Abdelmalek Sayad (1999) indica que “pensar a imigração é pensar o Estado” e que “o Estado pensa a si mesmo quando pensa a imigração”. Nesse sentido, as normas jurídicas produzidas pelo Estado representam um dos mecanismos para concretizar esse pensamento do Estado, sobretudo, quando falamos sobre as políticas de controle de mobilidade.

Nesse mesmo sentido, Nicholas De Genova (2002) afirma que a “ilegalidade” do migrante não surge de forma aleatória, mas na verdade é produzida e padronizada pelo Estado. Assim, o direito se torna um instrumento prioritário com qual esse último “produz legalmente a ‘ilegalidade’ do imigrante”. O tema, aliás, já poderia ser encontrado na descrição de Foucault (1975) sob a forma de “ilegalismos” reprimidos e consentidos numa economia em constante mudança, desde a gênese do Estado moderno. Porém a lei, sugere De Genova, precisa ser analisada a partir de sua instrumentalidade, historicidade e força material de produzir parâmetros fundamentais da vida sociopolítica. As categorias de exclusão criadas pelas normas jurídicas são historicamente e nacionalmente situadas. Nos Estados Unidos, a categoria de “estrangeiros deportáveis” é pautada nas questões étnico-raciais (Mexicanos e outros) (DE GENOVA, 2002). No Brasil, o conteúdo da categoria “imigrante indesejável” já incluiu as características étnico-raciais (negros, judeus, japoneses, chineses), como também profissionais e políticas (anarquistas,

comunistas, desempregados, prostitutas) (CARNEIRO, 2018) e morais (“loucos”, subversivos, indisciplinados) (DOMENECH, 2015).

A Portaria nº 666 produz um conteúdo novo da figura do “indesejável”: o da “pessoa perigosa”, definida como tal pela mera suspeita de envolvimento em atividades de terrorismo, crime organizado, tráfico de drogas, pessoas ou armas de fogo, pornografia ou exploração infantil e torcida organizada com histórico de violência (BRASIL, 2019). No plano discursivo, esse novo significado do conceito antigo se alinha com as categorias presentes no regime global de controle da mobilidade. Regime esse que, desde os atentados de 11 de setembro de 2001, em nome do combate ao crime internacional, tem se transformado, como diz Vera Telles interpretando Achille Mbembe, no regime de controle e vigilância das:

Populações despossuídas de seus ancoramentos de trabalho, proteção social e territórios de referência. Populações sujeitas a formas de violência, estatais e não estatais, que acompanham práticas e mecanismos de racialização, os quais objetivam essas populações como figuras indesejáveis a serem controladas, colocadas à parte ou então administradas em sistemas de controle e contenção (TELLES, 2019, p. 43).

A Portaria representa aquilo que Sayad chama de “pensamento do Estado”, que por meio dela se concebe estando no seu direito soberano de excluir certas categorias de pessoas de seu território nacional. Mas ela, ao mesmo tempo, reproduz os conceitos de “pessoas perigosas” formulados no âmbito do regime político supranacional. Dessa maneira, a publicação desse ato normativo precisa ser analisada também sob ótica da tensão entre a concepção da soberania nacional como direito de excluir e o conjunto de práticas políticas chamadas comumente de “governança” das migrações – ou, no marco da biopolítica, uma nova arte de governar, propositalmente instável e fluida.

Como vimos, as últimas duas décadas são marcadas pelas transformações políticas no âmbito global que põem em questão as concepções clássicas sobre a soberania do Estado. “Novas configurações de poder estão sendo construídas, onde a lógica da soberania se interconecta com a lógica da governamentalidade neoliberal”, escreve Mezzadra (2012, p. 87). Simultaneamente:

Os sujeitos/agentes da soberania são eles mesmos cada vez mais mutantes e heterogêneos. O regime global de migrações que está sendo produzido é emblemático disso: trata-se de um regime estruturalmente híbrido e misto do exercício da

soberania. A definição e o funcionamento deste regime de soberania passa pela participação dos Estados-nação em extensão cada vez menos exclusiva, apesar de os Estados continuarem existindo no interior de formações “pós-nacionais” como a União Europeia, e novos atores globais, como a Organização Internacional para Migrações e ONGs humanitárias no contexto da globalização (MEZZADRA, 2012, p. 88).

Essa “interconexão” da ideia de soberania com a racionalidade política neoliberal discutida por Mezzadra é acionada nas medidas do governo de Bolsonaro, que, após ter retirado o Brasil do pacto global da ONU sobre migrações sob alegação que este “fere a soberania nacional” (VEJA, 2019), vem promovendo várias medidas que reduzem o alcance e o controle do Estado, sobretudo, nas atividades econômicas<sup>4</sup>.

Essa categoria política de ‘governança’, ou, mais exatamente, de ‘boa governança’, tem um papel central na difusão da norma da concorrência generalizada. A ‘boa governança’ é a que respeita as condições de gestão sob os préstimos do ajuste estrutural e, acima de tudo, a abertura aos fluxos comerciais e financeiros, de modo que se vincula intimamente a uma política de integração ao mercado mundial. Assim, toma pouco a pouco o lugar da categoria ‘soberania’, antiquada e desvalorizada. Um Estado não deve mais ser julgado por sua capacidade de assegurar sua soberania sobre um território, segundo a concepção ocidental clássica, mas pelo respeito que demonstra às normas jurídicas e às ‘boas práticas’ econômicas de governança” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 276).

Nesse cenário, as novas tendências nas políticas migratórias brasileiras apontam mais para uma certa tensão entre a concepção tradicional da soberania nacional e as práticas da dita boa governança, constantemente enfatizadas pelo Estado brasileiro em suas manifestações sobre a Portaria n. 666. É certo que no âmbito econômico, a ideia clássica da soberania passa a incorporar os valores da boa governança, deixando ao Estado o papel do observador externo e regulador das práticas de livre mercado. Mas no campo das políticas sociais, ambientais e migratórias, o Estado visa enrijecer o controle do território e das populações justificando as medidas como o seu direito soberano.

---

4 Por exemplo, a Medida Provisória n. 881, de 30 de abril de 2019, da liberdade econômica, parte do princípio da autonomia do agente econômico e sua liberdade de ação e limita a função do Estado como “agente normativo e regulador”.

Essa tensão é a manifestação do colapso da concepção “westfaliana” clássica da soberania do Estado no contexto de novas formas pós-nacionais de governar. O paradoxo dos tempos presentes, ressalta Benhabib (2004), é que diante de erosão profunda da soberania em termos econômicos, tecnológicos e militares, ela continua sendo afirmada nos domínios relacionados ao controle da população. Nesse sentido, diante de tendências globais de desterritorialização de relações de poder, o monopólio do Estado sobre o seu território é exercido preferencialmente por meio de políticas migratórias e de acesso à cidadania. As migrações internacionais, portanto, argumenta Benhabib, evidenciam um “dilema constitutivo no coração das democracias liberais” (2004, p. 2, tradução nossa): entre antigas estruturas políticas nacionais e novas formas de governo globais.

## OS EFEITOS DA DEPORTABILIDADE

De Genova (2002, p. 425) propõe analisar a legislação, sobretudo aquela que tem por objetivo criar objetos disciplinados de qualquer grupo social, não apenas do ponto de vista normativo, mas também como tática de ordenamento da complexidade do mundo social. Quando analisa a produção da “ilegalidade” migrante pelo Estado nos Estados Unidos, ele percebe que as normas jurídicas são ao mesmo tempo tecnologias de subordinação de trabalho ao capital e mecanismos de disciplinamento de todos os não nacionais, independentemente de sua situação documental. Nesse sentido, os próprios conceitos da “pessoa perigosa” criados pela Portaria nº 666, quando públicos, se tornam dispositivos de disciplinamento dos migrantes que se deparam com o permanente risco de serem considerados “suspeitos” e serem deportados do país.

Se é verdade que a deportação de um estrangeiro é uma ação de altíssimo custo humano e financeiro para os cofres públicos<sup>5</sup>, o que importa na análise da Portaria não é tanto a possibilidade do Estado brasileiro de implementar a deportação, mas a criação da própria ideia da “deportabilidade”. A deportabilidade entendida aqui como a possibilidade de ser deportado, a possibilidade de ser removido do território nacional de uma forma sumária. Tal como já anunciado, uma deportabilidade que funciona como ameaça permanente e constrangimento simbólico.

---

5 Nos Estados Unidos, desde a criação, em 2003, do Departamento de Segurança Interna, o governo gastou cerca de \$ 324 bilhões de dólares em agências de controle migratório e tem empregado cerca de 84.000 funcionários (AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL, 2019). “O orçamento para o Departamento de Segurança Interna, que inclui a Imigração e Alfândega, é de mais de US \$ 47 bilhões. O orçamento da ICE para as operações de custódia é um recorde de US \$ 3 bilhões neste ano (2018) – ante US \$ 1,77 bilhão em 2010” (GAZETA NEWS, 2018).

A Portaria nº666 cria a sensação da deportabilidade no migrante porque desrespeita o direito à ampla defesa e aceita uma “suspeita” como motivo de deportação. Conforme aponta Eduardo Domenech (2017, p. 35), a deportabilidade produz-se pelas práticas e normas administrativas específicas e tem efeitos concretos para a vida cotidiana dos migrantes porque “opera como um mecanismo de chantagem social que mantém os residentes em um estado permanente de provisoriedade”.

Para Abdelmalek Sayad (2008), a condição da provisoriedade é um dos elementos constitutivos da figura do migrante. Para esse clássico da sociologia da migração, o migrante não é apenas uma figura jurídica, ele não é o mesmo que o estrangeiro. Se o estrangeiro é um status jurídico e político definido por seu não pertencimento ao corpo da nação, o migrante é uma condição social. O que constitui o migrante é justamente a ilusão de sua provisoriedade que é produzida também por meio da sensação de expulsabilidade. A expulsabilidade tem impactos econômicos, políticos e simbólicos importantes, porque ativa o imperativo da “tripla sujeição” do migrante: à subordinação ao trabalho, à provisoriedade e à exclusão política.

Do ponto de vista econômico, a expulsabilidade do migrante promove a sua subordinação como força de trabalho. Para De Genova (2002, p. 438), os efeitos econômicos da deportabilidade são fundamentais para a acumulação capitalista: é a deportabilidade e não a deportação em si que transforma a força de trabalho migrante em uma mercadoria conveniente. Os agentes da segurança nacional não possuem meios para deportar todos os migrantes indocumentados, porém a sua função é outra: manter um regime que produz e mantém a figura de um migrante deportável cuja força de trabalho se torna temporária e barata por ser incapaz de se regularizar perante o marco jurídico-normativo da migração autorizada e, com documentos, acessar plenamente direitos e políticas públicas. Esse mecanismo é crucial para sustentar sua vulnerabilidade e docilidade como trabalhadores temporários. A condição de provisoriedade se torna assim um dispositivo de segurança (Foucault) ou controle (Deleuze) das massas trabalhadoras, de modo que a regularização do migrante com tempo não altera a sua posição subalterna.

Mais uma vez, De Genova:

Uma vez que reconheçamos que as migrações indocumentadas são constituídas não para excluí-los fisicamente, mas, em vez disso, para incluí-los socialmente nas condições da vulnerabilidade imposta e prolongada, não é difícil de entender como a persistência de muitos anos de ilegalidade do migrante pode servir como um aprendizado disciplinar na subordinação de seu trabalho, após o qual não se torna mais necessário prolongar a sua condição indocumentada (2002, p. 429).



Os mecanismos para produzir a provisoriedade de certos grupos sociais variam de acordo com o contexto histórico. Hannah Arendt (2012) já descreveu como o mecanismo de desnacionalização produziu as minorias europeias no período entre-guerras<sup>6</sup>. Hoje, é a ameaça de deportação, assim como outras tecnologias de expulsão dos indesejáveis, como inadmissão, detenção, implementação de controle tecnológico (biometria, reconhecimento facial, etc.), convênios multilaterais de extradição, criminalização de solidariedade, etc. (DOMENECH, 2017, p. 35), que se tornam dispositivos de controle das populações no bojo do Estado nacional, criando assim as suas categorias de “minorias” vulneráveis.

No plano político, a expulsabilidade tem por objetivo criar um sujeito despolitizado, ausente da vida pública e da cidadania participativa. Como aponta Sayad (1999, p. 12):

Para se prevenir dessa maneira, [...], certos imigrantes preferem se retirar, se refugiar dentro de seu medo escondido, preferem (ou preferiam, na etapa anterior da imigração) optar pela máxima discrição possível ou, dito de outra maneira, pela menor visibilidade, auxiliados nisso pela relegação social e espacial da qual são vítimas (relegação no espaço e pelo espaço), relegação da qual eles fazem ao mesmo tempo uma autorrelegação [...] nos mesmos espaços, o espaço das relações sociais, o espaço de moradia, o espaço de trabalho principalmente, todos espaços onde nos encontramos na maioria das vezes entre nós mesmos, entre imigrantes, e muitas vezes entre imigrantes da mesma origem; são os imigrantes sobre os quais dizemos que “vivem na sombra”, que só pode agradar aqueles que confundem a “política” com a “gentileza”, querendo ver nessa reserva o sinal de gentileza para não falar sobre a submissão tranquilizadora que esperamos e que exigimos do estrangeiro.

Muitas vezes, como enfatiza Sayad nessa citação, a ausência do migrante do espaço público se confunde com a avaliação moral positiva de seu comportamento. A deportabilidade é inseparável da dicotomia moral do bom e mau migrante.

A moralização do migrante permeia os argumentos usados para promover políticas de controle migratório contrariando os princípios dos direitos dos migrantes presentes na nova Lei de Migração (OLIVEIRA, 2017). A Portaria nº666

---

6 “Minorias haviam existido antes, mas a minoria como instituição permanente, o reconhecimento de que milhões de pessoas viviam fora da proteção legal normal e normativa, necessitando de uma garantia adicional dos seus direitos elementares por parte de uma entidade externa, e a admissão de que esse estado de coisas não era temporário, mas que os Tratados eram necessários para criar um *modus vivendi* duradouro” (ARENDT, 2012, p. 378)

deve, portanto, ser pensada no conjunto de outras manifestações políticas para restringir as políticas migratórias brasileiras, como o Projeto de Lei n. 2523/2019 de autoria do deputado federal Luiz Philippe Orleans e Bragança que propõe alterações de securitização dos termos da Lei de Migração. Em 2017, em sua página na internet, o deputado publicou um texto chamado “Porque devemos rejeitar a nova lei de imigração” defendendo a necessidade de implementar o controle migratório no Brasil, argumentando que:

Não é demais também afirmar que os refugiados e os imigrantes devem ter direitos mas, antes destes, deveres como obediência às leis e aos costumes dos países de acolhimento. [...] Os refugiados e os imigrantes não têm mais nem menos deveres ou direitos do que os nacionais mas as políticas que os autorizem a ingressar no país devem ter por certo que a casa onde serão recebidos é capaz de atendê-los sem infringir e negar direitos aos nacionais<sup>7</sup>.

É evidente que o migrante “bom” é aquele hóspede educado, que tem a consciência de que a sua presença é temporária e o seu acolhimento é o favor do dono da “casa”, cujos direitos e interesses são primários e indiscutíveis. Não sem ironia, Sayad escreve da seguinte maneira sobre isso:

Nós devemos ser educados e respeitosos pela ordem instituída, sobretudo quando somos estrangeiros a essa ordem, à sua história, à história de sua gênese e de seu funcionamento, à sua ética, à sua moral, à seu sistema de valores, devemos ser submissos a ela, devemos respeitá-la e obedecer (SAYAD, 1999, p. 9).

A própria exigência de não participação cívica dos imigrantes é mais facilmente aceita quando apresentada sob retórica moral de boa educação e não a retórica propriamente exclusiva e repressiva. Além disso, o imaginário do “migrante educado” é rapidamente interiorizado pelos próprios sujeitos, levando à situação na qual “inconscientemente é a gentileza que proíbe ao estrangeiro (migrante ou refugiado político) de se posicionar politicamente nos assuntos políticos (interiores e exteriores) do país receptor” (SAYAD, 1999, p. 9). Não se pode, assim, subestimar a prática da moralização do migrante como produtora de um sujeito que se auto-exclui do espaço político e por conseguinte do espaço nacional.

---

7 “Porque devemos rejeitar a nova lei de imigração”. Disponível em: <http://lpbraganca.com.br/rejeite-o-scd-72016-que-institui-a-nova-lei-de-migracao/>. Acesso em : 3 set. 2019.

Por fim, a (re)criação pelo texto da Portaria da ideia do estrangeiro perigoso como um suspeito pode ser interpretada em sua intersecção com o debate sobre o conteúdo da cidadania. Sayad (1999, p. 13) enfatiza que o imigrante é um suspeito por definição, pois a “suspeita pesa sempre sobre os mesmos, sobre aqueles nos quais tudo – sua história e seu nascimento (e aqui a sua imigração e seu nascimento na imigração) e, correlativamente, sua posição social, seu status, seu capital social e mais ainda o simbólico, remete à figura do perpétuo suspeito”. Sayad vê esse processo de suspeita cair igualmente sobre as classes trabalhadoras historicamente associadas com as classes perigosas. Sendo um conceito deliberadamente vago, o suspeito não cria normatividade jurídica, mas sobretudo se aplica genericamente àqueles que carregam marcas de origem, de classe, de raça.

Portanto, quando Sayad diz que o imigrante é uma condição social, ele pensa naqueles migrantes que não são estrangeiros como no caso emblemático da “segunda geração” de migrantes magrebinos na França. Por isso, ressalta Sayad (2008, p. 102-103):

“não é suficiente para o imigrante [...] fundir-se naturalmente no panorama político e jurídico, na paisagem nacional [...] para desaparecer como imigrante”. A assimilação do não nacional transformará o “estrangeiro” no “nacional” mas não porá fim à alienação do imigrante. Ele, na sua condição de dominado, não se “assimila *do* exterior” mas “se assimila *no* exterior” (SAYAD, 2008, p. 116).

Essa reflexão exige que o migrante seja pensado não como uma figura de linguagem abstrata, mas no bojo concreto e amplo da sociedade de instalação. Não muito diferente daquilo que Sayad discute para o caso francês, Vera Telles demonstra que historicamente a cidadania no Brasil era concebida ora como privilégio de classe, ora como uma “cidadania regulada” (SANTOS, 1979) – concessão de direitos sociais pelo Estado para aqueles que cumpriram o seu dever de trabalhador. Mesmo após o processo de redemocratização, essa concepção ainda persiste no imaginário social brasileiro. Esse imaginário que (re)produz as categorias daqueles que são sistematicamente excluídos do político:

Desempregados, desocupados, subempregados, trabalhadores sem emprego fixo ou ocupação definida são na prática transformados em pré-cidadãos, ‘sujeitos ao tratamento hobbesiano clássico’, ou seja, à repressão pura e simples, tanto privada como estatal (TELLES, 2013, p. 22).

Esse é o fundamento histórico da dicotomia “cidadão de bem” *versus* “cidadão do mal”, tão mobilizada pelos setores conservadores do país<sup>8</sup>. Na sociedade onde acesso à cidadania pressupõe um pedágio moral, de origem e de classe, a condição social do migrante do qual fala Sayad se aproxima naturalmente da condição social daqueles que ainda não receberam o reconhecimento de seus direitos. Populações indesejáveis, geridas pelo Estado “sob a égide das obsessões securitárias e da lógica bélica e militarizada”, generalizando:

A fantasia da separação e do extermínio, projetando “um mundo que se desembaraça” dos muçulmanos, dos negros, dos migrantes, dos estrangeiros, dos refugiados e de todos os deserdados e náufragos das tormentas mundiais – populações expostas ao poder de matar, “necropolítica”, e às topografias diversas de crueldade que se constelam nos “mundos de morte” que se multiplicam nos campos de refugiados, prisões, zonas ocupadas e outras tantas formas de confinamento e exclusão (TELLES, 2019, p. 23).

Assim, a Portaria nº 666 é ao mesmo tempo uma norma e uma bandeira política, ou um anúncio de que o migrante é, sim, deportável, e que a “deportabilidade” está inscrita no horizonte decisório das políticas migratórias do Brasil. Mais que apenas reiterar o que já consta na Lei – a possibilidade de uma medida compulsória de saída do território, dentro do paradigma do poder soberano – esse instrumento instaura um regime de maleabilidade de interpretações e permanente risco, o que reforça tanto os estigmas do estrangeiro indesejado como da sujeição permanente ao controle regulatório dos Estados no marco de uma biopolítica cada vez mais estabelecida.

## CONCLUSÃO

Neste artigo, procuramos refletir sobre o texto da Portaria nº 666 no contexto da legislação migratória brasileira. O evidente conflito entre os conceitos introduzidos pela Portaria com os princípios que regem a Lei n. 13.445/2017, a nova Lei de Migração, que ela em tese deveria regulamentar é, argumentamos, a manifestação de uma contradição comum para o Estado-nação contemporâneo. Essa contradição se dá entre a concepção clássica da soberania como exercício de monopólio de poder sobre um território e as forças centrípetas do modelo da governança global. No mundo onde as fronteiras são cada vez mais porosas para os fluxos de capital,

---

8 “A vida do cidadão de bem não tem preço”, diz presidente Bolsonaro na campanha pela flexibilização de porte de armas em maio de 2019 (OHDE, 2019).

finanças e tecnologias, o domínio de soberania torna-se restrito ao controle das migrações e de acesso à cidadania.

O Estado que cria a figura de deportação sumária como mecanismo de expulsão de estrangeiros sem, contudo, possuir meios políticos, econômicos e humanos para implementar um regime efetivo de deportação, faz isso para concretizar o seu direito soberano de controle de população ao menos como efeito de formação discursiva. Nesse sentido, concluímos que o texto da Portaria busca inaugurar, mesmo que apenas no plano discursivo, um novo paradigma das políticas migratórias brasileiras centrado no princípio de segurança pública, rompendo assim com o processo de construção de políticas migratórias inclusivas e humanitárias que vem sendo desenvolvido no âmbito da Nova Lei de Migração.

Além disso, tentamos demonstrar que o texto da Portaria é digno de análise não tanto pela criação de regime de deportação efetivo, ou pelas abordagens jurídicas produzidas no momento imediatamente posterior a sua edição por instituições públicas, organizações internacionais ou sociedade civil, mas pela produção do *sentimento de deportabilidade no migrante*. A deportabilidade pensada como um estado de constante ameaça e risco de ser considerado “perigoso” e ser retirado do território nacional.

Os efeitos sociais, econômicos e políticos da deportabilidade são diversos e complexos e tem impacto concreto na vida do sujeito. No plano econômico, a deportabilidade torna-se um dispositivo de segurança e de controle da massa trabalhadora de origem migrante, que tem por objetivo produzir a submissão do trabalho ao capital. No plano político, a deportabilidade produz um sujeito que se auto-exclui da vida cívica e dos espaços públicos no país de instalação. Não é raro que a deportabilidade se origine da dicotomia moralizadora entre o bom e mau migrante ou ainda da metáfora do “bom hóspede”.

Argumentamos que essa metáfora é xenófoba, na medida em que reforça no migrante a sua ilusão de temporário e precário, mesmo que resida no país por muitos anos e detenha um estatuto jurídico estável. O desafio da comunidade acadêmica e da produção de conhecimento sobre o fenômeno migratório brasileiro nos próximos anos será o de elaborar conceitos e categorias adequados para compreender os aspectos extrajurídicos de institutos como os de “pessoa perigosa” ou “deportação sumária” trazidos pela Portaria nº 666, de modo a escapar da compreensão ingênua de uma autonomia dos marcos normativos migratórios ou de uma mera intensificação de controles fronteiriços. Ao contrário, há a possibilidade de mudança de paradigma em curso no Brasil, da qual a Portaria nº 666

seria um anúncio. O conceito de deportabilidade aqui discutido é uma contribuição ao debate que se inicia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÓN, Pietro de Jesus, RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. Portaria MJ-666: inconstitucional, ilegal e atentatória à normatividade internacional, *Empório do Direito*, São Paulo, 2 de agosto de 2019. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/portaria-mj-666-inconstitucional-ilegal-e-atentatoria-a-normatividade-internacional>. Acesso em: 28 ag. 2019.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Observações do ACNUR sobre a Portaria nº 666/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Brasil. Projeto de Lei nº 1928/2019, que altera a Lei de Migração. Processo nº 08038.005538/2019-11, Documento nº 3152278, 2019.
- AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL. *The Cost of Immigration Enforcement and Border Security*. May 2019. Disponível em: [https://www.americanimmigrationcouncil.org/sites/default/files/research/the\\_cost\\_of\\_immigration\\_enforcement\\_and\\_border\\_security.pdf](https://www.americanimmigrationcouncil.org/sites/default/files/research/the_cost_of_immigration_enforcement_and_border_security.pdf). Acesso em: 3 set. 2019.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BENHABIB, Seyla. *The Rights of Others. Aliens, Residents and Citizens*. Cambridge University Press, 2004.
- BRASIL. Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 set. 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 27 set. 2019.
- BRASIL. DECRETO Nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm). Acesso em: 27 set. 2019.
- BRASIL. Portaria nº 666 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 25 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569>. Acesso em: 27 set. 2019.
- BRASIL. Portaria nº 770 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 11 de outubro de 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-770-de-11-de-outubro-de-2019-221565769>. Acesso em: 26 fev. 2020.
- BRASIL. Manifestação do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Justiça Federal de São Paulo. Processo nº 5013552-91.2019.4.03.6100, Documento nº 20840569, 2019.

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n.119, p. 115-130, 2018.
- CHAVES, João. *O problema do direito em Michel Foucault: entre imagens jurídicas e a proposta de um direito novo*. Curitiba: Juruá, 2010.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Editora Boitempo, 2016.
- DE GENOVA, Nicholas. Migrant 'illegality' and deportability in everyday life. *Annual Review of Anthropology*, vol. 31, p. 419-447, 2002.
- DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Nota Técnica nº 06 – DPGU/SGAI DPGU/GTMR DPGU. Processo nº 08038.005538/2019-11, Documento nº3110797, 2019.
- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.
- DOMENECH, Eduardo. Las políticas de migración en Sudamerica: elementos para el análisis crítico del control migratorio e fronteirizo. *Terceiro Milênio: Revista crítica de sociologia e política*, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 19-48, 2017.
- \_\_\_\_\_. O controle da imigração indesejável: expulsão e expulsabilidade na América do Sul. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 25-29, 2015.
- ESPOSITO, Roberto. *Bios – Biopolítica e filosofia*. Turim: Einaudi, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France, 1977-1978*. Paris: Gallimard, Seuil, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- GAZETA NEWS. Deportação pelo ICE soma \$107 milhões acima do previsto. *Gazeta News*, 1 de outubro de 2018. Disponível em: <https://gazetanews.com/deportacao-pelo-ice-soma-107-milhoes-acima-previsto/>. Acesso em: 10 de set. 2019.
- HUNT, Alan; WICKMAM, Gary. *Foucault and Law: Towards a Sociology of Law as Governance*. Chicago: Pluto Press, 1994.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Adolpho Gordo, Senador da Primeira República: representação e sociedade*. Brasília: Senado Federal, 1989.
- MARTINS, José de Souza. Do escravo ao assalariado nas fazendas de café, 1880-1914: a gênese do trabalhador volante. Em: MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- MEZZADRA, Sandro. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. *Revista ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v.15, n. 2, p. 70-107, 2012.
- OHDE, Mariana. 'A vida do cidadão de bem não tem preço'; Bolsonaro defende acesso às armas em visita ao Paraná. *Paraná Portal*, Curitiba, 10 de maio de 2019. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/politica/a-vida-do-cidadao-de-bem-nao-tem-preco-bolsonaro-defende-armas-no-parana/>. Acesso em: 10 set. 2019.



- OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 171-179, 2017.
- QUINTANILHA, Karina. Notas históricas sobre ‘pessoa perigosa’ e a deportação sumária da Portaria 666, *Consultor Jurídico*, São Paulo, 7 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-07/karina-quintanilha-notas-historicas-pessoa-perigosa>. Acesso em: 28 ag. 2019.
- RIBEIRO, Mariana Cardoso. *Venha o decreto de expulsão: a legitimação da ordem autoritária no governo Vargas*. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2012.
- RUSEISHVILI, Svetlana. Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re)formulação de identidade após a Revolução Bolchevique de 1917. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, 383 p.
- SANCHES, Mariana. Portaria 666: por que medida de Moro sobre expulsão de estrangeiros é anticonstitucional na visão de especialistas?, *BBC News Brasil*, São Paulo, 26 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49134995>. Acesso em: 28 ag. 2019.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SAYAD, Abdelmalek. Estado, nación e inmigración. El orden nacional ante el desafio de la inmigración. *Apuntes de Investigación del CECYP*, [S.l.], n. 13, p. 101-116, jun. 2008.
- . Immigration et ‘pensée d’État’. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 129, p. 5-14, 1999.
- SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.
- STANICIA, Sergio Tuthill. Portaria 666 de Sergio Moro: o diabo mora nos detalhes. *Carta Capital*, São Paulo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/portaria-666-de-sergio-moro-o-diabo-mora-nos-detalhes/>. Acesso em: 27 set. 2019.
- TELLES, Vera da Silva. “A violência como forma de governo”, *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, 31 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-violencia-como-forma-de-governo/>. Acesso em: 2 de set. 2019.
- . *Pobreza e cidadania*. 2ª ed. São Paulo: PPGS/Editora 34, 2013.

---

**Recebido:** 11/10/2019 | **Aprovado:** 30/03/2020

# A aplicabilidade da Convenção nº 105 da OIT: Uma análise dos venezuelanos encontrados em condições Análogas à de Escravo no Brasil

*The applicability of ILO Convention nº 105: An analysis of venezuelans found in conditions to slavery in Brazil*

Jéssica Yume Nagasaki<sup>a</sup>, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis<sup>b</sup>, Eduardo Henrique Lopes Figueiredo<sup>c</sup>

**Resumo** O presente artigo tem como objetivo discutir a aplicabilidade da Convenção nº 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relação ao contingente migratório de venezuelanos no Brasil. Justifica-se o tema, pois visa identificar se o país cumpre os compromissos assumidos em âmbito internacional (OIT e Mercosul), na erradicação ao trabalho análogo ao escravo e promoção do trabalho decente. A metodologia empregada é a explicativa, vinculada ao procedimento técnico da combinação de propostas investigativas, sendo bibliográfica e análise de documentos internacionais ratificados pelo Brasil, juntamente com notícias reportadas pelos canais de comunicação, órgãos públicos e entidades correlacionadas ao tema. Como resultado, percebemos que os meios fiscalizatórios realizados pelo Brasil são ineficazes diante do número de imigrantes venezuelanos.

**Palavras-chaves** Convenção nº 105 da OIT. Erradicação do Trabalho análogo ao de escravo. Venezuelanos. Brasil.

**Abstract** This article aims to discuss the applicability of Convention nº 105 of the International Labor Organization (ILO) regarding the Venezuelan immigration contingent in Brazil. The theme is justified once it focus in identify if the country fulfills its international commitments (ILO and Mercosul), in eradicate slave-like

---

a Mestra em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL).

E-mail: [jessicayumenagasaki@gmail.com](mailto:jessicayumenagasaki@gmail.com);

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0586-8899>

b Pedagoga, Jurista, Mestre e Doutora em Educação. Professora da graduação e da pós-graduação tanto da Faculdade de Direito do Sul de Minas quanto da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/UNICAMP).

E-mail: [anaelisasqa@gmail.com](mailto:anaelisasqa@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3759-4845>

c Advogado, Mestre e Doutor em Direito. Professor da graduação e do programa de pós graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

E-mail: [ehlfigueiredo@yahoo.com.br](mailto:ehlfigueiredo@yahoo.com.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6645-5874>

*work and the promotion of decent work. The methodology used is the explanatory one, linked to the technical procedure of the combination of investigative proposals, being bibliographic and analytical, based on international documents ratified by Brazil, together with news reported by the communication channels, public agencies and related entities. As a result, Brazil's enforcement mechanisms are ineffective considering the number of Venezuela immigrants.*

**Keywords** *ILO Convention nº 105; Slavery Labor Erradication; Venezuela; Brazil.*

## INTRODUÇÃO

A posição do Brasil em relação à prática do trabalho análogo ao escravo na ordem internacional sobreveio com a ratificação da Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1930, a qual trata sobre o trabalho forçado ou obrigatório, entrando em vigor no plano nacional por meio do Decreto nº 41.721 de 1957 (BRASIL, 1957). Posteriormente, com a ratificação da Convenção nº 105 da OIT, cujo tema é abolição do trabalho forçado, o cenário nacional é diretamente afetado produzindo implicações da posição do Estado em criar mecanismos e instrumentos que possibilitem cumprir tal Convenção.

Para tanto, a ratificação da Convenção sobre abolição do trabalho forçado por meio do Decreto nº 58.822 de 1966 (BRASIL, 1966) modifica a postura do país em relação ao trabalho análogo ao escravo, sendo necessário instituir condutas positivas e proativas, como leis e políticas públicas. Em âmbito nacional, o Código Penal insere como ato ilícito e punível quem reduzir alguém a condição análoga a de escravo, detalhando e dando mais ênfase à conduta ao alterar o Art.149 por meio da Lei nº 10.803 de 2003 (BRASIL, 2003) e acrescentar o Art.149-A pela Lei nº 13.344 de 2016 (BRASIL, 2016). Dessa forma, a prática insere-se no Brasil como ilícita, mas deve-se criar e fortalecer mecanismos e instrumentos que auxiliem no combate e na prevenção para que seja possível cumprir e corresponder ao que consta na Convenção nº 105 da OIT.

Em consonância aos compromissos internacionais firmados pelo país, têm-se o Mercado Comum do Sul (Mercosul), integrado pelo Brasil, sendo composto também por Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela, que a despeito da finalidade econômica, compromete-se, ainda que de maneira secular, com o viés social e de colaboração entre os Estados-partes, em que tais acordos ocasionam consequências e responsabilidades perante os demais membros. Diante desse panorama, a Venezuela enquanto membro, embora suspenso, ainda se encontra vinculada ao bloco regional, resultando em responsabilidade perante aos Estados-partes, incluindo o Brasil.

A livre circulação de pessoas nos Estados-partes do Mercosul possibilita maior integração regional desses países e, conseqüentemente, de seus cidadãos, que visam e criam expectativas de melhores condições de vida ao se estabelecerem em países vizinhos, com a finalidade de obterem oportunidades de trabalho; entretanto, a realidade vivenciada é oposta. No que se refere ao Brasil, o contingente de imigrantes em território nacional nos últimos anos aumentou significativamente, devido à crise financeira, de modo a gerar uma demanda maior de trabalhadores do que a oferta de emprego (EBERHARDT; MIRANDA, 2017)

A recente crise presenciada na Venezuela (2015) resultou em uma imigração de venezuelanos para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Mas ao chegarem no território brasileiro, notou-se que a região norte do país, em especial, Rondônia e Roraima, não possuía estrutura para receber o contingente imigratório (ACNUR; 2019; SIMÕES, 2018). Como resultado desse cenário, muitos imigrantes venezuelanos se sujeitam a trabalhos degradantes com a falsa promessa de condições dignas de trabalho e, por conseguinte, inserem-se na qualidade de trabalhadores em condições análogas à de escravo (MAGALHÃES, 2018, s.p.); (SAKAMOTO, 2019, s.p.); (ARAÚJO, 2018, s.p.). Nesta perspectiva, parte-se do pressuposto de que existe um arcabouço de políticas públicas, com base em medidas e ações efetivas para a erradicação do trabalho forçado, desenvolvidas pelo Brasil em consonância com atividades judiciais; mas é importante discutir se tais medidas e instrumentos são eficazes.

Em síntese, define-se o problema deste artigo como a discussão da aplicabilidade da Convenção nº 105 da OIT e da postura do Estado brasileiro frente às medidas implementadas para combate ao trabalho forçado e, conseqüentemente, para a afirmação dos direitos humanos no país, traduzido no seguinte questionamento: O Brasil é um Estado proativo no quesito de cumprir tratados ratificados, especificamente acerca da Convenção nº 105 da OIT no que tange a situação dos imigrantes venezuelanos no país?

Quanto a metodologia, classifica-se a pesquisa como explicativa de acordo com seus objetivos, pois embora exista no território nacional trabalho análogo ao escravo, tenta-se discutir o porquê do aumento da demanda na região norte, como consequência da imigração de venezuelanos no país. Ademais, quanto ao procedimento técnico utilizado, fez-se a pesquisa pela combinação de propostas investigativas, sendo a pesquisa bibliográfica somada à pesquisa documental, buscando extrair maiores informações quanto ao fenômeno recente de migração de venezuelanos no território nacional.

Ainda sobre o arcabouço dos materiais considerados para a composição do texto, utilizamos também de notícias publicadas em diferentes mídias, uma vez que “A mídia como objeto de estudo ganha ainda mais importância com a popularização das tecnologias digitais de comunicação” (CERIGATTO; CASARIN, 2017, p. 156), sem perder de vista o “uso racional, crítico, reflexivo e ético das informações” (CERIGATTO; CASARIN, 2017, p. 156).

Por fim, é importante destacar, com base em Santos (2008), que o diálogo entre ciências é necessário, relevante e prescinde de um paradigma que entenda o conhecimento numa perspectiva ampla e não compartimentalizada. Nesse sentido, a despeito da ênfase jurídica do presente artigo, entendemos que a mesma dialoga diretamente com a sociologia, numa via de mão dupla, uma vez que ao pensar políticas públicas sociais deve considerar o arcabouço científico produzido pela área, e pode contribuir com o fortalecimento da mesma a partir de tópicos normativos.

## **O TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NO BRASIL: PROTEÇÃO NACIONAL COM DIÁLOGO INTERNACIONAL E TEÓRICO**

O trabalho análogo ao escravo no Brasil estabelece sua presença no território brasileiro desde a sua fase colonial (FREYRE, 2003, p. 65), sendo um dos pilares para a formação econômica do Brasil, cujas consequências são vistas na contemporaneidade (FURTADO, 2007). Tal nomenclatura sofre mudança tanto em sua escrita, quanto em seu conceito ao longo dos anos, não possuindo ainda uma forma exata para denomina-la, embora seu conceito seja delimitado em âmbito jurídico por meio do Código Penal (NAGASAKI; ASSIS; FIGUEIREDO, 2019, p. 730).

Em uma ótica nacional sobre o trabalho análogo ao escravo, pode-se confrontá-lo no aspecto de como se delineia no território brasileiro, cujo índice e o fluxo desses trabalhadores se dão em sua completude, não apenas por nacionais, mas por imigrantes, diluindo-se em um panorama que tem como resultado um aumento de trabalhos informais, sendo necessário maior fiscalização por parte do Estado (FLEURY; MONTEIRA, 2014, s.p.). Nesse sentido, entende-se que atualmente o trabalho análogo ao escravo alcança tanto áreas urbanas, como rurais, sendo mais recorrente na região norte e nordeste (FLEURY; MONTEIRO, 2014, s.p.), evidenciando as más condições a que esses trabalhadores são submetidos.

Devido ao cenário configurado, as implementações em âmbito nacional de medidas e instrumentos que possibilitem sua erradicação são necessárias e urgentes. Para isso, a própria dinâmica internacional por meio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) dá seguimento e direciona Convenções para que o

trabalho decente, enquanto princípio, se estabeleça em âmbito interno nos países (OIT-BRASIL, 2018, s.p.).

Os tratados internacionais, à medida que integram o direito interno, têm impacto no ordenamento jurídico pátrio. Sua função transita entre a complementação da legislação interna e o direcionamento na promoção e proteção dos direitos humanos, de forma que “os direitos internacionais constantes dos tratados de direitos humanos apenas vêm a aprimorar e fortalecer, nunca a restringir ou debilitar, o grau de proteção dos direitos consagrados no plano normativo interno” (PIOVESAN, 2011, p. 179).

Embora a Convenção nº 105 da OIT tenha se estabelecido no ordenamento jurídico em 1957, e ainda que haja a Emenda nº 45/2004 (BRASIL, 2004), que gerou a inclusão no artigo quinto, parágrafo terceiro do texto constitucional determinando que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que obtiverem o quórum de três quintos dos votos dos respectivos membros de cada casa do Congresso Nacional serão equivalentes a emendas constitucionais, outra interpretação pode nos levar a considerar a convenção como possuindo status constitucional. Valendo-se apenas do parágrafo segundo do mesmo artigo, que define o rol de direitos fundamentais como exemplificativo e não taxativo, destaca-se uma discussão de cláusula aberta que permite atribuir status constitucional aos tratados de direitos humanos (NAGASAKI; ASSIS; FIGUEIREDO, 2019).

Convém pensar, nesse sentido, como se dá a aplicabilidade desses tratados internacionais, de forma a examinar se o Estado desenvolve mecanismos com a intenção de cumprir o que fora pactuado. A violação de direitos fundamentais, nesse contexto, é prática constantemente combatida em tratados internacionais. No caso específico desta pesquisa pode-se afirmar, pela literatura acerca do tema, que o direito do trabalho tem sido objeto de constantes pactos internacionais. Destaque deve ser dado à prática cruel do trabalho forçado no âmbito nacional (GORCZEWSKI; DIAS, 2012, s.p.).

Na seara dos direitos fundamentais, é preciso tecer alguns comentários. Em primeiro lugar, cumpre-se lembrar que a Constituição Federal de 1988 – no rastro das Constituições alemã e portuguesa – foi a primeira a cunhar o termo “direitos fundamentais” (todas as anteriores não o tinham feito) (SARLET, 2011, p. 28). Podem ser definidos como aqueles que “constituem o conjunto de direitos e liberdades institucionalmente reconhecidos e garantidos pelo direito positivo de determinado Estado, [...] cuja denominação se deve ao seu caráter básico e fundamentador do sistema jurídico do Estado de Direito” (SARLET, 2011, p. 31).

Propriamente, a Constituição Federal de 1988, ao compor-se elevando os direitos e garantias fundamentais à autoridade máxima do Estado de Direito que se firmava, mostra seu grau de influência do movimento filosófico conhecido como pós-positivismo – liderado, dentre outros (a exemplo de Dworkin), por Robert Alexy, para quem a mesma apresenta um “sistema de enunciados gerais de direitos fundamentais, corretos ou verdadeiros, ordenados da forma mais clara possível” (ALEXY, 2008, p. 39). De fato, “a Constituição do Brasil de 1988 projeta um Estado desenvolto e forte” (GRAU, 2010, p. 130), e “não é apenas uma carta de intenções políticas, [pois] está dotada de caráter jurídico imperativo” (BARROSO, 2007, p. 6). Dessa forma, ao estipular os direitos e garantias fundamentais, rompe-se com uma cultura judiciária de inércia, como por exemplo o positivismo jurídico clássico de Kelsen (1998), e passa a impor ao Judiciário uma postura de defesa da Constituição e, especialmente, dos direitos fundamentais.

No rol de direitos fundamentais, estão elencados os chamados direitos sociais (são os direitos humanos de segunda dimensão, reconhecidamente positivados na Constituição como direitos fundamentais sociais). São baseados na ideia de solidariedade social, fruto da árdua luta dos trabalhadores. Nas palavras de Comparato:

A solidariedade prende-se à ideia de responsabilidade de todos pelas carências ou necessidades de qualquer indivíduo ou grupo social. [...] Com base no princípio da solidariedade, passaram a ser reconhecidos como direitos humanos os chamados *direitos sociais*, que se realizam pela execução de políticas públicas, destinadas a garantir o amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres [...]. Os direitos sociais englobam, de um lado, o direito ao trabalho e os diferentes direitos do trabalhador assalariado; de outro lado, o direito à seguridade social (saúde, previdência e assistência social) e o direito à educação (COMPARATO, 2010, p. 62).

Nesse sentido, “o impacto da industrialização e os graves problemas sociais e econômicos [...] e a constatação de que a consagração formal de liberdade e igualdade não gerava a garantia de seu efetivo gozo” (SARLET, 2011, p. 47) fez com que surgisse um movimento que começa a protestar pela justiça social. Diante disso, percebe-se que a dimensão e construção histórica dos direitos humanos, os quais abrangem a ótica internacional, têm o fator preponderante na própria estruturação dos direitos fundamentais repercutidos em âmbito nacional, pois estes ganham importância para o ordenamento jurídico brasileiro, ao serem positivados em capítulo próprio na Constituição de 1988.



O direito ao trabalho está no rol de direitos sociais. Não significa, no entanto, discussão técnica de direito ao trabalho, mas direito ao trabalho digno, pois a Constituição de 1988 traz como fundamento a dignidade da pessoa humana. Quaisquer trabalhos que violem tal supra princípio devem ser repelidos do Estado. De fato, o Estado pós-positivista leva em conta os princípios que norteiam o Estado de direito, uma vez que que:

Pouca valia teriam os direitos fundamentais se não dispusessem de aplicabilidade imediata, porque não passariam de meras e vagas promessas. Esta tendência é denominada de pós-positivismo, na medida em que os princípios jurídicos deixam de ter aplicação meramente secundária, como forma de colmatar lacunas, para ter relevância jurídica na conformação judicial dos direitos (CAMBI, 2010, p. 5).

Ferreira Filho é categórico ao afirmar que “direitos sociais são poderes de exigir” (FERREIRA FILHO, 2011, p. 68). Isto é, à proporção que o direito ao trabalho é um direito social, exige prestação positiva do Estado, que deve buscar promover políticas que façam com que se realize tal direito em obediência ao princípio da dignidade da pessoa humana. De fato, “os direitos sociais [...] podem ser deduzidos da sociabilidade humana. Nesse sentido, considerando-se tal sociabilidade como própria à natureza humana, é que podem ser ditos naturais” (FERREIRA FILHO, 2011, p. 69). Dessa forma, o ordenamento jurídico deve convergir para a realização plena dos direitos fundamentais sociais, dentre os quais está o direito ao trabalho.

## **RESPONSABILIDADE DO BRASIL FRENTE AOS TRATADOS INTERNACIONAIS E SUA APLICABILIDADE NO DIREITO PÁTRIO**

A aparição do conceito de trabalho forçado no âmbito internacional encontra-se no artigo 2º da Convenção nº 29 da OIT, *in verbis*: “a expressão ‘trabalho forçado ou obrigatório’ designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade” (OIT-BRASIL, 1932, s.p). Tal Convenção apenas traz informações iniciais do que caracterizaria o trabalho forçado, no entanto, a ênfase na proibição o definindo como um ato ilegal, apenas surge com a Convenção nº 105 da OIT, cujo tema é especificamente da abolição do trabalho forçado; de modo que ambas as Convenções se encontram ratificadas pelo Brasil.

Uma abordagem mais abrangente é trazida pelo Código Penal, em seu artigo 149, devido à modificação trazida pela Lei nº 10.803/2003. O conceito aparece mais bem detalhado:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho (BRASIL, 2003).

Frisa-se que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) se destaca pelo fato de ter uma estrutura tripartite, que possibilita a cooperação do governo, trabalhadores e empregadores, agindo nas três frentes interessadas. Por isso, o Estado que ratifica as Convenções da OIT, deve enviar relatórios anuais demonstrando a aplicação destas (HUSEK, 2015, p. 112). Assim, a implementação da Convenção no ordenamento jurídico brasileiro, desperta - ou pelo menos indica - qual a postura do Estado em relação ao trabalho forçado, de modo que acaba por influenciar e direcionar o direito pátrio, mesmo que sua receptividade não esteja sujeita a regras específicas, somente fazendo com que o Estado signatário adeque conforme a realidade vivenciada em seu território e a incidência da prática.

No âmbito internacional, a questão conecta-se não só aos direitos humanos, mas também acaba por ser decorrente da economia global, pois

A redução de salários, a diminuição de condições de trabalho e o trabalho forçado constituem, com efeito, ferramentas úteis à manutenção e ao crescimento da competitividade das empresas. Em tempos de crescimento de economia global em progressão geométrica, torna-se ainda mais evidenciada a interligação da rede econômica mundial como colaboradora do trabalho forçado contemporâneo (HUSEK, 2015, p. 112).

O trabalho forçado é uma realidade no cenário internacional e nacional. Quando se trata do Brasil, percebe-se que a incidência de trabalho forçado é decorrente de diversos fatores e se encontra presente em diversas regiões, mesmo após a ratificação da Convenção no ano de 1965; ou seja, há 53 (cinquenta e três) anos. O reconhecimento da existência de trabalho forçado no país ocorreu em duas etapas. Internamente, em 1995 com o pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso; e perante a ONU, como representante da comunidade internacional, NO ANO DE 2004 (OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA, 2004). Desta feita, a análise da aplicação e execução da Convenção no plano interno permite constatar a conexão que se estabelece entre a norma internacional e a nacional, com o intuito de ver sua aplicabilidade e seu cumprimento, seja este de curto, médio ou longo prazo.

A verificação da execução, bem como de sua eficiência, decorre da análise dos mecanismos criados pelo Estado para a abolição do trabalho forçado no território como cumprimento da Convenção da OIT. Ou ainda, pela percepção de como ocorre a fiscalização desta no território. Sabe-se que:

A função normativa da OIT se expressa por meio de dois tipos de instrumentos jurídicos, as convenções e as recomendações. Convenções internacionais são normas jurídicas emanadas da Conferência Internacional da OIT, destinadas a constituir regras gerais e obrigatórias para os Estados deliberantes, que as incluem no seu ordenamento interno, observadas as respectivas prescrições constitucionais (NASCIMENTO, 2011, p. 134.).

Entende-se que os países possuem a liberdade de escolha ao ratificar as convenções e, para tanto, ao ter o poder de decisão positivo em relação a adesão de tal tratado em âmbito nacional, molda-se ao que fora estipulado, bem como adapta-se a realidade vivenciada em seu território, buscando atender ao tratado internacional, e sendo monitorado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tais fatores têm como prerrogativa conceituar e nortear a legislação, de modo que a tratativa seja colocar em voga aspectos peculiares e singulares de cada Estado, que o faça desenvolver ações estatais, como políticas públicas, mas também ações articuladas com o setor privado, e a própria conscientização dos cidadãos para que seja possível efetivá-las. Ao passo que

(...) a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidade-

nia está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI, 1998, p.81).

Prosseguindo no marco da promoção de cidadania fixado por Dallari, partindo primeiramente da Organização Internacional do Trabalho, com suas Convenções nº 29 e 105, pautando-se na dignidade do trabalhador e no trabalho decente, com medidas de crivo social, propiciou ao Brasil se posicionar sobre a questão e criar mecanismos visando a abolição do trabalho forçado, com um impacto positivo a partir do momento que ocorreu a ratificação, além de estabelecer a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, elencando no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro se posicione acerca da ilicitude da conduta, além de ser signatário de tratados internacionais que versam sobre o tema, resta analisar, no plano da efetividade, se essas medidas alcançam os fins desejados. Diante disso, o cenário recente que se instaurou no país em relação aos imigrantes venezuelanos, não diz respeito apenas aos cidadãos nacionais, mas diz respeito a assuntos transnacionais.

## **MIGRAÇÕES E SEUS ASPECTOS NO BRASIL**

O conceito de migração previsto pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2009, p. 42-47) traz diversas especificidades dentro do próprio termo “migração”, explorando categorias e situações nesse contexto. Assim, a migração, compreendida em termos gerais, é o deslocamento do ser humano que atravessa a fronteira de determinado Estado.

Ainda que a migração seja uma prática reiterada ao longo dos anos, o termo “migrar” veio a ser abordado na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948, especificamente em seu artigo 13 (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948), garantindo aos sujeitos o direito de se deslocar para outros Estados, de modo que possibilite a livre circulação de pessoas em níveis globais. Dessa forma, o Brasil desempenha papel central na questão migratória por ser signatário da presente Declaração e, portanto, comprometendo-se a receber os imigrantes e trata-los com igualdade dentro do território nacional, como afirma o texto constitucional.

Embora esse fato aconteça e esteja presente no panorama global, suas características estão em constante mudança devido a questões sociais, econômicas e políticas, as quais geram o desafio de compreender e buscar as consequências dos

novos fluxos migratórios em um mundo globalizado. No Brasil é possível verificar o aumento de fluxo a partir do início do século XXI (EBERHARDT; MIRANDA, 2017, s.p.).

Soma-se a isso, o fato de que a migração não implica apenas no deslocamento, mas envolve circunstâncias que vão além da locomoção de um Estado para o outro, pois fatores sociais, econômicos, familiares e psicológicos sofrem uma ruptura a partir do novo cenário. Destaca-se a própria adaptação do migrante com o país que o acolhe, ocorrendo choque de cultura com a sociedade em que ele está se inserindo, principalmente frente ao preconceito advindo pelos cidadãos do país que o recebe (COUTINHO; OLIVEIRA, 2010, p. 548).

Nesse sentido o migrante se caracteriza como

(...) todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de factores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se, às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2009, p. 43).

Tais perspectivas na mudança do fluxo migratório podem ser concebidas em relação aos venezuelanos, pois entende-se que a situação orquestrada e estabelecida pelo fluxo migratório deles para os países fronteiriços, em especial Peru e Colômbia, são reconhecidos além do termo “migrante”, sendo vistos também como refugiados (Vedovato, 2018). Tais parâmetros são abordados e fundamentados pelos próprios fatores que desencadearam a migração, isto é, à crise política, econômica e social que se instalou na Venezuela (COURY; MILESI, 2018).

Tratando-se dos migrantes venezuelanos, o Brasil como Estado-parte do Mercosul, possui responsabilidade em ampará-los. A proximidade dos Estados, Brasil e Venezuela, sugere um dos primeiros motivos para o contingente migratório, pois possibilita esse deslocamento, em que a zona fronteiriça encontra-se no norte do nosso país. Além disso, quando se refere à América Latina, a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) pelo Tratado de Assunção na década de 1980 fruto de um processo de redemocratização, visando assuntos econômicos, resultou em uma maior comunicação entre os Estados-partes, sua composição inicial abrangia Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (MARTINS, 2018, p. 309). A Venezuela aderiu a formação do bloco em 2012, mas foi suspensa em dezembro de 2016 por não cumprir o Protocolo de Adesão (MERCOSUL, 2019).

Os fundamentos e ratificações de tratados internacionais incorporados em âmbito interno, dão embasamento ao tipo de acolhida que o Estado brasileiro deve e se compromete a prestar a esses migrantes, de modo que as frentes de atuação são amplas, pois incorporam-se desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, até a própria formação do bloco econômico denominado Mercosul, principalmente no que tange ao tema proposto pelo presente trabalho em relação aos migrantes venezuelanos, cuja incidência e o fluxo desencadeiam a problemática.

Têm-se na formação do Mercosul o enfoque em constituir um bloco econômico presente na América Latina, sendo o primeiro passo para iniciar uma integração e fortalecimento dos países (MENDES, 1997), entretanto, a fase em que encontra-se o Mercosul ainda consiste na união aduaneira imperfeita, ou seja, possui apenas uma tarifa externa comum, não chegando ainda no patamar da união econômica monetária, em que seria possível a circulação de bens, serviços, capitais e pessoas no bloco, além da adesão de uma moeda em comum pelos Estados-partes e regras que norteiam a política monetária (RAMALHO, 2019).

Mesmo que o Mercosul não tenha se estabelecido como um bloco constituído de todas as fases, ainda assim norteia-se de um fundo social interligado com questões econômicas. À evidência disso, têm-se declarações que versam sobre trabalho, como a Declaração Sociolaboral do Mercosul firmada em 10 de dezembro de 1998 e reafirmada em 17 de julho de 2015 (MERCOSUL, 2015), em que estabelece parâmetros de trabalho decente e normas igualitárias no que se refere ao trabalho:

Considerando que os Estados Partes concordam que a plena vigência dos valores democráticos somente é possível em uma sociedade altamente participativa e inclusiva, nos âmbitos político, econômico, social e cultural, cuja construção requer necessariamente o compromisso de todos os setores para um modelo de desenvolvimento equitativo e comprometido com a criação de trabalho como fator determinante para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática. (MERCOSUL, 2015, s.p.)

A visibilidade quanto ao tema toma proporções maiores e expressivas quando analisa-se o artigo sétimo e oitavo da presente declaração, pois o primeiro trata sobre trabalhadores migrantes e fronteiriços posicionando-se de forma proativa à inclusão desses trabalhadores em algum Estado-parte do Mercosul, de forma a prestar assistência e auxílio, isto é, permitindo que oportunidades de trabalho digno sejam oferecidas; enquanto o artigo oitavo aborda o tema de trabalho forçado

ou obrigatório, em que exigem uma conduta desenvolta do Estado-parte em evitar, erradicar e criar mecanismos que colaborem.

Logo,

[...] é extremamente importante considerar o contexto de luta e compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e efetivação dos Direitos Humanos dos migrantes. É preciso reconhecer o novo, difícil e conflitivo papel dos Estados Nacionais e das políticas sociais em relação aos processos internacionais e internos de distribuição da população no espaço – cada vez mais desigual e excludente. Há que se tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local. É de fundamental importância considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária – que, por sua vez, está intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global (PATARRA, 2005, p. 24).

Em consonância a esses documentos assinados em dimensão internacional, mas que geram consequências e efeitos no ordenamento jurídico brasileiro, ainda pode-se ter como instrumento que garante direitos e deveres dos imigrantes a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração) (BRASIL, 2017), em que afirma a receptividade do Estado brasileiro quanto a entrada de imigrantes no território, reestabelecendo e reiterando a postura em relação a entrada de migrantes, além de sugerir um prévio planejamento, devido aos próprios documentos ratificados.

Portanto, a entrada de venezuelanos em território brasileiro é resguardada pelo texto constitucional, leis infraconstitucionais e declarações internacionais; aliado a isso, a Convenção nº 105 da OIT que prevê a erradicação do trabalho forçado ganha visibilidade no contexto atual. Também há resguardo no Código Penal brasileiro (BRASIL, 1940), ao contemplar e punir tal conduta por meio de seu art.149, de modo que prevê e conceitua as formas de trabalho análogo ao escravo, sendo: submeter o trabalhador ao trabalho forçado, jornadas exaustivas, condições degradantes de trabalho ou restringindo sua locomoção devido a dívidas contraídas com o empregador. Além disso, o Código Penal elenca outras condutas puníveis, como cercear meios de transporte com a finalidade de reter o trabalhador em seu local de trabalho, manter vigilância ostensiva, bem como confiscar documentos e objetos pessoais.

Pode-se incluir neste ponto, a referência ao aumento de pena destacado no parágrafo segundo do presente artigo, quando o delito é cometido por razão de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. Tais preceitos acabam sendo



enquadrados quando cometidos contra imigrantes venezuelanos. Portanto, em relação ao aparato legislativo, o Brasil encontra-se cercado de instrumentos e mecanismos que o configuram como um país receptivo ao fluxo migratório, independente da origem do ser humano. Tais instrumentos vão ao encontro da erradicação ao trabalho análogo ao escravo, pois o migrante deve se estabelecer em plenitude no destino pretendido, neste caso, o Brasil, e para isso ter um trabalho decente que atenda suas respectivas necessidades, é uma das prerrogativas que devem ser integradas e efetivadas, para que não reste apenas a opção de se sujeitar ao trabalho análogo ao escravo para a sobrevivência.

### **MIGRANTES VENEZUELANOS E TRABALHO ANÁLOGO À DE ESCRAVO NO BRASIL**

A incidência do fluxo migratório de venezuelanos no Brasil – que aumenta no ano de 2015 – é consequência da situação política vivenciada na Venezuela, em especial, com a saída do governo Maduro, instaurando e intensificando a crise econômica e social (SIMÕES, 2018, p. 386); no entanto, percebe-se que embora nosso país se insira nessa característica, o foco migratório dos venezuelanos não era o Brasil (VEDOVATO, 2018).

O panorama interno se alastra e aprofunda a crise, criando um cenário de dívida externa, desabastecimento no setor alimentício e de medicamento, além da perda gradual de direitos civis e políticos. A situação vivenciada na Venezuela desencadeia o que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos denomina de “crise humanitária” (SIMÕES, 2018, p. 387-388). Em decorrência, a procura por países fronteiriços que pudessem acolhê-los é vista como uma das saídas para os venezuelanos, e a cidade fronteiriça por onde ocorre a entrada dos venezuelanos no Brasil é Pacaraima, localizada no norte de Roraima. No entanto, a concentração de venezuelanos não se perfaz apenas nessa cidade, mas se estende para outras, como Boa Vista e Manaus (SILVA, 2018).

Conforme dados do governo brasileiro, em especial, da Polícia Federal e a própria atuação da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) entre 2017 e 2018 cerca de 111 mil venezuelanos atravessaram a fronteira do Brasil, sendo que mais 85 mil pessoas já solicitaram refúgio no país para a Polícia Federal (ACNUR, 2019, s/p). Em detrimento ao alto índice de imigrantes venezuelanos, percebe-se que o contingente acaba sendo excedente em relação a própria população local, que contabiliza 17.401 habitantes em Pacaraima, e 277.799 em Boa Vista segundo o último levantamento realizado pelo IBGE (2019), ou seja, a própria estrutura das cidades fronteiriças que os recebem não os comporta em termos de atendimento de necessidades básicas.

Tais dados corroboram para fundamentar que o aumento do fluxo migratório venezuelano para a região norte do Brasil, além de perpassar a esfera migração, mas também o caracterizando como refúgio, traz consequências em diversos âmbitos, principalmente o local, pois embora existam instrumentos que condicionem o Brasil a ter estrutura para recepcioná-los, percebe-se que não as têm pela realidade vivenciada. Nesse sentido, a concepção de uma melhora na condição de vida desses imigrantes/refugiados insere-se na promoção do trabalho decente, além de outras assistências como saúde e educação, pois o Brasil ratificou a Convenção nº 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em que o condão precursor é a abolição do trabalho forçado. Nesses moldes, ao não terem e vislumbrarem oportunidades de trabalho decente na região norte do país, cujo primeiro contato é feito em território nacional, as propostas de trabalho não se inserem ou não se classificam como decente, mas como trabalho análogo ao escravo (MAGALHÃES, 2018, s.p.).

Têm-se que a estrutura e a dinâmica dessas cidades sofreram mudanças, sendo necessário instituir instrumentos práticos e efetivos para administrar o contingente migratório de modo a atendê-los baseado em princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito (MATTOS, 2018). Para realizar tais atos são necessários a colaboração de órgãos governamentais, mas também a atuação e a participação de organizações internacionais e privadas tanto em âmbito interno, quanto externo para poder acomodar e integrar os dois polos da relação, isto é, imigrantes venezuelanos e a população local (MATTOS, 2018). A medida é necessária ao verificar e desconstruir os preconceitos existentes em relação aos imigrantes venezuelanos e os brasileiros, em especial, os que acabam tendo contato direto.

A partir desse panorama, há ainda a problemática das condições de vivência e sobrevivência dos imigrantes venezuelanos no país, pois em âmbito nacional o trabalho análogo ao escravo é classificado como delito pelo Código Penal, além de angariar suporte em tratados internacionais. Desta feita, como o número de oferta de emprego tende a ser menor do que a procura, devido ao próprio número de imigrantes venezuelanos no território nacional, as condições de trabalho ofertadas, bem como a remuneração o sujeitam a condições degradantes.

Atenta-se para a análise do perfil sociodemográfico dos imigrantes venezuelanos que estão residindo no Brasil, demonstrando que a maioria são jovens, com idade entre 20 a 39 anos, solteiros, tendo uma preponderância do sexo masculino em detrimento do feminino. Em relação ao índice de escolaridade dos venezuelanos, a maioria possui pelo menos o ensino médio completo, e em segundo lugar uma formação em nível superior completa (SIMÕES; SILVA; OLIVEIRA, 2017, p.22-24). Portanto, a capacidade do sistema em integrá-los, principalmente levando-se em

consideração o nível de escolaridade, bem como a localidade em que estão inseridos no Brasil, acaba por gerar um cenário em que a mão-de-obra qualificada se sujeita a condições degradantes por imposição das condições sociais daquela localidade.

É o que se verifica nos estudos realizados por Simões:

[...] existem indícios de exploração no mercado de trabalho, pois 50,4% do total alega receber menos de um salário mínimo e 52,1% dos entrevistados afirmou que trabalha mais de 40 horas semanais. Além disso, diversos respondentes alegaram ter sofrido discriminação no mercado de trabalho, sendo que desses, 62,9% alegaram ter sido motivado pela nacionalidade. (SIMÕES, 2018, p.391)

Soma-se a isso a xenofobia disseminada por brasileiros devido a imigração em massa para o Brasil. O preconceito gerado na região norte do país em relação aos venezuelanos, em especial em Pacaraima, desencadeou a necessidade de transferir esses imigrantes para outras localidades por meio da política de interiorização, dispersando-os para demais capitais do Brasil, de modo que pudessem se estabelecer (DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2018, p. 188). São essas condições que os imigrantes venezuelanos encontram no Brasil, tendo que adaptar-se com novos cenários para poder integrar na sociedade. No entanto, a integração não atinge a todos, principalmente sua alocação no mercado de trabalho, preponderando baixos salários e atividades que não correspondem ao nível de escolaridade e ao nível social e econômico que os venezuelanos tinham em seu país de origem (DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2018, p. 189-190).

Em recente pesquisa feita por Simões (2017, p. 16) a constatação das nuances desse fluxo migratório no país levou em consideração a perspectiva dos venezuelanos, de modo que a dispersão do fluxo migratório no território nacional foi apontada como um aspecto positivo para que houvesse uma integração maior, principalmente para poderem se inserir no mercado de trabalho. Outro ponto destacado é o pouco conhecimento da língua portuguesa, dificultando sua adaptação.

A consequência advinda da integração dos imigrantes venezuelanos no Brasil e sua entrada no mercado de trabalho formal tornou-se uma empreitada, dando início a situações de desemprego e miserabilidade, já que o mercado não consegue absorver a mão-de-obra ofertada, em razão do aumento da precarização do trabalho realizado pelos imigrantes (EBERHARDT; MIRANDA, 2017, s.p.). A exemplificação disso é trazida pela ONG Repórter Brasil

[...] outra ação constatou trabalho escravo em situações ainda piores com venezuelanos em uma fazenda em Roraima em fevereiro. Eles trabalhavam cerca

de 10 horas diárias, sem descanso semanal e com salário mensal de R\$ 400. Além de ser inferior ao mínimo, os salários não eram pagos ao final do mês. “O empregador somente pagava os salários quando permitia que os empregados regressassem à Venezuela para visitar a família e levar alimentos”, diz o auto de infração. Um dos venezuelanos relatou aos auditores que pediu demissão, mas nem assim o empregador quitou os pagamentos, dizendo que ainda havia trabalho a ser feito. Por conta da retenção salarial e do isolamento geográfico, os auditores consideram que eles estavam submetidos a trabalho forçado. O flagrante foi na fazenda Nova Estrela, que tem cerca de 550 cabeças de gado e fica na região da Serra da Lua, município de Bonfim. Além do Ministério do Trabalho, a operação foi realizada em conjunto com a Polícia Civil. (MAGALHÃES, 2018, s.p.)

A presença de trabalho análogo ao escravo no Brasil já era uma questão existente, intensificando-se com o aumento do fluxo migratório, bem como a própria precarização do trabalho devido as vicissitudes dessa integração. Em âmbito nacional, as políticas públicas tanto de combate quanto de prevenção já faziam parte das medidas que o plano interno respondia ao plano externo, isto é, ao que fora ratificado pelo Brasil com as Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em especial, as de número 29 e 105. Esses mecanismos são a forma do Estado erradicar o trabalho análogo ao escravo, no entanto o respaldo que essas políticas públicas haviam recebido do Estado já demonstrava a sua incapacidade operacional tendo em vista as dimensões do território nacional, bem como a falta de verba e de agentes capacitados, mas principalmente, a existência de poucas políticas públicas para atender essa demanda (NAGASAKI; ASSIS; FIGUEIREDO, 2019, p. 744-747).

Sendo assim, os aspectos levantados ensejam uma maior presença do Estado por meio de políticas públicas com foco no combate e na prevenção, que seja capaz de atender tanto a demanda já existente no território, mas também as direcionando para os novos sujeitos que estão integrando o Estado, no caso, os imigrantes venezuelanos. Deve-se levar em consideração o perfil sociodemográfico desses imigrantes, pois os tornam alvos fáceis de exploração no trabalho, bem como a precarização (SIMÕES, 2017, p. 16).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados em relação ao fluxo migratório vivenciado pelo Brasil nos últimos anos em relação aos migrantes venezuelanos, têm-se que há um aumento significativo, principalmente pelo fato da relação fronteiriça com

a Venezuela. Tais prerrogativas são fundamentadas pelos próprios tratados e legislações acerca do tema, isto é, o Brasil se posiciona como um Estado que adere e é receptivo no que se refere a migração. Além disso, como Estado-parte do Mercosul isso reitera sua responsabilidade frente aos demais Estados-partes, mesmo com a suspensão da Venezuela. Assim, no quesito migratório, deve-se comprometer a realizar ações que o integram na sociedade civil.

No que tange ao trabalho análogo ao escravo, por ter ratificado a Convenção nº 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como classificar tal conduta como crime perante o Código Penal, deve-se traçar estratégias e medidas que possibilitem dar efetividade ao que fora pactuado. Isso acaba tendo um fator preponderante em relação aos imigrantes, pois estes já se encontram em uma posição vulnerável, tornando-se alvos de empregadores que os sujeitam ao trabalho análogo ao escravo.

Percebe-se que, em relação ao aparato legislativo, o Brasil se posiciona de modo a cumprir com os parâmetros estabelecidos pelo Estado Democrático de Direito, isto é, colocando o ser humano no centro do ordenamento jurídico ao estabelecer direitos fundamentais para se ter uma vida digna, não fazendo distinção entre nacionais, estrangeiros e imigrantes. No entanto, tais mecanismos precisam ser estabelecidos e planejados com a finalidade de atender e solucionar a problemática proposta no presente artigo, qual seja, a erradicação do trabalho análogo ao escravo, em especial, aos que os imigrantes venezuelanos se sujeitam no território nacional, pois oriundos de um país que estabeleceu, por meio do Mercosul, relações de confiança, as quais precisam agora ser honradas. Assim, o Brasil não possui políticas públicas repressivas e preventivas suficientes para atender a extensão do território nacional, o que torna os meios fiscalizatórios realizados pelo Brasil ineficazes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. *6 dados sobre a situação dos venezuelanos*. 28 jan. de 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/01/28/6-dados-sobre-a-situacao-dos-venezuelanos/>>. Acesso em 1 de set. 2019.

ALEX, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de; COLNAGO, Lorena de Mello Rezende. *Direito Internacional do Trabalho e Convenções Internacionais da OIT comentadas*. São Paulo: LTr, 2014.

ARAÚJO, Newton. *Migrantes venezuelanos podem estar sendo aliciados para trabalho escravo e exploração sexual*. Câmara dos Deputados. 07 nov. 2018. Disponível em:

< <https://www.camara.leg.br/noticias/547543-migrantes-venezuelanos-podem-estar-sendo-aliciados-para-trabalho-escravo-e-exploracao-sexual/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito: o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)*. Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 9, p. 1-41, 2007.

BRASIL. *Código Penal*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

\_\_\_\_\_. *Declaração Sociolaboral do Mercosul de 2015* – I Reunião negociadora – Brasília – 17 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/10519-declaracao-sociolaboral-do-mercosul-de-2015-i-reuniao-negociadora-brasilia-17-de-julho-de-2015#port>>. Acesso em 23 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 41.721 de 25 de junho de 1957*. Promulga as Convenções Internacionais do Trabalho de nº 11,12,13,14,19,26,29,81,88,89,95,99,100 e 101, firmadas pelo Brasil e outros países em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D41721.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D41721.htm)>. Acesso em: 01 de set. 2019.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 58.822 de 14 de julho de 1966*. Promulga a Convenção nº 105 concernente à abolição do Trabalho forçado. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58822-14-julho-1966-399441-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 de set. 2019.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004*. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm)>. Acesso em 01 de set. 2019.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003*. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.803.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.803.htm)>. Acesso em 01 de set. 2019.

\_\_\_\_\_. *Lei 13.344 de 6 de outubro de 2016*. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13344.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13344.htm)>. Acesso em 01 de set. 2019

- \_\_\_\_\_. *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Institui a Lei de Migração. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm)>. Acesso em 28 de ago. 2019.
- CAMBI, Eduardo. Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo. *Panóptica*, ano 1, n. 6, p. 1- 44, 2007.
- CERIGATTO, Mariana Pícaro; CASARIN, Helen de Castro Silva. As mídias como fonte de informação: aspectos para uma avaliação crítica. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 155-176, jan./jul. 2017.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Rumo à justiça*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- COURY, Paula; MILESI, Rosita. “Acolhida, proteção e integração de venezuelanos no Brasil: a atuação do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)”. In: ZUBEN, et.al (Org.). *migrações venezuelanas*. Campinas, SP: Núcleo de Estudo de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p.72-77.
- COUTINHO, Maria da Penha de Lima; OLIVEIRA, Marcelo Xavier de. Tendências comportamentais frente à saúde de imigrantes brasileiros em Portugal. *Psicologia & Sociedade*; v. 22, n. 3, p. 548-557, 2010.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos Humanos e Cidadania*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1998.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 11 de set. 2019.
- DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 15. ed. São Paulo: Editora LTr, 2016.
- DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice. “Imigração Venezuelana no Brasil: o espaço da fronteira e o espaço da metrópole.”. In: ZUBEN, Catarina von, et.al (Org.). *Migrações venezuelanas*. – Campinas/SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 187-202.
- DULITZKY, Ariel E.; GALLI, Maria Beatriz; KRSTICEVIC, Viviana. “A Corte Interamericana de Direitos Humanos: Aspectos Procedimentais e Estruturais de seu Funcionamento”. In: GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia (Orgs.). *O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 81-102.
- EBERHARDT, Leonardo Dresch; MIRANDA, Ary Carvalho de. Saúde, trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. *Saúde Debate*. V. 41, n. especial 2, p. 299 – 312, Jun. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042017S225>>. Acesso em 24 abr. 2020.



- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FLEURY, Sonia; MONTEIRO, Lilian Alfaia. Elos que libertam: redes de política para erradicação do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. *Organ. Soc.* V.12. n. 69. Salvador. Abr./Ju. 2014. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302014000200004&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302014000200004&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- FREYRE, Gilberto. *A casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48 ed. rev. – São Paulo: Global, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GORCZEVSKI, Clóvis; DIAS, Felipe da Veiga. A imprescindível contribuição dos tratados e cortes internacionais para os direitos humanos e fundamentais. *Sequência (Florianópolis)*, n. 65. Florianópolis. Dez. 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-70552012000200011](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552012000200011)>. Acesso em 28 abr. 2020.
- GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros editores, 2010.
- HUSEK, Carlos Roberto. *Curso básico de Direito Internacional Público e Privado do Trabalho*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2015.
- IBGE. *IBGE CIDADES*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima>>. Acesso em 01 set.2019.
- KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução: João Baptista Machado. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MAGALHÃES, Ana. *Medo, fome, noites ao relento e trabalho escravo: a travessia dos venezuelanos na fronteira norte do Brasil. 2019. In: Organizadores? Repórter Brasil*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2018/05/medo-fome-noites-ao-relento-e-trabalho-escravo-a-travessia-dos-venezuelanos-na-fronteira-norte-do-brasil/>>. Acesso em 23 ago.2019
- MARTINS, Juliane Caravieri. Trabalho digno e a integração regional no Mercosul: O caso dos migrantes venezuelanos no estado de Roraima. *Scientia Iuris*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 305-332, jul. 2018.
- MATTOS, Pablo. “A atuação do Acnur Na Resposta Ao Fluxo De Venezuelanos Em Roraima”. In: ZUBEN, Catarina von, et.al (Org.). *Migrações venezuelanas*. Campinas, SP: Núcleo de Estudo de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 203-205.
- MENDES, Constantino Cronemberger. *Efeitos do Mercosul no Brasil: uma visão setorial e locacional do comércio*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília,

1997. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2280/1/td\\_0510.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2280/1/td_0510.pdf)>. Acesso 23 ago. 2019.
- MERCOSUL. *Declaração Sociolaboral do Mercosul de 2015 – I Reunião negociadora*. Brasília, 17 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/10519-declaracao-sociolaboral-do-mercosul-de-2015-i-reuniao-negociadora-brasilia-17-de-julho-de-2015>>. Acesso em 23 ago. 2019.
- NAGASAKI, Jéssica Yume; ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz; FIGUEIREDO, Eduardo Henrique Lopes. “Análise do impacto e eficiência das políticas públicas de prevenção de reincidência ao trabalho análogo ao escravo no Brasil”. In: COELHO, Larissa A.; FONSECA, Isabel Celeste M. (Org.). *Desafios do Direito no Século XXI: uma reflexão luso-brasileira sob o signo interdisciplinar*. Minho: Escola de Direito da Universidade do Minho, 2019, p. 729-752.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação ao direito do trabalho*. 26. ed. São Paulo: Ltr, 2011.
- OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA. *Quando se fala em trabalho escravo*, n. 6, Junho, s.p. , 2004
- OIT-BRASIL. *Convenção nº 29*, de 1º de maio de 1932. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/449>>. Acesso em: 01 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. *Convenção nº 105*, de 17 de janeiro de 1959. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/469>>. Acesso em: 01 set. 2019.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. *Glossário sobre migração*. nº 22, p.42/47, 2009.
- PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em perspectiva*. V.19, n.3, p. 23-33, jul./set. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>> Acesso em 26 abr. 2020.
- PIOVESAN, Flávia. Proteção dos direitos sociais: desafios do ius commune sul-americano. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*, p. 206-226, jul./dez. 2011
- RAMALHO, José Everaldo. *Câmara dos Deputados em trabalho elaborado por José Everaldo Ramalho – CNE lotado na Comissão do Mercosul*. 2019 Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/oqueomercosul.html/mercosulpolitico>>. Acesso em: 23 ago. 2019.
- RAMOS, André de Carvalho. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- SAKAMOTO, Leonardo. *Brasileiros e venezuelanos escravizados são resgatados em RR, no MA e na PB*. Blog do Sakamoto, 2019. Disponível em: <<https://blogdosakamoto>>.

- blogosfera.uol.com.br/2019/05/13/brasileiros-e-venezuelanos-sao-resgatados-em-operacoes-contra-escravidao/>. Acesso em 20 abr. 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 10. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- SIMÕES, Gustavo da Frota. “A mudança no perfil do imigrante venezuelano em Roraima e o aumento da Xenofobia”. In: SILVA, João Carlos Jarochinski; VEDOVATO, Luís Renato; MENEZES, Daniel Nagao; FERNANDES, Duval; VIEIRA, Sidney; PERES, Roberta; ANUNCIAÇÃO, Clodoaldo; DOMENICONI, Joice (Org.). *Migrações Fronteiriças*. Campinas/SP: Núcleo de Estudo de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 386-393.
- SIMÕES, Gustavo Frota; SILVA, Leonardo Cavalcanti da; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Capítulo 2 - Perfil Sociodemográfico e laboral dos venezuelanos em Boa Vista. In: SIMÕES, Gustavo Frota (Org.). *Perfil Sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. – Curitiba: CRV, 2017, p.21-48.
- SILVA, Sidney Antonio da. “Políticas de abrigamento a imigrantes venezuelanos em Boa Vista e Manaus: algumas indagações.”. In: ZUBEN, Catarina von et.al (Org.) *Migrações venezuelanas*. Campinas, SP: Núcleo de Estudo de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 206-216.
- VEDOVATO, Luís Renato. “Ação Civil Originária entre Venezuela e Brasil: A construção do direito de ingresso”. In: ZUBEN, Catarina von , et.al (Org.). *Migrações venezuelanas*. Campinas, SP: Núcleo de Estudo de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 45-52.

## Sírios e congoleses homens e mulheres refugiados no Brasil: perfil socioeconômico, integração e perspectivas futuras

*Syrian and Congolese men and women refugees in Brazil: socioeconomic profile, integration and future perspectives*

Márcio de Oliveira<sup>a</sup>

**Resumo** O tema do refúgio não é novo no Brasil, menos ainda no mundo. Analisando dados de pesquisa realizada com 487 refugiados residentes hoje em oito estados brasileiros, apresentamos análise sobre o perfil socioeconômico, dimensões de processos integrativos e perspectivas futuras dentre sírios e congoleses homens e mulheres, egressos dos dois maiores grupos dentre as mais de 80 nacionalidades reconhecidas pelo Estado brasileiro. Inicialmente, procuramos medir o impacto da não declaração de gênero por parte dos informantes, dividindo-os em “gênero declarantes” e “gênero não-declarantes”, quando foi possível estabelecer que a não declaração de gênero não alterou os indicadores de formação escolar e renda. Em seguida, analisamos apenas o grupo dos “gênero-declarantes”, diferenciando-os por gênero. Notou-se mais atos de discriminação racial entre congoleses independente do sexo e entre as mulheres sírias. Não obstante isso, ambos grupos apresentam características similares em relação ao seu perfil socioeconômico, integração e perspectivas futuras. Apesar das inúmeras dificuldades cotidianas, demonstram interesse em permanecer no Brasil e se integrar politicamente.

**Palavras-chave** Refugiado. Brasil. Perfil socioeconômico. Sírios. Congoleses.

**Abstract** The issue of refuge is not new in Brazil, even less in the world. Analyzing research data carried out with 487 refugees living today in eight Brazilian states, we present an analysis about socioeconomic profile, dimensions of integrative processes and future perspectives among Syrians and Congolese, from the two largest groups among more than 80 nationalities recognized by the Brazilian State. Initially, we sought to measure the impact of the non-declaration of gender on the part of the informants, dividing them into “declaring gender” and “non-declaring gender”, when it was possible to establish that the non-declaration of gender did not alter school education and income profile. After that, we analyze only the group of “gender-

---

a Professor Titular, Universidade Federal do Paraná.  
e-mail: [marciodeoliveira62@gmail.com](mailto:marciodeoliveira62@gmail.com)  
Orcid: <http://www.orcid.org.br/0000-0002-1689-3574>

*declarers” distinguish them by sex. It was noted more acts of racial discrimination among Congolese independent of sex and among women Syrians. Despite this, both groups have similar characteristics in relation to their socioeconomic profile, integration and future perspectives. Despite countless daily difficulties, they intend to remain in Brazil and seek to political integration.*

**Keywords** Refugee. Brazil. Socioeconomic profile. Syrians. Congolese.

## INTRODUÇÃO

O refúgio é tema antigo e há referências do uso do termo desde a Idade Média. A realidade do refúgio aproximava-se então da atual solicitação de asilo, embora raramente o refugiado fosse considerado motivo de discórdia entre os Estados (VIANNA, 2014). Na Constituição de 1793, a França revolucionária proclamou o “asilo político a todo estrangeiro forçado a fugir de seu país por ter feito avançar a causa da liberdade” (WENDEN, 2013, p. 146, em livre tradução). No século XX, duas datas definiram a situação jurídica do refúgio e do refugiado no mundo e na América Latina: primeiro em 1951 durante a “Convenção de Genebra”<sup>1</sup>, quando foram definidos o termo de refugiado, os direitos das pessoas desenraizadas (refugiados) e enunciadas as obrigações jurídicas dos Estados signatários. Segundo, em 1984, quando na cidade de Cartagena das Índias (Colômbia) durante o Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados, 10 países latino-americanos, dentre os quais o Brasil, decidiram expandir a definição de refugiado estabelecida em 1951, estabelecer mecanismos para aplicá-la e consolidar o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) como parceiro nas ações de identificação, proteção e apoio aos refugiados.”<sup>2</sup> Essa declaração foi incorporada mais tarde à legislação nacional de vários países, como o Brasil, ou adotada na prática por outros, como Argentina e Chile. Desde então, esses dois marcos jurídicos balizam a questão do refúgio e pautam discussões, embora a conceituação e as diferenças entre os conceitos de refugiado, exilado, asilado e migrante ainda sejam tema de controvérsia acadêmica e política (AGIER; MADEIRA, 2017; AUDEBERT, 2017; JARDIM, 2016; LOCHAK, 2013; MAUREL, 2019; TARRADELLAS, 2017; VIANNA, 2015).

Embora o tema do refúgio sempre tenha estado presente na agenda de governos e entidades da sociedade civil, a realidade do refugiado tornou-se mais visível e

---

1 O texto da Convenção de Genebra foi completado pelo Protocolo de Cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas. Ambos textos podem ser consultados no sítio: <<https://www.unhcr.org/fr/about-us/background/4b14f4a62/convention-protocole-relatifs-statut-refugies.html>>. Acesso em: 12/07/2018.

2 O texto da Declaração de Cartagena pode ser consultado no sítio: <<https://www.acnur.org/5b076ef14.pdf>>. Acesso em: 12/07/2018.

mais dramática a partir dos anos 2010 (WENDEN, 2013). De 12 milhões de pessoas sob os cuidados do Alto Comissariado dos Refugiados das Nações Unidas (HCR/UN)<sup>3</sup> em 1985, passamos a 25,9 milhões em 2011, dos quais mais da metade são oriundos de apenas 6 países, Turquia, Jordânia, Cisjordânia e Gaza, Líbano, Uganda e Paquistão, e aproximadamente 40% do total tem menos de 18 anos. (MAZZELLA, 2014, p. 59-62). Trabalhando com a categoria de desenraizados, ou seja, pessoas forçadas a fugir de seu local de residência, alcançamos o número de 70,9 milhões de indivíduos, segundo dados do HCR/UN<sup>4</sup>. Olhando para a América Latina, em 2017, havia 215.924 refugiados<sup>5</sup>, sendo Equador, com 101.564 indivíduos, Venezuela, com 67.289 indivíduos, México, com 16.549 e Brasil, com 11.327<sup>6</sup>, os países com maior número de refugiados no continente<sup>7</sup>. Por outro lado, além do aumento no número de refugiados em relação aos anos anteriores, cresceu também o número de desenraizados e solicitantes de refúgio que, no momento atual na América Latina, gira em torno de 5 milhões, dos quais 4 milhões são venezuelanos<sup>8</sup>.

À importância do fenômeno do refúgio nos últimos 30 anos correspondeu um aumento exponencial no número de trabalhos acadêmicos, notícias de jornais, e ações de organismos internacionais, tais como a Organização Internacional das Migrações<sup>9</sup> (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (HCR/UN)<sup>10</sup>. No caso do Brasil, o fenômeno vem sendo estudado basicamente no interior das universidades e programas de pós-graduação, por vezes em parcerias com o ACNUR-Brasil ou com a OIM. A lista dessas publicações é extensa, como se pode ver no conjunto de livros, capítulos, artigos em periódicos científicos e

3 Trata-se da Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR). Para maiores detalhes, ver: <<https://www.unhcr.org>>.

4 Esses dados estão disponíveis no sítio: <<https://www.unhcr.org/fr/apercu-statistique.html>>. Acesso em: 17/04/2020.

5 Dados do Banco Mundial para 2017. Esse número é bastante pequeno quando comparado ao contingente de refugiados em outras regiões do mundo, como América do Norte, que registrava 427.350 indivíduos, ou ainda a União Europeia, que abrigava 2.489.832. Não obstante, o número de solicitantes de refúgio seria bem maior. O número de refugiados e solicitantes de refúgio gira em torno de 5 milhões, dos quais 4 milhões são oriundos da Venezuela. Para maiores detalhes, ver o sítio: <<https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/SM.POP.REFG>>. Acesso em: 17/04/2020.

6 Segundo Baeninger e Fernandes (2018, p. 27), esse número difere daquele do Conselho Nacional do Refugiado (CONARE), segundo o qual o Brasil abrigava 10.145 refugiados no final de 2017.

7 Dados do Banco Mundial. Para maiores detalhes, ver o sítio: <<https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/SM.POP.REFG>>. Acesso em: 17/04/2020.

8 A recente migração venezuelana para o Brasil tem sido objeto de vários estudos, dentre os quais podemos citar Baeninger e Fernandes (2018) e Simões (2017).

9 Para maiores detalhes, ver: <<https://www.iom.int>>. Acesso em: 17/04/2020.

10 O HCR/UN mantém sedes nacionais em vários países como, por exemplo, o Brasil. Para maiores detalhes, ver: <<https://www.acnur.org/portugues/>>. Acesso em: 17/04/2020.

teses e dissertações defendidas entre 1987 e 2009<sup>11</sup>. Nesse conjunto, dois temas são recorrentes: o direito e a proteção internacional do exilado/refugiado, de um lado, e o tema geral da hospitalidade, inclusão/integração do conjunto dos imigrantes, de outro. No rol dos primeiros, pode-se citar Bonis (2017), Bravo e Mialhe (2017), Silva (2015), Bógus e Rodrigues (2011), Rodrigues (2006), Moreira (2005), Araújo e Almeida (2001) ou Barreto (2010), e a lista não é exaustiva. Já em relação ao tema da hospitalidade e da integração, tem-se os trabalhos de Moulin e Zuzarte (2018), Facundo (2017), Fischer e Hamidi (2016), Gediel e Godoy (2016), Doufoulon (2013), Morales (2011), Quesada (2011), Milesi (2003), Pacífico (2010), dentre outros.

Em 2007 foi publicado um estudo resultante de uma pesquisa sobre a condição de vida da população refugiada residente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (AYDOS; BAENINGER; DOMINGUEZ, 2007). Nos anos 2010, foi publicada uma extensa pesquisa com foco na análise do perfil dos refugiados no Brasil (LIMA et al., 2017) e um atlas temático e demográfico sobre a população refugiada e solicitante de refúgio no Brasil, com especial atenção aos residentes no estado de São Paulo (BAENINGER; FERNANDES, 2018). Completando essa lista, em 2018, em reunião ocorrida na cidade de Curitiba (PR) com diversos representantes das Cátedras Sérgio Vieira de Mello<sup>12</sup>, pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA/UnB)<sup>13</sup>, e organizações da sociedade civil e entidades religiosas, apoiada pelo ACNUR/Brasil e organizada pelo Programa Política Migratória e Universidade Brasileira da Universidade Federal do Paraná<sup>14</sup>, decidiu-se pela realização de uma pesquisa nacional sobre o refugiado residente no Brasil, cujos resultados estão no relatório de minha autoria (OLIVEIRA, 2019)<sup>15</sup>.

A referida pesquisa coordenada por mim (OLIVEIRA, 2019) contemplou 8 temas, a saber: 1) Características Sociodemográficas, 2) Processos de Deslocamento, 3) Perfil Laboral e Habilidades Profissionais, 4) Moradia e Gastos Domésticos, 5)

---

11 O ACNUR-Brasil produziu uma lista com publicações sobre refúgio, deslocamentos internos e apatridia, que pode ser consultada no sítio: <<https://www.acnur.org/diretorio-nacional-de-teses-de-doutorado-e-dissertacoes-de-mestrado/introducao.htm>>. Acesso em: 17/04/2020.

12 Participaram dessa pesquisa as Cátedras Sérgio Vieira de Melo (CSVM) da Universidade Federal do Paraná (PR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), da Universidade Estadual de Campinas (SP), da Casa Rui Barbosa (RJ), da Universidade de Brasília (DF) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (MG). A pesquisa contou ainda com a participação da Universidade Federal do Amazonas, da Universidade Federal de Santa Catarina e dos pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre Migrações Internacionais (LAEMI-UnB).

13 Para maiores informações sobre o OBMIGRA, ver o sítio: <<http://ela.unb.br/pt-br/laboratorios/obmigra>>. Acesso em 17/04/2020.

14 Para maiores informações, ver o sítio: <<https://www.ufpr.br/portafulpr/noticias/programa-politica-migratoria-e-universidade-brasileira-da-ufpr-atende-cerca-de-5-mil-refugiados-e-migrantes-entre-2014-e-2018/>>. Acesso em 17/04/2020.

15 A análise geral e as análises por estado estão disponíveis no sítio do ACNUR/Brasil: <<https://www.acnur.org/portugues/>>. Acesso em: 17/04/2020.



Vínculos com Países de Origem e Riscos Financeiros, 6) Associativismo e Uso de Serviços Públicos, 7) Integração Sociocultural e 8) Perspectivas Futuras.

**Tabela 1.** Número de entrevistas previstas e realizadas por nacionalidade.

Nacionalidades	Seleção	Realizadas
Total	500	487
Sírios	170	153
Congolese	80	116
Angolano	34	42
Colombiano	33	36
Libanês	9	12
Paquistanês	4	7
Outras nacionalidades	170	121

Fonte: OLIVEIRA (2019).

**Tabela 2.** Número de entrevistas por UF.

Estado	Número de entrevistas
AM	5
DF	21
MG	12
PR	33
RJ	87
RS	36
SC	12
SP	281
Total	487

Fonte: OLIVEIRA (2019).

**Tabela 3.** Número de refugiados entrevistados por cidades e estados.

Cidade	Estado								TOTAL
	SP	RJ	RS	PR	DF	MG	SC	AM	
São Paulo	267								
Guarulhos	14								
Rio de Janeiro		81							
Duque de Caxias		6							
Porto Alegre			17						
Sapiranga			10						
Passo Fundo			7						
Venâncio Aires			2						
Curitiba				20					
Foz do Iguaçu				13					
Brasília					21				
Belo Horizonte						12			
Florianópolis							12		
Manaus								5	
TOTAL	281	87	36	33	21	12	12	5	487

Fonte: OLIVEIRA (2019).

A análise dos dados dessa pesquisa revelou que há uma forte concentração dos refugiados hoje residentes no Brasil em dois grupos nacionais, a saber: Sírios e Congoleses<sup>16</sup>. Com base nisso, pode-se afirmar hoje que o perfil nacional do refugiado no Brasil reflete, em certa medida, a realidade desses dois grupos que, efetivamente, correspondem a pouco mais de 55% de nossa amostra: num total de 269 indivíduos, 153 sírios e 116 congoleses<sup>17</sup>. Isso nos levou à seguinte conclusão: “Em consequência, uma análise detalhada desses dois grupos, a partir de algumas variáveis-chave, delineia não apenas o perfil de ambos, mas pode indicar tanto as características sociodemográficas como os principais obstáculos e elementos facilitadores aos processos integrativos do Refugiado no Brasil” (OLIVEIRA, 2019, p. 56). Com base nessa conclusão, decidi realizar uma investigação mais detalhada apenas sobre esses dois grupos, sírios e congoleses, que são os mais importantes em termos da população refugiada no Brasil. Isso foi feito para medir possíveis atos de discriminação sofridos uma vez que, majoritariamente, os congoleses são negros e os sírios são brancos. Lidamos ainda com um problema surgido: o grande número de não respondentes em relação à pergunta sobre gênero. O artigo procurou, primeiro, entender o impacto da não declaração de gênero para, em seguida, apresentar uma análise de seu perfil socioeconômico, processos integrativos e perspectivas futuras.

## SÍRIOS E CONGOLESES: A QUESTÃO DE GÊNERO

Na pesquisa que coordenei, um dado atraiu nossa atenção: o expressivo número (27,5% sobre o total de 487 refugiados entrevistados) de não informantes em relação à pergunta sobre o sexo/gênero<sup>18</sup>, o que não ocorreu, por exemplo, em relação à pergunta sobre cor/raça. A tarefa de explicar “não respostas” é complexa. Vários fatores surgiram durante o trabalho de campo, desde o incômodo com a pergunta (quando feita por entrevistador de sexo diferente daquele do entrevistado<sup>19</sup>), passando pelo fato de que a preferência sexual foi motivo principal da fuga do país de origem, pelo julgamento de que trata-se de uma questão de foro

---

16 Por comodidade, chamamos de congoleses apenas os originários da República Democrática do Congo, excluindo, portanto, os egressos da República do Congo.

17 Saliente-se que, desde 2017, os egressos da Síria e da República Democrática do Congo são os mais numerosos dentre os refugiados registrados no Brasil. Para maiores detalhes, ver Baeninger e Fernandes (2018, p. 28).

18 No questionário, foi perguntado como o refugiado se auto-declarava em relação ao gênero, apresentado-lhe as seguintes opções: Homem, Mulher, Homem trans, Mulher trans e Outro.

19 Isso ocorreu diversas vezes no grupo dos Sírios.

íntimo<sup>20</sup>, até o sentimento de obviedade da pergunta. Em alguns casos, foi claro o desejo de não expor a preferência sexual diante de um terceiro (em especial de familiares) presente durante a entrevista. Qualquer que tenha(m) sido o(s) motivo(s), a questão que se coloca é saber se o perfil socioeconômico dos dois grupos – grupo dos não informantes de gênero e o grupo daqueles que se declaram como homens refugiados, mulheres refugiadas ou transgêneros – apresenta variações de monta entre si, ou seja, se varia em relação às variáveis sociodemográficas, perfil laboral, moradia, associativismo, integração sociocultural, dentre outros.

No caso dos Sírios (Tabela 4), obtivemos 106 declarações de gênero contra 47 não informações. No caso dos Congolese, 77 declarações de gênero contra 39 não informações. No total, 183 indivíduos desses grupos declararam seu gênero contra 86 que não o fizeram. Os não declarantes foram 31% no grupo dos sírios e 34% no grupo dos congoleses, ou seja, praticamente um terço dos entrevistados de cada um desses dois grupos recusou-se a responder à questão, percentual apenas pouco superior àquele obtido na amostra nacional (27,5%) na referida pesquisa que coordenei (OLIVEIRA, 2019)

**Tabela 4.** Gênero declarado e não declarado por nacionalidade

Gênero	Síria	República Democrática do Congo	Total
Homem	75	56	131
Homem Transgênero*	1	1	2
Mulher	29	20	49
Outro	1	-	1
Gênero Não Declarado	47	39	86
Total Gênero Declarado	106	77	183
Total Gênero Declarado sem transgênero/outro	104	76	180
Total de Entrevistados	153	116	269

\*Não houve nenhum caso de “mulher transgênero”. Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Dado o número de “não respostas” e no intuito de melhor compreender possíveis diferenças no perfil entre aqueles que declararam seu gênero e os que não o fizeram, decidimos, primeiro, comparar os dois grupos entre si e, em seguida, compará-los com os resultados da amostra nacional. Contudo, tendo em vista o pequeníssimo número de transgêneros (apenas 2 casos e um caso indicado como “outro”), decidimos excluir esses 3 casos e trabalhar apenas com o grupo de homens

20 Há outras razões possíveis para as “não respostas”. Para verificar isso, estamos realizando uma análise da relação entre o sexo que consta no banco de dados do Ministério da Justiça (Conare) e a não declaração.

e mulheres declarantes, comparando-os ao conjunto dos não declarantes<sup>21</sup> e também dentro de cada grupo nacional. Assim, o grupo dos declarantes em relação ao gênero (Grupo GD: homens e mulheres) tem 180 indivíduos, e o grupo dos não declarantes em relação gênero (Grupo GND) tem 86 indivíduos<sup>22</sup>.

Estabelecidos os dois grupos, analisamos as respostas dos não declarantes (Grupo GND) em relação aos declarantes de gênero (Grupo GD) em cada grupo nacional. O objetivo foi observar se os resultados estão próximos daqueles obtidos em relação na amostra nacional no intuito de avaliar se a não declaração de gênero efetivamente modificava o perfil de cada grupo. Caso não se diferenciem torna-se possível ignorar o grupo dos não declarantes e analisar as diferenças entre os gêneros tomando como base o grupo de “homens e mulheres”, o que permite trabalhar diferenças nacionais entre gêneros dentro de cada grupo, assim como diferenças de gênero independente da nacionalidade. Para testar essa hipótese – melhor desenvolvida em Oliveira (2019) – limitamos nossa análise aqui apenas às variáveis idade, raça/cor, nível educacional e renda.

### **IDADE E RAÇA/COR NOS GRUPOS GD E GND POR NACIONALIDADE**

No grupo GND, 94,2% de sírios e congoleses concentram-se na faixa etária entre 20 e 59 anos, contra 93,4% no grupo GD. Em consequência, as faixas etárias do grupo GND não variam em relação àquelas dos homens e mulheres sírios e congoleses. Comparando agora o percentual de sírios e congoleses em ambos os grupos para a faixa entre 18<sup>23</sup> e 49 anos, encontramos um percentual exatamente igual: 97,7%. Na amostra nacional, encontramos 419 refugiados (88,26%) entre 18 e 49 anos, donde se conclui que sírios e congoleses, independente de haverem declinado seu gênero, são apenas levemente mais numerosos nessa faixa de idade do que a média nacional: 97% contra 88%.

---

21 A opção de trabalhar apenas os casos de gênero-declarantes homens e mulheres possibilitou analisar as diferenças entre os gêneros masculino e feminino em relação às variáveis escolhidas. A realidade do refugiado transgênero merecerá análise mais aprofundada em outro momento.

22 Os nomes dado aos grupos, Gênero Declarado (GD) e Gênero Não Declarado (GND) não têm pretensões teóricas. São utilizados apenas para diferenciar os dois grupos.

23 Soma-se agora o pequeno percentual de jovens entre 18 e 19 anos.

Analisando a variável raça/cor em cada um dos grupos, temos:

**Tabela 5.** Raça/cor no grupo GD por nacionalidade.

	Homens Sírios	Mulheres Sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Branca	72	27	2	-	101
Preta	1	-	47	19	67
Parda	2	2	7	1	12
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Dentre os 67 indivíduos negros (Tabela 5), apenas 1 é sírio, no caso um homem. Em sentido inverso, dentre os 101 refugiados que se declararam brancos, apenas 2 são congoleses, ambos homens. Comparando agora esses dados com aqueles do grupo GND, por nacionalidade, temos:

**Tabela 6.** Raça/cor no grupo GND por nacionalidade.

	Sírios	Congolese	Total
Branca	38	1	39
Preta	-	38	38
Parda	9	-	9
Total	47	39	86

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

No grupo GND, todos os 38 indivíduos negros são congoleses. Já dentre os 39 indivíduos brancos, identificou-se 1 congolês. Somando agora os dois grupos sem diferenciação de gênero, os brancos são 140 (101 GD e 39 GND), dos quais apenas 3 são congoleses (2 GD e 1 GND). Em sentido inverso, dos 105 negros (67 GD e 38 GND), apenas 1 é sírio, no caso um homem. Em conclusão, podemos afirmar que os sírios (independente da declaração de gênero) compõem quase que totalmente o grupo de auto-declarados brancos e, em sentido inverso, os congoleses (também independente da declaração de gênero) compõem o grupo de auto-declarados negros. No cômputo geral, brancos compõem 52,6% da amostra, negros 39,4% e pardos, 8%.

Dos dados acima, pode-se afirmar que:

- 1) Sírios e sírias são, em sua grande maioria, brancos e congoleses e congolesas, negros.
- 2) O grupo GND não tem nenhum impacto na composição racial de qualquer dos dois grupos nacionais.
- 3) Os grupos em análise desviam-se levemente da estratificação racial obtida na amostra nacional.

Dentre os 463 refugiados (no universo de 487 entrevistados) que declararam sua raça/cor quando perguntado, 46% declararam-se negros e 12,74% indivíduos declararam-se pardos, constituindo assim a maioria de praticamente 59% da amostra nacional entrevistada, enquanto que no grupo de sírios e congoleses esse número foi de 47,4%. Por outro lado, 40% (186) da amostra nacional declararam-se brancos, contra 52,6% no grupo em tela.

Analisemos agora as duas últimas variáveis, a saber: nível educacional e renda.

NÍVEL EDUCACIONAL

Na amostra nacional da pesquisa que coordenei (OLIVEIRA, 2019), apenas 13 refugiados (2,7% dos refugiados informantes) não haviam completado o Ensino Fundamental e 3 outros declararam-se analfabetos, perfazendo um total de 16 refugiados na faixa “Ensino Fundamental Incompleto e Analfabetos”. Por outro lado, 242 refugiados (49,7%) concluíram o Ensino Médio e 166 outros (34,4%) concluíram o Ensino Superior, 15 deles já tendo cursado alguma pós-graduação. Em resumo, 84,5% dos refugiados entrevistados na amostra nacional concluíram ao menos o Ensino Médio e apenas 5 entrevistados não responderam a essa questão.

Vejamos agora como essa realidade apresenta-se entre brancos (sírios) e negros (congoleses), em relação aos grupos GD e GND (Tabelas 7 e 8).

Tabela 7. Nível educacional no grupo GD por nacionalidade.

	Homem congolês	Mulher congolesa	Homem sírio	Mulher síria	Total
Mestrado Completo	2	-	1	-	3
Especialização Completa	-	-	2	-	2
Ensino Superior Completo	21	6	31	13	71
Ensino Médio Completo	29	13	34	11	87
Ensino Fundamental Completo	4	1	6	5	16
Ensino Fundamental Incompleto	-	-	1	-	1
Total	56	20	75	29	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Dentre os 180 sírios e congoleses (homens e mulheres), 163 indivíduos (90,4%) concluíram ao menos o Ensino Médio. Na amostra nacional, foram 84,5% no mesmo nível de formação escolar, o que comprova a hipótese avançada: sírios e congoleses refletem a realidade do refugiado no Brasil<sup>24</sup>. Somando ambos os grupos, a formação dos homens é praticamente idêntica a das mulheres: são 56

24 Na pesquisa realizada por Lima et al. (2017, p. 122) sobre o perfil dos refugiados residentes no Brasil entre 1988 e 2014, os congoleses nessa faixa de formação eram 68,9% e os sírios, 77,4%.

homens (38,9%) sírios e congoleses dentre 131 entrevistados com ensino superior completo ou algum tipo de especialização/pós-graduação concluída, contra 19 mulheres (38,7%) dentre as 49 mulheres entrevistadas.

A análise da formação escolar por nacionalidade/raça revela, contudo, algumas diferenças. Nos grupos GD, temos 29 congoleses e congolesas (38,1%) com formação superior ou algum tipo de pós-graduação concluída e 47 sírios e sírias (45,2%), revelando, assim, que os últimos têm formação escolar um pouco mais elevada do que os primeiros (Tabela 7). No caso dos congoleses, os homens têm formação escolar mais elevada do que as mulheres. São 23 homens congoleses (41% dentre 56 entrevistados) com ao menos formação superior, contra 6 mulheres congolesas (30% dentre 20 entrevistadas). Isso não ocorre no caso dos sírios, onde homens e mulheres têm o mesmo percentual de formação superior, em torno de 46%, como mostramos abaixo. Já no grupo GND congolês (Tabela 8), encontramos 26 (66%) congoleses com formação superior ou acima. Em resumo, o grupo congolês GND tem formação mais elevada do que seu congênere declarante – 66% GND contra 38,1% GD –, sendo que os homens têm formação mais elevada do que as mulheres. Isso nos permite supor que as mulheres congolesas, que têm formação escolar menos elevada do que os homens, são em termos proporcionais mais numerosas no grupo GND. Assim fazendo, teriam contribuído para o crescimento do percentual de alta formação nesse grupo. Em relação aos sírios, por sua vez, os percentuais são próximos: 47% GND com formação superior ou alguma pós-graduação concluída, contra 45,2% no grupo GD (Tabelas 7 e 8).

**Tabela 8.** Nível educacional grupo GND por nacionalidade.

	Congolese	Sírio	Total
Mestrado Completo	-	2	2
Especialização Completa	2	3	5
Ensino Superior Completo	24	17	41
Ensino Médio Completo	11	23	34
Ensino Fundamental Completo	2	2	4
Total	39	47	86

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Restringindo a análise àqueles que concluíram ao menos o Ensino Médio, observa-se que, na soma geral, 97,6% de sírios e congoleses GND (Tabela 8) estão nessa faixa, contra 90,4% nos grupos GD. Tanto num caso como noutro, são percentuais superiores aos 84,5% obtidos na amostra nacional. Em resumo, no caso dos sírios não há diferença de gênero em relação à formação escolar e não se pode saber quem não declarou gênero no interior do grupo GND. Em contrapartida, a diferença de formação mais alta no grupo GND congolês é provavelmente consequência



ência do menor número de mulheres aí presentes, uma vez que no grupo GD elas têm formação menos elevada do que os homens. Numa palavra, a não-declaração de gênero altera o perfil educacional no grupo dos congoleses (aumentando o percentual nos extratos de formação mais altos), mas não no grupo dos sírios. Porém, mesmo no caso dos congoleses, o perfil educacional do grupo GND não é muito distante do perfil do grupo GD: são 97,6% com formação superior ou acima, contra 90,4% no grupo GD.

REND

Analisando em conjunto os dados desses dois grupos (Tabelas 9 e 10), temos 52,5% (150 de 286 entrevistados) de sírios e congoleses na faixa dos R\$ 1.000,00 – 2.999,99, contra 55,4% na amostra nacional (OLIVEIRA, 2019). Da mesma forma, são 19,6% na faixa renda até R\$ 999,99, contra 24,5% na amostra nacional, indicando uma vez mais que esses dois grupos espelham a realidade do refugiado no Brasil.

Tabela 9. Renda domiciliar grupo GD por nacionalidade.

	Homem congolês	Mulher congolesa	Homem sírio	Mulher síria	Total
R\$ 10.000,00 ou mais	-	-	1	-	1
De R\$ 5.000,00 a R\$ 9.999,99	1	-	2	-	3
De R\$ 3.000,00 a R\$ 4.999,99	10	1	14	5	30
De 1.000,00 a R\$ 2.999,99	19	14	54	22	109
Menos de R\$ 1.000,00	26	5	4	2	37
Total	56	20	75	29	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Tabela 10. Renda domiciliar grupo GND por nacionalidade.

	Congolese	Sírios	Total
De R\$ 5.000,00 a R\$ 9.999,99	1	5	6
De R\$ 3.000,00 a R\$ 4.999,99	4	16	20
De 1.000,00 a R\$ 2.999,99	20	21	41
Menos de R\$ 1.000,00	14	5	19
Total	39	47	86

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Os percentuais nas faixas de renda dos dois grupos revelaram que dentre os congoleses na faixa de renda acima de R\$ 1.000,00, há 54% de homens contra 75% de mulheres, ou seja, as últimas declararam renda mais elevada do que os primeiros. Já no grupo de congoleses GND, encontramos 64,1% de entrevistados com renda acima de R\$ 1.000,00. Pode-se supor, assim, que as mulheres são efetivamente menos numerosas no grupo GND. Ao não declarar seu gênero, a diferença de renda entre homens e mulheres cai porque elas são 75% a receber

mais do que R\$ 1.000,00, enquanto que são apenas 54% homens nessa faixa. Isso reforça a hipótese (apresentada na análise sobre o nível educacional) segundo a qual há mais mulheres do que homens não declarantes no grupo GND dos congolese.

Em relação ao grupo dos sírios, há 5 mulheres sírias (17,2%) com renda acima de R\$ 3.000,00, contra 17 homens sírios (22,7%). No cômputo geral, temos 22 indivíduos (21,15%) com renda acima de R\$ 3.000,00. No grupo GND, são 21 sírios (44,7%) com faixa de renda acima de R\$ 3.000,00, praticamente o dobro do grupo GD. Já na faixa de renda acima de R\$ 1.000,00, temos 98 sírios (94,2%) no grupo GD e 42 sírios (89,4%) no grupo GND, percentuais bastante próximos. A renda mais alta no grupo dos sírios GND apresenta-se assim como um dado aparentemente casual porque a renda de homens e mulheres é próxima, tal como encontrado na faixa acima de R\$ 1.000,00 nos dois grupos: 94,2% no grupo GD, contra 89,4% no grupo GND.

Em síntese, notam-se pequenas diferenças de renda e formação escolar entre os grupos GD e GND congolese, provavelmente porque os homens incomodaram-se menos do que as mulheres em declarar seu gênero. No caso dos sírios, encontramos variação significativa apenas no extrato de renda acima de R\$ 3.000,00, mas não no cômputo geral. À exceção dessas variações, cujo impacto na análise geral é mínimo, não observamos variações significativas entre os grupos GD e GND em sírios e congolese em relação ao conjunto das variáveis estudadas. Dito de outro modo, sírios e congolese (em ambos os grupos GD e GND) situam-se na mesma faixa etária, repartem-se efetivamente em grupos de brancos e negros, apresentam indicadores semelhantes em relação à formação escolar e à renda. Ademais, esses indicadores estão próximos da média obtida na amostra nacional. O perfil bastante semelhante em ambos os grupos nos permite trabalhar, para efeitos da análise que se segue, apenas com o grupo gênero-declarante (GD) de 180 sírios e congolese homens e mulheres. A partir desse universo de 180 entrevistados, apresentamos agora uma análise que procurou medir diferenças causadas pelo gênero e, sobretudo, pela cor/raça, porque, de fato, estamos diante de grupo de brancos e negros, sírios e congolese, respectivamente.

### **SÍRIOS E CONGOLESE HOMENS E MULHERES: PERFIL SOCIOECONÔMICO, INTEGRAÇÃO CULTURAL E PERSPECTIVAS FUTURAS**

Na análise que se segue, selecionamos algumas variáveis para ilustrar características socioeconômicas, aspectos da integração e perspectivas futuras de sírios e congolese. Vejamos.

CONDIÇÃO DA RESIDÊNCIA

Tabela 11. Condição da residência por nacionalidade.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Alugada	51	26	41	17	135
Cedida	1	1	1	-	3
Própria	2	-	2	-	4
Outros	21	2	12	3	38
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

A residência “alugada” é a principal condição de residência para os dois grupos: 135 casos em 180 (75%). No caso dos sírios, 77 entrevistados (74%) vivem em residências alugadas contra 76% dos congoleses, resultados praticamente semelhantes, embora levemente inferiores à amostra nacional, onde encontramos 90,6% dos refugiados residindo em moradias alugadas (OLIVEIRA, 2019, p. 28). As mulheres, independente da nacionalidade, são a grande maioria nessa condição: 89% das sírias e 85% das congolesas. De forma geral, portanto, as mulheres revelam menos opções de residência quando comparadas aos homens, uma vez que 68% dos sírios e 74% dos congoleses estão residindo em residências alugadas. Enfim, apenas 4 entrevistados – 2 homens sírios e 2 homens congoleses – são proprietários da residência onde vivem (2,22%), contra 6,81% na amostra nacional, revelando que, de maneira geral, no quesito de patrimonização, a integração econômica na sociedade de acolhimento ainda é muito periférica<sup>25</sup>.

CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO E DESEMPREGO

Na amostra nacional de 487 entrevistados<sup>26</sup>, a maioria está trabalhando (57,5% ou 280 refugiados). No outro extremo, 95 ou 19,5% dos refugiados estão procurando trabalho – índice de desemprego bem mais elevado do que a média nacional – enquanto que 5,7% dos entrevistados estão desocupados, ou seja, não estão empregados nem estão procurando emprego.

No caso em tela (Tabela 12), os ocupados são maioria no conjunto dos dois grupos sem distinção de gênero: 97 indivíduos ou 53,9% do total de 180. Esse dado é compatível com a amostra nacional onde, como acima visto, 57,5% estão ocupados.

25 Investigando refugiados residentes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, Aydos, Baeninger e Domínguez (2007) encontraram situação semelhante: 75,3% dos entrevistados moravam em imóveis alugados e somente 5,5% declararam moradia própria.

26 Todos os entrevistados responderam a essa questão, confirmando, assim, que apenas algumas perguntas tiveram alta taxa de não resposta.

Nesse mesmo registro, 37 refugiados do conjunto de sírios e congoleses estão procurando trabalho e outros 10 declararam-se desempregados, perfazendo um total de 47 indivíduos (26,1%) fora do mercado de trabalho, contra 25,2% na mesma situação na amostra nacional. Isso indica que a realidade dos sírios e congoleses reflete com fidedignidade a realidade do refugiado residente no Brasil. Finalmente, o alto índice de desemprego é ainda mais preocupante porque trata-se de população vulnerável, obrigada a deixar seu país de origem em condições de grande fragilidade e que não está conseguindo gerar renda no país de destino (OLIVEIRA, 2019, p. 38).

**Tabela 12.** Condição na ocupação principal.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens congoleses	Mulheres congolesas	Total
Ocupado	55	11	24	7	97
Procurando trabalho	11	3	18	5	37
Desocupado	1	1	2	6	10
Afazeres domésticos	-	9	-	1	10
Aposentado/pensionista	1	-	-	-	1
Estudante	5	4	10	1	20
Outros	2	1	2	-	5
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Dentre os 75 sírios entrevistados, 55 (73,3%) estão ocupados, contra 24 (42,8%) dentre os 56 congoleses. Uma vez que a formação (ter, ao menos, concluído curso superior) entre homens sírios e congoleses é bastante semelhante, 45,3% e 41% respectivamente, a explicação para a maior taxa de ocupação entre os sírios deve ser procurada em outros fatores. Por outro lado, no grupo das mulheres, a taxa de ocupação das sírias e das congolesas, 37,9% e 35% respectivamente, é bastante semelhante.

Na amostra nacional, 5,3% dos entrevistados declararam-se ocupados com “afazeres domésticos” e 3 (0,6%) afirmaram ser aposentados ou pensionistas. Finalmente, 8,62% (42 refugiados) estão fazendo “estudos”, num total de 14,5% na soma geral dessas situações. Dentre sírios e congoleses, as mulheres perfazem a totalidade dos casos de “afazeres domésticos” (9 sírias e uma congolesa), exatamente como na amostra nacional. Em suma, todas nessa condição são mulheres, revelando aqui evidente perfil de gênero nesse tipo de atividade. No grupo em tela, temos ainda um único caso de aposentado e 20 estudantes. No total são 31 refugiados nessa situação, 17,2%, contra 14,5% na amostra nacional, indicando aqui também que a realidade de sírios e congoleses espelha o perfil geral do refugiado no Brasil. Finalmente, os dados apontam 14,5% de estudantes dentre os congoleses

e congolesas (10 homens e apenas uma mulher), contra apenas 8,6% de sírios (5 homens e 4 mulheres), indicando que os estudos são uma solução ou explicação parcial à menor taxa de ocupação dos primeiros.

CAUSAS DO DESEMPREGO

Na tentativa de explicar as razões da alta taxa de desemprego, sobretudo se comparada ao dado nacional (hoje em torno de 12%), foi solicitado aos entrevistados que indicassem os principais obstáculos à obtenção do emprego formal. Os resultados concentraram-se em alguns deles, a saber: domínio do idioma português, condição de estrangeiro, preconceito racial e situação do mercado de trabalho (Tabelas 13 a 16).

Tabela 13. Dificuldade de obter emprego devido ao preconceito racial.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens congoleses	Mulheres congolesas	Total
Sim	-	2	18	3	23
Não	75	27	38	17	157
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Tabela 14. Dificuldade de obter emprego devido à condição de estrangeiro.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens congoleses	Mulheres congolesas	Total
Sim	11	3	10	5	29
Não	64	26	46	15	151
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Analisando conjuntamente as Tabelas 13 e 14, os dados indicam uma situação semelhante, ou seja, uma relação quase direta entre “preconceito racial” e “ser estrangeiro”. De maneira geral, como se pode ver na última coluna de ambos as tabelas, o fato de ser estrangeiro (29 casos ou 16,1%) traz mais dificuldades do que o preconceito racial (23 casos ou 12,7%) no momento da obtenção do emprego. Contudo, ser estrangeiro dificulta mais os congoleses (19,7%) do que os sírios (13,5%). Por outro lado, o preconceito racial atinge basicamente os congoleses. Enquanto foram encontradas apenas 2 casos (duas mulheres sírias) que declararam ter sofrido preconceito racial, encontramos 21 casos de congoleses (18 homens e 3 mulheres, 27,6% do total) que foram objeto desse mesmo tipo de preconceito, percentual ainda mais elevado do que os 19,7% de citações dentre os congoleses para “ser estrangeiro”. Isso demonstra que a maior dificuldade na obtenção do emprego é fruto de um racismo possivelmente generalizado que atinge os congoleses negros,

e lateralmente as mulheres sírias. Os dados por gênero confirmam o preconceito racial: são 7% (duas mulheres sírias) contra 15% (3 congolesas). Por outro lado, não há preconceito racial contra homens sírios, mas sim contra as mulheres, enquanto que a situação se inverte no caso dos congoleses: há bem mais preconceito racial contra os homens (32%) do que contra as mulheres (15%).

**Tabela 15.** Dificuldade de obter emprego devido ao não domínio do idioma.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens congoleses	Mulheres congolesas	Total
Sim	35	10	11	5	61
Não	40	19	45	15	119
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Mais citado do que o preconceito racial e o fato de ser estrangeiro, o domínio do idioma também tem, no geral, importante efeito na dificuldade em conseguir emprego (citado por 61 entrevistados, ou 33,9%). Os homens sírios apresentam o mais alto percentual (46,6%) nesse quesito e os homens congoleses o menor (16,6%), indicando uma maior proximidade/facilidade para a compreensão do português a partir de sua língua nativa, o francês. As mulheres sírias e congolesas apresentam taxas próximas. Enquanto as primeiras foram 35% ao citar o idioma como dificuldade, as segundas foram apenas 25%, indicando provavelmente a mesma proximidade da língua materna em relação à língua portuguesa apontada no caso dos homens congoleses.

**Tabela 16.** Situação do mercado de trabalho dificulta obtenção de emprego.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens congoleses	Mulheres congolesas	Total
Sim	36	9	40	10	95
Não	39	20	16	10	85
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Apesar do preconceito racial, ser estrangeiro e o não domínio do idioma serem fatores que dificultam a obtenção de emprego – principalmente no grupo dos congoleses –, a situação do mercado de trabalho é, de fato, o principal obstáculo em ambos os grupos, independente do gênero. No total, o mercado de trabalho foi citado por 95 entrevistados (52,8%). Coerente com o maior número de sírios que empregam e/ou trabalham por conta própria, o mercado de trabalho foi menos citado dentre eles (43,2%), quando em comparação com os congoleses (65,8%). Por fim, o mercado de trabalho também foi mais citado pelos homens (58%) do que pelas mulheres (38,7%).

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

A Tabela 17 apresenta a posição na ocupação do grupo de 97 sírios e congoleses que se declararam “ocupados”.

Tabela 17. Condição na ocupação principal.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congoleses	Mulheres Congolesas	Total
Empregado	30	3	17	6	56
Empregador	8	2	-	-	10
Conta Própria	16	6	6	1	29
Outros	1	-	1	-	2
Total	55	11	24	7	97

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

No conjunto, percebe-se que há proporcionalmente menos homens sírios empregados do que homens congoleses: 30 sírios (54,6%), contra 17 congoleses (70,8%). Por outro lado, analisando aqueles que trabalham por conta própria e os empregadores, percebe-se nítida diferença nos dois grupos: 8 homens sírios empregadores (14,5%) e nenhum homem congolês empregador. Temos ainda 16 homens sírios (29%) trabalhando por conta própria contra 6 homens congoleses (25%). Dentre as mulheres, embora sejam 6 congolesas (87%) contra apenas 3 mulheres sírias (27,2%) empregadas, temos, 8 mulheres sírias (72,7%) entre empregadoras e trabalhadoras por conta própria, contra apenas 1 mulher congolesa (14,3%). O empreendedorismo é, portanto, mais forte entre os sírios (homens e mulheres) em comparação aos congoleses (homens e mulheres). Em termos de gênero, contudo, o empreendedorismo é mais forte entre as mulheres sírias (72,7%) em comparação com os homens sírios (43,6%), e menos entre as mulheres congolesas (14,3%) quando comparadas aos homens congoleses (29,1%).

Na amostra nacional, verificamos apenas 7,1% de empregadores contra 10% no grupo em tela. A particularidade aqui é que todos os empregadores se encontram no grupo dos sírios (8 homens e 2 mulheres). Por outro lado, na amostra nacional temos 31% de refugiados que trabalham por conta própria contra 29,9% no grupo em tela, demonstrando que, efetivamente, sírios e congoleses espelham os dados nacionais. Não obstante a realidade geral do grupo, praticamente a metade de todos os sírios e sírias (48,5%) empregam ou trabalham por conta própria, contra ¼ (22,5%) dos congoleses. Isso demonstra forte potencial empreendedor dos primeiros, mormente o comércio estabelecido com sede física, seja na própria residência, como é o caso daqueles que produzem alimentos para venda, seja em estabelecimentos comerciais ou via aplicativos. Por fim, enquanto na amostra nacional temos apenas 7% de empregadores, no grupo dos sírios eles são 15,2% do



total. Esse dado também demonstra a alta capacidade empreendedora dos sírios e sírias em relação a qualquer outro grupo nacional de refugiados. Para confirmar a específica relação dos sírios com o empreendedorismo, analisamos abaixo a disposição em empreender.

**Tabela 18.** Disposição em empreender por nacionalidade.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens congoleses	Mulheres congolesas	Total
Sim	55	27	44	13	139
Não	20	2	12	7	41
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Somando todas as respostas afirmativas (Tabela 18), temos um percentual de 77,2% de indivíduos que desejam empreender, dado próximo aos 79,21% da amostra nacional<sup>27</sup>. Em relação ao gênero, as mulheres sírias demonstram interesse em 93% dos casos, percentual significativamente superior às suas congêneres congolesas (apenas 65%). No caso dos homens, 75% sírios desejam empreender, percentual um pouco inferior ao dos homens congoleses, onde 78% manifestaram-se interessados – talvez porque os sírios já estejam empreendendo. Os dados aqui apresentados não permitem concluir assertivamente e, de maneira geral, o desejo de empreender é próximo nos dois grupos, diferenciando-se apenas no específico grupo das mulheres. O fato de conseguir efetivamente empreender é que marca e diferencia o refugiado sírio do conjunto dos refugiados residentes no Brasil.

**GRAU DE CONHECIMENTO DOS DIREITOS E DEVERES**

O grau de conhecimento dos direitos e deveres do refugiado não se diferencia entre grupos nem entre gêneros, conforme mostra a Tabela 19.

**Tabela 19.** Grau de conhecimento dos direitos e deveres do refugiado.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Sim	28	8	24	3	63
Parcialmente	20	13	20	12	65
Não	27	8	12	5	52
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

27 Isso reforça a hipótese segundo a qual a amostra de homens e mulheres sírios e congoleses espelha a amostra nacional.

No cômputo geral (Tabela 19), 52 entrevistados (29%) afirmaram desconhecer totalmente os direitos e deveres do refugiado, contra 33% na amostra nacional. Em relação aos grupos nacionais e ao gênero, os homens sírios declararam grau de conhecimento de seus direitos e deveres levemente superior àquele dos homens congoleses (85% contra 78%). No caso das mulheres, nota-se leve inversão: as mulheres congolesas declararam grau de conhecimento dos direitos e deveres levemente superior àquele de suas congêneres sírias (25% contra 21%). Por outro lado, 77% dos congoleses e 66% dos sírios declararam conhecer ou conhecer parcialmente seus direitos e deveres, demonstrando que tanto a variável raça/cor quanto a variável gênero não têm impacto sobre o conhecimento de direitos e deveres.

Analisamos agora indicadores do cotidiano, no intuito de relacionar o grau de integração à sociedade brasileira às perspectivas futuras do refugiado em tela.

DISCRIMINAÇÃO

Na amostra nacional, 41% dos entrevistados declararam ter sofrido algum tipo de discriminação. Ser estrangeiro e Ser negro foram, nessa ordem, os dois principais motivos dos atos de discriminação relatados. Vejamos agora como essa realidade se apresenta nos grupos em questão.

Tabela 20. Discriminação.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens congoleses	Mulheres congolesas	Total
Sim	10	9	41	11	71
Não	65	20	15	9	109
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Os dados da Tabela 20 indicam que 40% de sírios e congoleses sofreram algum tipo de discriminação, independente do gênero, uma vez que nos homens foram 51 casos (38,9%) e nas mulheres 20 casos (40,8%), percentuais praticamente idênticos entre si e também idêntico àquele revelado pela amostra nacional (41%). Contudo, examinando a variável cor/raça, percebe-se que os congoleses respondem por 52 dentre os 76 indivíduos de seu grupo (68,4%), enquanto que apenas 19 sírios dentre os 104 indivíduos de seu grupo (18,2%) declararam ter sofrido algum tipo de discriminação. Isso indica que a discriminação sofrida tem claro viés racial, reforçando os dados revelados em relação aos fatores que dificultam a obtenção de emprego. Da mesma forma, quando analisamos a mesma realidade dentro de cada grupo nacional, o racismo atinge sobretudo mulheres congolesas: 55% das quais declararam atos discriminatórios, contra 31% das mulheres sírias. Confirma-se,

assim, que a discriminação tem fundamento racial, mas também de gênero. As mulheres congolesas (negras) sofreram mais atos discriminatórios do que suas congêneres sírias (brancas), e os homens congoleses (negros) mais do que seus congêneres sírios (brancos).

Finalmente, a discriminação relatada tem viés de gênero invertido dentro de cada grupo nacional. No grupo congolês, os homens congoleses sofreram mais discriminação (73%) do que as mulheres congolesas (55%). Já os homens sírios declararam menos atos discriminatórios do que as mulheres sírias: 13% contra 31%. Isso reforça a existência de preconceito racial, uma vez que congoleses são, em sua grande maioria, negros e sírios, brancos. Os dados revelam, porém, que as mulheres sírias podem estar tendo menos contato com a sociedade brasileira.

### **CONHECIMENTO DA CULTURA BRASILEIRA**

Olhemos agora o grau de conhecimento de algumas manifestações artísticas da cultura brasileira, por gênero e raça/cor. Analisando em bloco as Tabelas 21 a 24, os resultados chamam positivamente a atenção. A música brasileira é conhecida por 86,1% dos entrevistados, os filmes por 54,4% e as telenovelas por 51,1%. Apenas a literatura apresentou uma taxa de conhecimento inferior a 50%, embora seja conhecida por 31,1% do grupo, praticamente 1/3 dos entrevistados. A análise por grupo nacional pode indicar a maior difusão dessas formas artísticas no país africano em comparação com a Síria, onde 90,1% dos congoleses afirmaram conhecer a música brasileira, contra 82,7% dos sírios. Do mesmo modo, 65,8% dos congoleses afirmaram conhecer o cinema brasileiro, contra 46,1% dos sírios. Finalmente, 71% dos congoleses afirmaram conhecer as telenovelas brasileiras, contra 37,5% dos sírios. Ainda que os sírios conheçam menos, chama a atenção o grau de conhecimento de ambos os grupos da telenovela brasileira, uma vez que elas são exibidas gratuitamente em muitos canais de televisão de outros países. Finalmente, o grau de conhecimento da literatura por dois grupos nacionais não lusófonos é efetivamente surpreendente.

Trabalhando esses resultados por gênero independente da nacionalidade, 91,8% das mulheres conhecem a música brasileira, contra 84% dos homens. Em sentido inverso, 69,2% dos homens conhecem o cinema brasileiro, contra 53% das mulheres; 64% dos homens conhecem as telenovelas brasileiras, contra novamente 53% das mulheres; finalmente 41,3% dos homens conhecem a literatura brasileira, contra 26,5% das mulheres. Os dados de homens e mulheres são próximos e necessitariam ser cruzados com o tempo de permanência no Brasil para uma análise mais detalhada. Não obstante, o conhecimento de manifestações artísticas

brasileiras é fato geral, atingindo tanto homens quanto mulheres. Por fim, não se nota aqui grande diferença entre homens sírios e homens congoleses ou entre mulheres sírias e mulheres congolesas. O grau de conhecimento é próximo como é o caso, por exemplo, da música, que apresenta uma taxa de conhecimento de 89%, no caso dos homens congoleses, e 80%, no caso dos homens sírios, e de 95% entre as mulheres congolesas, e 90% entre as mulheres sírias (Tabela 21).

**Tabela 21.** Conhecimento da música brasileira por nacionalidade.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Sim	60	26	50	19	155
Não	15	3	6	1	25
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

**Tabela 22.** Conhecimento de filmes brasileiros por nacionalidade.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Sim	36	12	36	14	98
Não	39	17	20	6	82
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

**Tabela 23.** Conhecimento de telenovelas brasileiras por nacionalidade.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Sim	29	10	38	16	92
Não	46	19	18	4	88
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

**Tabela 24.** Conhecimento da literatura brasileira por nacionalidade.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Sim	14	9	29	4	56
Não	61	20	27	16	124
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Adaptado pelo autor de OLIVEIRA (2019).

Em síntese, as altas taxas de conhecimento da cultura brasileira demonstram interesse e elevado grau de integração, fato que é ainda mais relevante porque 35% de nossa amostra nacional chegou ao Brasil depois de 2014 (OLIVEIRA, 2019).

PERSPECTIVAS FUTURAS

Parte das representações positivas ou negativas feitas sobre o presente tem sua origem na forma como se vislumbra o futuro, ou seja, nas perspectivas futuras. Para entendê-las, analisamos três conjuntos de dados, a saber: o desejo de participar politicamente através do voto, o desejo de obter a nacionalidade brasileira e o desejo de permanecer definitivamente no Brasil.

Tabela 25. Desejo de votar.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Sim	58	16	51	18	143
Não	17	13	5	2	37
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Pesquisa de Campo.

Na amostra nacional, 80,6% dos refugiados manifestaram o desejo de votar nos pleitos políticos brasileiros. No grupo em tela, foram 75% (143 em 180 possíveis). Chama a atenção o fato de apenas 55% das mulheres sírias terem manifestado esse interesse à diferença das mulheres congolesas que foram afirmativas em 90% dos casos. Do mesmo modo, apenas 77,3% dos sírios, contra 91% dos congoleses, manifestaram interesse em votar, revelando que os egressos da República Democrática do Congo entrevistados estão mais inclinados à integração política do que seus congêneres sírios.

Tabela 26. Desejo de obter a nacionalidade brasileira.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Sim	73	29	54	20	176
Não	2	0	2	0	4
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Pesquisa de Campo.

Na amostra nacional, o desejo em obter a nacionalidade brasileira foi manifestado por uma imensa maioria, 96,3%. Obtivemos praticamente o mesmo resultado no grupo estudado, 97,8% (176 em 180 casos possíveis). Na amostra nacional, 84% afirmaram que desejam permanecer definitivamente no país, indicando confiança no futuro. No grupo em questão, obtivemos um resultado próximo: 78,3%. Analisando por gênero, 77% dos homens (sírios e congoleses somados) desejam obter a nacionalidade brasileira, contra 81% das mulheres. Os sírios se manifestaram favoravelmente em 80% dos casos, contra 76% dos congoleses. Assim, não há

variação de monta nos grupos estudados, seja por nacionalidade, seja por gênero (Tabela 27).

**Tabela 27.** Desejo de permanecer definitivamente no Brasil.

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Sim	58	25	43	15	141
Não	10	3	7	3	23
Não informado	7	1	6	2	16
Total	75	29	56	20	180

Fonte: Pesquisa de Campo.

Homens e mulheres dos dois grupos nacionais analisados desejam votar (80%), permanecer no Brasil (78%) e obter a nacionalidade brasileira (98%). É possível que desejem permanecer como nacionais, não como estrangeiros, mas também é possível que desejem obter a nacionalidade para facilitar novas migrações, o que não é incomum. Ambos grupos, independente de gênero ou raça/cor, têm a mesma formação escolar (alta), estão nas mesmas faixas de idade e de renda, e indicam desejo de empreender, revelando assim grande potencial integrativo. Os sírios, ademais, revelaram-se empreendedores e empregadores.

As barreiras à integração encontradas confirmam a análise nacional. Elas estão fundamentalmente relacionadas aos atos discriminatórios (mormente entre negros) e ao mercado de trabalho, mas não à deficiência na formação escolar<sup>28</sup>. Essas barreiras são contrabalançadas pelo desejo de integração política e de reagrupamento familiar, exatamente como observado na amostra nacional.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A grande maioria dos refugiados entrevistados na pesquisa nacional reside nas duas principais cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Esses dois grupos nacionais respondem por mais de 50% da população de refugiados dessas cidades. A comparação da realidade dos sírios e dos congoleses com o conjunto dos entrevistados em oito unidades da federação revela que a realidade que eles vivem e enfrentam espelha àquela do refugiado que vive hoje no país.

Ao final da pesquisa nacional (OLIVEIRA, 2019), afirmávamos que em uma população com capital escolar relativamente alto, com habilidades profissionais diversas e grande desejo de integrar-se à sociedade brasileira, sua condição

28 Contudo, como os dados nacionais indicaram, o reconhecimento das habilidades profissionais tem esbarrado na validação de diplomas, o que não foi avaliado aqui (OLIVEIRA, 2019, p. 18-22).

atual é, de maneira geral, instável e vulnerável. Nacionalmente, os entrevistados possuem capital escolar acima da média brasileira, ou muito acima se considerarmos apenas a população brasileira negra e parda. Não obstante isso, a maior parte dos diplomados de nível superior não consegue revalidar seus diplomas e isso talvez explique a alta taxa de desemprego de 26,1% na amostra nacional, e de 25,2% entre sírios e congoleses

Em relação ao grupo em tela, sírios e congoleses estão em idade produtiva, vivendo com familiares (em círculos próximos de seus países de origem), em residências alugadas, têm boa formação escolar, mas ostentam alta taxa de desemprego. Sírios e congoleses diferenciam-se basicamente porque os primeiros são considerados e tratados como brancos e os últimos como negros. Os congoleses negros, os homens em maior medida, são ainda mais penalizados no mercado de trabalho por sofrerem discriminação racial. Já as mulheres sofrem discriminação de gênero. Talvez motivados por um mercado de trabalho pouco atrativo, a maior parte dos refugiados analisados deseja empreender e alguns poucos já abriram negócios próprios tornando-se empregadores, revelando, assim, alto potencial de integração econômica. Por outro lado, ambos grupos nacionais demonstram alto grau de conhecimento de diversos produtos culturais e artísticos brasileiros, em especial a música. Ainda que a taxa de desemprego seja bastante alta, 80% dos entrevistados desejam integrar-se politicamente, adquirir a nacionalidade brasileira (98% dos casos) e permanecer no país (78% dos casos). Caldo de contradições, a sociedade e a economia brasileiras parecem ser e não ser acolhedoras. Porém, o mais significativo é que o retorno não parece ser uma opção. Os refugiados demonstram ter, ainda que temporariamente, elegido o Brasil como terra de acolhimento.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à equipe da Revista *Plural*, em especial à Jéssica Höring, pelo cuidadoso trabalho de revisão que me permitiu tornar mais clara a redação desse artigo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel; MADEIRA, Anne-Virginie. *Définir les réfugiés*. Paris: PUF, 2017.
- ARAÚJO, Nadia; ALMEIDA, Guilherme Assis de (Coord.). *O Direito Internacional dos Refugiados – uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- AUDEBERT, Cédric. The recent geodynamics of Haitian migration in the Americas: refugees or economic migrants? *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 34, n. 1, p. 55-71, 2017.



- AYDOS, Mariana; BAENINGER, Rosana; DOMINGUEZ, Juliana A. *Condições de Vida da População Refugiada*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2007.
- BAENINGER, Rosana; FERNANDES, Duval (Coord.). *Atlas temático: observatório das migrações em São Paulo*. São Paulo: NEPO/UNICAMP, 2018.
- BAENINGER, Rosana; SILVA, João C. I. (Coord.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018. Disponível em: < [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf)>. Acesso em: 20/04/2020.
- BARRETO, Luiz Paulo Teles (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, 2010. Disponível em: < [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAGio-no-Brasil\\_A-prote%C3%A7%C3%A3o-brasileira-aos-refugiados-e-seu-impacto-nas-Am%C3%A9ricas-2010.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAGio-no-Brasil_A-prote%C3%A7%C3%A3o-brasileira-aos-refugiados-e-seu-impacto-nas-Am%C3%A9ricas-2010.pdf)>. Acesso em: 20/04/2020.
- BONIS, Gabriel. *Refugiados de Idomeni*. São Paulo: Hedra, 2017.
- BÓGUS, Lúcia M. M.; RODRIGUES, Viviane M. Os refugiados e as políticas de proteção e acolhimento no Brasil: História e Perspectiva. *Dimensões*, v. 27, p. 101-114, 2011.
- BRAVO, Álvaro A. Sanchez; MIALHE, Jorge L. (Org.). *Refugiados e Migrações no século XXI. Direitos fundamentais e Relações Internacionais*. Belo Horizonte: Arraes, 2017.
- DOUFOULON, Serge. Colères des temps et réfugiés climatiques: pour une approche sociologique. *Vertigo. La Revue électronique en Sciences de l'Environnement*, p. 01-10, 2013, Disponível em: <http://journals.openedition.org/vertigo/13964>. Acesso em: 20/04/2020.
- FACUNDO, Angela. *Êxodos, Refúgios e Exílios: Colombianos no Sul e Sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.
- FISHER, Nicolas; HAMIDI, Camille. *Les politiques migratoires*. Paris: Éditions La Découverte, 2016.
- GEDIEL, José A. P.; GODOY, Gabriel G. de (Org.). *Refúgio e Hospitalidade*. Curitiba: Edições Kairós, 2016.
- JARDIM, Denise F. Imigrantes ou refugiados? As tecnologias de governamentalidade e o êxodo palestino rumo ao Brasil no século XX. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 243-241, jul./dez., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v22n46/0104-7183-ha-22-46-0243.pdf>. Acesso em: 20/04/2020.
- LIMA, João B. B. et al. *Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sóciodemográficos dos refugiados (1988-2014)*. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30866](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30866). Acesso em: 20/04/2020.

- LOCHAK, Danièle. Qu'est-ce qu'un réfugié? La construction politique d'une catégorie juridique. *Pouvoirs*, v. 1, n. 144, p. 33-47, jan., 2013. Disponível em: <https://revue-pouvoirs.fr/Qu-est-ce-qu-un-refugie-La.html>. Acesso em: 20/04/2020.
- MAZZELLA, Sylvie (2014). *Sociologie des migrations*. Paris: PUF.
- MAUREL, Chloé. Le statut et la situation des réfugiés dans le monde, enjeu pour l'ONU. *Cahiers d'Histoire. Revue d'Histoire Critique*, n. 142, p. 37-59, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/chrhc/10490>. Acesso em: 20/04/2020.
- MILESI, Rosita. *Refugiados: realidade e perspectivas*. Brasília: Edições Loyola, 2003.
- MORALES, Pamela V. Refugiados en la globalización: aproximación filosófica a los procesos de subjetivación y de exclusión socio-política. *Amérique Latine. Histoires et Mémoire. Les Cahiers de l'ALHIM*, n. 21, p. 01-11, 2011. Disponível em <http://journals.openedition.org/alhim/3791>. Acesso em: 20/04/2020.
- MOREIRA, Júlia B. A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil. *Cadernos PROLAM/USP*, ano 4, v. 2, p. 57-76, 2005.
- MOULIN, Carolina; ZUZARTE, André. Refugiados urbanos: política, política e resistência nas fronteiras da cidade. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 26, n. 53, p. 219-234, 2018.
- OLIVEIRA, Márcio de. Perfil Sócioeconômico dos Refugiados no Brasil. *Subsídios para a elaboração de Políticas*. Brasília: Edição do ACNUR/Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>. Acesso em: 20/04/2020.
- PACÍFICO, Andrea P. *O capital social dos refugiados: bagagem cultural versus políticas públicas*. Maceió: Editora da Universidade Federal do Alagoas, 2010.
- QUESADA, Aurélie. L'intégration socioculturelle des réfugiés par une approche interactionniste: Les cas des Colombiens au Québec. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Montréal, Université du Québec, 2011.
- RODRIGUES, Viviane Mozzine (Org.) *Direitos humanos e refugiados*. Vila Velha: Editora Universidade de Vila Velha, 2006.
- SILVA, César A. S. da. *A política migratória brasileira para refugiados (1998-2014)*. Curitiba: Editora Íthala, 2015.
- SIMÕES, Gustavo da P. (Org.). *Perfil Sociodemográfico e Laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Curitiba: CRV, 2017.
- TARRADELAS, Anton. Qu'est-ce qu'un réfugié? Enjeux et représentations autour de la construction d'une catégorie sociale. *L'Atelier Historique*, 2017. Disponível em [https://www.unige.ch/asso-etud/aehg/files/3915/0893/7682/Article.TARRADELLAS\\_pour\\_Site.VF.pdf](https://www.unige.ch/asso-etud/aehg/files/3915/0893/7682/Article.TARRADELLAS_pour_Site.VF.pdf). Acesso em: 20/04/2020.

- VIANNA, Pedro. La Première Guerre mondiale et la notion juridique contemporaine de réfugié. *Migrations Société*, v. 156, n. 6, p.137-150, 2014.
- . Réfugiés et migrant économiques. Entre confusion, oubli et hypocrisie. *Migrations Société*, v. 161, n. 5, p. 3-10, 2015.
- WENDEN, Catherine Wihtol de. *La question migratoire au XXIe siècle*. Paris: SciencesPo Les Presses, 2013.

## Mecanismos de solidariedade étnica/nacional e imigração: Chineses e sul coreanos em Aracaju, Brasil

*Ethnic/national solidarity mechanisms and immigration: Chinese and South-Korean in Aracaju, Brazil*

Allisson Goes<sup>a</sup>, Marcelo Souza<sup>b</sup>, Marcelo Ennes<sup>c</sup>

**Resumo** O presente artigo tem como objeto principal os mecanismos de solidariedade étnica/nacional acionados em contextos imigratórios. Os estudos sobre chineses e sul-coreanos que deram origem ao artigo foram realizados entre os anos de 2011 e 2018 na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. Para o desenvolvimento destes estudos, foram realizadas revisão bibliográfica, observação direta e entrevistas em profundidade. Os dois grupos de imigrantes se estabeleceram no comércio local por meio de atividades ligadas à venda de produtos importados e lanchonetes. A presença destes dois grupos em Aracaju se deu por meio de fluxos migratórios indiretos, de modo que antes de se estabelecerem na capital sergipana, passaram por outras cidades, em especial São Paulo. Esta trajetória revela uma dupla mobilidade, a geográfica e a social, já que a vinda para Aracaju está associada às oportunidades de passarem da condição de empregados para proprietários de estabelecimentos comerciais. O duplo processo de mobilidade é sustentado por mecanismos de solidariedade étnica/nacional acionados a partir das relações de parentesco e amizade, com base no uso do idioma e tradições culturais, tais como poupança e capitalização financeira. Este processo se desdobra, novamente, em outra dupla dinâmica, que diferencia chineses e sul-coreanos de brasileiros, de modo a produzir práticas sociais e culturais e sentimentos de pertencimentos e, ao mesmo tempo, hierarquias internas no grupo, através de papéis familiares e de classe.

**Palavras-chave** Imigração. Chineses. Sul-coreanos. Mecanismos de solidariedade étnica/nacional. Aracaju.

**Abstract** *The object of this article is the ethnic/national solidarity mechanisms in immigratory context. This article is based on information obtained from two*

- 
- a Mestre e doutorando pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [allissongoes@gmail.com](mailto:allissongoes@gmail.com)  
Orcid: <https://www.orcid.org/0000-0002-4403-882>
- b Mestre pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [marcelo\\_souzaadm@yahoo.com.br](mailto:marcelo_souzaadm@yahoo.com.br)  
Orcid: <https://www.orcid.org/0000-0002-4403-882>
- c Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [prof.marcelo.ennes@gmail.com](mailto:prof.marcelo.ennes@gmail.com)  
Orcid: <https://www.orcid.org/0000-0002-9937-543X>

*researches on the Chinese and South Koreans immigrants developed in 2011 and 2018 in Aracaju, capital of Sergipe State. Our research was conducted by bibliography revision, direct observation and deep interviews. The two immigrant groups established themselves in the local community through commercial establishments, such as sales of imported products and snack bars. The presence of these two groups in Aracaju occurred through indirect immigration flows. Before they moved to Aracaju, they lived in other Brazilian cities, especially São Paulo. This trajectory reveals a double mobility, that is, the geographic and social. The main reason for immigration to Aracaju is associated with the opportunity of moving from being an employee to be the owner of a commercial establishment. The double mobility process is sustained by the ethnic/national solidarity mechanism, operated from kinship and friendship relations. This mechanism is based on idiom and cultural traditions, such as collaborative saving and capitalization. In its turn, this process unfolds itself again in another double dynamic, materialized in belonging sense and, at the same time, internal hierarchies, which are based on family relationship and relation class social.*

**Keywords** Chinese. South-Korean. Ethnic/national solidarity mechanism. Aracaju.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto principal os mecanismos de solidariedade étnica/nacional acionados em contextos imigratórios. Entendemos que os mecanismos de solidariedade são aqueles que produzem coesão e sentimento de pertencimento ao grupo. No presente artigo, estes mecanismos são pensados a partir dos marcadores étnicos e nacionais, que aparecem no texto como referência a este duplo pertencimento, que, em razão de nossos propósitos, não foi aqui problematizado.

Os estudos que deram origem ao artigo foram realizados entre os anos de 2011 e 2018 na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. Nestes, a análise da presença de imigrantes chineses e sul-coreanos se deu a partir de revisão bibliográfica, observação direta e entrevistas em profundidade. Em específico, o artigo se baseia em duas pesquisas desenvolvidas como dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, integrando um conjunto de estudos sobre imigração nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder (GEPIPI).

Chineses e sul-coreanos se estabeleceram no comércio local por meio de atividades ligadas à venda de produtos importados e lanchonetes. A presença destes dois grupos em Aracaju se deu por meio de fluxos migratórios indiretos. Antes da capital sergipana, estes atravessaram outras cidades, em especial São Paulo.

O caráter indireto da migração já havia sido observado em estudos direcionados a outros grupos no decurso da história de Aracaju.

No que diz respeito aos objetivos do presente artigo, interessa-nos observar que a trajetória migratória de chineses e sul-coreanos para Aracaju revela uma dupla mobilidade, a geográfica e a social, já que a vinda para Aracaju está associada às oportunidades de passarem da condição de empregados para a de proprietários de estabelecimentos comerciais. O duplo processo de mobilidade é sustentado por mecanismos de solidariedade étnica/nacional acionados a partir das relações de parentesco e amizade, com base no uso do idioma e tradições de poupança e capitalização financeira. Este processo se desdobra, novamente, em outra dupla dinâmica, a partir do estabelecimento de fronteiras entre o grupo e os que não fazem parte deles, a exemplo de brasileiros ou imigrantes de outras nacionalidades. São relações produtoras de coesão social e pertencimento identitário e se materializam, por exemplo, por meio de práticas de poupança e capitalização financeira. Por outro lado, a coesão e o pertencimento assumem formas de hierarquias sociais que são acionadas a partir de marcadores de classe, gênero e geração.

O presente artigo está dividido em quatro partes, além da introdução e da conclusão. Na primeira, apresentamos, por meio de revisão bibliográfica, a problemática na qual no tema do artigo se insere. Procuramos situar a discussão sobre mecanismos de solidariedade étnica em contextos migratórios internacionais, particularmente em estudos realizados na segunda metade do século XX no Brasil e em pesquisas sobre as dinâmicas migratórias contemporâneas. Na segunda parte, discutimos as imigrações internacionais no nordeste brasileiro e suas particularidades, em termos dos tipos de fluxos e visibilidade. Em seguida, já com base em dados empíricos, analisamos as trajetórias imigratórias de chineses e sul-coreanos que foram entrevistados durante as pesquisas que deram origem a este artigo. Por último, centramos a análise nos mecanismos de solidariedade étnica/nacional e seus desdobramentos na produção de coesão social e pertencimento étnico nacional e hierarquias intragrupo.

## **A PROBLEMÁTICA**

Alguns autores têm se dedicado a desvendar as realidades migratórias recentes, analisando-as sob um escopo mais amplo, a saber, as mobilidades globais que se projetam em todas as regiões do país (BAENINGER, 2005; MARQUES, 2007; ENNES, 2011; OLIVEIRA, 2016). Dentro desse grande tema, destacamos as migrações internacionais recentes para o Brasil, que passaram a assumir novos contornos desde

os anos 1980, com o afluxo de imigrantes de diversas nacionalidades, além de refugiados e apátridas (CASTRO, 2001).

Os processos globalizadores, que comprime espaço e tempo (HARVEY, 2005), contribuem para o aumento dos contatos humanos, principalmente nos meios urbanos. Nesse contexto, a imigração chinesa e sul-coreana em Aracaju se insere nas dinâmicas migratórias contemporâneas observadas no Brasil, que colorem o mapa das migrações com atores sociais de origens geográficas e aportes culturais diversos. Isso possibilita observar o fenômeno dos mecanismos de solidariedade étnica nesse contexto social específico.

A soma de mercadorias abundantes e facilidades alfandegárias e de transporte, bem como uma grande quantidade de chineses e um menor número de sul-coreanos *overseas*, permitiram a multiplicação de imigrantes inseridos nesse setor econômico. No Brasil, a região nordeste e Aracaju, em específico, têm revelado a extensão dos laços e mecanismos de solidariedade étnica.

O presente artigo analisa os laços e mecanismos de solidariedade étnica, ressignificados em contextos migratórios, como observado em Aracaju. Nosso objetivo é compreender como estes mecanismos tensionam, ao mesmo tempo, as relações entre imigrantes e nacionais (extragrupo), bem como entre os imigrantes (intragrupo). Isto é, como estes mecanismos contribuem para a criação dos grupos e como reconfiguram internamente cada um deles.

Partimos do pressuposto básico segundo o qual a origem nacional daqueles a quem chamamos de imigrantes é apenas um dos marcadores identitários a ser considerado, ao lado de outros marcadores, tais como traços físicos, idioma e religião. Todos estes marcadores são acionados reflexivamente no encontro, que se traduz na produção de relações de pertencimento e alteridade. Em um encontro, a origem étnica pode ser acionada pelos atores sociais envolvidos, em suas diferentes e desiguais condições de auto e heteronomeação, revelando o processo social de produção da categoria “imigrante”.

Esse processo de produção de pertencimento e alteridade ocorre tanto entre imigrantes e nacionais quanto internamente, dentro de cada um destes grupos. O encontro produz um rearranjo interno em cada um destes grupos de modo a apagar (definitiva ou provisoriamente) fronteiras internas. Muitas vezes, estes rearranjos implicam manutenção e recriação de hierarquias baseadas em marcadores étnicos, geracionais, de gênero, entre outros. É, portanto, a partir do encontro, ou do que podemos chamar de fronteira étnica, que se materializa, por meio de um jogo de disputa por bens materiais e simbólicos, a formação destes grupos.



Este processo toma forma a partir das fronteiras étnicas e aciona elementos culturais herdados do contexto de origem. No entanto, tal herança não se revela como um dado, pois não nos referimos aqui aos elementos essenciais que os grupos herdaram de modo pronto e definitivo dos locais e contextos de origem. Como veremos, estes elementos fazem parte dos mecanismos de solidariedade étnica que são ressignificados no contexto migratório. A noção de solidariedade étnica é bastante recorrente em estudos imigratórios e, de um modo geral, se referem aos mecanismos de produção de pertencimento, seja por meio de atividades econômicas, seja pelas de caráter cultural, religiosa e mesmo política.

Vários autores que têm estudado e publicado sobre contextos imigratórios têm se utilizado, ainda que com diferentes ênfases e nomenclatura, da noção de solidariedade étnica. No Brasil, pesquisas consideradas consagradas no campo dos estudos imigratórios, como as realizadas por Durham (1966), Seyferth (1999a, 1999b) e Cardoso (1972), conferiram centralidade a esta noção. Por exemplo, o estudo de Cardoso (1972) demonstra a relação entre as particularidades da família japonesa e os processos de ascensão social desse grupo no Brasil, um processo de mobilidade que é explicado por elementos étnicos/nacionais. Neste estudo, a solidariedade étnica é um elemento formador do que a autora denominou de “colônia”, expressão que, aliás, é bastante comum nos estudos imigratórios do período:

A colônia não é mais um grupo, mas sim um campo de relações potenciais definido por peculiaridades físicas e culturais que permitem uma identificação étnica. Entre as marcas diferenciais, a língua é certamente a mais importante (CARDOSO, 1972, p. 145).

Entre as peculiaridades culturais dos imigrantes japoneses, Cardoso (1972) destaca a prática do sistema *dozoku* como sistema de recrutamento de imigrantes por meio de laços familiares, com a finalidade de aumento da capacidade de trabalho do grupo.

Ennes (2001), ao estudar as relações entre *nikkeis* e brasileiros em Pereira Barreto, interior do Estado de São Paulo, indaga sobre as razões da cidade ser conhecida como uma cidade de “japoneses”, ainda que o grupo represente apenas cerca de 5% da população do município. O autor identifica que a maior visibilidade dos *nikkeis* está associada ao fato da cidade ter sido fundada por empresa japonesa, bem como pelo fato do grupo ter vivenciado uma acentuada mobilidade social ascendente. Sobre este último aspecto, Ennes (2001) destaca a importância do *mojim*, prática tradicional herdada pelos imigrantes japoneses e por seus descen-

dentes, que consiste em uma ajuda mútua financeira por meio de contribuições periódicas e saques por sorteio ou necessidade dos participantes. Como ressalta o autor, o critério básico para participar de tais ajudas era a origem nipônica.

Mecanismos de solidariedade étnica/nacional têm sido acionados por outros grupos de imigrantes além dos chineses e sul-coreanos. Truzzi (1997), ao estudar a presença de sírio-libaneses em São Paulo na década de 1930, revela a importância do voto étnico para o sucesso dos patrícios em sua inserção na vida política. Ainda que não possa ser considerado como um fator central, o sucesso político dos patrícios passou pelas “redes de entrefavorecimento” e de “reciprocidade e ajuda mútua” (1997, p.167).

Em outro estudo, Truzzi (1991) nos oferece bons exemplos no estudo sobre os sírio-libaneses, grupo que recorreu a mecanismos de solidariedade, mesmo sem a constituição de colônias propriamente ditas. Tais mecanismos permitiram-lhes percorrer, durante o século XX, uma trajetória ocupacional que foi da condição de “mascates a de doutores” (TRUZZI, 1991).

Outros casos entre imigrantes europeus foram estudados por Willems (1940, 1945), Durham (1966), Seyferth (2000) e Lesser (2001). Os autores estudaram experiências migratórias em períodos nos quais a temática da assimilação tinha grande relevância. Neste contexto, a existência de associações e a emergência de colônias étnicas eram pensadas em oposição tanto às políticas assimilatórias quanto ao processo de estratificação de classes decorrentes da urbanização e industrialização (BASTIDE, 1973). Neste sentido, questionava-se o quanto as organizações com base étnica resistiam às imposições do Estado e da sociedade urbana industrial. Tais estudos apontaram que europeus, em especial os italianos e os alemães, se organizavam etnicamente de modo mais poroso e permeável do que japoneses.

Esta mesma porosidade foi observada por Monsma, Truzzi e Conceição (2003) ao estudarem o banditismo social na região de São Carlos, interior do Estado de São Paulo. Os autores demonstram, a partir da comparação com o caso da máfia italiana nos Estados Unidos, como se estruturou a ação de italianos, em grande parte ligados por seus laços étnicos, em torno de crimes como assaltos e assassinatos.

O caso dos chineses e sul coreanos em Aracaju parece estar mais próximo das experiências migratórias em curso em outros países. Em parte, isto se explica por compartilharem de um mesmo contexto político e econômico. Se os estudos sobre imigração até o Pós-Segunda Guerra estão fortemente influenciados pela temática da consolidação do Estado Nacional, também levam em conta o processo de industrialização e urbanização. Nos dias atuais, a temática migratória é permeada

pelas consequências da globalização, transnacionalidade e diáspora (SHILLER; BASH; BLANC, 1995; PORTES, 2004; GUIJARRO; ESTER MASSÓ, 2013; HALL, 2009).

Neste novo ambiente, estudos sobre a experiência imigratória revelam a importância dos mecanismos de solidariedade étnica/nacional ao conferir maior segurança à decisão de emigrar, bem como na recepção e acolhimento dos recém-chegados. Também se mostram importantes para a criação e recriação de espacialidades, sociabilidades e temporalidades, com referência às experiências vividas antes da imigração. Decerto, se apresentam ainda como mecanismos de inserção econômica e ascensão social, em um contexto marcado pela circularidade e migrações não definitivas.

Halter (2007), por exemplo, estudou a inserção econômica de mexicanos nos Estados Unidos, e destacou a importância de mecanismos de solidariedade étnica/nacional, tanto como estratégia de sobrevivência cultural quanto de vantagem econômica. Para a autora, estes mecanismos funcionariam como um “trampolim” para a inserção do imigrante no “corpo mais amplo da sociedade” (HALTER, 2007, p. 118)

Os mecanismos de solidariedade étnica/nacional observados entre chineses e sul coreanos atuam, como veremos, em uma dupla direção (extra e intragrupo), que também foi registrada e analisada por Gomes (2002) em seu estudo sobre o comércio étnico em Belleville. No que diz respeito à dimensão interna do grupo de imigrantes que viviam no bairro parisiense, os mecanismos de solidariedade se sustentavam em hierarquias produzidas a partir de referências ancestrais que são produzidas no contexto imigratório, se expressando pelo controle, no caso do comércio étnico, não apenas do negócio, mas também sobre as pessoas que dele fazem parte.

Estas dinâmicas não se distanciam da ideia do uso dos mecanismos de solidariedade étnica/nacional, como meio de acesso e permanência na sociedade de destino. Isto porque imigrantes sem documentos ou em situação legal irregular encontram em tais práticas maior segurança econômica, cultural e afetiva.

Como podemos ver, os mecanismos de solidariedade étnica/nacional, existentes em diferentes contextos imigratórios, variam no que diz respeito ao contexto em que são produzidos. Em alguns casos, estes mecanismos são facilitados pelas heranças culturais do país de origem. Em outros, são fruto de imposições que decorrem da condição de imigrantes, que acabam por forjar solidariedades onde esta não existia, ou existia de modo muito frágil. Em ambos os casos, estes mecanismos promovem a distinção em relação a outros grupos étnicos e nacionais, em

especial como os formados junto à população do país de destino, produzindo, ao mesmo tempo, hierarquias internas ao grupo.

## NOTA METODOLÓGICA

Os estudos que deram origem a este artigo foram desenvolvidos no âmbito de duas dissertações de Mestrado. A primeira estudou chineses e foi concluída em 2013, enquanto a segunda, sobre os sul coreanos, foi finalizada em 2019. A opção pela perspectiva dos processos identitários nos levou à escolha de técnicas e instrumentos de pesquisa que dessem conta de dimensões macro (como as pressões oriundas das dinâmicas globalizantes da produção, da circulação de mercadorias e de pessoas) e micro (que se refere às interações e configurações observadas nas fronteiras étnicas produzidas em Aracaju, através da presença de chineses e coreanos). Nesse sentido, além da revisão bibliográfica sobre imigração e solidariedade étnica, recorreremos ao trabalho de observação direta nos estabelecimentos comerciais, bem como ao uso de entrevistas com chineses e sul coreanos.

Em relação aos chineses, nossa aproximação se deu sem indicações prévia. Como era um grupo bastante fechado, o que tem alguma justificativa, pelo medo da fiscalização ou de ser prejudicado por algum brasileiro, não encontramos ninguém que possuía alguma relação prévia com os imigrantes chineses, exceto por ex empregados que afirmaram não possuir vínculo com os antigos empregadores. Nessa direção, optamos pelo contato direto e pela realização de pedidos recorrentes de entrevista e/ou conversas informais para a pesquisa.

Nosso campo de pesquisa foi basicamente o centro da cidade, lugar de grande circulação de pessoas e com muitos estabelecimentos populares. Identificamos e visitamos 23 estabelecimentos, sendo que 14 eram do ramo de venda de produtos importados e 9 comercializavam alimentos. Por não conhecermos o idioma dos chineses, optamos pelo contato com aqueles que tinham algum conhecimento da língua portuguesa, em sua maioria jovens do sexo masculino.

A metodologia utilizada foi essencialmente qualitativa, baseada em pesquisa documental com jornais impressos e em meio digital, com o objetivo de compreender como a imprensa retratava a imigração chinesa para Aracaju à época. Além disso, realizamos entrevistas com brasileiros e chineses, valendo ressaltar que no caso dos chineses a gravação não foi possível, já que não foi autorizada pelos mesmos. Assim, para preservar os dados coletados, a cada término de entrevista gravamos uma espécie de relato oral a partir da primeira fala dos imigrantes, uma espécie de paráfrase. Com o intuito de comparar o que era dito e o que acontecia no mundo prático, utilizamos a observação direta. Essa técnica foi bastante exitosa

na captação das interações entre brasileiros e chineses no campo econômico, além de captar mais detalhes do cotidiano destes últimos.

Até rompermos as barreiras entre pesquisador e sujeitos de pesquisa, muitos imigrantes, mesmo tendo conhecimento da língua local, diziam que não podiam falar justamente por não dominar o português, o que nem sempre condizia com a observação do cotidiano dos negócios.

Houve também uma preocupação em coletar e discutir os dados a partir de quatro eixos explorados por Ennes e Marcon (2014): atores sociais, regras ou normas, bens em disputa e o contexto. De certa forma, esses quatro elementos dialogaram numa tentativa, como consta nesse trabalho, de desnaturalizar as relações sociais em torno dos mecanismos de solidariedade étnica/nacional. Dito de outra maneira, demonstrar como esses mecanismos são construídos e reconstruídos à medida que novas relações sociais se estabelecem na cidade de Aracaju a partir dessa presença imigrante em contato com a alteridade nacional.

## IMIGRAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO NO SÉCULO XX

Do ponto vista histórico, o nordeste brasileiro não é uma região tradicional como destino de imigrantes. Isto não significa que não tenha existido, ou que a presença de imigrantes não tenha sido sentida na vida social, econômica, política e cultural da região. Esta importância pode ser atestada por uma considerável produção acadêmica, em especial sob a forma de dissertações e teses, sobre a presença de imigrantes na região<sup>1</sup>.

Por outro lado, como já apontamos no início deste artigo, pode-se intuir que a recente intensificação e diversificação das dinâmicas de circulação de pessoas no contexto da globalização tem aberto caminho para a presença de imigrantes no nordeste brasileiro, sejam oriundos da Ásia, como chineses e sul coreanos, que atuam em uma espécie de comércio étnico no ramos de venda de roupas, produtos importados e lanchonetes; sejam europeus no ramo de empreendimentos imobiliários e restaurantes. No que diz respeito à presença de chineses e sul-coreanos, pode ser observada uma grande participação no comércio não apenas nas capitais nordestinas, mas também em algumas de suas mais importantes cidades do agreste, a exemplo de Caruaru no Estado de Pernambuco (SILVA, 2008; VAZ, 2016).

Sobre a presença de imigrantes no nordeste brasileiro, há de se considerar ainda dois problemas relacionados aos estudos imigratórios. O primeiro é comum

---

<sup>1</sup> Em levantamento recente no catálogo de dissertações e teses da CAPES, foram encontrados 61 trabalhos defendidos em universidades federais das regiões Norte e Nordeste entre 2013 e 2017.

em todas as regiões do país, e mesmo em parte significativa de outros países que recebem imigrantes. Este problema se refere ao sub registro do número de imigrantes pelos órgãos oficiais, com a consequente subestimação estatística de sua presença. Esta realidade não é diferente em Aracaju. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Polícia Federal e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) subnotificam o fenômeno, já que não captam a presença daqueles que não regularizam sua situação perante o Estado brasileiro, e/ou trabalham e vivem informalmente em casas e estabelecimentos comerciais, geralmente de propriedade de conterrâneos.

Este subdimensionamento da presença de chineses e sul-coreanos em Aracaju pode ser visualizado pelas informações do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros da Polícia Federal (INCRE), registrava, para o ano de 2011, 63 chineses e apenas 3 sul-coreanos. O trabalho de campo, por sua vez, nos permitiu verificar a existência de 23 estabelecimentos de propriedade de chineses. Destes, 14 eram do ramo de venda de produtos importados e 9 comercializavam alimentos. Entre os sul coreanos, foram contabilizados em 2018 nove estabelecimentos comerciais, em sua grande maioria pastelarias.

O segundo problema se refere a algo ainda não estudado, e que permanece no campo das possibilidades. Trata-se de uma possível invisibilização da presença de imigrantes, no caso em Aracaju. Diversos estudos (CARVALHO, 2006; BARRETO, 2005; ENNES, 2011; FREITAS, 1991) revelam a presença de imigrantes alemães, italianos e de várias outras nacionalidades em diferentes contextos e modos de inserção. Como exemplo, temos a presença de alemães, seja em casas comerciais em Maruim e Laranjeiras na segunda metade do século XIX (CARVALHO, 2006), seja na colônia agrícola de Quissamã (ENNES, 2011); ou a presença de italianos em missão artística na segunda década do século XX, bem como trabalhadores de várias nacionalidades que se associaram à maçonaria no final do século XIX e uma missão polonesa que ajudou a fundar o curso de Química da atual Universidade Federal de Sergipe<sup>2</sup>. Esta presença, e o motivo de sua possível invisibilização, ainda é pouco estudada e pouco lembrada pela historiografia.

Para encerrar esta primeira parte do artigo, é preciso registrar que a presença de imigrantes chineses e sul-coreanos em Aracaju resulta de fluxos migratórios indiretos. Isto é, trata-se de um destino (definitivo ou provisório) precedido pela passagem por outras cidades no Brasil. Esta modalidade de fluxo migratório pode, na realidade, ser observada em outros momentos da história do Estado de Sergipe,

---

2 Informações obtidas em entrevista com a antropóloga Beatriz Dantas em maio de 2008.

que além de receber imigrantes do Sul e Sudeste (ENNES, 2011), acolheu, durante a fase de fluxos migratório mais intensos, imigrantes da Bahia e Pernambuco.

Esta é a origem de chineses e sul coreanos nos dias hoje. São pessoas que passaram por outros estados e outras cidades no Brasil antes de chegarem em Aracaju. Algumas das entrevistas nos permitiram verificar a atuação dos mecanismos de solidariedade étnica/nacional, inclusive nas trajetórias de mobilidade que os trouxeram até a capital sergipana.

## **MIGRAÇÃO DE CHINESES E SUL-COREANOS PARA ARACAJÚ**

Os percursos vivenciados pelos imigrantes chineses e sul-coreanos, bem como o estabelecimento deles em atividades comerciais na cidade, são o nosso ponto de partida para a compreensão da construção do acionamento dos mecanismos de solidariedade étnica/nacional. Como já apontado, Sergipe e Aracaju tem experimentado historicamente um tipo de fluxo migratório denominado de indireto. Portanto, o estado e a cidade não foram o destino inicial dos imigrantes, e em razão disto, é importante traçar os percursos feitos pelos imigrantes até Aracaju. No caso dos chineses, de acordo com o relato de Sara<sup>3</sup>, seu esposo saiu da China e se instalou inicialmente em São Paulo, onde aprendeu o ofício de confeitiro e se iniciou no ramo das pastelarias fazendo salgados. Até então noivos, seu esposo mandou buscar Sara para se casarem, o que aconteceu meses depois. Após o casamento, tiveram uma filha e se mudaram para Aracaju, onde abriram uma pastelaria<sup>4</sup>.

Outro chinês que passou por várias cidades antes de instalar uma movimentada pastelaria no coração da cidade de Aracaju, Chanli não foi nosso interlocutor, mas recuperamos matérias de jornais que apontam esse dado:

A China, além de importar cada vez mais produtos para o Brasil e apresentar um enorme crescimento econômico, tem espalhado pelo país alguns dos seus filhos que carregam no sangue a marca do trabalho. O fenômeno, que começou por São Paulo, tem se expandido em outros Estados e recentemente chegou a Sergipe. Geralmente, os chineses vêm em busca de novos mercados e encontram aqui um espaço propício para o crescimento. Um exemplo disso é Chanli, chinês

---

3 Todos os nomes foram alterados para preservar a identidade dos sujeitos de pesquisa.

4 Como o caso de Sara e de seu marido em Aracaju, a literatura aponta outros casos de imigrantes que trabalhavam em outras áreas antes de emigrarem e acabaram se direcionando para outras atividades econômicas na sociedade de imigração. Esse é o caso dos sírios e libaneses (TRUZZI, 2009), armênios (GRÜN, 1992) e até mesmo de outros chineses no Brasil (ARAÚJO, 2010).



que depois de passar por outras capitais brasileiras, inclusive a capital paulista, resolveu se estabelecer em Aracaju e vem fazendo o maior sucesso com sua Pastelaria instalada no coração do centro comercial. Há pouco mais de um ano, Chanli resolveu fechar o negócio que mantinha na capital paulista e se mudou com toda a família para Sergipe. 'Aqui a cidade é bem tranquila e a qualidade de vida é muito boa, bem diferente de São Paulo. E, também, o povo é muito hospitaleiro', afirma o simpático chinês que reside no Brasil há mais de vinte anos. Antes de escolher Aracaju, Chanli passou por várias capitais, mas nenhum outro lugar o cativou tanto como a capital sergipana (SOUSA, 2010).

Com mais de 26 anos na cidade, Chao também tinha uma trajetória de reimplantação. Passou por São Paulo e Salvador até chegar em Aracaju. O tempo de vida e trabalho em Aracaju o posiciona de uma maneira privilegiada na hierarquia intragrupo. Seu conhecimento sobre as relações extra e intragrupo o torna uma referência frequente para os conterrâneos recém-chegados. Seu papel e seu lugar no grupo de chineses revela os rearranjos produzidos ao longo do tempo, o que tem se materializado na superação de diferenças políticas entre a China continental e Taiwan, por exemplo. Esta dinâmica demonstra, também, como os laços e os conflitos no local de origem são recriados e ressignificados no contexto migratório, dando origem aos mecanismos de solidariedade étnica.

Por ser considerado um dos chineses mais antigos em Aracaju, o Sr. Chao é frequentemente solicitado a fazer o trabalho de tradutor quando algum imigrante precisava ir à Polícia Federal para resolver questões legais, e também ajudava nas indicações de estadia na cidade. A posição do senhor Chao revela uma outra dimensão das hierarquias internas, dimensão inseparável dos mecanismos de solidariedade étnica/nacional, pois atua não apenas no interior dos estabelecimentos comerciais, como melhor detalhado entre os sul coreanos, mas também no conjunto do grupo na cidade de Aracaju.

No que diz respeito aos sul-coreanos<sup>5</sup>, observa-se uma dinâmica semelhante à dos chineses. Em geral, a entrada de imigrantes desta nacionalidade ocorre por meio das grandes cidades, onde são recebidos pela família e começam a trabalhar. De acordo com um dos sul-coreanos entrevistados:

---

5 É importante recordar que, no passado, a ambientação e o trabalho dos imigrantes coreanos ocorriam no espaço rural. Mais tarde, alguns daqueles primeiros imigrantes que por aqui se estabeleceram partiram em direção ao meio urbano, face ao surgimento de novas perspectivas de trabalho.

Quando mudei pra cá (referindo-se a São Paulo), meu tio já morava aqui há um tempo. Disse ele que no bairro que ele morava era mais fácil de conseguir trabalho para mim [...] no bairro que ele morava tinha muitos coreanos [...] meu tio trabalhava em uma empresa, me disse que não tinha como me colocar na empresa que ele trabalhava, mas tinha um conhecido dele, também coreano, que tinha trabalhado com ele e agora era dono do seu negócio [...] meu tio disse que ele tinha perguntado se ele (meu tio) tinha algum conhecido [...] que fosse coreano, daqui ou da Coréia para trabalhar lá (Informação verbal, nome).

A narrativa acima nos permite verificar como os laços de parentesco e os mecanismos de solidariedade atuam já na entrada do imigrante no Brasil. Revela, também, que estes mecanismos repercutem em hierarquias internas, que como veremos na próxima parte do artigo, estão associadas aos laços de parentesco e amizade.

A mobilidade de uma cidade a outra está associada à mobilidade social entre a condição de empregado e a de dono de estabelecimento comercial. A trajetória de mobilidade no Brasil, por meio dos mecanismos de solidariedade étnica/nacional, não excluem relações com brasileiros ou imigrantes de outras nacionalidades. Trabalhar para o “nativo” pode ser uma forma de conhecer a realidade dos negócios, de modo a ampliar as chances de ter, no futuro, o seu próprio estabelecimento comercial.

As informações acima sobre o “trânsito” de coreanos de empresas brasileiras para empresas coreanas, e a descrição do dia a dia do trabalho em uma pastelaria em Aracaju, nos permitem retomar a ideia segundo a qual o estabelecimento na nova terra depende de mecanismos de solidariedade interna. A necessidade de recriação de uma “paisagem”, a partir das lembranças da sociedade de origem, e, sobretudo, do contraste com aqueles que lhes são cultural e economicamente estranhos, produz os imigrantes coreanos como um grupo étnico/nacional, por meio da manutenção de vínculos com a terra natal (PAIVA, 2013).

Essa lógica reemigratória de buscar outra cidade para estabelecer-se comercialmente também se relaciona com a tentativa de buscar novos mercados que não estejam saturados, como nos contou um outro sujeito de pesquisa. Com uma tradição diaspórica, os chineses que podem não hesitam em desbravar outros territórios, mas territórios não tão desconhecidos por vezes demandam a mobilização de mecanismos de solidariedade étnica/nacional. Quando chegam a esses novos locais de moradia, eles precisam lidar com a mediatização das instituições e dos códigos de conduta postos na esfera pública pelas sociedades de acolhida

(POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011). No nível econômico, os chineses precisam lidar com os códigos que regem sua instalação, mas também equalizam as condutas econômicas de todos os agentes presentes nesse campo. Essas normas sempre são objeto de contestação, como no caso de algumas normas trabalhistas e empresariais que são percebidas como desvantajosas em relação ao país de origem.

Como apontamos anteriormente, a “reimigração” dos chineses para Aracaju era realizada para uma cidade não tão desconhecida. Isto tem a ver com os mecanismos de solidariedade étnica/nacional no fornecimento prévio de informações sobre oportunidades de negócios e locais de moradia. Após a chegada, tal fenômeno se manifesta através da abertura legal dos negócios e do auxílio com os órgãos governamentais por parte daqueles que têm mais habilidade com o idioma nativo.

### **SOLIDARIEDADE E HIERARQUIA**

A estruturação do ambiente de trabalho chinês e coreano passa pelo acionamento de hierarquias, cuja estruturação tem forte base na cultura de origem e, por assim dizer, migra juntamente com as pessoas que se tornam empregados e empresários. Estes sinais podem ser observados na rotina laboral de ambos os grupos. Os mecanismos de solidariedade étnica/nacional passam pelas relações de trabalho entre patrão e empregado, perpassando também as relações entre pais e filhos, tios e sobrinhos e marido e esposa.

Uma primeira evidência desta sobreposição de laços foi observado pelo trabalho de observação direta em estabelecimentos sul-coreanos, o que nos permitiu verificar que a chegada do proprietário altera, por um curto período de tempo, a rotina dos trabalhadores da mesma nacionalidade, que interrompem suas atividades e reverenciam seu chefe. Assim, elementos da hierarquia interna do grupo, como já observamos, vão além das relações entre patrão e empregado. Em um dia normal de trabalho, regras vão se revelando. Adolescentes chegam do colégio, correm para cumprimentar o pai e o chefe (o chefe de família, o chefe do trabalho). Na sequência, vão até a mãe para cumprimentá-la, e por fim dirigem-se aos demais coreanos que ali trabalham, também cumprimentando-os.

A realidade observada em Aracaju, reforça as teses segundo as quais as migrações não são definitivas. Além de se expressarem por meio da mobilidade entre cidades no país de destino, inclui não apenas o desejo de retorno, mas também uma certa circularidade entre o lugar de origem e o lugar onde estão estabelecidos. Este é o caso dos chineses que chegaram mais recentemente e mantem firme a ideia de voltar para a China. Apesar de viajarem com frequência para visitar os parentes, como era o caso de Hu, um chinês de 28 anos que comanda um restau-

rante do tipo *self service*, o projeto é manter os laços com a terra natal o mais forte possível, pensando num retorno próximo. Mesmo diante da fluidez (geográfica e comunicacional), observamos durante o trabalho de campo que a ideia de provisoriedade aventada por Sayad (1998) fazia-se presente nos diálogos coletados. Quando perguntados sobre a permanência, quase todos os imigrantes disseram que pretendiam voltar para a China. Nesse sentido, a solidariedade étnica é vital para que o desejo de retorno possa ser realizado com êxito. Na realidade, como demonstrou Ennes (2001) ao estudar japoneses no interior de São Paulo, pode-se dizer que há uma correlação entre a endogenia e uma maior funcionalidade dos mecanismos de solidariedade étnica/nacional do grupo e o projeto de retorno.

A perspectiva de retorno cria e qualifica vínculo intra e extragrupo. Neste último caso, por exemplo, indagamos aos entrevistados chineses sobre o namoro e o casamento intergrupal, mas as respostas foram que a mulher brasileira era só para “ficar” e não para “casar”, ou mesmo que não viam a possibilidade de uma filha casar com um homem brasileiro.

Os estudos que deram origem a este artigo demonstram, assim, que o campo do trabalho é um espaço de sociabilidades com inúmeras possibilidades culturais, dentre elas, o matrimônio entre os coreanos. As relações que são iniciadas no trabalho possibilitam uma extensão do laço familiar, principalmente quando ambos compartilham o desejo de abrirem seu próprio estabelecimento. Um dos empresários entrevistados nos fez a seguinte revelação:

Tempos atrás, muitos coreanos que viajavam...(pensa um pouco) já eram casados, os que não eram casados, casavam-se com coreanas que conheciam no trabalho. Eu não era casado quando mudei para o Brasil. Conheci minha esposa na fábrica que trabalhamos juntos. Conheço coreanos que também casaram aqui no Brasil, mas suas esposas são descendentes, apresentadas por algum parente ou amigo em comum (Informação verbal).

Sobre os laços afetivos que são gerados entre os coreanos, como o matrimônio, geralmente estes acontecem pela afinidade cultural e pela convivência aproximada entre eles. Quando trabalham no mesmo ramo de negócios, principalmente quando eles são membros de uma comunidade, as oportunidades para firmar alianças entre famílias são mais propensas, e inclusive os negócios podem ser uma oportunidade para buscar sucessores (CHI, 2016).

Ainda a partir do mundo do trabalho, verificou-se que mesmo sendo empregado de brasileiros ou imigrantes de outras nacionalidade, os laços étnicos servem

de base para uma dupla mobilidade, de uma cidade a outra e de empregado para proprietários. Aqui interessa notar que esta dupla mobilidade se realiza por meio de mecanismos de poupança e capitalização, característicos entre vários grupos de imigrantes, como já demonstrado no início deste capítulo. Entre eles, sul-coreanos e chineses que vivem em Aracaju. A respeito dos primeiros:

[...] uma característica básica da imigração coreana foi sua constituição familiar. Cada família buscava ampliar o pequeno capital de que dispunha inicialmente, no menor prazo possível. Dois mecanismos aparecem como fundamentais à compreensão da rápida mobilidade econômico-social experimentada pelos coreanos [...]: o engajamento da família no trabalho e a capacidade de articular redes internas à colônia para facilitar a inserção na nova pátria (TRUZZI, 2011, p. 151).

É importante dizer que, embora sejam de grande importância nos locais de destino, estes mecanismos englobam todas as etapas do processo imigratório, a começar pelo local de origem.

Quando decidi mudar para o Brasil, recorri ao *kuy* na Coreia, mas essa primeira vez que entrei no *kuy* foi para conseguir o dinheiro para morar no Brasil, até procurei saber se alguém conhecia algum *kuy* que fosse para construir um negócio aqui, mas não encontrei. Aqui, encontrei outro *kuy* que me ajudou a abrir meu negócio, o meu e do meu irmão (Informação verbal de um dos coreanos empresários).

Como se vê, a participação no *Kuy* tem início no país de origem. Observa-se no trecho acima que o mecanismo é acionado para várias finalidades, e que a imigração não é o único objetivo. Por outro lado, vê-se também que o *Kuy* pode ser constituído para fins muito específicos, por exemplo, “abrir negócio no Brasil”, e não para uma iniciativa mais genérica, como “imigrar para o Brasil”. Estes mecanismos são, portanto, acionados para finalidades e períodos bem delimitados. Uma vez atingidos, novos objetivos são estabelecidos e novos *Kuy* podem ser acionados.

Eu e meu irmão fazíamos parte de um *kuy* quando morávamos em São Paulo, entramos no *kuy* para conseguir montar uma pastelaria e um restaurante, eu uma pastelaria e ele o restaurante. Onde morávamos, já existiam muitas pastelarias e restaurante. Então, um tio que morava aqui (fazendo menção a Aracaju) que tinha se mudado pra cá (fazendo menção a Aracaju), nos falou que aqui era

um lugar bom para morar, que não tinha problemas com “nois” coreanos, ele sabia de muitos chineses que já moravam aqui e que tinha pastelaria, mas eram poucas [...] meu tio abriu uma lojinha de confeções e deu certo. Então a gente decidiu mudar, eu vim primeiro e meu irmão veio depois (Informação verbal).

O “sistema *Kuy*” prevê a prática de cooperação financeira entre os coreanos, capaz de gerar poupança. Este mecanismo de solidariedade étnica/nacional é um meio para se evitar a intermediação bancária, que traria como consequência negativa a interferência no controle dos serviços e a limitação do acesso. Esse sistema de autofinanciamento econômico para empresários coreanos assim é caracterizado:

As pessoas que desfrutam de um mesmo círculo tendem a formar um *kuy*, uma espécie de consórcio destinado a reunir capitais que serão revertidos para um determinado objetivo perseguido por seus membros. Típico expediente utilizado na terra natal e em qualquer país que abrigue coreanos, os *kyes* podem envolver a captação de recursos para a colheita agrícola, para a educação ou o casamento dos filhos, para a realização de futuros funerais, ou, o que mais nos interessa, para a montagem de um negócio (TRUZZI, 2011, p. 152).

De modo similar aos sul coreanos, a esse respeito recordamos de uma tradição chinesa chamada de *guanxi*:

O *guanxi* é um termo chinês que numa tradução literal significa relacionamento, mas que na cultura chinesa denota relacionamentos sociais específicos entre duas ou mais pessoas; relacionamentos esses que visam a consecução de determinados objetivos (comerciais, financeiros, logísticos, entre outros) e que são fundamentados, prioritariamente, em ideais de confiança e lealdade (*xinyong*) (SILVA, 2008, p. 56).

Esses relacionamentos constituídos com propósitos específicos e baseados na confiança e lealdade podem ser exemplificados com alguns dados coletados. Alguns comerciantes brasileiros, ouvidos durante a pesquisa, afirmam que os chineses conseguiam oferecer preços mais baixos em comparação aos brasileiros, porque eles se uniam e compravam contêineres fechados de mercadorias para baratear o custo do transporte, refletindo no preço final. Ainda segundo os relatos orais, esses contêineres eram trazidos de Salvador até Aracaju, e depois rateados entre os compatriotas. Entretanto, cabe colocar que a ética do *guanxi* também

é ressignificada a partir das dinâmicas da produção identitária e das fronteiras étnicas. Os chineses em Aracaju são de diferentes regiões geográficas na China, portanto o *guanxi* é reinterpretado nessa diversidade de origens para constituir uma espécie de unidade frente à sociedade de imigração, com a perspectiva de se estabelecer e permanecer na cidade e nas atividades econômicas.

Os mecanismos de solidariedade étnica/nacional observados em Aracaju vão além destes mecanismos tradicionais, mais conhecidos e mais formalizados. O trabalho de observação direta nos estabelecimentos visitados revelou uma complexa e sutil rede de relações com base no pertencimento étnico.

A pesquisa realizada entre sul coreanos em Aracaju demonstrou que mecanismos de solidariedade étnica/nacional são centrados na figura masculina. Não que as mulheres sejam excluídas, as coreanas também vivenciam longos fluxos migratórios, mas geralmente na condição de acompanhantes de seus pais, irmãos, primos e maridos.

[...] Um irmão meu tinha vindo pra cá, ele dizia que aqui era melhor, ganhava mais... [...] ele primeiro veio só, depois trouxe a mulher e o filho, [...] acho que dois anos depois ele trouxe a esposa e filho [...] ele veio trabalhar em uma empresa aqui que também era de lá, [...] aí meu irmão conseguiu um trabalho aqui e eu vim, [...] mas eu vim com a esposa e meu filho, [...] moramos com ele no início (Informação verbal ).

A dimensão do gênero revela papéis, momentos e lugares diferentes nas trajetórias e nas relações no interior do grupo. Os papéis de gênero, no entanto, não são necessariamente reprodutores de uma representação, por assim dizer, machista. Em uma lanchonete de chineses, enquanto a esposa cuidava do caixa e orientava os funcionários brasileiros, seu esposo cuidava da cozinha do estabelecimento.

As relações extragrupo também dependem dos laços e mecanismos de solidariedade intra grupo. Pequenos empresários coreanos demonstram preferir contratar coreanos e seus descendentes como empregados. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência do grupo, a preservação da identificação cultural fala mais alto. Por muito tempo, o grupo fechou-se e permaneceu inviolável. Em uma perspectiva relacional e reflexiva, as configurações intra e extragrupo são interdependentes e mudam de acordo com as formas e lugares de inserção dos imigrantes. Isto é, as configurações são móveis, na medida em que alguns coreanos saem das empresas de brasileiros onde atuavam na condição de empregados para abrirem



seus próprios estabelecimentos. Já outros coreanos aceitavam deixar estas empresas para trabalharem como empregados nas empresas coreanas.

Outro exemplo da importância dos laços e mecanismos de solidariedade étnica/nacional entre chineses em Aracaju foi observado nos caminhos seguidos para a confecção dos letreiros e do *layout* das lojas. Muitos dos letreiros instalados nas fachadas tinham um único confeccionador, o que denota que não se fazia necessário perder tempo procurando alguém para realizar esse trabalho, pois era possível obter essa informação com quem já estava aqui. Assim, o *know how* e o conhecimento dos mais antigos era repassado para os mais novos. Na esfera fechada, ou seja, intragrupo, a partilha de conhecimentos é muito importante para os que chegam, mas também permite construir vínculos identitários a despeito da diversidade interna.

Numa migração laboral, e em contexto de migrações circulares e transnacionais, como a encontrada em Aracaju, esses laços de solidariedade são constituídos entre os que estão no país de origem, no caso China e Coréia do Sul, aqueles que vivem em outras cidades e estados do Brasil e os que permanecem em Aracaju. Em suma, permitem compor estratégias que amparam tanto antigos quanto novos imigrantes diante das intempéries vividas por quem está fora do seu país de origem, nutrindo de maneira latente sua provisoriidade. Como apontou Truzzi (2008), aqueles que migram “preferem informação e, sempre que possível, de confiança” (p. 207).

Esse sentimento de ajuda mútua entre chineses e sul coreanos, constituído no fluxo a partir de seus países de origem e que passam por outros estados e cidades no Brasil até chegar a Aracaju, além de permitirem a entrada e permanência dos imigrantes no campo econômico, recria a ideia de pertencimento étnico/nacional, que se materializa nas atividades econômicas. Como dissemos, estes imigrantes possuem diferentes origens e vieram de diferentes regiões de seu país, e no contexto imigratório passam a utilizar o idioma nativo, como o mandarim entre os chineses, e acionam traços de suas culturas na organização e funcionamento de seus negócios.

Cabe destacar a importância do idioma como elemento de fortalecimento dos mecanismos de solidariedade étnica/nacional e de produção de fronteiras em relação àqueles que não fazem parte do grupo. Entre os coreanos, por exemplo, a prática da língua nativa pode ganhar outra conotação durante a comunicação no local de trabalho, como nos foi revelado por mais um empresário entrevistado:

É prática nossa falar o coreano aqui, como o brasileiro não entende a língua que falamos, quando quero falar sobre o dinheiro do caixa, que vou levar o dinheiro,

trocar o dinheiro eu falo em coreano. Quando eu vou “dar bronca” em nós coreanos, eu falo em coreano (Informação verbal).

O uso da língua nativa pode ser visto como um elemento de fortalecimento da solidariedade étnica e, ao mesmo tempo, revela aspectos da hierarquia interna do grupo. Durante as observações no campo, por muitas vezes, ouvia-se os coreanos pronunciarem a expressão “*Pali, pali*”. Na língua portuguesa, essa expressão equivale a dizer “depressa, depressa”. Cada vez que essa expressão era dita, uma grande agitação era percebida. Nos momentos em que ocorria um maior movimento de clientes no estabelecimento, essa expressão era falada constantemente. Pedido atrás de pedido, entrega atrás de entrega, eles pronunciavam “*Pali, pali*”. A frase e sobre tudo que a pronuncia e a quem se destina é ilustrativa desta dupla dinâmica de solidariedade e hierarquia internas.

Para o imigrante, a língua do país-destino ainda representava uma das maiores dificuldades encontradas por ele em sua ambientação. É necessário comunicar-se, mas como conseguir essa comunicação quando não se fala a língua daquele local?

Não sabia muito não o português, mas meu tio também não sabia quando veio, meu tio aprendeu aqui. Meu tio falou que seria bom eu trabalhar no bairro que ele morava, porque eu aprenderia o português logo [...] muitos coreanos moravam lá para aprender, para treinar o português, eu já conhecia algumas coisas da língua daqui, mas era pouco, [...] então, eu fui morar e trabalhar naquele bairro também por isso (Informação verbal).

As dificuldades oriundas das diferenças culturais e linguísticas também são amenizadas pelos mecanismos de solidariedade étnica. O grupo já estabelecido funciona como “amortecedor”, de modo que o acesso à sociedade de acolhida possa ser gradativa e segura (HALTER, 2007).

O contexto migratório acrescenta um outro elemento à importância do idioma como elemento de solidariedade étnica. Isto porque os imigrantes de um determinado país, que passam a conviver no campo do trabalho ou em outros espaços de sociabilidade, são com frequência desconhecidos em seu país de origem. Isto é, provém de cidades e regiões distintas. Assim, a adoção de um idioma, entre outros falados no país de partida, cria a possibilidade de amenizar diferenças internas e realçar as semelhanças. Este foi o caso observado entre os chineses pesquisados em Aracaju. A variedade de línguas foi lembrada por Sara e Bruno. Ela, de origem cantonesa, e ele, vindo de Xangai, fazem uso do mandarim porque podem se comu-

nicar não só entre si, mas com os outros chineses, apesar de algumas vezes não se entenderem completamente. Bruno contou que algumas vezes eles se encontram para um momento de lazer na casa de um deles para poder conversar e ficarem juntos na cidade.

Ao que podemos observar, as articulações em redes, que aqui preferimos chamar de mecanismos de solidariedade étnica/nacional, constituem uma forma de capital social, que no caso das migrações, facilitam o acesso ao capital financeiro, fortalece as relações sociais, promove a acessibilidade do migrante a instituições, assim como o acesso a não migrantes que possam contribuir com informações fortalecedoras do processo migratório (MASSEY *et al*, 2005). Além disso, “tais redes se tornam forças sociais vivas, a estabelecer “pontes” entre os lugares e a permitir o fluxo de informações e de pessoas que fizeram da mobilidade geográfica a sua principal estratégia de sobrevivência” (PÓVOA-NETO, 1997, p. 22). Estes mecanismos de solidariedade étnica/nacional ainda criam e reconstroem os territórios, ligando grupos de indivíduos pelos laços de amizade, parentesco e pelas experiências de trabalho para minimizar o encontro com a desconfiança e com os riscos.

## CONCLUSÃO

O presente artigo assumiu como objetivo principal refletir sobre o duplo processo em torno de mecanismos de solidariedade étnica/nacional em contexto migratórios, isto é, o de promover coesão do grupo, ao se diferenciar dos nacionais, e ao produzir hierarquias internas. Para tanto, estudamos a presença de chineses e sul-coreanos em Aracaju, grupos que chegaram à cidade por meio de trajetórias indiretas de imigração.

Verificamos que os mecanismos de solidariedade étnica/nacional, com base em relações familiares e de parentesco, já se fazem presentes no momento da emigração do país de origem, bem como durante todo processo que inclui a passagem por outras cidades e por outras atividades laborais antes de chegar até Aracaju. A trajetória percorrida, desde a cidade no país de origem até Aracaju, revela, por sua vez, um duplo processo de mobilidade, isto é, o observado no deslocamento entre países e cidades e o observado no movimento ascendente da condição de empregado para o de proprietário de seu próprio negócio.

A criação de empresas por imigrantes, baseada em mecanismos de solidariedade étnica/nacional, pode ser vista como expressão deste duplo processo de reconfiguração (ELIAS, 2005). Com estes mecanismos, coreanos e chineses minimizam os choques culturais e econômicos produzidos em seu estabelecimento em Aracaju. Além disso, as empresas são espaços onde se revive a própria cultura, os

costumes e as regras do grupo, tais como o idioma, as relações entre pais e filhos, esposo e esposa e entre proprietários e funcionários.

Assim, a partir de laços de amizade e de parentesco, os mecanismos de solidariedade étnica/nacional tomam forma e funcionalidade, assim como a bibliografia apresentada já apontava, com base no idioma, em redes de ajuda, no acolhimento e inserção econômica do imigrante, bem como na organização de compras de produtos e serviços de modo coletivo, de modo a garantir maior segurança em sua instalação em Aracaju e uma maior competitividade econômica no mercado local, em especial, frente aos concorrentes de outras nacionalidades, a exemplo de brasileiros.

Vimos que este processo é duplo, já que a diferenciação em relação a outros grupos étnicos/nacionais produz identificação e coesão interna no grupo. Este processo de produção e identificação entre chineses e sul-coreanos, por sua vez, se materializa na sobreposição de relações de trabalho com as afetivas e familiares, que fundamentam a organização de hierarquias baseados em papéis sociais de classe (dono do negócio e empregado), casamento (marido e esposa) e de família (pai, mãe e filho).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Luiz Antonio. Estrangeiros em Aracaju. *Infonet*. 12 de maio de 2005. Disponível em < <https://infonet.com.br/blogs/estrangeiros-em-aracaju-v/>>. Acesso em 19 de setembro de 2019.
- BASTIDE, Roger. “Os estrangeiros no Brasil, ou “a mesa da comunhão Pascal””. In: BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Ed. Difusão Européia do livro, 1973. p. 184-208.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- CARVALHO, Jorge. Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 35, 2006.
- CHI, Yun Jung. *O bom retiro dos coreanos: descrição de um enclave étnico*. Dissertação (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016. 124 p.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *Assimilação e Mobilidade*. São Paulo, Instituto de Estudo Brasileiros, 1966.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.

- ENNES, Marcelo Alario. *A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2001.
- . A imigração Estrangeira para o Brasil. *História* (São Paulo), v. 30, p. 312-334, 2011.
- FREITAS, José Edgar (trad.). *Cartas de Maruim*. Núcleo de Cultura Alemã em Sergipe, 1991.
- GOMES, Laura Graziela. ‘Comércio étnico’ em Belleville: memória, hospitalidade e convivência. *Estudos históricos*, n. 29, p. 187-207, 2002.
- GUIJARRO, Ester Massó. Superando el nacionalismo metodológico: Comunidades cosmopolitas de interacción em el barrio de Lavapiés. *Migraciones internacionales*, v.7, n. 2. Jul-dic. p. 71-100, 2013.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais* Belo Horizonte: Humanitas, 2009.
- HALTER, Marylin. cultura econômica do empreendimento étnico: caminhos da imigração ao empreendedorismo. *RAE*, n. 1, v. 47, 2007.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: Unesp, 2001.
- MASSEY, Douglas *et al.* *Worlds in motion: Understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2005.
- MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo, CONCEIÇÃO, Silvano. Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, *RBCS*, v. 18, n. 53, p. 1895-1898, 2003.
- PAIVA, Odair da Cruz. *Histórias da (I) migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.
- PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 69, p. 73-93, out. 2004.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 2011.
- PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. *Revista e Experimental*, v. 2, p. 11-24, mar. 1997.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Ed. Edusp, 1998.
- SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC, Cristina. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. *Anthropological Quarterly*, n. 68, v. 1, p. 48-63, 1995.
- SEYEFERTEH, Giralda. “A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999b. p. 272 – 311.

- \_\_\_\_\_. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. *Horizonte Antropológico*. v. 6, n. 14, p. 143-176, 2000.
- \_\_\_\_\_. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana*, vol. 5, n. 2, p. 61-88, 1999a.
- SILVA, Marcos de Araújo. Guanxi nos trópicos: um estudo sobre a diáspora chinesa em Pernambuco. *Dissertação (Mestrado em Antropologia)*. Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. 189f.
- SOUSA, Carla. Chineses tomam comércio de Aracaju. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 2010. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=74545>>. Acesso em: 6 de março de 2012.
- TRUZZI, Oswaldo. *De mascates a doutores: sírio-libaneses em São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Sumaré, 1991.
- \_\_\_\_\_. Patrícios na política. In: \_\_\_\_\_. *Patrícios: Sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 149-184.
- \_\_\_\_\_. “Redes em processos migratórios”. In: LANNA, Ana Lúcia *et al* (Org.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*, Alameda, São Paulo, 2011.
- \_\_\_\_\_. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.
- VAZ, Lafaete. Feira de Caruaru resiste a mudanças, ‘invasão chinesa’ e crise econômica. *G1*. 18 de maio de 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2016/05/feira-de-caruaru-resiste-mudancas-invasao-chinesa-e-crise-economica.html>>. Acesso em 19 de setembro de 2019.
- WILLEMS, Emilio. *Assimilação de populações marginais do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940.
- \_\_\_\_\_. Assimilação dos judeus. *Sociologia*, São Paulo, v. III, n. 1/2, p. 54-77, 1945.

## ‘Differentiated journeys’: Brazilians in London beyond homogenising categories of ‘the migrant’\*

*‘Jornadas Diferenciadas’: Brasileiros em Londres para além de categorias homogeneizantes do ‘migrante’*

Angelo Martins Jr.<sup>a</sup>

**Abstract** This article question generic homogenising representations of ‘the migrant’ by providing an examination of the multivalent ways in which social differences contours migration processes. Migration scholars often reproduce generic homogenising typologies of ‘migrants’, such as the two opposing migrant analogies ‘from the Global South’ (‘the transnational migrant’, who flows through social networks from the Global South to the developed North, seeking economic gains) and ‘from the Global North’ (‘the lifestyle migrant’, who chooses to migrate from developed countries to places they believe offers them the potential of a better quality of life). Through the examination of the journeys of Brazilians in London, this article draws attention to the connections and contexts of both sending and receiving societies, as well as the diversity existing within the Brazilian population abroad. As is argued within this paper, such an analysis allows for better understanding of how the experiences of Brazilians in London are directly shaped by the intersection of multiple social markers, resulting in what I call ‘differentiated journeys’. Brazilians navigate different levels of constraints and constantly re-formulate their journeys due to their class, gender, nationality and documental status. This allow us to frame migratory experiences beyond generalizing and homogenising representations. The empirical research combines an 18-month ethnography in places of leisure with 33 in-depth interviews with Brazilians in London.

**Keywords** differentiated journeys; social difference and migration, Brazilian migration

<sup>a</sup> Doutor em Sociologia pela Goldsmiths College – University of London. Pesquisador da School of Sociology Politics and International Studies, University of Bristol, UK.  
e-mail: [angelo.martinsjunior@bristol.ac.uk](mailto:angelo.martinsjunior@bristol.ac.uk).

Orcid: <http://www.orcid.org/0000-0002-0878-8096>

\* Article based on ethnographic research funded by Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – Doutorado Pleno) and on the current research project “Modern Marronage?: pursuit and practice of freedom in the contemporary world”, funded by the European Research Council.



**Resumo** Este artigo questiona representações genéricas e homogeneizantes do 'migrante' ao fornecer um exame das maneiras multivalentes pelas quais as diferenças sociais contornam os processos de migração. Os estudiosos da migração geralmente reproduzem tipologias genéricas e homogeneizantes dos 'migrantes', um exemplo são as duas analogias opostas entre o migrante 'do Sul Global' ('o migrante transnacional', que flui através das redes sociais do Sul Global ao Norte desenvolvido, buscando ganhos econômicos) e o migrante 'do Norte Global' ('o migrante do estilo de vida', que escolhe migrar de países desenvolvidos para locais que acreditam oferecer o potencial de uma melhor qualidade de vida). Através do exame das jornadas de brasileiros em Londres, este artigo chama a atenção às conexões e aos contextos das sociedades de envio e recebimento, bem como a diversidade existente entre a população brasileira no exterior. Como é argumentado neste artigo, essa análise permite uma melhor compreensão de como as experiências desses brasileiros em Londres são modelados diretamente pela interseção de vários marcadores sociais, resultando no que chamo de "jornadas diferenciadas". Esses brasileiros navegam em diferentes níveis de restrições e reformulam constantemente suas jornadas devido à classe, gênero, nacionalidade e status documental. Isso nos permite enquadrar experiências migratórias além de representações genéricas e homogeneizantes. A pesquisa empírica combina uma etnografia de 18 meses em locais de lazer e 33 entrevistas em profundidade com brasileiros em Londres.

**Palavras-chave** jornadas diferenciadas; diferença social e migração, migração brasileira

## INTRODUCTION

This article aims to question generic homogenising representations of 'the migrant', often present in the British media, political discourses as well as academic debates by providing an examination of the multivalent ways in which social differences contours migration processes through the experience of Brazilians in London. British politicians and elements of the British media have been reproducing narratives which often frame migrant as this 'homogenous other' who does not share British values and who migrated for economic gain, and is thus 'imagined to be a parasitical drain and threat to scarce national resources' (TYLER, 2013, p. 9). When migration is the object of study, scholars still tend to reproduce generic homogenising typologies of 'migrants', such as the two opposed migrant analogies 'from the Global South' (the transnational migrant) and 'from the Global North' (the lifestyle migrant).

Studies on globalisation have increasingly analysed how, since the 1970's, people and things have been flowing 'in a world on the move', crossing national

borders in a context of continual uprooting and displacement (URRY, 2000; SASSEN, 1988; CASTELLS 1996). Drawing on this, migration studies have begun to consider the transnational nature of migration phenomena, and the multiple social and economic factors that influence the transnational flows that connect the local to the global through the interaction of multiple ties (VERVOTEC, 1999). Moving beyond understanding migration merely as the result of global economic disparities, transnational scholars (VERVOTEC, 1999; LEVIT; JAWORSKY, 2007) have, then, provided important insights for the study of migration, such as taking into account migrants' more complex and multidirectional interactions between countries of origin and arrival, as well as the role of social ties in migration process. Yet, as argued by Grosfoguel et al (2014, p. 644), despite the efforts to move from an economic determinism, the transnational migrant is, implicitly, a generic 'Third World migrant who circulates between two nation-states and whose political, cultural and identity allegiances are divided between two nations'. This is due to the fact that there is often a lack of understanding of the transnationalist migratory experience in relation to colonial legacies and to the multiple differences existing among and between migrants (GROSFOGUEL; OSO; CHRISTOU, 2014). Furthermore, borrowing from Anthias (2012), there is also a need for transnational migration studies to be framed within a contextual, dynamic and processual analysis that recognises the interconnectedness of different identities and hierarchical structures relating to gender, ethnicity, 'race', class and other social divisions at local, national, transnational and global levels. These absences enable the reproduction of generic representations of migration as 'the immigrant analogy from the South (from below)' present in transnational studies. This particular generic type of migration is formulated in contradistinction to the 'immigrant analogy from the North, which can be seen in the idea of 'lifestyle migration' (BENSON; O'REILLY, 2009).

Lifestyle migration (BENSON; O'REILLY, 2009; KNOWLES; HARPER, 2009) is a generic term used to discuss relatively affluent individuals of all ages from the Global North, who choose to migrate to places they believe offer them the potential of a better quality of life (BENSON; O'REILLY, 2009). Understood as transcending purely economic factors, their motivations are seen to involve 'the (re)negotiation of the work – life balance, the pursuit of a good quality of life and freedom from prior constraints' (BENSON; O'REILLY, 2009, p. 2). Thus, migrating for lifestyle reasons is identified as a distinct feature of 'Global North migration'. In opposition, 'Global South migration' is still (implicitly) generically framed through the image of the migrant worker who flows through a transnational network in search of better (often economic) opportunities (FUSCO, 2002; GOZA, 2003; SASAKI, 2006). In this

sense, these two approaches presuppose research questions often being framed around a specific notion of "a migrant" – an abstract category which implicitly presupposes an undifferentiated human subject.

The concept of journey (KNOWLES, 2014), allows us to transcend the homogenizing stereotypes of migrants flowing in the global world. According to Caroline Knowles, people and objects do not simply flow through migrant networks, as some migration and globalisation studies have suggested (URRY, 2000; SASSEN, 1988; TILLY, 1990). Rather, they constantly produce and negotiate their journeys as they 'bump awkwardly along the pathways they create, backtrack, grate, [and] move off in new directions, propelled by different intersecting logics' (KNOWLES, 2014, p. 7). In this sense, the concept of journey is a 'thinking tool with which we can make sense of a world on the move' since 'lives are lived and narrated through journeys' (KNOWLES, 2014, p. 9). Journeys, therefore, 'describe the matrix of people's coming and going in ways that lend them to cartography' (KNOWLES, 2014, p. 9). They 'draw people's maps and in so doing provide a way of thinking about them' (KNOWLES, 2014, p. 9). Thus, journeys provide a way of understanding the maps people live by, and at the same time, offers a way of making sense of their lives. In this sense, journey is not the same as trajectory, but rather, as will be demonstrated within this article, journeys are shaped by individuals' trajectories, and also affect the continuous production of their social trajectories.

Nevertheless, despite Knowles'(2014) important insights on how migrants do not simply 'flow' in a uniform manner from country of origin to receiving country, but, constantly negotiate, produce and reinvent their everyday lives in a global world, she does not explicitly map out the structural conditions, as well as individual's social markers, which differently shape their journeys. An examination of these processes is what I present in this article, taking into account the ways in which different social markers shape transnational migration journeys within specific structural contexts.

Drawing on empirical research that combined an 18-month ethnography in places of leisure with 33 in-depth interviews with Brazilians in London, I start this article by presenting a brief contextualization of Brazilian migration to the UK, highlighting several of the institutional, economic, political and social contexts, in both societies of emigration and immigration. I then present five different journeys developed by Brazilians in London through their personal narratives. These narratives focus on their lives in Brazil and on the rationale behind their decisions to migrate, moving to their arrival in London and later, to the development of their journeys further on. Through such discussions, I argue that Brazilians

navigate different levels of constraints and constantly re-formulate their journeys due to their class, gender, nationality and documental status. Paying attention to the connections and contexts of both sending and receiving societies, as well as the diversity existing within the Brazilian population abroad, allows me to give a nuanced analysis of how the experiences of Brazilians in London are directly shaped by the intersection of multiple social markers. This process results in what I call ‘differentiated journeys’ – an analytical tool with which we can examine the connection of the micro and macro aspects of the everyday social production of the world on the move beyond homogenizing categories of the migrant.

### **BRAZILIAN MIGRATION TO/IN THE UK**

Avoiding economic or structural determinism and generalization, in this section, I argue that it is still important to take into account the structural conditionings of the sending and hosting societies as well as its specific temporality. By contextualising Brazilian migration to the UK, within the economic, social and political context – of both societies, it is therefore possible to understand various structural constraints. My data suggest that these different contexts sets up the stage on which migrants’ journeys are performed, that which Bourdieu (2014) would call the ‘repertoire’ of possibilities – the space of possibilities that the system offers. This space of (different) possibilities also opens room to begin to understand Brazilian migration to the UK as a heterogeneous process, which is also shaped by individual, sets of factors.

### **COLONIAL AND POST-COLONIAL LINKS**

Brazil’s colonial and post-colonial history is an important factor for framing migration trends to Europe. This is important not only because colonisation resulted in economic disparities between Western Europe and the rest of the world, but also because such a process also colonised, as suggested by Sayad (2004), ‘bodies and souls’ (65), by imposing a new social system, new cultural and social ways of organizing society and people’s lives. As noted by Beserra (2000), the politics of Western expansion (European colonialism and, later, American imperialism) has always been established through a belief in the superiority of the Western countries’ way of life. Brazil, for instance, has not had a direct colonial relationship with the UK. Nevertheless, Brazil, and the rest of Latin America, has a long history – which dates back to the eighteenth century - of diplomatic, economic and cultural relationships with the UK (McILWAINE, 2007; GUTIERREZ-GARZA, 2013), which helped to reproduce such belief in its allegedly superior way of life.

In the 19<sup>th</sup> century when Portugal and Spain had already lost their central power in the colonial world system, Brazil wanted to become a modern civilised nation and saw Great Britain and France as the modern/liberal references to be followed (GUIMARÃES, 2002). Not coincidentally, in 1911 a British newspaper registered the existence of Brazilians coming to London for the purpose of 'learn(ing) to become English' (ROBINS, 2014, p. 30), although at that time the numbers of Brazilians in the UK was practically statically insignificant. As Robins notes, the first appearance of Brazilians in the UK census data, registered in 1901, recorded 2000 people, of whom the great majority were of British ancestry returning home with their families (ROBINS, 2014, p. 29-30).

In the 20<sup>th</sup> century, the UK continued to be perceived as a modern liberal country and was a destination for Brazilian exiles, such as individuals who were against the military dictatorship in the 1960s (McILWAINEM, 2007; SHERINGHAM, 2011; ROBINS, 2014). In this period, the number of Brazilians in the UK was estimated between 2000 and 4000 – mainly students and political exiles (KUBAL; BAKEWELL; DE HAAS, 2011). 20 years later the number of Brazilians in London increased with the so-called 'first wave of migration'.

### **FROM THE DISILLUSIONED MIDDLE-CLASS TO DIVERSIFIED BRAZILIANS**

In Brazil in the late 1980s a series of political, economic and social changes increased dramatically unemployment, inequalities and economic instability. It was from this context of changes and disillusionments that the first wave of migration emerged. Composed mainly of middle-class Brazilians, these migrants often talked about their 'pioneering spirit' (MARGOLIS, 1994; SASAKI, 1995; TORRESAN, 1994). Despite studies over focusing on the economic instability in Brazil as being a 'push' factor (MARGOLIS, 1994; SALES, 1995), in her study on Brazilians in London, Torresan (1994) includes other factors in her analysis. She shows that Brazilians in London were middle-class young people who wanted to keep their social status in a context of crisis, but also to have life experiences and try to construct new 'personal' and/or 'national/ethnic identities'.

From the late 1990s, structural changes in Brazil, such as economic stability, credit facilities and cheaper airfares alongside the constitution of transnational networks, diversified the Brazilian population abroad in terms of class, gender and region (RIBEIRO, 1998; TORRESAN, 2012; DIAS; MARTINS JR, 2017). It is within this context that the numbers of Brazilians in the UK increased, especially in the 2000s, being estimated, in that period, to be about 200,000 throughout the UK; and between 130,000 and 160,000 in London (KUBAL; BAKEWELL; DE HAAS, 2011).

Recent quantitative studies on Brazilians in London tend to portray similar findings (McILWAINE; COCK; LINNEKER, 2011; KUBAL; BAKEWELL; DE HAAS, 2011). Brazilians in London are a young population, highly educated in relation to Brazilians as a whole<sup>1</sup> and coming from diverse regions. The states from the South and Southeast (the richest regions and with better life conditions) contribute the highest proportion of migrants, with the greatest numbers coming from São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul and Rio de Janeiro, followed by Goiás in the Central region of the country (EVANS et al, 2011).

Brazilians in London have also experienced a trend of feminization. According to the 2001 census, 61% of Brazilian migrants in London were women (KUBAL; BAKEWELL; DE HAAS, 2011). Regarding reasons to migrate, Brazilians often mention different and compound reasons for coming to London, such as studying and having a life experience, studying and working, and working to save money (EVANS et al. 2011). Yet, studies on Brazilians (EVANS et al., 2011; McILWAINE; COCK; LINNEKER, 2011; KUBAL; BAKEWELL; DE HAAS, 2011), as Brightwell argues, take economic factors as ‘the leading cause for Brazilians coming to the UK’ (2012, p. 91). These studies also show that the majority of Brazilian migrants have been through an occupational downgrade, working, or having worked, in so-called ‘unskilled’ jobs in the service sector (EVANS et al. 2011). Although most hold at least secondary school qualifications or university degrees, they cannot easily find ‘qualified’ jobs in London due to their lack of English skills, their non-EU qualifications, which are rarely recognised in the UK, and the irregular migration status at the entrance (McILWAINE, 2007; EVANS et al., 2011).

A high proportion of Brazilians in London tend to enter the country on a 6-month tourist visa and become irregular migrants when the visa expires (EVANS et al., 2011). In order to enter and stay in the country as a tourist (overseas visitor), according to the Home Office (2015), one must be able to show they have adequate funds for their visit and that they intend to return to their home country within 6 months. They must not work, conduct business, obtain public funds or receive free medical treatment from the National Health Service (NHS) whilst in the UK. Thus, overseas visitors already have their space of possibilities to enter and live in the country limited. Yet, the constraint increases when they become irregular migrants. Besides not having legal access to work, health service and public funds, their new migration status is considered a criminal offence that can lead

---

1 The average number of years of education amongst Brazilians over 15 years old has been increasing in the last decades, however remains very low. It increased from 4 years of study in 1980 to 6.2 in 2000 (IBGE/SIDRA, 2000).

to prosecution and removal from the UK (HOME OFFICE, 2015). This places these Brazilians in a vulnerable position in which they are often subjected to numerous precarious situations, such as being exploited by employers who do not pay the minimum wage or who retain their wages (MARTINS JR, 2014).

The two main ways that Brazilians are able to stay in the country regularly is by having a European passport (ancestral links or marital relations) or a student visa (McILWAINE; COCK; LINNEKER, 2011). However, the students visas also limits the space of possibilities for Brazilians, they don't offer recourse to public funds and place restrictions on employment (HOME OFFICE, 2015). These restrictions have increased over the years. Until 2012, for instance, English students were able to work part-time on their student visas. Since then, however, only students in a UK higher education institution or a publicly funded further education college (GUTIERREZ-GARZA, 2013) are legally able to work part-time. Shifts in the institutional UK migration legislation, thus, are an important structural factor that helps us to comprehend the diversity of Brazilians' journeys in London.

## **CONSTRAINTS OF UK IMMIGRATION LAW**

Despite the recent increase in immigration levels, historically Britain has been a nation of emigration. During the 70s and 80s, for instance, Britain experienced considerable process of emigration, with an average outflow of 50 thousand people per year (SCHAIN, 2012). From 1901 to 1997, there was a net exodus of 15.6 million people from the UK (SCHAIN, 2012; DAVIES, 2015). During that time, many policies and immigration acts were made to attract – and regulate – migrants, especially those coming from the commonwealth. However, within the context of high emigration, these pieces of legislation were, generally speaking, not strictly followed (LOYAL, 2014). This context facilitated the entry and settlement of Brazilians who migrated during the 1980s and early 1990s (TORRESAN, 1994).

Nevertheless, from the late 90s and 2000s, new acts were made more restrictive in practice, following an increase in the net migration (DAVIES, 2015). Within the current times of crisis and recession, the British government has increasingly been – since 2008 - changing their immigration law and increasing the control in their borders (ANDERSON, 2010). The Work Permit Scheme, for instance, was substituted in 2008 by the point-based immigration system, which produced diffe-



rent statuses or ‘tiers’ among migrants<sup>2</sup>. The changes made it difficult for non-EU migrants to acquire visas and live in the UK regularly (RUHS; ANDERSON, 2008).

Not coincidentally, in the 2000s, the Home Office began to see Brazilian emigration as a problem. This is reflected in the figures presented by Robins (2014): in 2002 the UK had 130,000 Brazilians entering the country out of which 2400 were refused; in 2003, 127,000 entered and 4385 were refused. More recently Home Office figures place Brazilians as the second most likely ethnic group to be deported, by absolute numbers (GORDON et al, 2009). My data show that such structural shifts in migration law, which have increased the constraints to enter and to live in the country, such structural shifts in migration law, differently impact the ways in which Brazilians develop their journeys in London.

## DIFFERENTIATED JOURNEYS

Now that I have briefly framed several of the social, political and economic contexts which shape Brazilian migration to and within the UK, it is necessary to understand how this diversity is actually lived through in migrants’ journeys. The general view described above serves as both the ‘site of meaning’ that the migrants use to construct their own narratives and to make sense of the different positions they occupied in Brazil as well as in London. Their narratives allow us to pay close attention to the meaning that migrants give to their experience, which is in constant juxtaposition with the objective conditions that helped framing their experiences. In the next sections, I present the journey of five Brazilians in London.

The journeys of Leonardo, Tiago, Elza, Manoel and Maria not only differently represent the journeys of many other Brazilians that I interviewed in London, but they also highlight how social markers of class and gender, for instance, differently shape Brazilians’ journeys in and to London. Leonardo’s journey represents those of other upper-middle-class Brazilians who came to London as highly-skilled professionals to work in multinational companies. The journey of Manoel and Maria represent many other journeys of middle-class Brazilians who came to London to have life experiences and learn English, thus improving their cultural capital, but who went through an economic and occupational downgrade after their arrival. Tiago and Elza’s journeys are representative of those of other working-

---

2 The UK’s points based tier system is divided into: highly skilled migrant and investors (Tier 1), skilled workers (Tier 2), low skilled worker (Tier3), while students enter under Tier 4, and youth mobility schemes and temporary workers (e.g. au pairs) are covered by Tier 5 (see ANDERSON, 2010).

-class Brazilians who migrated, at least in part, in order to improve their economic capital for a short period of time and go back to Brazil. While these categories of journeys are not fixed, they are drawn from the patterns found in my interviews and ethnographic notes and serve as a useful analytical tool.

## **BRAZIL AND DECISION TO MIGRATE**

Motivations to migrate are never simple or straightforward. Similar to what Martes (2011) found with Brazilians in Massachusetts, it was difficult for me, in London, to find an interviewee who pointed to a sole reason to justify the decision to emigrate. Moreover, the decision is also always related to a set of circumstances (such as the end of a relationship), to life cycle, age (being single, young) and so on. Individuals' class and gender differently position them in social space, opening up and/or closing down their possibilities for navigating within the wider political, economic and social context in Brazil. These markers also directly influence their decisions to migrate, as the following journeys show.

### **LEONARDO**

Leonardo primarily viewed migration as a temporary life experience, a cultural investment and an opportunity to improve his – already high – cultural and social capital. This he thought would better position him in the high-skilled labour market. A descendent of Italian migrants, Leonardo was born in 1986, and grew up in Bauru, a countryside town in São Paulo State. The middle son of three, his mother was employed in the public sector, at a public bank, and his father was an entrepreneur. He lived among the upper-middle class, studying in good private schools, until he was 17 years old when his father's company – a petrol station – went bankrupt. Talking about this period of his life, he said:

After that we went to live in Brasilia. My father got a job there and my uncle was also supporting us. My parents registered me to study in a public school, but I stayed just 3 months there. The school was very bad, we never had classes. I went back to a private school, finished my high school and started doing business and management at UNB [Federal University of Brasilia]. Because of the economic situation of my family had changed, I couldn't have the experience of studying in another city.

Even though Leonardo's family experienced economic problems, his family network provided them with support to start a new life, which included provi-

ding Leonardo with a good education in private schools that then resulted in him studying in a prestigious university. Despite having to live at home during his time at university, Leonardo's cultural and social capital later helped him to have this experience abroad. Whilst doing his undergraduate degree, Leonardo began working as a trainee in a big and important company, through a contact of his brother. His brother, who had recently graduated in Economics, was also part of a student exchange programme through which he had gone to study and work in the USA for a few months. As his brother always wanted to live and work abroad, he knew the importance of not only speaking a good level of English, but also of having a European passport to facilitate his mobility. Thus, he requested his Italian citizenship, which facilitated the process for the other members of the family. After doing a one-year internship in a large multinational company in Switzerland, his brother was made permanent in the company and started realising his ambition of being a highly skilled international worker. His brother's move facilitated Leonardo in also moving abroad, when the opportunity came in 2009. Leonardo had recently graduated when he followed in his brother's footsteps.

I was already working in a big telecommunications company in Rio [de Janeiro]. It was a good job and I loved Rio. But I decided to register myself in a traineeship abroad, so I could have this cultural experience that would also be good on my CV, and I could improve my English. I ended up getting offered a traineeship at the same company that my brother was working at, in Switzerland.

Thus, aiming to have a short-term occupational and life/cultural experience, Leonardo then acquired his Italian passport, quit his job and moved to Europe.

## TIAGO

Tiago came to Europe with a friend, Fabio, ten years before Leonardo, in 1999. He also had the same idea of 'investing in himself' by working in another country and having an experience abroad. However, the ways in which Leonardo and Tiago imagined this investment differs almost to the same extent as their social and family circumstances. Tiago was born in 1967, in a very small rural town in the countryside of Ceará, a state in the Northeast of Brazil, a poorer region in the country. His mother had 15 children, but due to the very poor sanitary conditions of the countryside at that time, four of them died. For Tiago, the youngest child of the family, learning to live a mobile life came to be intertwined with his earliest awareness of his own existence: 'the first memory that I have is of me as

a three-year-old packing everything we had to move to São Paulo’. His parents had decided to leave their rural life and try ‘an urban life in São Paulo’, the richest city in Brazil. After living in São Paulo for a year, his father decided he wanted to go back to their rural life. His mother, however, did not. They divorced and she stayed in São Paulo with their 6 youngest children working as a maid for a year, then she decided to go back to Ceará.

At the age of 9 Tiago was living in Ceará with his mother when another family asked to help ‘raise’ him, so he could have a better life, with food, housing and education – a common practice in the past found in many unequal cities of Brazil. Tiago lived with and worked for this family at their local restaurant doing domestic activities until he was 14, when he moved back to São Paulo to live with his sister. There he also ‘worked’ doing domestic services and babysitting his nephew. At 17, when he was about to finish high school, he got his first paid job in a supermarket. He worked in this supermarket for few years, saving money and taking hairdressing courses in the evening. Wanting to have his own salon, Tiago left his job at the supermarket and worked as a full-time hairdresser for 13 years. It was here that the opportunity of coming to Europe arose:

The idea of coming here [London] actually was a mix of many things. I always wanted to speak English, I loved English. I found it chic, it was my dream – since I was very young – to live in a country where I could speak English, like chic people. My idol was Elvis Presley. I was fascinated by him. I had applied for a visa to go to the US but they refused it. Three years later [1999] my friend, Adolfo, who was living in London, called me and said he would help me come here. The idea was to come for one year, learn English, make some money, and go back. People back home used to say that hairdressers make a lot of money here.

Tiago embarked to London, following the steps of his friend, with the initial project of living abroad for one year. Initially fitting with the representation of the ‘economic migrant’, the aim was to make some money, have a life experience, and to try and learn the language that he had always found ‘chic’.

## ELZA

Despite being born in the same year as Leonardo (1986), Elza has a similar background to Tiago. She also saw coming to London as an investment, however, she would (initially) fit more with the classic image of the ‘economic (female) migrant’. The youngest daughter of a working-class, domestic worker, single

mother, Elza is a black woman born in Goiania, the capital of the state of Goiás. Like Tiago, Elza learned to be mobile at a very young age, navigating many different informal jobs to bring her mother extra money. She managed to finish high school in public schools (which are considered of less quality than the private schools), whilst working in a small factory that made confectionary. There, when she was 18 years old, she started dating the man who would be her husband and the father of her first daughter. The factory belonged to her husband's aunt, who had set it up with the money that she earned working as a migrant in the US. After two years of being married, working and earning the Brazilian minimum wage in the factory, Elza and her husband decided to go to Europe, work for a short time, save money and open a small business in Brazil, as his aunt had previously done.

My husband came first. His aunt was illegal in the US and things were getting harder there. So she went from the US to Italy to request her Italian citizenship. She got it, and took her nieces and nephews to Italy to also claim their citizenship. They then came to London with her, because she was the one who looked after them. This is how my husband managed to come here, in 2006.

Following in his aunt's footsteps and receiving her support, Elza's husband worked and saved money for one year in order to buy Elza's ticket to London. Elza came to London in 2007 with her daughter, aiming to stay for two years.

## **MANOEL**

Manoel also saw migration as an investment, an investment in himself and a means to change his lifestyle and leave the past behind. Manoel first saw his life change due to the economic downgrade of his family in the 1980s. Manoel was born in Santos, on the coast of São Paulo state, in 1976. The middle son of a Spanish mother who came to Brazil with her parents when she was 16 years, Manoel grew up in a wealthy, upper middle-class environment until he was 12 years old:

We had a very good life in Santos. My parents had a good accountancy business. My grandparents had money as well, so they used to travel to Europe every year. But everything changed with their divorce and then with my dad's bankruptcy. My father was very violent towards my mum and us [brothers]. My mother left the good life that we used to have and we moved to Bahia [in the Northeast] to live with my aunt. My mother managed to start everything over from scratch - she started working in a hospital there - but not with the same life we used to have.

With the help of his mother's sister, Manoel grew up amongst upper-middle class people in Salvador/Bahia – a city that attracts many tourists. Wanting to have money to be able to emulate the lifestyle of his friends, Manoel began working on the beach drawing fake tattoos on tourists. He kept studying and working in other informal jobs related to tourism, until he was 18 years old, when his girlfriend got pregnant. They got married and he started doing a technical course in accounting and later undertook a two-year traineeship in a bank. In 1994, he got a job in a hospital where he worked for four years in the IT sector. In 1998, he had the idea of coming to Europe:

Financially I was doing well. I even had the salary of someone with a higher education. But I was feeling completely lost. I was dissatisfied with my job, there was too much corruption. Also, I had just divorced. I was too young, with a baby, and my friends were all single. I just wanted to party and take drugs with them, and for my family this was complicated. We divorced. Everyone used to criticise me saying that I would be no one. They wanted me to do a BA in law. I didn't want to. My life was shit. Since the divorce, I never managed to settle my mind, everything was wrong. I had to get out of that, change my lifestyle.

With the aim of changing his lifestyle, getting over the end of his relationship and escaping the pressure from relatives and friends to 'become someone', Manoel gave his notice at work. With the previous month's paycheck, he embarked to Portugal in 2003, where his younger brother and a friend were already living.

## MARIA

Maria also said she was unhappy with her lifestyle and family pressure in Brazil and that migration was a way to culturally invest in herself, while getting away from the pressure and deciding what to do with her life in Brazil. Maria was born in São Paulo, in 1962, the granddaughter of Spanish and French immigrants who came to Brazil at the beginning of the 20<sup>th</sup> century. Maria, the third of four children, grew up in an upper middle-class environment. Her father had a good job in a multinational engineering company, while her mother stayed at home looking after the family. Maria had always had relationship problems with her mother, who by 'being submissive in a sexist family' would have reproduced the same model of dominance among her children.

[My mother and I] had a lot of conflict, real conflicts, because my brother was the prince of the house. On weekends, my mother used to wake us up early, screaming, 'Let's go to the kitchen!' We [the women] used to spend the whole morning cooking, and the prince slept. After we finished eating, my brother used to sit on the couch and we had to clean everything. It was the mentality that the women do the housework and men do nothing. My mother was an extremely hard woman with us, with her Catholic moralism.

According to Maria she had always been considered the 'black sheep of the family', and besides rebelling against her mother, she also used to have problems with the sisters from the Catholic private schools she attended, as 'they were very strict and hypocrites'. After numerous conflicts, she convinced her parents to let her study in a public school, a new reality that, due to her family class positioning, lasted for just a short time. After being caught with marijuana, she went back to private school and was grounded by her parents, only being allowed to leave her house to go to the church. Maria did not go to university, as her siblings and friends did. At the age 22, the opportunity to come to London appeared, unexpectedly, when she was feeling lost compared to the 'well-planned middle-class life' of her friends and relatives.

Coming here was a mix of things, it was not planned. This relationship with my mother indeed contributed to it. I wanted to live my life, make my own mistakes, and my mother was always very impeditive. I was also a little lost. I was young, 22, and had not studied. I was only working voluntarily [with homeless children] without money. I didn't know what to do. My friends and siblings were having their normal life, finishing university, dating, with their planned little life. Then this Brazilian journalist's wife called me from London, asking if I wanted to look after their kids – 4 years old and 8 months – because they wanted someone who could speak Portuguese to look after them for a while. The journalist is a cousin of my sister-in-law. She told me I was going to live with them, and I could study English.

Maria came to London in 1985. Like the others, she was also 'following the steps' of a family member, her brother, who had lived in London for a year in 1981. He had come with his girlfriend, to have a life experience, learn English and travel around Europe. This was Maria's project, stay for one year, learn English, work to travel in Europe, then return.



## REVISITING THE DECISION TO MIGRATE

From the stories above, we can see how different groups narrate dreams and expectations of success within the ideological boundaries of their (classed and gendered) possibilities (BOURDIEU, 1984; BESERRA, 2000). The five journeys above illustrate how institutional, economic, political and social context, alongside subjective, emotional and personal reasons – shaped by their classed and gendered experiences – intersected in the individuals' complex decisions to migrate. Firstly, these decisions are inextricably linked to the differential political economies between the countries of origin and the destination, which influences the migrants' personal dreams and aspirations. Every Brazilian that I interviewed in London saw migration as a way to improve their lives. Improving their lives meant going to a place where they could accomplish some of the ideals of material and cultural consumption of the Western 'modern' lifestyle, where they imagine they can achieve 'their dreams of wealth, respectability, and autonomy' (APPADURAI, 1996, p. 63). As Margolis (2013) argues, in Brazil there is a widespread common sense that all that is 'modern' is located in the United States and in Western Europe, since Brazil still has not metaphorically shifted into what is thought of as 'modernity'. Going to Europe also means leaving behind a place where 'capitalist development has disrupted prior systems of production and diffused values and positive expectations about "modern" ways of life' (BESERRA, 2000, p. 19). While all the migrants I spoke to share a desire to improve their lives by accessing a 'modern' lifestyle, this desire was shaped in distinct ways by their specific classed and gendered positions.

For Leonardo, for instance, in Europe he can pursue work experience which will further increase his possibilities in the high skilled labour market, acquiring more cultural, social and symbolic capital to add to his CV; he will improve his English, meet more people, acquire more knowledge by working in a valued, multinational Western company. For Tiago and Elza, migration was a means to improve their class situation. Tiago saw it as an investment that would allow him to quickly improve his economic capital. But, it was also an opportunity to improve his cultural and symbolic capital, by living in a place where people and their language are 'chic' and where he might learn to speak that language. For Elza, Europe was a place to make a quick economic investment, even though she came to London because her husband decided to. On the other hand, Manoel and Maria said they saw migration as a way to deal with family pressures, which were shaped by class and gender expectations that according to them they were not able to manage in Brazil. Both wanted to change their lifestyles. Manoel felt he had failed as a father and a husband. Even though he was doing well economically, he said he had lost his wife and daughter

because of his lifestyle of parties and drugs. According to him, the feeling of failure was emphasised by the fact people claimed he would never ‘be someone’, as he was not following the middle-class family path of going to university and being a responsible father and husband. Migration was a way to leave the past behind and reinvent himself. Similarly, Maria also saw migration as a way to change her lifestyle, moving away from a sexist society, from the conflicts with her mother and from the (middle-classed) pressure to have, as she said, a ‘planned little life’. Therefore, Europe is seen as the (modern) place that concentrates the different capitals necessary for improving one’s life, be it through ‘reinvention’ or self-investment. These migrants’ diverse capital – economic, cultural, social and symbolic – differently shaped their decisions to migrate, and continued to shape their journeys in London.

## **DEALING WITH THE BORDER**

Migrants’ experience of arrival in the UK is also dependent upon some of their social markers, like class and nationality, as well as on the ‘repertoire’ of possibilities (BOURDIEU, 2014) that the system offers. In other words, when dealing with immigration control, their entrance is shaped by the level of constraint in the legislative framework of immigration laws, which gives more or less possibilities to the ways in which migrants can use their different types of capital or resources to navigate such constraints. Thus, alongside the legislative framework at the time of their arrival, nationality as well as the volume and composition of their capital, differently shape the way in which their arrival in the UK happens. Speaking the language (cultural capital), having money to pay for a student visa to show at the immigration control (economic capital), having a partner/family visa or an invitation letter (social capital), or a European passport (nationality), for instance, all direct the movement of their journey past the first boundary abroad, immigration control

## **LEONARDO, MANOEL AND MARIA**

Leonardo and Manoel both arrived in Europe with their European passports and did not have any problems getting into the country. Maria did not have a European document, but the time frame of her arrival, as well as the conditions in which she arrived, made her entrance easier. Maria travelled to London in the 1980s when immigration control was not so restricted, especially against Brazilians, and her economic and social capital provided her an easy entrance. Even though she did not speak any English, Maria’s brother advised her about how to prepare for her journey. As she told me, she ‘had everything that was needed: 1000.00

dollars, an invitation letter from the family receiving me in the UK, my return ticket to Brazil and an English course paid for one year'. She made sure that she met all the requirements, as she 'didn't want to do anything outside of the law, even though they were not that rigorous with immigration control at that time'.

### **ELZA AND TIAGO**

Elza and Tiago arrived in a different time frame from Maria, and under different circumstances. When Elza first arrived in London in 2007, coincidentally or not, she - who is black and did not speak English - was held at customs for six hours in an interrogation room. This was despite the fact that she had documents proving that she was married to an Italian citizen resident in London. After being interrogated, Elza was provided with a tourist visa and told to apply later for a partner visa.

Tiago was the one who struggled the most in the process of entering the country. As noted, he came in 1999, with his friend Fabio. Following the advice given by their friend who was already living in London, they paid an English school, rented accommodation, and brought enough money to show at immigration control. However, they had problems at Heathrow:

They took us to a room, like prison, terrible. I was feeling very sad. They got a translator there and started asking a lot of questions. I said I had my salon in Brazil and was here to learn English. They asked me what I would do if I didn't learn English after one year. I said I would renew my visa. They stopped the interview: how come a man who has business in Brazil claims he will stay abroad two years? They held our passports there and said they would let us in but we should go back next day to take a plane to Spain - where we had made the connection. I left the airport feeling like a loser. When we got outside my friend came to hug me, I told him to keep walking because I felt they were following us.

Due to the feeling of being followed all the time, Tiago and Fabio decided to go back to Brazil the following day; they did not 'want to stay here illegally, living in fear'. However, when they arrived in Spain for his flight connection, Tiago decided to stay: 'I couldn't go back to Brazil with that loss'. He gave his luggage to Fabio and managed to enter Spain claiming 'they refused my entrance in the UK, but I had already spent too much money coming here, so I wanted to do tourism here'. After asking for a taxi to take him to a cheap hotel, Tiago started walking around

Madrid, enjoying the city, but still thinking of a way to go to a place where ‘people speak English’.

## **WORKING, LIVING AND NEGOTIATING THE MIGRATION**

As the following narratives illustrate, once in London, the intersection of gender, documental status and the diverse forms of capital that migrants have brought with them – plus the amount they acquire as they develop their journeys – differently impact on how they navigate within the possibilities and constraints offered by the city, in different contexts. Moreover, besides the fact of having to navigate different levels of constraints due to their gender and documental status, their economic, social, cultural and symbolic capital contour not only the ways in which their mobility is performed in the host society, but also the process of reformulating their migration project.

### **LEONARDO**

Having a European passport, speaking English, arriving in the country with housing and work, as well as living and working at the same multinational as his brother, facilitated Leonardo’s arrival in Europe. After all the new experiences he had in only few months of his traineeship in Switzerland, Leonardo re-evaluated his initial migration project of living abroad only for one year. At a professional level, his salary ‘was very good and I was learning a lot’. On a personal level, being a highly skilled worker in Switzerland gave him the possibility of having a lifestyle marked by constant new experiences.

These sort of experiences I would never have in Brazil. I was challenging myself all the time with new things at work. Also, as many of the workers were international, we were always doing things together; travelling, getting to know new places, going to ski in the mountains, so I decided to stay longer.

Leonardo had been working and living in Switzerland for 3 years, when the opportunity to move to London arose. Coming to London offered new forms of social and cultural capital.

They asked if I would like to move to London. Economically, I would earn less than what I was earning in Switzerland. But, coming to London would be another opportunity to have different experiences, working in another country, with another culture. It wasn’t because of the money; it was an investment in myself. Also,

as my brother was living in Switzerland when I got there, I didn't really have that moment just for myself, that moment of having to do everything on your own, challenging yourself to face the difficulties of being alone in an unknown place.

Leonardo came to London in the end of 2012. He faced some of the difficulties that he wanted to have, such as finding a place for himself to live, learning how to move around the city and starting as an employee in a country with a different culture. Despite working more than 50 hours per week, without receiving payment for this overtime, Leonardo believes that he and the rest of his coworkers, of whom the majority are international, are the happiest workers in the company. He says this is because many of the team do not have family or friends in the UK. They 'are here to work, we want to get the work done and we see it happening'. Their work/life satisfaction would come with the challenges they face in each project and with 'the new experiences we have within the projects', which are expressed in the final results. The results, for Leonardo, do not only represent a return of the investments for the company, but also a return on the investment of the workers themselves, which comes with the unique experience of being employed in a big multinational company in one of the world's financial capitals.

## MANOEL

Having a Spanish passport and family support upon arrival also made Manoel's entrance and stay in Portugal in 2003 easier. The difficulties of his mobile life came later on, when he came to the UK without speaking English. He lived in Portugal with his brother only for two months. He had applied for a job in an agency that later called him to work in a turkey factory in the UK. He told me, 'at that time a pound was worth eight times the *real* [Brazilian currency], so as soon as they offered me the job, I said yes. They took me to Norfolk. I didn't speak any English, at all.'

Manoel went through a huge occupational downgrade, from an office job in a hospital in Brazil to work in a line production, in cold and precarious working conditions that he had never experienced before. The factory, he says, 'smelled very bad, full of turkey blood, and we had to learn the whole 12 steps of the process of production'. Manoel quickly 'understood the logic of the things and I became a trainer after six months.' Manoel's understanding of the logic of the work place was not only related to understanding how to work efficiently, but also how to navigate the 'politics' of the company. Many workers did not have regular documents to live in the UK, but as Manoel had a European passport, he started claiming his rights inside the plant. Every time he wanted to go to the toilet, for instance, and

they refused, he would walk off and go to the toilet, threatening to call the union. 'I had documents, I had rights, they had to respect me'.

Having the right to work and live regularly in the UK, Manoel knew that he needed to invest in his cultural capital and qualify himself in order to move on from these precarious work conditions. He registered himself at a learning centre, as 'I would never grow in this country without speaking English', which he attended every day after work. They offered computing courses as well as language courses. Manoel had taken many IT courses in Brazil and the owner of the centre offered him a job one day, after she saw him teaching a student how to do an activity on the computer. After taking courses for free in the centre and taking the required English and Maths levels to work there, Manoel started developing his career inside of the company. He was promoted to supervisor and later to assistant manager at a branch in another city. He continued to take courses for free in the learning centre, as he wanted to eventually go to University. After a fight with the son of the manager, he decided it was time to move again. Manoel moved to London with his older brother, Mario, in 2008.

Manoel arrived in London with an increased understanding of the 'logic of living in the UK', with more capitals to use – he spoke the language and had taken several IT courses. Seeking to take advantage of the capital that he had brought from Brazil as well as those he improved and acquired in the UK, Manoel applied for work in the NHS. He says, 'I was trying to use my experience of working at a hospital – from Brazil – and my knowledge in IT'. While he did not get a job at the hospital, he got a job in a hotel, as a porter, through people he had met in the house he was living with his brother. This new situation was 'terrible because I felt I downgraded again, I was the manager there [north England] and a porter here, I felt I had taken a step back'. Manoel kept applying to work in the NHS and, eventually, was offered a job. He happily accepted the offer, seeing it as an opportunity not only to develop his career, but also to prove to people back home that he could 'be someone'.

I started at the hospital as an administrative assistant. After two years, I became a supervisor. When I turned supervisor, I got them to pay my university fees, BA in IT. I knew I needed a college degree to grow here. Also, I would not accept dying without having my BA. My whole family always wanted me to go to university. In the past, living in the middle of the elite of Salvador, many people judged me. My friends, girlfriends, girlfriends' mothers, always said I was not going to get anywhere, I would have no future. I always had this with myself, charging

myself. That was my chance to prove them wrong. I got my BA in IT at the end of 2012, out of my country, in another language - what can give you more status and confidence than that?

His degree gave him status in Brazil, as well as changing his life in London. Once he graduated, Manoel started applying for positions inside of the NHS until he got the job he always dreamt of, an IT position in one of the biggest hospital of the country. Working sometimes over 60 hours a week, Manoel is proud of his lifestyle in London and how his journey developed: 'My job is Band 6, which means that I am in the corporate level. I don't even clock in; clocking in is not for the level of work I am on.' For Manoel, what made the difference for him was his will and determination. As he noted, 'because I wanted and went for it. You need to have an objective in life. It is this will that makes people different from one another, everyone will have a different life and different realisations according to that'.

## MARIA

Like Leonardo, Maria also said she came to London with the idea of changing her lifestyle as well as to invest in herself for a while. Her idea was to study English for one year, have a life experience and go back to Brazil. But, just as many others, she had her objectives and plans changed while she was living her mobile life. However, her gender and documental status – alongside her diverse capital, shaped her mobile experience under conditions very different than those Leonardo experienced. After working for four months as a nanny for the photographer's family, Maria, who had already met many people, decided to leave their home, find another job and live with friends. Even though her English level was still very poor, she never had problems finding work as there were many jobs for migrants when she arrived in London.

I went to the centre with my friend, looking for job. I went into a pizzeria and said, 'Me look for job' - I did not speak English very well. He asked, 'Now?' I said, 'Yes.' He gave me the key for the locker, a uniform and I started working. It was easy to get work in the 80s. If we didn't like a job, we would just leave and find another one.

Maria then kept meeting more Brazilians, developing her network, and changing jobs and housing. She was enjoying a sense of freedom that she had not experienced in Brazil, due to her family pressure and the political context. As Maria



said, she had not lived in a democracy in Brazil: 'Everything was freer here. I was living in squats, partying, taking drugs. I was releasing myself.'

Despite living a lifestyle full of apparent freedoms, away from the social (class/gender) and political (dictatorship) constraints that she faced in Brazil, Maria also never stopped attending classes, as she knew 'speaking the language would be a differential for my life here'. After a very intense year of partying, living in squats, working and studying, she had already overstayed her one-year visa. She had decided to stay in London for a while, 'working and saving money to travel around Europe, just as the majority of Brazilians used to do at that time'. However, in the middle of her second year in London, her project had to change once again, as she became pregnant after a relationship with an English man.

I told him that I was pregnant. He told me, 'I never thought I could get someone pregnant. Well, this is your problem. If you want to abort it, you abort it. If you want to have it, you have it.' I had planned everything to have an abortion. I was crying every day because I wanted to have the baby, but I didn't have a visa here and it would be a scandal in Brazil: me returning to Brazil, single mother. Then one day the police went to the squat because we turned the electricity on, and it wasn't allowed. They took me to the police station, because my visa was expired. I wanted to kill myself. I was going back to Brazil, deported and pregnant! I said to the officer that my visa was expired because my intention was to go back to Brazil, but I wanted to travel first and my father always sent me money. He said he was going to let me stay, but I had to promise I was going to sort my [visa] situation out.

Maria left the police station, and the first thing she did was call a Scottish friend, who had previously offered to marry her so she could stay in the country. She had not accepted before, as she 'did not want to do something wrong. But due to the circumstances that I found myself in, I got married in the same week'. After acquiring her visa, Maria still went through very hard moments. She says she was feeling completely lost, 'pregnant, living in a squat in the winter, with no heating'. Moreover, she was feeling very depressed with the lifestyle around her: 'Everyone was very high most of the time, not interacting with each other'. This was when she decided to call her mother, inform the family she was pregnant and go back to Brazil. She called because in the beginning of the 80s her brother's girlfriend had gotten pregnant when living in London. They had gone back to Brazil and lived in a room at Maria's parents' house, being completely supported by them.

However, her mother's response to her was different from what she expected. 'She told me: "No! You stay where you are, you're better off there."' Her mother 'didn't want a single-mother daughter at home, because that was the mentality. Man can do everything, woman nothing.' This made her realise she was 'alone in the world and would have to change my life, once again.'

She managed to realise this change with the help from friends and from the state. With her friends' help, she moved to a proper house and got a job in a Brazilian restaurant. Things got better just before she had her son, in 1987, when she met a Polish friend who informed her that, as the wife of a British citizen, she had the right to claim benefits. This, 'changed my life, completely, I had no idea what benefits were.' She received £800 in benefits to buy the baby's clothes, and they took her to a bed and breakfast. Once she had her son, she went to Brazil and stayed there for a while, but decided to come back she says it was 'easier for me to be a single mother in London than in Brazil, because of the social pressure.' Benefits continued to be her primary source of support as she improved her life conditions in London.

Besides all the material help, the benefits enabled her to always keep herself busy and get over her depression. She kept working part-time, started studying, took courses on landscape gardening and photography. One of these courses, she met the father of her second child, a daughter who was born in 1992. She continued to be single, doing many jobs related to gardening, selling food, and other informal entrepreneur activities until she decided to take a BA in Psychology. Two months before graduating, in 1999, her mother died in Brazil from cancer, which deeply affected her. Later, she decided to start working as a support worker for young mothers at a hospital. She was also working, voluntarily, in an association for Latin American women in London. Maria then decided to form a charity for Brazilian women who suffering domestic violence. According to her 'I had to understand how to deal with rejection. This is probably why I work with vulnerable people today. That Polish man changed my life, he had knowledge of the system and compassion for me'.

## **ELZA**

One of the women whose life changed due to Maria's work was Elza. As with Maria, documental status and gender issues also affected Elza's journey in London. However, due to the differences in the political, economic and social contexts in which they arrived, as well as differences in relation to their personal capital, Elza navigated her journey differently. Elza came to London for the first time in 2007,

but she came and went between Brazil and London four times. This movement delayed the process of acquiring her partner visa. She always struggled to adapt herself in London, feeling very lonely, as she did not speak the language and lived practically locked inside of a small room with her daughter in a shared house. Her situation of isolation was aggravated by her husband's jealousy.

Everything was new for me, different language, didn't have friends. My husband was working day and night, at a construction site and cleaning offices. He was jealous, didn't let me work or live with Brazilians, so I wouldn't talk to anyone. I spent the days locked in our room. Because of that, I went back to Brazil three times. But earning minimum wage to survive and support my daughter there on my own was very hard.

Elza came back to London for the fourth time in 2010. Her husband was in a relationship with another woman and she went to live with her husband's sister. After three months of being able to work – as a cleaner - and enjoying more of the life in London. Elza got back together with her husband, on the condition that they lived with Brazilians. However, after 'six months in the house with Brazilians he started being jealous again. I couldn't talk to anyone or go out'. One day he came home, had a surge of jealousy and punched her in front of their daughter. Elza took the child and left the house, never to go back. She went to live with his sister again. As she was waiting for her visa, she could not legally work, so she worked two hours a day for a cleaning company and received the money in a friend's account. Earning only £70 per week, with a child and debts in Brazil accrued from money she borrowed to buy her tickets to London, she started doing cash-in-hand cleaning, 15 hours per day. Her husband was still going after her, but as she was waiting for her partner visa, she never reported him to the police - until the day when she was punched again and ended up going to the hospital.

I wanted to go back home after that, because I was without a visa. I was leaving my house at 4:30 in the morning to work, and coming back at 22:00 and having to manage looking after my daughter on my own. I didn't have money to take him to the court, because the law here changed and they don't provide free lawyers for family cases anymore. I heard about a charity that helps women in need here. I met Maria there and she changed my life. She registered my daughter and I in a GP – I didn't even know that this existed. She got me some benefits for my

daughter, only £13 per week, but it was very helpful, as I was trying to be independent here. After a while, my visa arrived, then things got better.

With the support from Maria and after receiving her visa, Elza was able to improve her situation. She gave up her benefits, started working legally, and found a room to live in with her daughter where she would not be threatened by her ex-husband anymore. She started meeting people and increasing her network and then found worked in several places. She continues to do cleaning jobs, since she understands, but does not speak, English. In one of these jobs, she met her current husband, a Brazilian man who also works as a cleaner. Although Elza still does not speak English, she says she likes her lifestyle in London now and does not see herself going back to Brazil very soon.

When I got the document, I said I would stay here working until I paid my debts in Brazil. But after I paid them, I saw how life here can be easier than in Brazil. I would earn the minimum wage there. What can we do with a minimum wage? I decided to stay, because of all the access to things, the education for my daughter. I also met my new husband. We had a baby together – 1 year old – and live in a house with other Brazilians. I am working as a cleaner two hours per day in a gym; I am also registered as self-employed, doing some manicure jobs at home. So I can stay at home looking after my baby while working.

## TIAGO

Not only did his documental status play an important role in Tiago's Journey, but he also changed his migration project after going back to Brazil for a while. After having his entrance denied in London in 1999, Tiago stayed in Spain for a short period. He met some Brazilians in Madrid, and started working in a Brazilian salon. However, he went back to Brazil at the beginning of 2000, as he had already learnt Spanish and his salary there was not that good. He lived in Brazil for one year, but he was feeling very down, as he had concluded that his 'lifestyle had changed too much in Spain to live in Brazil.' Tiago sold his salon and bought a ticket with the money to come back to the UK, as his dream of living in a place where English was spoken had not died. As Europe was not completely unknown to him anymore, he knew what he should and should not say at immigration control. After being interviewed for six hours in London, Tiago managed to enter the country.

Due to the support of a friend, Tiago already had a place to live and an interview in a hair salon arranged: 'I did a test and I started working the following day.' After

that, Tiago started developing his journey in London, meeting more people, going out, increasing his network, changing jobs and improving his English. After three years working and saving money in London, Tiago was speaking some English and had opened his own salon with a friend. According to him, the only thing that was missing was a European document, since ‘having one would be pivotal for my life here.’ Receiving help from friends, Tiago borrowed £7,000 and went to Portugal to get married to a Portuguese woman who had offered him a deal. He paid her, got married, spent a few months in Portugal waiting for his visa, and came back to London once it arrived. However, after he came back from Portugal, he had a fight with his friend and partner in the salon, who ‘threatened me saying if I didn’t leave him the salon, he would denounce me to the immigration control, saying I bought a marriage.’ After that, Tiago had to retrace the paths of his journey. He worked in different places for five more years to be able to pay the debts of his arranged marriage and once the debt was paid, Tiago opened a salon.

## CONCLUSION

The differentiated journeys I have examined in this article are marked by a permanent temporariness and negotiation, complicating attempts to create categories of migration. Examining both the sending and receiving contexts, focusing on the lives of Brazilians before migrating, as well as processes of displacement and working and living conditions in London, my study revealed that London’s Brazilian population is diverse, comprised of individuals from different class backgrounds, regions, and genders, which shape both their reasons for migrating, as well as how their journeys are performed. As a consequence, through these journeys, I have demonstrated why and how we need to understand migrant journeys as a process of constant manoeuvring. This allows us to move beyond homogenising categories of migration, such as the transnational migrant ‘flowing’ from the global south in pursuit of economic opportunities, and the ‘lifestyle migrant’ moving from the global north in pursuit of a better quality of life. My data showed that even for Brazilians who cited economic factors as, in part, driving their decisions to migrate, quality of life, including the negotiation of the work–life balance and freedom from prior constraints, was also important; to question the presumed dichotomy in which lifestyle migrants from the Global North are defined in opposition to the transnational migrants from the Global South. Yet, my data also revealed that relations of power at the global level – deeply imprinted with colonial legacies – play an important role in the production of the desire to travel to London for an

improvement in life/lifestyle. Brazilians in London, I have argued, often believe that moving to the city will allow them to achieve the material and cultural ideals of the Western 'modern' lifestyle impossible to obtain in Brazil, which is seen as 'not fully modern'.

My study revealed that migrants' journeys towards a 'modern' lifestyle, as well as how their journeys are navigated, are facilitated and limited in distinct ways by markers of class, gender, nationality and documental status. Thus, I suggest that in order to further problematise how these journeys are differentially developed and negotiated, we need to understand the factors that shape them, proposing the use of the concept 'differentiated journey'. Giving a structural dimension to the concept of journey (KNOWLES, 2014), I argue, provides us with an analytical tool with which we can examine the connection of the micro and macro aspects of the everyday social production of the world on the move. We can see how people differently negotiate their lives according to the desires and resources that they have to play with in particular structural contexts. Drawing on my empirical analysis, I suggested that 'differentiated journeys' are highly dependent on two sets of factors: firstly, on the economic, political and cultural contexts in which they are performed - the 'repertoire' or space of possibilities offered by the system; and secondly, on the resources and attributes that differently configure an individual's life chances, constructed in the intersections of multiple social markers of difference, including class, gender, sexuality, 'race' and nationality. These social markers not only differently shape their journeys by opening up or closing down their (structural) space of possibilities, but they can also affect (not deterministically) the differential subjective and experiential responses to their journeys, such as their desires and decisions to move along, stay or return.

## REFERENCES

- ANDERSON, Bridget. Migration, immigration controls and the fashioning of precarious workers. *Work, Employment And Society*, v. 24, n. 2, p. 300-317, jun. 2010.
- ANTHIAS, Floya. Transnational Mobilities, Migration Research and Intersectionality: towards a translocational frame: Towards a translocational frame. *Nordic Journal Of Migration Research*, v. 2, n. 2, p. 102-110, 1 jun. 2012.
- APPADURAI, Arjun. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- BENSON, Michaela; O'REILLY, Karen. *Lifestyle Migration: Expectations, Aspirations and Experiences*. Surrey: Ashgate, 1996.

- BESERRA, Bernadete. *Brazilians in Los Angeles: Imperialism, Immigration, and Social Class*. PhD thesis. University of California Riverside, California, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *On the State: Lectures at the College de France 1989-1992*. Cambridge: Polity Press, 2014.
- . *Distinction: A social critique of the judgement of taste*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.
- BRIGHTWELL, Maria da Graça. *A taste of home?: Food, identity and belonging among Brazilians in London*. PhD thesis. Royal Holloway, University of London, London, 2012.
- CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society, the information age: economy, Society and culture*. Oxford: Blackwell, 1996.
- CWERNER, Saulo. The Times of Migration. *Journal Of Ethnic And Migration Studies*, v. 27, n. 1, p. 7-36, jan. 2001.
- DAVIES, Julio. *Migration Policies and Migration Streams: a case study of Brazilian immigration to the UK*. MA dissertation. Brazil Institute, King's College, London, 2015.
- DIAS, Gustavo; MARTINS JR, Angelo. The second Brazilian migration wave: the impact of Brazil's economic and social changes on current migration to the UK. *Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 1, p.112-143, 2018.
- EVANS, Yara et al. *Por uma vida melhor: brasileiros e brasileiras em Londres, Grupo de estudos sobre brasileiros no Reino Unido*, 2011. Available at: <http://geblondon.files.wordpress.com/2011/03/por-uma-vida-melhor-geb-2011.pdf>. Accessed on: september 3, 2015.
- FUSCO, Wilson. Redes Sociais na Migração Internacional: o caso de Governador Valadares. *Textos NEPO*, v. 40, 2002. Available at: [http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos\\_nepo/textos\\_nepo\\_40.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_40.pdf). Accessed on: June 01, 2016.
- GORDON, Ian et al. *Economic impact on the London and UK economy of an earned regularisation of irregular migrants to the UK*. London: Greater London Authority 2009. Available at: [https://www.london.gov.uk/sites/default/files/gla\\_migrate\\_files\\_destination/irregular-migrants-report.pdf](https://www.london.gov.uk/sites/default/files/gla_migrate_files_destination/irregular-migrants-report.pdf). Accessed on: september 13, 2015.
- GOZA, Franklin. “Redes sociais e a integração de brasileiros no Canadá e nos Estados Unidos”. In: MARTES, Ana Cristina; FLEISCHER, Soraya. *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 263-288.
- GROSFUGUEL, Ramon; OSO, Laura; CHRISTOU, Anastasia. Racism, intersectionality and migration studies: framing some theoretical reflections. *Identities*, v. 22, n. 6, p. 635-652, 2014.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.



- GUTIERREZ-GARZA, Ana. *The everyday moralities of migrant women: life and labour of Latin American domestic and sex workers in London*. PhD thesis. London School of Economics and Political Science, London, 2013.
- HOME OFFICE. *Immigration Rules Appendix V: Visitor Rules*, 2015. Available at: <https://www.gov.uk/guidance/immigration-rules/immigration-rules-appendixv-visitor-rules>. Accessed on: August 10, 2016.
- . *Enforcing the Rules: A Strategy to ensure and enforce compliance with our immigration laws*. London: Home Office, 2007.
- BRAZILIAN INSTITUTE OF GEOGRAPHY AND STATISTICS (IBGE). Integrated System Of Aggregated Data (Sidra), 2001. Available at: [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br). Accessed on: April 2, 2015.
- KNOWLES, Caroline. *Flip-flop: A Journey through Globalisation's Backroads*. London: Pluto Press, 2014.
- KNOWLES, Caroline; HARPER, Douglas. *Hong Kong: Migrant Lives, Landscapes, and Journeys*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- KUBAL, Agnieszka; BAKEWELL, Oliver; DE HAAS, Hein. *The Evolution of Brazilian Migration to the UK: Scoping Study Report*. Oxford: International Migration Institute, University of Oxford, 2011.
- LEVIT, Peggy; JAWORSKY, Nadya. Transnational migration studies: past developments and future trends. *Annual Review of Sociology*, v. 33, n. 1, p. 129-156, 2007.
- LOYAL, Steven. From the Sanctity of the Family to State Sovereignty: The Irish Supreme Courts Changing Role in Maintaining National Sovereignty. *Critical Sociology*, v. 43, n. 1, p. 73-90, 2014.
- MARGOLIS, Maxine. *Goodbye, Brazil: Émigrés from the land of soccer and samba*. Madison: University of Wisconsin Press, 2013.
- . *Little Brazil: An ethnography of Brazilian immigrants in New York City*. Princeton: University Press, 1994.
- MARTES, Ana Cristina. *New Immigrants, New Land: A study of Brazilians in Massachusetts*. Gainesville: University Press of Florida, 2011.
- MARTINS JR., Angelo; KNOWLES, Caroline. Reflections on researching transnational migrants and the fieldwork challenges of studying co-nationals abroad. *Sociedade e Cultura*, v. 20, n. 2, p. 29-50, 2017.
- MARTINS JR., Angelo. *Lives in Motion: notebooks of an immigrant in London*. Copenhagen: Whyte tracks, 2014.
- McILWAINE, Cathy. *Living in Latin London: how Latin American Migrants survive in the city*. London: Department of Geography, Queen Mary University of London, 2007.

- McILWAINE, Cathy; COCK, Juan; LINNEKER, Brian. *No longer invisible: the Latin American community in London*. London: Queen Mary University of London; Latin American Womens' Rights Service; Trust for London, 2011
- RIBEIRO, Gustavo. Goiânia, Califórnia. Vulnerabilidade, ambiguidade e cidadania transnacional. *Série Antropologia*, v. 235, p. 1 - 22, 1998.
- ROBINS, Daniel. *A history of Brazilian Migration to the UK*. MA dissertation. Brazil Institute, King's College, London, 2014.
- RUHS, Martin; ANDERSON, Bridget. "The origins and functions of illegality in migrant labour markets: An analysis of migrants, employers and the state in the UK." In: *Compas*, 30., 2008, Oxford. Working Paper. Oxford: Oxford University, 2008.
- SASAKI, Elisa. A imigração para o Japão. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 99-117, 2006.
- . Dekasseguis: Trabalhadores Nipo-Brasileiros no Japão. *Travessia revista do migrante*, v. 21, p. 20-22, 1995.
- SASSEN, Saskia. *The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- SAYAD, Abdelmalek. *The Suffering of the Immigrant*. Cambridge: Polity, 2014.
- SCHAIN, Martin. *The Politics of Immigration in France, Britain and the United States*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- SHERINGHAM, Olivia. *Thanks to London and to God: living religion transnationally among Brazilian migrants in London and 'back home' in Brazil*. PhD thesis. Queen Mary University of London, London, 2011.
- TILLY, Charles. "Transplanted Networks". In: YANS-McLAUGHLIN, Virginia. *Immigration Reconsidered: History, Sociology, and Politics*. New York: Oxford University Press, 1990. p. 79- 95.
- TORRESAN, Angela. A middle class besieged: Brazilians' motives to migrate. *The Journal Of Latin American And Caribbean Anthropology*, v. 17, n. 1, p. 110-130, mar. 2012.
- . *Quem parte, quem fica: uma etnografia sobre imigrantes brasileiros em Londres*. MA Dissertation. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- TYLER, Imogen. *Revolting Subjects: Social Abjection and Resistance in Neoliberal Britain*. London: Zed Books, 2013.
- URRY, John. *Mobilities*. Malden: Polity Press, 2008.
- . Mobile sociology. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 1, p. 185–203, 2000.
- VERTOVEC, Steven. Conceiving and researching transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 22, n. 2, p. 447-462, 1999.

---

Recebido: 30/09/2019 | Aprovado: 30/03/2020

## A ilegalidade dos imigrantes como categoria de inclusão social e condição da sua subalternização. Um estudo de caso sobre as migrações de bengalis para Portugal

*The immigrants' illegality as a social inclusion category and condition for their subordination. A case study on the migration of Bangladeshi to Portugal*

Francisco J.S.A. Luís<sup>a</sup>

**Resumo** Os intensos fluxos globais têm conduzido a um aumento das populações migrantes nos países europeus e em Portugal, particularmente. A crescente dificuldade dos cidadãos provenientes de países como Bangladesh, Índia ou Paquistão em se legalizarem e os processos políticos de rejeição do migrante – o Brexit por exemplo – conduziu à procura de alternativas a essas rotas que remontam à época colonial. Procuraremos elucidar, neste artigo, como este processo iniciado há séculos, se foi desenvolvendo e revelando uma condição social dos indivíduos enquanto párias indesejados e sujeitos de um corpo ilegal, por isso passível de exploração. O papel do Estado no ultrapassar dessa condição revela-se essencial. Procuraremos demonstrar como a ilegalidade do imigrante, se revela uma condição de exploração do seu trabalho que o força a agir nas periferias marginais do social. Como forma de inclusão precária (e não apenas de exclusão), a ilegalidade serve o interesse dos países europeus em manter uma mão de obra de trabalho disponível. Porém, do outro lado, constatamos, com um estudo de caso de bengalis em Portugal, atores e atrizes sociais que não se resumem a essa condição e que, portanto, resistem e negociam em situação de maior fragilidade a sua pertença a uma sociedade cada vez mais global.

**Palavras Chaves** Imigrante. Ilegalidade. Tráfico. Direitos humanos.

**Abstract** Intense global flows have led to an increase in migrant populations in European countries and in Portugal in particular. The growing difficulty of citizens from countries like Bangladesh, India or Pakistan in legalizing themselves and the

---

a Gestor de ciência e tecnologia da Fundação para a Ciência e Tecnologia, ocupa a vice-presidência da ONG OPUS Diversidades. Possui Doutorado em Antropologia Social e Cultural, Universidade Nova de Lisboa.  
E-mail: [rottgoris\\_social@hotmail.com](mailto:rottgoris_social@hotmail.com)  
Orcid: <http://www.orcid.org.br/0000-0001-6996-6311>

*political processes of rejection of those migrants – the Brexit for example – led to the search for alternatives to these routes dating back to the colonial era. In this article, we will try to clarify how this process started and was developed, revealing a social condition of individuals as unwanted pariahs and subjects of an illegal and therefore exploitable body. The role of the state in overcoming this condition turns out to be essential. We will try to demonstrate how the immigrant’s illegality appears as a condition for the exploitation of his work and forces him to act in the peripheries of the social norm. As a form of precarious inclusion (not only a form of exclusion), illegality serves the interests of the European countries in keeping labor workers available. However, on the other hand, we found in our case study on Bangladeshi in Portugal social actors and actresses who are not limited to this condition and who, therefore, resist and negotiate, in a situation of greater fragility, their belonging to an increasingly global society.*

**Keywords** Immigrant. Illegality. Smuggling. Human rights.

## INTRODUÇÃO

Estimava-se em 2006 que cerca de 20 milhões de pessoas haviam encetado projetos migratórios originados da Índia (TROVÃO; ROSALES, 2010, p.7), embora apenas a partir do século XIX e especialmente durante o século XX, possam ser identificadas redes sociais de origem indiana a operar na Europa, quando os Estados-Nação de Bangladesh e Paquistão ainda não existiam<sup>1</sup>. Ainda hoje, os mesmos motivos religiosos, a que se acrescentam o terrorismo, a pobreza e as alterações climáticas ou a instabilidade política, promovem violentos ajustamentos geodemográficos nessas sociedades, forçando os seus nacionais a emigrar.

É o caso de Bangladesh, Índia ou Paquistão, em que ciclones tropicais, furacões, marés, chuvas intensas e a subida do nível do mar provocam êxodos populacionais, que face a taxonomias decrépitas são confundidos com migrações econômicas. De resto, em consonância com o informe do relatório “Global Trends; Forced Displacement in 2017” da Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR):

---

1 Em um primeiro momento descortinamos num contexto colonial o recrutamento de mão-de-obra de origem indiana e seu transporte para as colônias onde o seu trabalho era necessário. Era uma migração de certo modo forçada e enganosa, porém, após o período colonial, surge uma migração que Trovão e Rosales designam de “livre”, porém acompanhando os trajetos migratórios calcorreados pelos seus ancestrais indianos, não obstante, confinados maioritariamente aos territórios historicamente objeto de colonização (TROVÃO; ROSALES, 2010). Em um segundo momento e mais relevante para o caso em discussão, entre as décadas de 1950 e 1960 detectamos fluxos migratórios direcionados primordialmente para o território da potência colonial inglesa.

Globalmente, os deslocamentos populacionais forçados aumentaram em 2,9 milhões de indivíduos em 2017. E, em 2019, esses deslocamentos resultantes de perseguições, conflitos ou violência generalizada, já totalizavam 68,5 milhões de deslocados, constituindo um recorde. (ACNUR, 2018, p. 2)

Em 2019, deixando entrever a intensidade desse processo e de acordo com o relatório publicado pela mesma agência, o número revela um aumento face a 2017. O mesmo relatório nos revela que 70,8 milhões de pessoas estão em situação de deslocamento forçado no mundo. Esta situação tem produzido consequências nos países de acolhimento com um aumento da xenofobia e do racismo. Esses corpos deslocados ou em trânsito, sem lugar ou espaço de cidadania, exigem outro paradigma político e de atuação das autoridades, desde logo na desconstrução de um discurso que os representa como corpos e sujeitos sem história.

É neste quadro confrontacional que neste artigo pretendo abordar os modos como são socialmente produzidos discursos de subalternização dos migrantes, recorrendo para tal a argumentos racionais, que associam, por exemplo, práticas ilegais/informais a determinadas nacionalidades/classes, acionando desse modo processos de hierarquização entre o *nós* e o *outro*. O discurso aparece neste contexto como um modo de hierarquização dos atores sociais e, simultaneamente, como um espelho dessa hierarquização, de um modo que discurso e objeto pareçam ser um só. Cabe-nos desconstruir esta unidade aparente. Paralelamente, procuraremos chamar a atenção para as consequências desses processos nos imigrantes e nas suas estratégias de sobrevivência.

Para tal, observei, a partir de janeiro de 2015, cidadãos indianos, bengalis e paquistaneses que visam obter autorização de residência em Portugal. Aprofundi a investigação de seus modos de financiamento de viagens, procura de contrato de trabalho e redes sociais e inúmeros outros aspectos subjacentes à condição de *imigrante ilegal*. Como metodologia de pesquisa utilizamos a observação participante, com longos períodos de convivência com indivíduos pertencentes às referidas populações e a observação não participante, com recurso a entrevistas semi-direcionadas<sup>2</sup>, através das quais pretendemos contrariar uma crescente tendência para a “coisificação” dos corpos ilegais.

A perspectiva analítica adotada envolve apreender a subjetividade do imigrante, mediante a análise não apenas dos seus comportamentos e estratégias, mas

---

2 Em quaisquer dos casos envolvendo deslocação às suas residências e no segundo caso, inúmeras interações mantidas na Rua do Benfornoso, nos seus locais de trabalho ou negócios.

também das condições que lhes são proporcionadas: procedimentos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), leis migratórias e sua eficácia, direitos dos solicitantes de autorização de residência, tempo médio de espera até o SEF proferir uma decisão, dificuldades quotidianas que derivam da ilegalidade imposta. Enfim, trata-se de uma multiplicidade de constrangimentos que lhes é imposta, também ao nível identitário. Tal análise pressupõe a desconstrução e consequente integração de conceitos como nação, emigração, globalização, país de acolhimento e *homeland*, entre outros.

Isso torna imperioso a sua estruturação não como abstrações, mas sim como nomenclaturas que refletem e impõem múltiplas relações e interdependências, consubstanciadas não raras vezes, em sentimentos de pertença ou de desidentificação (WOLF, 1985, p.3). Tais conceitos não são privados de história, mas sim profundamente influenciados, não apenas pelo passado, mas também pelo presente e pela percepção de um futuro que rapidamente se aproxima.

No sentido de aprofundar essas múltiplas relações e interdependências, comecei por uma síntese, percorrendo sobre as questões que as migrações suscitam na atualidade e os contextos que exponenciam as suas dinâmicas. Compreender o fenómeno migratório envolve a análise integrada dos enunciados discursivos produzidos acerca dele e dos contextos concretos que lhe dão origem.

## **FLUXOS, GLOBALIZAÇÃO, PÂNICO MORAL/SOCIAL E SUAS DIMENSÕES**

A história do mundo e das sociedades reflete contatos, relações, encontros ou desencontros, bem como as conexões estabelecidas em determinados contextos e circunstâncias (WOLF, 1985). Muitas vezes, não obstante, a história é apreendida a partir das grandes personalidades ou de um enfoque direcionado aos grandes acontecimentos, fontes primordiais da construção das identidades nacionais/cosmogonias. Porém, a antropologia, com o auxílio da história, deve celebrar aqueles que são socialmente constrangidos a não terem história pela remissão à invisibilidade da não-cidadania. Esta perspetiva deve estimular uma abordagem que incite ao resgate desse passado – entretanto, tornado invisível – sublinhando o papel dessa história no estabelecimento de novas conexões, relações e interdependências. São essas diferentes histórias, multissituadas e multiculturais, que em interação, trazem à visibilidade o espaço das relações sociais, como uma arena onde se travam autênticas batalhas pela sobrevivência e luta identitária (ORTNER, 1984).

É nosso objetivo sublinhar as várias subjetividades, em um processo de encontro entre culturas que oscila, dialeticamente, entre o encontro e a sua criação/transformação, recíprocas (SAYAD, 1999, 2014). Esse encontro/transformação nem

sempre ocorre de forma voluntária e, muitas vezes, o patronato e as classes dirigentes gostariam de se servir da mão de obra imigrante disponível, sem pagar um preço cultural por isso (SAYAD, 2014). Ou seja, a transformação propiciada pelos encontros migratórios de que falamos, pode não ser desejada ou bem-vinda.

Subsidiariamente, a intensificação dos fluxos de várias ordens a que temos vindo a assistir nas últimas décadas, promoveu o colapso de antigas lógicas organizativas/representativas sob várias perspetivas: locais, regionais, continentais e transcontinentais. Os aspectos valorizados a partir das interdependências estabelecidas e sua intensificação (HARVEY, 1989; SHELLEY, 2010, p. 37), especialmente ao nível económico e financeiro – que, enquanto, assessoradas por ciclos económicos de expansão – permitiram a aceitação complacente, porém, seletiva, de fenómenos migratórios social, jurídica e administrativamente produzidos/incorporados como ilegais. A ilegalidade tem, portanto, uma ficção na sua base. Primeiramente, define um centro de normalidade/legalidade e por oposição a esse centro, elege inúmeros fatores de desestabilização, vulgo ilegalidades.

As noções de legalidade e ilegalidade correspondem, deste modo, a uma estrutura/poder que as vigia, precavendo-a assim de uma hipotética perda da sua eficácia estrutural e estruturante (BOURDIEU, 2002), discursivamente naturalizada. Não obstante, esta eficácia, que obstaculiza uma cidadania plena e produz uma representação integrativa do “outro” imigrante, não exclui estratégias de resistência simbólicas e pragmáticas que se expressam, por exemplo, na estruturação de comunidades imaginadas – tão imaginadas e paralelamente, concretas, quanto as que alimentam os nacionalismos, gerados com crescente intensidade, viabilizada pela fluidez tecnológica das comunicações (ANDERSON, 2008). Ou, pela fragmentação identitária, expressa em pertenças múltiplas e dinâmicas – que contrariam a ideia do sujeito uno renascentista e também, num outro nível, a da coerência sistêmica dos processos identitários, subjacente aos nacionalismos e às noções de Estados-nação incorporadas por naturalização.

Sublinhamos ainda, como forma ativa de integração negociada, o questionamento e a transformação das velhas lógicas dos Estados-Nação do século XX (HOBBSBAWM, 1990, p.16-19). Atualmente, os Estados convivem com soberanias partilhadas no seio de organizações transnacionais como a Organização Mundial de Saúde, a União Europeia ou a Organização das Nações Unidas e a um território que já não corresponde a uma população específica e uma língua determinada.

Neste enquadramento fluído e multiforme, contingentes de trabalho efetivo ou em reserva por indivíduos provenientes de países típica ou contextualmente em dificuldades de várias ordens foram, em certo momento, concebidos como



úteis ou, pelo menos, passíveis de indiferença. Dessa forma, legitimava-se esse enquadramento interessado e por isso subjetivo, em uma construção social da ilegalidade, paulatinamente incorporada como categoria social imputada à pele dos visados. A relativa estabilidade social e econômica na Europa e Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial – que perdurou até fins do século XX – bem como o escalonamento de uma lista de países inimigos, igualmente estável e facilmente representada como tal<sup>3</sup>, facilitava esse olhar ambíguo sobre os migrantes, simultaneamente ilegais e paradoxalmente úteis e, em muitos casos, associados a uma mão de obra inerentemente barata.

Essa estabilidade promoveu a produção de uma taxonomia sobre a migração, assente nos requerentes de asilo, migração econômica, etc. (MEZZADRA, 2015, p. 11). Neste contexto, as fronteiras arquitetadas – na altura – como limitações geográficas, assumem uma dimensão de mediadoras de relações sociais entre indivíduos de diferentes países, existindo e demarcando limites geográficos/simbólicos, caracterizando-se por uma porosidade controlada, porém, sub-repticiamente consentida e interessada.

Convém ainda sublinhar que essas taxonomias surgem em um momento em que a mobilidade de populações e indivíduos nada tinha a ver com a atual em termos de dimensão e intensidade, pelo que atualmente, mobilidade e migração são conceitos que se interseccionam. Basta verificar a alteração simbólica e representacional da categoria “turista” na crise de saúde pública ocasionada pela doença Covid-19, em que ela rapidamente deixou de ser percebida de forma positiva e se aproximou do imigrante ilegal enquanto alguém contextualmente indesejado, amontoado nos aeroportos e impossibilitado de circular de um dia para o outro. Duas categorias distintas tornaram-se próximas.

## **O OUTRO, ESTRANHO E POTENCIALMENTE AMEAÇADOR**

A emergência de movimentos terroristas, para os quais não havia antes um enquadramento, exigiu das economias ditas desenvolvidas um esforço de adaptação a um novo tipo de guerra não programada, aleatória, sem contingente militar e bélico. Ao inimigo identificável, segue-se o opositor que pode ser a pessoa que vive ao lado e que durante anos conhecemos como vizinho pacato. Altera-se o paradigma de segurança e também a imagética produzida e associada aos imigrantes. Passaram a ser uma ameaça à segurança e organização política e social europeias e até prováveis culpados da falência do Estado social europeu. Fluxos percebidos

---

3 Maior eficácia de instituições como a OTAN e a ONU.

como entrópicos, associados a desordens várias e acima de tudo, como potenciais praticantes de atos terroristas.

Atualmente, na Europa, para além de uma reação xenófoba e racista, vivem-se momentos de tensão entre os próprios europeus. O federalismo ou as ideias inicialmente propulsoras da União Europeia, deixam transparecer fissuras, rasgadas por ideais nacionalistas. O agonismo recalcitrante não é apenas dirigido a imigrantes ou refugiados de outros continentes<sup>4</sup>, passa também a ser direcionado à mobilidade de europeus em trânsito pelo espaço do Acordo de Schengen<sup>5</sup>.

Neste quadro, os países se fecham e reivindicam para si autonomias há algum tempo – negocialmente – cedidas, enquanto a tensão entre europeus aumenta e o discurso político baseado em um *nós*, nacionalista, em oposição a um *eles* ameaçador arregimenta seguidores (BILLIG, 1995). Tudo isso ocorre em meio a um processo em que a produção da sensação subjetiva de ameaça/insegurança resulta de ações, mais ou menos concertadas, de produção do pânico social (BOCAYUVA, 2012; MEZZADRA, 2015, p. 25-26).

O pânico moral/social que encontrava nos meios de comunicação clássicos e na necessidade política de acolher essas emotividades bipolares, é hoje substancialmente ampliada, não só pelas redes sociais virtuais, mas também pela densificação, imbricamento e mundialização de redes sociais potenciadas pela facilitação de fluxos, resultado das sempre novas tecnologias da informação e transporte, associadas ao significativo incremento das vias e plataformas por onde circulam e se propagam (HARVEY, 1989; SHELLEY, 2010; VERTOVEC, 2009). Esse pânico social foi sucedido pela pressão, repressão e vigilância sobre os homossexuais nos Estados Unidos e Europa (RUBIN, 1984), com a relação de subalternização estabelecida entre o gênero masculino e feminino (BEAUVOIR, 1967; BUTLER, 2007; MEZZADRA, 2015). Atualmente, é sucedido pela figura retórica do imigrante ilegal, o que tem profundas implicações sociais negativas nas suas vidas e experiências cotidianas.

Outros autores, porém, argumentam em uma outra direção: o conflito entre imigrantes e autóctones advém da fragilidade econômica, não apenas dos migrantes, mas também das economias dos países de acolhimento (DANCYGIER, 2012, p.1). Portanto, o pânico social é potenciado por circunstâncias em que problemas, também de origem econômica, subjazem esse alarmismo concertadamente difun-

---

4 Passa a haver em determinados discursos a intenção obscura de misturar conceitos e práticas associadas ao estatuto de refugiados, de migrantes e a possibilidade de alguns serem terroristas.

5 Parece razoável afirmar que mobilidade e migração podem ser a mesma coisa em certos casos. Nessas circunstâncias, a sua diferenciação é essencialmente política: uns são cidadãos e outros não.

dido e produzido. O aspecto econômico sustentado por DANCYGIER (2012), não é, todavia, o único a operar.

Atualmente, a questão religiosa assume outra dimensão na esfera pública, nela reacendendo o pânico social, sempre latente. A proibição do uso do véu em França ou da construção de mesquitas na Suíça exemplificam casos em que fatos de base religiosa reassumem um papel central nas preocupações públicas (MAPRIL; BLANES, 2013). Esses conflitos são reforçados por acontecimentos em que o pânico gera violência sobre os imigrantes. A sua motivação varia desde a islamofobia, xenofobia à mera repulsa perante a imigração.

Por outro lado, devemos igualmente considerar que as motivações, aspirações e anseios dos nossos interlocutores, vão muitas vezes além da mera busca das melhorias econômicas:

Abrangendo padrões de consumo e estilos de vida, lógicas familiares e de parentesco, procura de autonomia, acesso a projetos de “modernidade”, entre muitos outros vetores de análise e atuação (...). Este paradigma vem juntar-se a outros que no panorama editorial português têm vindo a chamar a atenção para o estudo das dimensões experienciais dos fenômenos migratórios contemporâneos (MAPRIL, 2013, p. 475).

Esses fatos imprimem uma dimensão subjetiva/agencial ao estudo e produção de perspectivas sobre os fenômenos, quer do lado das fronteiras como elementos simbólicos que geram ilegalidade, quer dos atores sociais que são alvos desse processo.

## **A ILEGALIDADE COMO DIMENSÃO DA INCLUSÃO**

Constatamos, portanto, a existência de dinâmicas sociais múltiplas, quer a montante, quer a jusante da problemática das migrações:

O movimento ilegal de pessoas, geralmente abrange duas atividades relacionadas: contrabando de migrantes e tráfico de pessoas para fins de exploração. Ambas envolvem o recrutamento, movimentação e entrega de migrantes de um Estado de origem a um Estado de destino. O que distingue as duas atividades, é que os traficantes escravizam e exploram as suas vítimas, enquanto, que, os migrantes contrabandeados mantêm uma relação consensual inicial com seus contrabandistas. Além disso, muitos indivíduos contrabandeados ficam livres

no final de sua jornada ou após um período de servidão contratada. (CARRERA; ELSPEETH apud SHELLEY, 2010, p.8)

Neste enquadramento, considero que na contemporaneidade os imigrantes asiáticos podem ser facilmente identificados com Islã<sup>6</sup>, ilegalidade ou ameaça, por vezes vivendo durante décadas nessas condições em países europeus, onde incorporam um estatuto de não-cidadão. Mais do que uma forma de exclusão, a ilegalidade converte-se em uma dimensão de inclusão. Logo, não foram apenas as velhas lógicas organizativas do sistema mundo que entraram em processo de desmoronamento. A isso também se sucedeu a eficácia epistemológica das taxonomias científicas clássicas sobre imigração.

Paralelamente, esse paradigma de cidadania e o Estado-Providência a ele associado também começam a ser questionados pelas elites europeias no que diz respeito à sua eficácia prática. Por outro lado, assistimos ao vingar de uma tendência nos vários regimes de cidadania europeia, que atribui a primazia à dimensão da culturalização da cidadania. Nesses casos, a cidadania seria definida menos pelo acesso a direitos formais e mais pela incorporação de determinadas ideias e padrões de comportamento.

Quanto à questão central, não negamos as informalidades/ilegalidades agenciadas como vias estratégicas para uma hipotética “legalização” em território português, mas, mais do que associá-las à condição abstrata do *ser* imigrante com uma determinada nacionalidade, procurarei apontar os fatores que contribuem para essa marginalização/marginalidade de comportamentos e estratégias. Para tal, devemos considerar os contextos passados desses migrantes (SAYAD, 1990) e o confronto com as experiências de um outro tipo de subalternização, ou seja, da castração de direitos, que os constrange a atuar estrategicamente na arena social e política, com reduzida autonomia.

## ÍNDIA, PAQUISTÃO E BANGLADESH

A criação de estereótipos aplicados violentamente a migrantes não só os tornam prisioneiros desse cárcere de representações (MACHADO, 1999; 2003). Eles devem ser os primeiros aspectos demovidos pelos cientistas, no sentido de abordar as migrações em uma perspetiva que inclua as várias dimensões culturais desses sujeitos, não apenas enquanto atores e atrizes sociais recebidos em “países de

---

6 Muitos dos nossos interlocutores nos referem esse fato como sendo essencial para a dificuldade que experienciam em obter a legalidade na Europa, daí termos atribuído importância a uma nota introdutória sobre o terrorismo e suas consequências nos países ocidentais.

acolhimento”, mas também como oriundos de “países de emissão” de pessoas, possuidores de uma existência e culturas próprias anteriormente ao projeto migratório. Segundo Abdelmalek Sayad, “a cultura imigrante ao confrontar-se com a cultura que a recebe, integra metamorfoses que a tornam uma cultura de chegada ou uma cultura em criação” (SAYAD, 1990, p.19), pelo que as alterações produzidas na cultura dos imigrantes ao confrontarem-se com a sociedade que os recebe, produzirá igualmente efeitos na cultura de origem.

Em Portugal, é possível identificar a emergência do que autores como Sandro MEZZADRA e Brett NIELSEN (2013) designam por subjetividades de fronteiras<sup>7</sup>. Neste contexto, é possível constatar laços que se estabelecem entre paquistaneses, indianos e bengalis (assim como, num outro segmento, entre brasileiros ou entre brasileiros e portugueses) ao nível da troca de informação e da disponibilização dos recursos suspensos nas relações sociais, em que os capitais sociais angariados desempenham papel relevante. Essas redes sociais estão assentadas em relações de nacionalidade, proveniência regional comum, de gênero, vizinhança, partilha de idioma e, em alguns casos, parentesco (BOURDIEU, 2002; COLEMAN, 1990; VERTOVEC, 2009). Em casos específicos, a religião pode igualmente ser uma dimensão de primordial relevância.

Para entendê-las, necessitamos mergulhar nas raízes históricas que sustentam a relação entre bengalis, indianos e paquistaneses. As suas redes refletem subjetividades que sustentam dinamicamente a ponte entre culturas de origem e culturas em criação (SAYAD, 1999), as quais, podem remeter às difíceis condições de vida na Índia, Paquistão e Bangladesh, marcadas por experiências de terrorismo e pobreza. Tal compreensão demanda uma breve apresentação de fatos históricos.

Ainda no século XX, tanto Paquistão quanto Bangladesh faziam parte da grande Índia. Em 1947 ocorreu a divisão da Índia em Índia e Paquistão, sendo o Paquistão maioritariamente muçulmano e a Índia, hindu. Como consequência desta divisão, houve a partição da província de Bengala, em Bengala Oriental (Paquistão) e Bengala Ocidental (Índia). Esses acontecimentos culminaram em um conflito, em 1971, que visava a independência de Bengala Oriental. Foi uma rebelião nutrida por um movimento anterior que defendia a autonomização da língua bengali (surgida em 1952), e teve como resultado a independência de Bangladesh.

---

7 Subjetividades essas que questionam os modelos hegemônicos de construção dos regimes migratórios baseados na pertença nacional. Isso é especialmente verdade no caso português, onde a ideia de cidadania centrada na interculturalidade veicula um modelo de organização das populações imigrantes com base na ideia das comunidades nacionais, representadas pelas suas associações (MAPRIL, 2016; LECHNER, 2015).

Anterior a esse acontecimento, a divisão entre Bengala Ocidental e Oriental já havia produzido as suas consequências sociais. Os muçulmanos em Kolkata/Calcutá, na Índia (Bengala Ocidental), são ainda hoje uma minoria, pertencem a uma comunidade altamente discriminada e a um grupo de falantes de *urdu* entre uma maioria de falantes de Bengali. Por último “o terceiro aspecto a ter em conta relativamente ao status minoritário dos muçulmanos em Calcutá; é o de que eles são essencialmente urbanos, enquanto que, no Bengala oriental, habitam essencialmente zonas rurais” (SEABROOK; SIDDIQUI, 2011, p.5).

Pode-se questionar por que eles não se mudaram para Bangladesh Oriental. Para SEABROOK e SIDDIQUI (2011), a explicação é simples; os muçulmanos residentes em Calcutá, falantes de *urdu*, são provenientes de Bihar, um território indiano. Há um curioso paralelo entre o isolamento desses muçulmanos na Índia e aqueles 1,25 milhões de muçulmanos provenientes do estado de Bihar, que decidiram migrar para o Paquistão em 1960. No Paquistão são conotados como delatores, na Índia como muçulmanos, fator primeiro para a partição bélica da grande Índia, em Índia hindu e Paquistão de religião islâmica.

Nesse caso, como em muitos outros, é facilmente compreensível que a emigração tenha motivações econômicas, muitas delas, não obstante estimuladas por fatores políticos, exógenos aos indivíduos. Ainda hoje, em contexto migratório, essas divergências são perceptíveis entre indivíduos que um dia fizeram parte de um só país, a Índia. Assim, religião, língua e raízes nos territórios cujas soberanias foram alteradas, conduziram e conduzem a processos de discriminação, ainda assim, suscetíveis de transformação em contextos migratórios, que podem ser explicados pelo conceito de:

Trans-localização posicional, que é relativa à subjetiva, contextual e por isso diferenciada valorização – em diferentes geografias e por isso exponenciada em contextos migratórios – de interseccionalidades como gênero, etnia, raça, classe, entre outros marcadores socioculturais. (ANTHIAS; LAZARIDIS, 2000, p. 276)

Este conceito implica alguma dualidade no enfoque analítico direcionado, envolvendo para tal os contextos de origem e destino. Em Portugal, ela é visível e constatável nas relações entre indianos, bengalis e paquistaneses. Portanto, as suas diferenças em um distinto território podem ser valorizadas de forma dinâmica. O “inimigo” pode, circunstancialmente, ser um aliado na luta pela sobrevivência.

## **DIMENSÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DA SUBALTERNIZAÇÃO**

Os fluxos migratórios para a Europa, encurralados em um emaranhado de interdependências e imbricamentos que se condicionam mutuamente, debatem-se com a perspectiva maior de integração jurídico-administrativa. Ela é cada vez mais difícil de ser alcançada através da legalização e aquisição de formas diferenciadamente positivas de cidadania. Por isso, estratégias alternativas e informais são acionadas como forma de reação a contextos de acolhimento cada vez mais hostis.

Essas estratégias podem facilmente ser condicionadas por discursos de ilegalidade que reforçam a conotação subalterna, operando através de estereótipos vinculados a determinadas nacionalidades ou religiões. Estes processos, acentuados pelos nacionalismos emergentes, atribuem conotação criminosa à etnicidade/nacionalidade e sublinham características orientalizadas/essencializadas (MACHADO, 1999) que tendencialmente são incorporadas pelas sociedades de acolhimento como correspondendo e integrando esses imigrantes.

O Estado, que através dos seus agentes trata alguns como subalternos, cria angústia e frustração nos migrantes que a ele recorrem. A dificuldade na legalização ou em conseguir um contrato de trabalho legal estimula vias alternativas<sup>8</sup>. Diferentes estados de marginalização, assim como diferentes origens e objetivos distintos, impõem a essas pessoas constrangimentos que as interpelam a agir e interagir na economia informal, de modo a prover a sua sobrevivência em uma economia e sociedade globais.

Neste cenário, ao contrário do que se poderia supor, a figura do imigrante ilegal não é apenas consequência de um processo de exclusão. No entender de MEZZADRA (2015) é um conceito que assume uma dimensão de inclusão, mediante hierarquizações de cidadania. Em um contexto global em que o neoliberalismo impera, muitas vezes aqueles que não possuem documentação servem como reserva de mão de obra (SAYAD, 1990) disponível para trabalhos indesejados pelos autóctones e em condições de total escravatura. Ainda assim, as declarações públicas em torno de ideais como a integração dos migrantes são comuns. “a integração tornou-se uma banalidade nos lábios dos membros de governos, membros da oposição e advogados dos imigrantes” (CALAVITA, 2005, p.2). Isso ocorre atualmente em Portugal com cidadãos de Bangladesh, Índia e Paquistão (SHELLEY, 2010).

Trabalhando no Alentejo ou Algarve em condições miseráveis, alguns deles recebem pouco mais que 300 euros por mês e vivem alojados em condições precárias, pagando os impostos de seguridade social, retidas pelos empregadores como

---

8 Por meio de falsificação de bilhetes de avião, por exemplo. Um dos nossos interlocutores pagou 200 euros por bilhete de modo a comprovar a sua entrada em Portugal. Quem falsificava as passagens aéreas era um cidadão português.



parte de seus lucros<sup>9</sup>. Cada grupo de trabalhadores é orientado por supervisores, que são geralmente oriundos da mesma área geográfica. São bengalis, nepaleses, paquistaneses ou indianos. Salientada essa condição precária, torna-se perceptível o porquê de algumas nacionalidades serem mais propensas a se tornar objeto de processos de subalternização discursiva do que outras. Parece-nos claro que a vulnerabilidade econômica e social é determinante nesse processo, quer no contexto de origem, quer no contexto de “acolhimento”.

O capitalismo neoliberal, baseado em uma acentuada arbitrariedade de circulação de *commodities*, capital e imagens, concebe nessas alteridades cidadãos os seus fragmentos. Nesta perspectiva, a Europa do Sul e mais especificamente Portugal constituem-se como interface de entrada no continente, quer numa perspectiva física de transpor uma fronteira, quer numa dimensão conceitual de aceitação condicionada a uma cidadania, através da autorização de residência. Ali, as fronteiras culturais, religiosas, econômicas e políticas estão em constante negociação e a tradicional conceitualização de fronteira como delimitação geográfica passa a absorver e a evidenciar traços de luta e tensão, entre as subjetividades (MAPRIL; BLANES, 2013; ORTNER, 1987). Isso corrobora o argumento de SAYAD (1990), para quem pensar a imigração implica pensar a i/emigração e suas consequências nos países de origem (SAYAD, 1990, p.15). Utilizo aqui também o conceito de “fronteira” segundo MEZZADRA (2015):

Isso significa para nós que os múltiplos elementos (jurídicos e culturais, sociais e econômicos, simbólicos e linguísticos) constitutivos do conceito e da instituição da fronteira tendem hoje, frequentemente, a se desenvolver em direções diferentes, sem que a linha magnética por muito tempo representada pela tradicional fronteira geopolítica seja ainda capaz de garantir e de articular sua consistência unitária. É evidente que a fronteira geopolítica continua a desempenhar funções essenciais. Mas, ao lado dela, outras linhas de demarcação, frequentemente muito mais elusivas (desde os limites urbanos até as fronteiras de “status”, até aquelas que em muitas partes do mundo circunscrevem as assim chamadas zonas econômicas especiais), devem ser criticamente analisadas para entender como elas se sobrepõem, se conectam e entram, inclusive, em choque umas com as outras de maneiras muitas vezes imprevisíveis, ajudando a moldar novas formas de dominação e exploração (e a utilização do termo “exploração” neste contexto,

---

9 Nos campos do Alentejo e do Algarve, o contato direto não se processa com os proprietários portugueses, mas sim através de supervisores naturais desses países que recrutam e gerem trabalhadores.

sublinha a necessidade de conjugar a crítica política e jurídica com uma crítica da economia política das fronteiras) (MEZZADRA, 2015, p. 19-20).

Atravessar a fronteira sem legitimidade jurídico-institucional reserva desde logo dificuldades a serem superadas, e não se consegue atingir isso pelos padrões de cidadania europeia. Essa forma de inclusão pela ilegalidade acaba por acompanhar o raciocínio de FOUCAULT (1978), para quem em contextos de vigilância extrema, o desvio condicionado pode ser o reforço da norma, que através de uma ficção é socialmente incorporada como natureza.

Autores argumentam que a forma como a expressão religiosa, cultural e política se realiza no espaço público é reveladora do lugar social atribuído aos atores sociais sujeitos dessas manifestações (MAPRIL; BLANES, 2013). Essa hierarquização acaba por produzir e simultaneamente absorver um enunciado discursivo sobre os imigrantes, e o estudo dos fluxos de pessoas deve integrar esse discurso. Assim, o discurso faz parte do objeto, em uma relação dialética que os integra mutuamente (SAYAD, 1999; FOUCAULT, 1978; 2003). Neste enquadramento teórico, chamamos a atenção para o argumento de CALAVITA (2005), que salienta o seguinte:

apesar desta retórica política que visa a integração, os imigrantes permanecem como párias, vulneráveis ao tipo de ataques aqui descritos, assim como a experiências de exclusão vivenciadas no dia a dia, que não só confirmam, como também coproduzem, a sua marginalização (CALAVITA, 2005, p.2).

São vários os fatores que operam socialmente gerando tensão em meio à recessão econômica vivida em Portugal desde 2009: o fato de o país ter assumido relevância internacional enquanto porta de entrada na Europa e no espaço do Acordo de Schengen; aspectos religiosos imbricados com o pânico moral/social produzido sobre o terrorismo; a questão dos refugiados e imigrantes; o neoliberalismo e as suas consequências negativas; a necessidade mão de obra barata e disponível; o reforço do policiamento das fronteiras; a alteração do paradigma do “trabalho”; principalmente, a competição por postos de trabalho no panorama global atual tende a conceber os imigrantes como naturalmente ilegais, incorporando-os nas sociedades como uma metáfora da não-cidadania, como poderá ser percebido a seguir.

Outras vidas e artes do cotidiano em Portugal<sup>10</sup>

---

10 Todos os nomes usados neste artigo são ficcionados.

Arafatur possui um estilo britânico na forma como fala e também como se veste, algo não muito habitual nos Bengalis que conhecemos. Um *halfie* (ABU-LUGHOD, 1991), de certo modo e por analogia, alguém não muito bem quisto seja por contrerrâneos ou por ingleses. Conheci-o em Janeiro de 2015 em uma casa na Ameixoeira, arredores de Lisboa. Desde logo me falou dos seus objetivos.

Ele pretendia abrir um restaurante no Rossio e naquele momento inaugurava outro na Rua do Bemformoso<sup>11</sup>. Relatou-me também as incidências de outro projeto: trazer pessoas de Bangladesh e dar-lhes condições para estudar na Inglaterra. Lá, era possível ter um visto temporário para efeitos de estudo. Contudo, as pessoas teriam que se matricular em uma instituição e essa estratégia se tornava bastante onerosa – segundo Mazid, outro bengali, tal poderia custar cerca de 20 mil libras por ano<sup>12</sup>. Antes de entrevistá-lo, soube por contatos comuns que Arafatur emprestava/financiava viagens e tratava desses vistos a troco de razoáveis quantias de dinheiro – denominado de *interest* (juros). Seria essa migração econômica, acadêmica, de refúgio, relativo a mudanças climáticas<sup>13</sup> ou, ainda de contrabando de pessoas? MEZZADRA (2015) considera que atualmente esses conceitos são inapropriados para uma realidade muito mais multifacetada, sujeita a interdependências e a imbricamentos vários, por comparação ao que sucedia nos anos 70 do século passado:

modelos consolidados de “integração” estão enfrentando desafios sem precedentes; a distinção entre os migrantes “econômicos” e os solicitantes de asilo é cada vez mais problemática; a figura do migrante “ilegal” atrai grande atenção do ponto de vista do controle e do discurso público, enquanto emerge, de modo cada vez mais claro (inclusive pelos movimentos e pelas lutas dos *sans papiers* em muitas partes do mundo), o caráter arbitrário do mesmo rótulo de “ilegal” (ou “clandestino”) (MEZZADRA, 2015, p.12).

Na verdade, esses fluxos que ocorrem no século XXI não parecem ser orientados apenas por expectativas de evolução acadêmica ou meramente econômica, mas sim por causas distintas, porém confluentes. Esses indivíduos são confrontados com imagens do bem-estar e das comodidades europeias, que refletem um

---

11 Rua onde as lojas e restaurantes são todos asiáticos. Uma ilha cultural no coração de Lisboa.

12 Foi uma das estratégias utilizadas pelos Estado Islâmico/Daesh para colocar os seus agentes na Inglaterra, onde dessa forma se constituíam como células de recrutamento de combatentes.

13 Grandes porções do território do Bangladesh estão sendo inundadas pela subida do nível do mar.

sucesso inspirado no modelo capitalista de consumo, em que a abundância de bens impera, em contraposição às dificuldades a que a maioria se habituou. Esta aparente fartura de recursos surge também associada a conceitos de cidadania e pertença a uma sociedade global que os seduz e motiva a emigrar. Esse desejo de atingir imagéticas de sucesso, associado ao reconhecimento social (BOURDIEU, 2002), constitui-se como motivação para empreendimentos migratórios.

Arafatur providencia esse tipo de ajuda, criou inclusivamente um sítio na internet em que apresenta e descreve os seus serviços. Dizia-se que a dada altura fornecia também informações aos inspetores do SEF. Em um jantar de aniversário da filha de MD Rejaul, outro Bengali, ocorrido em Março de 2016, Arafatur exhibe orgulhosamente os contatos de inspetores do SEF na tela do seu celular, com os quais dizia manter comunicação regular e privilegiada.

Esses contatos privilegiados fizeram despontar outra dimensão de *halfie*: era também muito próximo daqueles que podiam deportá-lo. Contraditoriamente, vi-o muitas vezes entrar no restaurante de Amir<sup>14</sup> – que, sabia que Arafatur podia denunciá-lo – fazendo as suas refeições e saindo sem pagar. Porém, era precisamente esse receio da denúncia que ainda lhe permitia ser condicionalmente aceito no espaço dos outros, bem como os seus conhecimentos no âmbito da concretização de novos negócios, dos quais gozava de boa reputação<sup>15</sup>. Amir não possuía nada quando chegou a Portugal, a não ser os 3.500 euros para pagar a Arafatur por um contrato de trabalho celebrado com uma empresa de fachada, pertencente a Sumit Sikdar.

Assim, poder-se-ia argumentar que o recurso a estratégias económicas descritas como informais, nas visões normativas da economia, resulta da própria marginalização, que “empurra” determinadas populações para certos lugares no mercado de trabalho (MAPRIL, 2010, p.246).

Sumit é um indiano de 38 anos com passaporte da Letônia. Grande parte desse dinheiro recebido por Arafatur foi para Sumit, mas a intermediação no processo fez com que Arafatur ganhasse uma parte. Desde 2016, Amir é “dono”, o *patron* de dois restaurantes de comida bengali na rua do Bemformoso. O patrão extravasa o significado literal da palavra, exercendo autoridade sobre os empregados.

---

14 Amir chegou vindo de Inglaterra, pouco tempo depois de Arafatur alugar a casa na Ameixoeira, cerca de 15 dias depois (meados de Janeiro de 2015). Arafatur me disse: “ele é um cliente”.

15 Recordo-me a dada altura – ainda em 2015 – da chegada duma arquiteta americana, que veio a Portugal precisamente para participar na montagem do primeiro restaurante de Amir.

Porém, em um contexto que revela derivações diferenciadoras face ao observado por MAPRIL (2010), o patrão é também aquele que vende contratos de trabalho e que, por fazê-lo, preserva uma imagem aparentemente querida e a quem todos recorrem em caso de necessidade. É quem agiliza a rede de contatos em caso de necessidade, seja para providenciar (alugar) uma moradia, assinar um contrato de trabalho (falso), obter informações sobre o SEF ou empréstimos.

Como nos confidenciou Amir – depois de pagar pelo contrato de trabalho a Arafatur e Sumit – teve a ideia de pedir adiantado o valor dos contratos de trabalho que iria celebrar com a abertura do negócio que idealizava na rua do Bemformoso, ou seja, pediu a quinze pessoas para lhe adiantarem os 3.500 euros correspondentes ao custo dos futuros contratos. Com essa estratégia, arrecadou cerca de 55.000 euros. Com essa verba pagou a loja, geralmente um trespasse pago informalmente a outro conterrâneo. Ainda sobrou dinheiro para realizar obras, adquirir máquinas, abrir o restaurante e ainda alugar outro espaço na Rua da Palma na qualidade de “sócio”. Porém, a sua situação de ilegal/não cidadão o impedia de ter o negócio em seu nome, precisando para o efeito de alguém que assumisse formalmente o negócio e que celebrasse com ele um contrato de trabalho. Em Janeiro de 2017, após dois anos de muitas incertezas, conseguiu a tão desejada autorização de residência. Quando me viu, exclamou: “I made it, i put the finger!”<sup>16</sup>

José MAPRIL (2010) afirma que a desconfiança é latente, contudo a verdade é que a falta de direitos torna as pessoas fragilizadas do ponto de vista social, permeáveis a situações extremas, em que arriscar é muitas vezes a única solução. Quando Mazid, ex-supervisor de Amir em Londres, foi chamado para se juntar a ele em Portugal, “onde estava bem e havia francas possibilidades de se legalizar”, também arriscou a sua sorte. Com mulher e apenas um filho, à data com 4 anos<sup>17</sup> – Shakila e Mohib – abandonou Londres, pagou por um contrato de trabalho a Amir, que também lhe emprestou algum dinheiro e passou a receber 400 euros mensais por 12 horas de trabalho prestado no seu restaurante. A essa altura Amir não tinha a autorização de residência e estava aflito com a pressão exercida pelas pessoas a quem tinha pedido dinheiro. Depois de deixar atrasar alguns pagamentos à seguridade social, relativos aos tais contratos de trabalho, comunicou a Mazid que não lhe poderia continuar a pagar salário, o qual, aliás, já não era pago há dois meses. Estávamos em Novembro de 2016 e Mazid exigiu que lhe pagasse o que devia.

---

16 “Pôr o dedo” é a forma como se referem a assinar o visto de residência permanente.

17 Em Agosto de 2018 nasce o segundo filho do casal.

Nessa situação, Mazid recorreu a Moynul, outro Bengali que vive atualmente com sua esposa na casa inicialmente arrendada por Arafatur<sup>18</sup>. Sabia que ele poderia pedir 250 euros para falar com o *patron* português, para que quando surgisse uma vaga no trabalho, o chamasse. Não obstante, a forma como deixou o restaurante de Amir influenciou Moynul, que não quis lhe facilitar o contato<sup>19</sup>, nem mesmo por dinheiro. Como se pode constatar, os recursos encontram-se nas relações sociais e não propriamente nos indivíduos isoladamente considerados (COLEMAN, 1999; VERTOVEC, 2010). Por isso, em determinadas circunstâncias, aceder a contatos é manejar recursos que devem ser pagos, e ter acesso à gestão de recursos significa aceder a capitais sociais. Romper com alguém pode significar romper com a sua rede de contatos.

Entretanto, um outro Bengali, que frequentava o mesmo restaurante onde Mazid trabalhava com Amir, sabendo da situação, ofereceu-lhe o seu apoio e levou Mazid a um restaurante português no Rossio, sem cobrar qualquer valor por isso. Dessa forma, Mazid conseguiu trabalho, vendo o seu rendimento aumentado em 300 euros mensais e reduzido em número de horas de serviço, de 12 para 8. Também há, portanto, Bengalis, paquistaneses ou indianos que agem de forma altruísta. Mazid havia agendado um atendimento com o SEF para 15 de Fevereiro de 2017. Ter um contrato de trabalho com um português é tido como positivo, não apenas para efeitos de legalização, mas também como fator que lhe atribui um capital social melhorado na relação estabelecida com outros bengalis. As suas redes sociais passaram a ser mais densas e amplas, passou a conhecer brasileiros e portugueses colegas de trabalho. Não obstante, o fato de não possuir o título de residência (de entrada legal) no Reino Unido, levou o seu advogado a requerer o adiamento da marcação. Mas sua esposa estava grávida e o seu próximo filho nasceria em Portugal, ou seja, seria português. Essa seria a via mais fácil para tentar a sua legalização. Entretanto, ele continuava a pagar a seguridade social e a trabalhar.

Em 2018, o Decreto 9/2018 que veio regulamentar o Regime Jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional português, foi publicado no Diário da República<sup>20</sup>, indo ao encontro dos objetivos que estiveram na base das alterações à Lei de Estrangeiros realizadas

---

<sup>18</sup> Quer Mazid, quer Moynul já foram pais de crianças nascidas em Portugal.

<sup>19</sup> Mazid exigiu a Amir que lhe pagasse o dinheiro que lhe havia emprestado. Essa rede de solidariedade funciona muito pelo medo. Moynul não ajudou Mazid com receio de que ele próprio se exclui-se da rede de contatos de Amir, que, eventualmente, o poderia vir a ajudar em qualquer situação.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/116382281/details/maximized>.

em 2017. A nova regulamentação permite agilizar, desburocratizar e flexibilizar os procedimentos de pedidos de vistos e de autorizações de residência. Simplifica-se o regime de residência para trabalhadores sazonais e introduz-se um novo regime para trabalhadores transferidos de outros Estados-membros, desde que estejam integrados nos quadros das empresas. Agiliza-se e simplifica-se a concessão de autorizações de residência para quem pretende estudar no ensino superior.

A Lei de Estrangeiros permitiu também adequar a legislação nacional às novas dinâmicas econômicas, sociais e globais, capitalizando ou procurando capitalizar os fluxos de forma vantajosa para a economia portuguesa, em um período de recuperação econômica pós-TROIKA de intervenção externa em Portugal. Os procedimentos passam a ter como regra a apresentação digital de uma manifestação de interesse em legalizar-se e, quando legalmente possível, dispensa-se o mecanismo de entrevista presencial em um consulado.

O Governo português, ao arrepio do restante da Europa, reconhece em seu Programa estar diante de um desafio demográfico, que pode parcialmente ser resolvido através da imigração. Assim, a estratégia governamental passou a ser movida pela atração de imigrantes, através dos canais legais. Sem dúvidas, pode ser considerado um passo importante rumo ao esvaziamento da incorporação pela ilegalidade, contudo revela uma face utilitarista subjacente a esses processos de facilitação.

## CONCLUSÃO

Este artigo buscou demonstrar que, no caso de indianos, bengalis e paquistaneses que visam obter autorização de residência em Portugal, a existência da figura do *imigrante ilegal* depende fortemente da construção de enunciados discursivos e das situações concretas que lhes dão origem. A partir de experiências cotidianas, evidencio processos de hierarquização da cidadania, observáveis através das dimensões históricas, econômicas e culturais que envolvem a subalternização desses imigrantes.

Entre os aspectos subjacentes à condição de ilegalidade, dediquei maior atenção aos modos de financiamento de viagens, procura de trabalho e redes sociais, pois elas refletem múltiplas relações e interdependências entre as sociedades de origem e de destino desses agentes. Mais do que uma forma de exclusão, as ilegalidades agenciadas representam, na prática, vias estratégicas para uma possível “legalização” de status migratório em território português e, portanto, ultrapassam a sua restrita utilização de modo abstrato e unívoco que a associa à nacionalidade.



Além de clivagens que operam entre os imigrantes por meio da religião, política, costumes e valores, identifiquei relações hierárquicas entre legais e ilegais. Os primeiros utilizam o seu status para a obtenção de vantagens financeiras perante os seus conterrâneos ilegais. São exemplos disso os proprietários de estabelecimentos comerciais que, por possuírem status legal, empregam os provedores do capital investido. Embora estes últimos sejam efetivamente os financiadores do empreendimento, dependem diretamente de seu suposto patrão, principalmente em sua busca pela autorização de residência permanente.

O acesso a recursos – restringido ou ampliado pela rede de contatos dos atores sociais – é, pela natureza da situação, necessariamente distinto daquele que é acionado por um indivíduo com capacidade de experimentar a cidadania, no sentido de ser cidadão com direitos e não apenas deveres (não no sentido de ser nacional do país de acolhimento). Será, portanto, incongruente a produção de discursos de subalternização do ilegal bengali, indiano ou paquistanês associado à ilegalidade, tendo em vista classificar suas estratégias da mesma forma. Na verdade, essas estratégias refletem apenas uma coartação de sua cidadania, que os obriga à operacionalização estratégica de informalidades, como modo de sobrevivência.

Diferentes circunstâncias implicam diferentes estratégias, assim como distintas valorações morais dessas estratégias. Os contatos entre conterrâneos e familiares promove a entrada de novos indivíduos em Portugal, refletindo uma crescente importância das redes sociais e da internet. Hoje em dia constatamos a presença de imigrantes asiáticos nas grandes cidades portuguesas e também, nas zonas rurais do sul de Portugal onde se dedicam essencialmente à agricultura.

Concluimos também que muitas dessas pessoas tentam a regularização de sua permanência em Portugal através do art.º 88º do Decreto 9/2018, que regulamenta o Regime Jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional. Ele exige menos requisitos para atribuição de autorização de residência, e, por ser mais generalista, permite igualmente maior arbitrariedade e discricionariedade na concessão ou recusa de autorizações – dependendo muito das orientações políticas – situação que, pelas razões já apontadas, se modifica em 2018 com vantagem para os migrantes.

Todavia, continuamos a verificar que o estatuto de ilegal continua a imperar, principalmente em situações de depressão econômica, como modo interessado de explorar contextualmente a fragilidade de seres humanos, que antes de ilegais são pessoas. A cidadania deve ser um conceito que decorre do ser pessoa e não de uma situação prévia de ilegalidade do imigrante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, Lila. "Writting Culture". In: Fox, Richard G. (ed.). *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fé: School of Anthropology Press, 1991, p. 466-479.
- ACNUR. *Global Trends; Forced Displacement in 2017*. Genebra: ACNUR, 2018. Disponível em: < <https://www.unhcr.org/5b27be547>>. Acesso em 10 jun 2020.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e Difusão do Nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Ruben. *Illegality Inc*. Oakland: University of California Press, 2014.
- ANTHIAS, Floya; LAZARIDIS, Gabriella. *Gender and Migration in Southern Europe, Women on the Move*. Oxford: Berg, 2000.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: II a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BILLIG, Michael. *Banal Nationalism*. Londres: Sage Publications, 1995.
- BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha. A fronteira como método e como "lugar" de lutas segundo Sandro Mezzadra. *Lugar Comum*, n.º39, p. 45-67, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de Uma Teoria da Prática: Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble*. Londres: Routledge, 2007.
- CALAVITA, Kitty. *Immigrants at the Margins; Law, Race, and Exclusion in Southern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- CARRERA, Sergio; GUILD, Elspeth. *Irregular Migration: Trafficking and Smuggling of Human Beings Policy Dilemmas in the EU*. Bruxelas: Centre For European Policy Studies, 2016.
- COLEMAN, James. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.
- DANCYGIER, Rafaela. Immigration and Conflict in Europe. *The Journal of Politics*, Vol. 74, No. 3, Chicago: The University of Chicago Press, July, p. E34, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *The History of Sexuality: Volume I, An Introduction*. New York: Random house, 1978.
- \_\_\_\_\_. "A Vida dos Homens Infames." In: *Ditos & Escritos IV: Estratégia, PoderSaber*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- HALL, Stuart. "The Question of Cultural Identity." In: HALL, Stuart et al. (Org.) *Modernity and His Futures*. Oxford: Polity Press & The Open University, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, David. *The Condition of Post-modernity*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1978*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

- LECHNER, Elsa (ed.). *Rostos, vozes e silêncios: uma pesquisa biográfica colaborativa com imigrantes em Portugal*. Coimbra: Almedina, 2015.
- LUÍS, Francisco J. S. A. Travestis brasileiras: modos de subjetivação e exclusão a partir da morfologia discriminatória do Estado não-laico de Bolsonaro. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Agosto, p. 163-183, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Travestis Brasileiras em Portugal: Percursos, Identidades e Ambiguidades*. tese de Doutorado, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2015.
- LUÍS, Francisco J. S. A.; TROVÃO, Susana. “De Mana em Mana: Transnacionalismos” In: TROVÃO, Susana (org.). *De Muitas e Variadas Partes ao Portugal do Século XX: Dinâmicas de género, intergeracionais e familiares em contexto migratórios*. Lisboa: Colibri, 2010.
- MACHADO, Igor José Renó, “A Invenção do Brasil Exótico entre Imigrantes Brasileiros no Porto, Portugal”. *Apresentação no GT Migrações Internacionais*, XXIII Anpocs, Caxambu, Brasil 19 a 23 de Outubro, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Cárcere Público – Processos de Exotização entre Imigrantes Brasileiros no Porto em Portugal*. Tese de Doutorado em Antropologia, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- MAPRIL, José, Bangla masjid: Islão e bengalidade entre os bangladeshianos em Lisboa. *Análise Social*, vol. XXXIX (173), 2005, p.851-873.
- \_\_\_\_\_. Banglapara: imigração, negócios e (in)formalidades em Lisboa. In: *Etnográfica*, nº14 (2), p. 243-263, Junho 2010.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. *Horizontes Antropológicos*, ano 22, n. 46, p. 473-477, Porto Alegre, jul./dez. 2016.
- MAPRIL, José; BLANES, Ruy. *Sites and Politics of Religious Diversity in Southern Europe The Best of All Gods*. Laiden e Boston: Brill, 2013.
- MEZZADRA, Sandro. *Direito de Fuga*. Lisboa: Edições Unipop, 2012
- \_\_\_\_\_. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Ano XXIII, n. 44, p. 11-30, Brasília, jan./jun. 2015.
- MEZZADRA, Sandro e NEILSON, Brett. *Border as Method or the Multiplication of Labor*. Durham: Duke University Press, 2013.
- ORTNER, Sherry. Theory in Anthropology since the Sixties. *Comparative Studies in Society and History*. v. 26, nº. 1, p. 126-166, jan 1984.
- RUBIN, Gayle. “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality.” In: VANCE, Carol (ed.). *Pleasure and. Danger*. New York: Routledge, 1984, p. 143-178.
- SAYAD, Abdelmalek. *Le Double Absence: Des illusions de l’émigré aux souffrances de l’immigré*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

- \_\_\_\_\_. *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité*. Paris: Raisons d'agir Editions, 2014.
- SEABROOK, Jeremy; SIDDIQUI, Imran. *India's Muslim Guettos: People without history*. London and New York: Pluto Press, 2011.
- SHELLEY, Louise. *Human Trafficking*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- TROVÃO, Susana; ROSALES, Marta. *Das Índias - Gentes, Movimentos e Pertencas Transnacionais*. Lisboa: Colibri, 2010.
- VERTOVEC, Steven. *Transnationalism*. London e New York: Routledge, 2009.
- WESTIN, Charles; BASTOS, José; DAHINDEN, Janine; GÓIS, Pedro (Eds). *Identity Processes and Dynamics in Multi-Ethnic Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.
- WOLF, Eric. *Europe and The People Without history*. London: University of California Press, 1985.

## Cinedemografia: migração no cinema brasileiro

### *Cine-demography: migration in Brazilian films*

Paula Alves de Almeida<sup>a</sup>, José Eustáquio Diniz Alves<sup>b</sup>, Denise Britz do Nascimento Silva<sup>c</sup>

**Resumo** O cinema é produto de uma sociedade, da sua história e de seus valores culturais. Ao mesmo tempo é fonte de informações sociais, históricas e culturais dessa sociedade que o produz e o consome. Nos anos 1970, o cinema consolidou-se como objeto de estudo no meio acadêmico em diversos campos do conhecimento e, também como método de pesquisa. Os filmes são considerados como documentos históricos, potentes instrumentos de estudo sociológico, materiais etnográficos de culturas, costumes e mentalidades, e objetos antropológicos. Este artigo aponta para as possibilidades da análise fílmica como método de pesquisa de temas estudados na demografia, delineando uma reflexão sobre as possibilidades de trabalho nas amplas e complexas relações entre estas duas áreas, e sugere um subcampo de estudo denominado Cinedemografia. A partir de uma base de dados elaborada pelos autores (de diferentes fontes) contendo filmes de longa-metragem brasileiros, da observação e mensuração dos temas presentes nos filmes, analisamos se – e como – o cinema brasileiro recente aborda temáticas sociodemográficas. Destaca-se que migração foi o terceiro tema mais abordado na amostra composta pelos filmes de longa-metragem de maior público e renda de bilheteria no circuito comercial. Adicionalmente investigamos quais questões são abordadas sobre o tema migração. Nossos resultados indicam que os filmes brasileiros contemporâneos estão atentos às questões que permeiam a sociedade brasileira e representam fatos históricos, demográficos e sociais, e revelam que o cinema pode oferecer grande contribuição como método e instrumento de análise sobre diferentes aspectos de nossa população e suas características sociais e culturais.

**Palavras-chave** Migração. Cinema Brasileiro. População. Cinedemografia.

---

a Doutora em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

e-mail: [paula@feminafest.com.br](mailto:paula@feminafest.com.br)

Orcid: <https://www.orcid.org/0000-0001-7319-6882>

b Professor e pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

e-mail: [jed\\_alves@yahoo.com.br](mailto:jed_alves@yahoo.com.br).

Orcid: <https://www.orcid.org/0000-0001-6095-9668>

c Professora e pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

e-mail: [denisebritz@gmail.com](mailto:denisebritz@gmail.com).

Orcid: <https://www.orcid.org/0000-0002-5514-7558>

## INTRODUÇÃO

As imagens em movimento filmadas de forma não cronológica e posteriormente editadas na montagem provocaram uma desconfiança que influenciou a credibilidade do cinema como registro da realidade e documento histórico. Apesar disto, os antropólogos perceberam o filme como um potente instrumento de etnografia e passaram a utilizar a câmera em seu trabalho de campo. Aliado à fotografia, o cinema teve papel fundamental na antropologia visual como meio de documentar, guardar e exibir outras culturas em locais distantes de suas origens. O cinema passou a ser considerado como objeto de estudo também pela história, psicanálise, filosofia e por outros campos do conhecimento. Alguns pesquisadores propuseram uma antropologia do cinema com novas perspectivas de estudo, métodos e teorias, utilizando a análise de filmes de ficção além dos documentários. No entanto, sobre a possibilidade de relação do cinema com a demografia ainda existem pouquíssimos trabalhos.

Segundo Celso Sabadin (2018), não é possível afirmar o momento exato da invenção do cinema. Para o autor, a busca por equipamentos que registrassem com qualidade os movimentos da natureza havia começado pelo menos um século antes de 1895, data em que se comemora a primeira exibição pública realizada pelos Irmãos Lumière em Paris. O que se sabe é que o contexto em que o cinema surgiu coincide com a chamada Segunda Revolução Industrial e com diversas mudanças sociais e demográficas: crescimento populacional, queda da mortalidade, aumento da produtividade e da oferta de bens de subsistência, avanços sanitários e médicos, desenvolvimento científico e tecnológico, mudanças nos padrões culturais e estruturais da população marcaram o mundo da virada do século.

O cinema é a arte por excelência da modernidade e foi no bojo da modernidade que aconteceram a transição demográfica, a transição urbana e uma série de mudanças na dinâmica social, espacial e na estrutura etária da população. O cinema e a demografia são campos de ação e disciplinas que caminham paralelamente na contemporaneidade, possuem vários pontos de intersecção, embora suas interligações não sejam plenamente reconhecidas e adequadamente descritas.

Tanto a antropologia como o cinema, segundo José Ribeiro (2005), fizeram parte da estruturação da percepção socioespacial impulsionada pela expansão industrial tanto capitalista quanto socialista. Algumas sociedades e culturas passaram a ser constantemente analisadas e cinematografadas, enquanto outras se colocaram como observadoras e produtoras de imagens. As visões do outro construídas pela câmera cinematográfica carregavam interpretações, discursos e objetivos, científicos ou conquistadores, de quem as comandava. Francisco de la

Peña (2014, p. 11, *tradução nossa*) nos fornece uma interpretação que corrobora e explica o uso do cinema para compreender outras sociedades, para ele os imaginários fílmicos “expressam preconceitos, desejos, mitos, medos, crenças e utopias das coletividades humanas, e todos eles estão ancorados no passado histórico, na tradição cultural e na psique dos povos”<sup>1</sup>. Desta forma, para o autor, os filmes são materiais etnográficos de culturas, costumes e mentalidades, e carregam elementos das sociedades que os produzem.

A relação entre a demografia e o cinema é contemplada em poucos textos, cuja maior parte se dedica à composição do público. Raríssimos trabalhos, no entanto, abordam equipes, personagens ou os produtos cinematográficos a partir de uma perspectiva demográfica. Este artigo é derivado de uma pesquisa que propõe uma Cinedemografia, que seria o estudo das populações dos filmes, mais especificamente da *população que filma* e da *população filmada* – os profissionais que compõem as equipes dos filmes e as personagens que habitam o mundo da diegese – que são, por sua vez, retratos da população dos contextos em que o cinema é produzido e aos quais se refere.

Um texto que praticamente inaugura as reflexões sobre a relação do cinema com a demografia é *Pour une ciné-démographie*, de Serge Daney (publicado originalmente em 1988). Para ele, quando o cinema surgiu, assistir a um filme devia causar uma “sensação de pertencimento ao mundo”, quando as projeções “eram então muito densamente povoadas” (DANEY, 1997, p. 1). Os filmes continham grandes estrelas e astros, atores coadjuvantes, figurantes e elenco de apoio. E contavam histórias de “multidões, máfias, lutas de classes e nações em guerra”. Havia, portanto, muitas pessoas em muitas salas de cinema assistindo a filmes com muitas pessoas nas telas. Segundo Daney (1997), não foram somente as salas de cinema que se esvaziaram, referindo-se a perda de público que o cinema enfrentou especialmente nos anos 1980, mas os filmes ficaram cada vez menos povoados, numa crítica ao cinema intimista. Ele sugere então um estudo das populações dos filmes, uma demografia dos seres filmados.

Se Daney (1997) sugere que um demógrafo pode ser útil na análise do cinema, por outro lado, o cinema pode ser muito útil como método de análise da sociedade que o produz (e o consome), nos dizendo muito para a demografia, assim como tem sido utilizado como documento histórico, método antropológico e nas pesquisas sociais, especialmente nesse momento de mediação do mundo por

---

1 Los imaginarios fílmicos [...] expresan los prejuicios, los deseos, los mitos, los miedos, las creencias y las utopías de las colectividades humanas, y todos ellos están anclados en el pasado histórico, la tradición cultural y la psique de los pueblos (PEÑA, 2014, p.11).



imagens e tecnologia. A análise de fatores que compõem o mercado audiovisual, sua produção, políticas e narrativas, muito tem a nos dizer sobre as populações envolvidas – a *população filmada* e a *população que filma* – suas hierarquias, e as relações que podem ser encontradas entre as temáticas, as representações, as posições ocupadas pelos diferentes grupos sociais nas telas e nos *sets* de filmagem, no mundo do trabalho, político e social.

A partir da definição de Ralph Hakkert (2006) para a demografia de negócios, e seu campo de estudo, tendências e possibilidades, definimos a Cinedemografia como um conjunto de técnicas e métodos práticos cuja utilidade deriva do estudo da produção cinematográfica de um país ou sociedade. Engloba a aplicação de conceitos, dados e técnicas demográficas às análises de equipes, orçamentos, recursos, políticas e outros aspectos socioeconômicos da produção audiovisual. Que inclui, mas não se limita a, descrever a composição demográfica das equipes dos filmes e/ou das personagens, relacionar aspectos dos filmes com a recepção do público, descrever perfis de público e associações com gênero, temáticas e outras características dos filmes. Uma contribuição importante da cinedemografia seria a dedicação ao problema da falta de bases de dados confiáveis e completas, além da perspectiva relacional, investigando as associações entre características de interesse ou contribuindo através de análises quantitativas. Sua especificidade seria pensar a produção fílmica a partir do ponto de vista populacional, tanto em análises qualitativas a respeito das narrativas fílmicas, quanto trabalhando com as populações envolvidas em seu processo de realização (como já citamos os profissionais desse mercado de trabalho, as personagens que povoam o mundo diegético, o público, etc.).

## METODOLOGIA

A fim de verificar se e como o cinema aborda questões demográficas e sociais, foi elaborada uma base de dados, a partir da compatibilização de diferentes fontes, com informações sobre a produção audiovisual brasileira (incluindo crítica e correção de divergências entre as fontes utilizadas). Vale sublinhar que, para a classificação de algumas variáveis, era necessário conhecer o conteúdo dos filmes, ou seja, assisti-los, completos ou em parte, e/ou ler suas sinopses. Essa base contém 4.950 filmes brasileiros com duração igual ou superior a 60 minutos, lançados entre 1960 e 2017.

O trabalho contou inicialmente com o acesso a quatro principais fontes de dados: a ANCINE – Agência Nacional do Cinema, o portal de pesquisa sobre o mercado exibidor brasileiro Filme B, o *Dicionário de Filmes Brasileiros - Longa*

*Metragem*, de Antônio Leão da Silva Neto (2009), e o *Dicionário de Cinema Brasileiro*, de Mauro Baladi (2013). No entanto, ao longo da construção da base de dados, verificou-se que essas fontes continham muitas informações desconstruídas ou incompletas, de modo que foi necessário recorrer a outras fontes complementares para adicionar ou confirmar as informações. Foram consultados, principalmente: catálogos (físicos e *online*) e *sites* de festivais de cinema, *sites* dos filmes, das empresas produtoras e distribuidoras, outros portais especializados em cinema, listas de filmes organizadas por pesquisadores e/ou críticos de cinema, cartazes, *press kits*, trailers e outros materiais de divulgação dos filmes e, em alguns casos, os próprios filmes. Algumas das principais fontes consultadas nesse segundo momento foram: AdoroCinema, Academia Brasileira de Cinema, Cineclick, Cinemateca Brasileira, Cineplayers, Femina – Festival Internacional de Cinema Feminino, Festival do Rio, Filmow, Globo Filmes, Mostra do Filme Livre, Mostra Internacional de Cinema, Papo de Cinema, Revista de Cinema, Revista Cinética, Semana dos Realizadores, Vídeo nas Aldeias, Vimeo, YouTube.

Para alguns resultados e análises, trabalhamos com uma amostra de filmes não aleatória. Foram selecionados os 30 filmes que obtiveram maior renda de bilheteria por ano em salas de exibição comercial no país de 1995 a 2016, os 30 filmes que atingiram maior público por ano, os 600 filmes com maior renda de bilheteria corrigida<sup>2</sup> no total do período, e os 600 filmes com maior público em exibições comerciais no total do período. Considerando que muitos filmes atenderam aos quatro critérios, o processo resultou numa amostra composta por 688 filmes.

Para avaliar se, e quanto, o cinema brasileiro aborda temáticas demográficas, inicialmente descrevemos os principais temas abordados em cada filme. Posteriormente, criamos categorias de temas sociodemográficos de interesse. Para cada temática criamos uma variável na base de dados com as opções de resposta: principal – indicando que o filme aborda aquela temática de interesse como uma de suas temáticas principais, secundária – indicando que o filme aborda aquela temática, mas não como uma de suas principais, e não – para o caso do filme não abordar aquela temática em questão. Além disso, para melhor definirmos o quanto e a forma como as temáticas de interesse são abordadas nos filmes, para cada temática pesquisada fizemos perguntas sobre aspectos de cada assunto, com respostas sim e não para investigar se o filme aborda aquele aspecto ou não. Inicialmente, as perguntas foram as seguintes:

---

2 Os valores dos recursos captados e das rendas de bilheteria foram corrigidos segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA para o ano 2018.

1) Migração:

- 1.1 O/a protagonista é migrante?
- 1.2 Outras personagens são migrantes?
- 1.3 Migração é uma temática abordada de forma explícita?
- 1.4 A migração abordada é nacional?
- 1.5 O movimento migratório abordado é entre as regiões Nordeste e Sudeste?
- 1.6 A migração abordada é rural-urbana?
- 1.7 O movimento migratório abordado tem a direção cidade pequena-cidade grande?
- 1.8 A migração abordada é internacional?
- 1.9 Se refere ao processo de colonização?
- 1.10 Está relacionada a trabalho? Migração econômica?
- 1.11 É migração de retorno?
- 1.12 Está relacionada a exílio/refúgio?

2) Relações de gênero:

- 2.1 É feminista? Se refere a mulheres cisgênero?
- 2.2 Temática ou protagonista gay/lésbica?
- 2.3 Temática ou protagonista transgênero, transexual, travesti, *drag*, intersexual?
- 2.4 Aborda sexualidade no sentido de prazer/prática?
- 2.5 Relações de gênero é uma temática abordada de forma explícita?
- 2.6 Aborda violência contra a mulher?
- 2.7 Aborda homofobia?
- 2.8 Aborda estupro/violência sexual?
- 2.9 Aborda masculinidades, violência contra homens?

3) Fecundidade/Reprodução:

- 3.1 Aborda gravidez?
- 3.2 Aborda gravidez na adolescência?
- 3.3 Aborda aborto?
- 3.4 Aborda planejamento familiar?
- 3.5 Fecundidade/Reprodução é uma temática abordada de forma explícita?
- 3.6. Aborda infertilidade ou fecundidade não realizada?

4) Mortalidade:

- 4.1 Aborda morbidade?

- 4.2 Aborda morbidade por envelhecimento?
- 4.3 Aborda mortalidade por violência?
- 4.4 Aborda suicídio?
- 4.5 Mortalidade é uma temática abordada de forma explícita?
- 5) Relações étnico-raciais:
  - 5.1 Protagonista negro?
  - 5.2 Protagonista indígena?
  - 5.3 Protagonista amarela/o?
  - 5.4 Protagonista branco/a?
  - 5.5 Aborda racismo/preconceito?
  - 5.6 Aborda temática indígena?
  - 5.7 Aborda temática quilombola?
  - 5.8 Aborda aspectos culturais de matriz africana?
  - 5.9 Relações étnico-raciais é uma temática abordada de forma explícita?
  - 5.10 Aborda cultura brasileira/regionalidades?
- 6) Família:
  - 6.1 Aborda nupcialidade (casamento, divórcio, união)?
  - 6.2 Aborda relação intergeracional?
  - 6.3 Aborda paternidade?
  - 6.4 Aborda incesto?
  - 6.5 Família é uma temática abordada de forma explícita?
  - 6.6 Aborda tipos de famílias, famílias poliafetivas, etc.?
- 7) Envelhecimento:
  - 7.1 Se refere à longevidade?
  - 7.2 Se refere à morbidade?
  - 7.3 Envelhecimento é uma temática abordada de forma explícita?
  - 7.4 Cuidadores, gastos com saúde de idosos, etc.?
  - 7.5 Idosos na sociedade (desemprego, assistência social, etc.)?
- 8) Crianças/Adolescentes:
  - 8.1 Exploração/violência/assédio ou estupro?
  - 8.2 Sexualidade?
  - 8.3 Educação?

8.4 Aventuras/angústias/situações/sentimentos típicos do universo infantil?

8.5 Aventuras/angústias/situações/sentimentos típicos da adolescência?

8.6 Crianças/Adolescentes é uma temática abordada de forma explícita?

9) Religião:

9.1 Está relacionada à migração?

9.2 De matriz africana?

9.3 Satanismo/esoterismo/misticismo?

9.4 Evangélica?

9.5 Católica?

9.6 Espírita?

9.7 Religião é uma temática abordada de forma explícita?

10) Questões Ecológicas e/ou Ambientais:

10.1 Está relacionado a indígenas?

10.2 Socioecológico?

10.3 População no futuro (relacionado a problemas ambientais)?

10.4 Animais?

10.5 Denúncia?

10.6 Ecologia/Meio Ambiente é uma temática abordada de forma explícita?

10.7 Mudanças climáticas e aquecimento global (subida do nível dos oceanos, inundações, etc.)?

11) Trabalho:

11.1 Infantil?

11.2 Exploração?

11.3 Problemas/crises/desigualdades no mercado de trabalho?

11.4 Trabalho é uma temática abordada de forma explícita?

11.5 Está relacionado à migração?

11.6 Luta sindical/operária?

12) População:

12.1 Povoamento?

12.2 Rural/Urbano, Modernidade, Cidades?

12.3 Direitos Humanos, questões/problemas sociais?

12.4 Política?

12.5 Contextos de guerra, conflitos, movimentos sociais?

12.6 Deficiência?

12.7 Fim do mundo?

12.8 Outras questões relacionadas à população não contempladas em outras perguntas?

Ao longo do processo de responder a essas questões, percebemos alguns erros e problemas e, por isso, realizamos alguns ajustes. Um problema, por exemplo, foi que algumas perguntas praticamente não receberam respostas positivas. Alguns erros foram, por exemplo, a falta de algumas perguntas em algumas temáticas, como: “outras” em religião, imigração internacional ou emigração internacional ao invés de simplesmente migração internacional (ficamos sem saber se tratava-se de brasileiros saindo do país ou de estrangeiros no Brasil). Trocamos os títulos de algumas temáticas, como, por exemplo: ao invés de “crianças/adolescentes” para “infância e juventude”, “envelhecimento” para “envelhecimento e longevidade”. Percebemos que duas perguntas da temática população concentraram a grande parte das respostas positivas, então, na análise dos resultados eliminamos a temática “população” e transformamos essas duas perguntas em temáticas: “direitos humanos, questões/problemas sociais”, e “política”. Até porque todas as temáticas dizem respeito à população.

## RESULTADOS

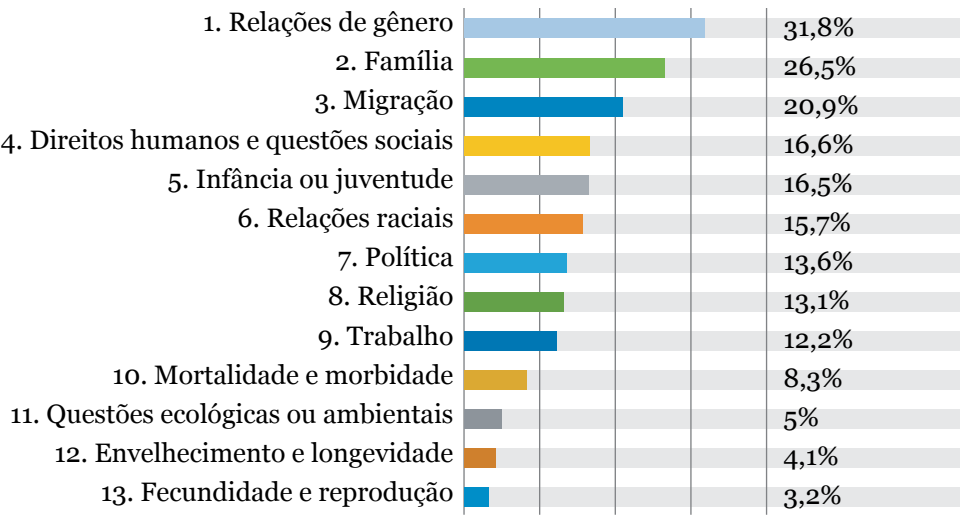
De todos os 2.619 filmes lançados entre 1991 e 2016<sup>3</sup>, foram classificados sobre abordar alguma temática sociodemográfica 2.258 filmes (361 não foram classificados<sup>4</sup>), dos quais 1.140 abordam temáticas sociodemográficas e 1.118 não abordam nenhuma temática sociodemográfica. Vale destacar que a maior parte dos 1.140 filmes que abordam temas sociodemográficos aborda mais de uma temática.

Em relação à amostra composta pelos filmes de maior público e renda de bilheteria em salas de exibição comercial no país de 1995 a 2016, dos 688 selecionados, 477 abordam de alguma maneira uma ou mais temáticas sociodemográficas e 211 não abordam. Dentre os filmes que abordam um ou mais dos 13 temas de interesse,

- 
- 3 Embora a nossa base de dados inclua filmes de 1960 até 2017, como já explicado, algumas variáveis foram classificadas a partir do visionamento dos filmes ou da leitura de sinopses e críticas. Não foi possível, ou viável, classificar as temáticas de todos os quase cinco mil filmes da base de dados, especialmente para anos mais antigos. Por isso, para esta análise, trabalhamos a partir da década de 1990.
- 4 Os filmes que não foram classificados não tiveram suas sinopses ou críticas encontradas e não foi possível realizar seu visionamento.

tanto como uma de suas temáticas principais, quanto como temática secundária, ordenamos de acordo com aquelas que mais aparecem nos longas-metragens, conforme gráfico 1.

No que se refere às temáticas que mais aparecem nos filmes, destacamos que o assunto relações de gênero é abordado como temática principal em 15,5% dos filmes, e como temática secundária em 16,3%. O tema família aparece como temática principal em 8,1% dos filmes e como secundária em 18,4%, e o tema migração se destaca em 6,5% dos filmes como temática principal, enquanto que em 14,4% como temática secundária. O tema infância ou juventude foi classificado como sendo a temática principal em 6,1% dos filmes e como secundária em 10,4%. Já a temática relações étnico-raciais é abordada como principal em 3,8% dos filmes e como tema secundário em 11,9% dos filmes.



**Gráfico 1.** Percentual de filmes brasileiros de maior público e bilheteria que abordam cada uma das 13 temáticas pesquisadas – Brasil, 1995-2016. Fontes principais: ADORO CINEMA; ANCINE, 2018; BALADI, 2013; FEMININA; FILME B, 2018; FILMOW; MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA; SILVA NETO, 2009; entre outras.

Verificamos também a abordagem das temáticas selecionadas pelos filmes de maior público e renda de bilheteria por quinquênio, para observar se houve alguma mudança ao longo dos anos analisados. Os resultados são apresentados na tabela 1. Podemos dizer que a abordagem de temáticas como relações de gênero, fecundidade e reprodução, envelhecimento e longevidade, infância e juventude permaneceu praticamente estável nesse período. Temáticas como migração, relações étnico-raciais e religião passaram a ser menos abordadas nos filmes lançados no último quinquênio do que no início do período analisado. Por outro lado, temas



como família, mortalidade e violência passaram a ser mais abordados pelo cinema ao longo do período.

Para definir como e quais questões de cada assunto são abordadas nos filmes, elaboramos perguntas sobre diferentes aspectos de cada temática. No caso dos filmes que abordam relações de gênero, 61,7% têm uma abordagem feminista ou se referem especificamente à mulher, 16,7% têm temática ou protagonista gay ou lésbica, 3,1% têm temática ou protagonista transgênero, transexual, travesti ou não gênero, 15,4% se referem à sexualidade no sentido de prazer e/ou prática sexual, 15,4% abordam a violência contra a mulher, 1,2% abordam homofobia, 9,3% abordam a violência sexual/estupro, e 1,9% abordam masculinidades ou violência contra homens (os percentuais somam mais que 100% porque um filme pode abordar mais de um aspecto).

**Tabela 1.** Percentual de filmes em que cada temática é abordada – Brasil, 1995-2016.

Temática	Período			
	1995-2000	2001-2005	2006-2010	2011-2016
Migração	30,3	19,8	16,2	18,9
Gênero	30,3	35,9	30,9	31,3
Cor/raça	18,9	20,6	15,0	11,2
Família	20,8	20,5	28,7	33,3
Fecundidade/Reprodução	2,5	5,6	2,2	2,9
Mortalidade	5,9	5,6	11,0	9,7
Envelhecimento/Longevidade	3,4	4,0	5,9	3,4
Crianças/adolescentes	16,0	12,7	19,1	17,6
Religião	19,3	11,9	10,3	12,6
Ecológico/Ambiental	5,0	6,3	1,5	6,9
Trabalho	10,1	11,8	13,2	13,1
Questões sociais	20,4	16,5	21,4	10,9
Política	16,8	11,0	15,2	12,1
Racismo/preconceito	6,3	7,7	4,6	3,0
Violência	3,5	10,1	12,5	7,9

Fontes principais: ADOROCINEMA; ANCINE, 2018; BALADI, 2013; FEMINA; FILME B, 2018; FILMOW; MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA; SILVA NETO, 2009; entre outras.

Dos filmes que abordam a temática família, 51,7% retratam relações intergeracionais, 36,9% nupcialidade, 18,8% paternidade, 3,4% tipos de famílias, e 2,0% incesto. Dos filmes que destacam o tema infância ou juventude, 41,3% abordam aventuras, angústias, situações ou sentimentos típicos da adolescência/juventude, 23,9% abordam sexualidade, 21,7% abordam aventuras, angústias, situações ou sentimentos típicos do universo infantil, 15,2% questões relacionadas à educação, e 13,0% abordam exploração, violência ou assédio. Dentre os filmes que destacam o tema relações étnico-raciais, 72,2% têm protagonista negro, 19,4% protagonista

branco, 6,5% protagonista indígena, 2,8% protagonista amarelo, 31,5% retratam racismo/preconceito, 10,2% temática indígena (mais do que os filmes com protagonista indígena porque alguns filmes com temática indígena têm protagonista branco), 7,4% abordam manifestações culturais de origem africana e 15,7% aspectos da cultura brasileira ou regionalidades.

Analisando os filmes que abordam o tema migração, concluímos que 35,8% abordam movimentos migratórios nacionais, 48,6% abordam movimentos internacionais (imigrações e emigrações), 6,4% movimentos relacionados ao processo de colonização, 33,0% movimentos motivados por questões econômicas e/ou trabalho, 14,7% migração de retorno, 9,2% questões relacionadas a exílio ou refúgio. Daqueles que abordam movimentos migratórios nacionais, 30,8% se referem a movimentos da região Nordeste para o Sudeste, 23,1% movimentos rural-urbano, 43,6% movimentos de cidades pequenas para cidades grandes, indicando como os cineastas estão atentos às questões que permeiam a sociedade brasileira e representam fatos históricos, demográficos e sociais.

Adicionalmente, analisamos a distribuição por sexo e cor/raça dos diretores, roteiristas e protagonistas dos filmes que abordam migração, comparados ao total de filmes da seleção. Usamos a categoria negros que se refere a pretos mais pardos. Os resultados estão apresentados nas tabelas 2 e 3 a seguir. A participação das mulheres é pouco maior tanto na direção, no roteiro e no protagonismo nos filmes que abordam a temática migração em relação ao total de filmes da seleção. Em relação à direção e ao protagonismo, a participação masculina é relativamente igual, o aumento feminino se reflete na queda da categoria ambos. De toda forma, se analisarmos somente as categorias mulheres e homens (não levando em consideração as funções desempenhadas conjuntamente), a desproporção entre a representação feminina e a masculina é muito grande em todas as três funções analisadas.

**Tabela 2.** Distribuição percentual dos longas-metragens brasileiros de maiores rendas e público por sexo/gênero dos diretores, roteiristas e protagonistas – Brasil, 1995-2016.

	filmes que abordam migração			total de filmes da seleção		
	direção	roteiro	protagonismo	direção	roteiro	protagonismo
homens	82,4	59,7	59,7	83,5	65,3	59,7
mulheres	16,0	15,1	30,3	13,6	10,5	23,2
ambos	1,6	25,2	9,2	2,9	24,1	16,8
trans	0,0	0,0	0,8	0,0	0,1	0,3

Fontes principais: ADOROCINEMA, FEMINA, FESTIVAL DO RIO, FILMOW, MOSTRA DO FILME LIVRE, MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA, VÍDEO NAS ALDEIAS, entre outras. Notas: ambos se refere à função realizada conjuntamente por homens e mulheres, trans se refere a transgêneros, transsexuais, travestis ou intersexuais.

**Tabela 3.** Distribuição percentual dos longas-metragens brasileiros de maiores rendas e público por cor/raça dos diretores, roteiristas e protagonistas – Brasil, 1995-2016.

	filmes que abordam migração			total de filmes da seleção		
	direção	roteiro	protagonismo	direção	roteiro	protagonismo
amarelos	2,5	0,8	1,7	1,0	0,4	0,4
brancos	95,0	90,8	85,7	95,8	91,3	82,2
indígenas	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,9
negros	2,5	8,4	11,8	3,0	8,2	16,5
sem atribuição	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0

Fontes principais: ADOROCINEMA, FEMINA, FESTIVAL DO RIO, FILMOW, MOSTRA DO FILME LIVRE, MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA, VÍDEO NAS ALDEIAS, entre outras. Nota: amarelos inclui filmes codirigidos ou coroteirizados por amarelos e brancos, negros inclui filmes codirigidos ou coroteirizados por negros e brancos.

Em relação à cor/raça dos indivíduos que desempenharam as funções de direção, roteiro e protagonismo nos filmes analisados, é importante pontuar que esta classificação foi realizada a partir de heteroatribuição, uma vez que não estavam disponíveis em nenhuma fonte de dados as autodeclarações de pertencimento racial desses profissionais<sup>5</sup>. A discrepância entre a representação de brancos em relação às demais categorias é enorme em todas as funções. Verificamos que há mais amarelos em todas as funções nos filmes que abordam o tema migração do que no total de filmes.

Destacamos a temática migração para observarmos como esta se relaciona com as demais. No quadro 1 verificamos quais temáticas mais aparecem nos filmes que abordam o tema migração comparados com o total de filmes da seleção analisada. Entre parêntesis estão os percentuais de filmes onde cada temática é retratada. Entre os destaques, as temáticas política, religião e trabalho são mais abordadas nos filmes que também retratam migração do que no total de filmes da seleção.

5 Para maiores detalhes sobre a metodologia utilizada para realizar esta heteroclassificação, ver a tese de doutorado indicada nas referências como Alves (2019).

**Quadro 1.** Temáticas ordenadas pelo percentual de filmes em que aparecem no total de filmes de maior público e bilheteria, e nos filmes que abordam migração – Brasil, 1995-2016.

filmes da amostra	filmes que abordam migração
1. Gênero (31,8)	1. Migração (100,0)
2. Família (26,5)	2. Gênero (42,0)
3. Migração (20,9)	3. Família (33,6)
4. Questões sociais (16,6)	4. Política (27,3)
5. Infância/Juventude (16,5)	5. Cor/raça (22,7)
6. Cor/Raça (15,7)	6. Religião (22,7)
7. Política (13,6)	7. Questões sociais (21,8)
8. Religião (13,1)	8. Trabalho (21,0)
9. Trabalho (12,2)	9. Infância/Juventude (13,4)
10. Mortalidade (8,3)	10. Mortalidade (7,6)
11. Ecológico/Ambiental (5,0)	11. Ecológico/Ambiental (3,4)
12. Envelhecimento (4,1)	12. Envelhecimento (3,4)
13. Fecundidade (3,2)	13. Fecundidade (1,7)

Fontes principais: ADOROCINEMA; ANCINE, 2018; BALADI, 2013; FEMINA; FILME B, 2018; FILMOW; MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA; SILVA NETO, 2009; entre outras. Notas: Gênero se refere a relações de gênero, cor/raça a relações étnico-raciais, questões sociais à temática direitos humanos e questões sociais, envelhecimento se refere a envelhecimento e/ou longevidade, mortalidade à mortalidade e/ou morbidade, fecundidade à fecundidade e/ou reprodução.

Dentre os filmes que retratam política e migração estão *Em teu nome* (PAULO NASCIMENTO, 2010), *Terra Estrangeira* (WALTER SALLES e DANIELA THOMAS, 1995), *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil* (CARLA CAMURATI, 1995), *Tempos de Paz* (DANIEL FILHO, 2009), *Gaijin II - Ama-me como sou* (TIZUKA YAMAZAKI, 2005), *For All - o Trampolim da Vitória* (LUIZ CARLOS LACERDA e BUZA FERRAZ, 1998), *Caramuru - a Invenção do Brasil* (GUEL ARRAES, 2001), *O judeu* (JOM TOB AZULAY, 1996), *Lula, o filho do Brasil* (FÁBIO BARRETO, 2010), *O velho – a história de Luiz Carlos Prestes* (TONI VENTURI, 1997), *Mauá - o imperador e o rei* (SÉRGIO REZENDE, 1999), *Corações sujos* (VICENTE AMORIM, 2012), *Flores raras* (BRUNO BARRETO, 2013), *Baile perfumado* (PAULO CALDAS e LÍRIO FERREIRA, 1997), *Olga* (JAYME MONJARDIM, 2004), *O ano em que meus pais saíram de férias* (CAO HAMBURGER, 2006), entre outros. Alguns temas abordados por estes filmes são ditadura militar e exílio, plano Collor, colonização portuguesa, antissemitismo, colônia japonesa, segunda guerra mundial, cangaço.

Dentre os filmes que abordam religião e migração destacamos: *O monge e a filha do carrasco* (WALTER LIMA JR., 1996), *Maria, mãe do filho de Deus* (MOACYR GÓES, 2003), *Caminho dos sonhos* (LUCAS AMBERG, 1999), *A paixão de Jacobina* (FÁBIO BARRETO, 2002), *Bezerra de Menezes – o diário de um espírito* (GLAUBER FILHO e JOE PIMENTEL, 2008), *Hans Staden* (LUIZ ALBERTO PEREIRA, 2000), *Desmundo* (ALAIN FRESNOT, 2003), *Oriundi* (RICARDO BRAVO, 2000), *Bella Donna* (FÁBIO BARRETO, 1998), *Tieta do agreste* (CACÁ DIEGUES, 1996), *O banheiro do papa* (CÉSAR CHARLONE

e ENRIQUE FERNÁNDEZ, 2008), *Pierre Fatumbi Verger – mensageiro entre dois mundos* (LULA BUARQUE DE HOLLANDA, 2000), *Brava gente brasileira* (LÚCIA MURAT, 2001), *Um passaporte húngaro* (SANDRA KOGUT, 2003), entre outros. As religiões são em alguns filmes tratadas de forma positiva, e em outros em tom de crítica. A religião que mais é representada nos filmes que também abordam migração é o catolicismo, muitas vezes relacionada ao processo de colonização do país.

Dos filmes que abordam trabalho e migração estão *Dois filhos de Francisco* (BRENO SILVEIRA, 2005), *O menino e o mundo* (ALÊ ABREU, 2014), *Que horas ela volta?* (ANNA MUYLAERT, 2015), *2000 Nordestes* (VICENTE AMORIM e DAVID FRANÇA MENDES, 2001), *Dois perdidos numa noite suja* (JOSÉ JOFFILY, 2003), *O caminho das nuvens* (VICENTE AMORIM, 2003), *Cinema, aspirina e urubus* (MARCELO GOMES, 2005), *Serra Pelada* (HEITOR DHALIA, 2013), *Olhos azuis* (José Joffily, 2010), *Batalha - Peões* (EDUARDO COUTINHO, 2004), entre outros.

*Em teu nome* narra a história de Boni, um universitário de origem humilde, que adere à luta armada durante a ditadura militar no Brasil. Boni acaba preso e torturado. Após ser libertado, na troca por um embaixador suíço no chamado Grupo dos 70, precisa deixar o país, e é exilado no Chile ao lado da companheira Cecília.

*Terra Estrangeira* se passa no início dos anos 1990, quando a mãe de Paco morre ao saber que teve sua poupança confiscada pelo plano econômico do então presidente Collor. Sem perspectivas, Paco decide viajar para Portugal, levando uma encomenda misteriosa. Lá ele conhece a brasileira Alex e seu namorado Miguel, e se envolve num esquema de contrabando.

*Carlota Joaquina, Princesa do Brasil* é uma sátira do Brasil do início do século XIX. A espanhola Carlota Joaquina conheceu seu futuro marido, o príncipe de Portugal, com apenas dez anos. Apesar do título do filme, nunca foi princesa do Brasil. Carlota gostava do poder, e de ter amantes, só não gostava do Brasil, enquanto a corte portuguesa ficou instalada por aqui.

*Tempos de Paz* se passa em 1945. Segismundo, ex-oficial da polícia torturadora de Getúlio Vargas, teme que suas vítimas resolvam se vingar, já que vários presos políticos ganharam a liberdade. Ele agora trabalha como chefe da seção de imigração no Rio de Janeiro, tendo por função evitar a entrada de nazistas. Ele interroga Clausewitz, um ex-ator polonês que precisa usar o seu talento para convencê-lo de que não é nazista.

*Gaijin II - Ama-me como sou* conta a história de Titoe, que chega ao Brasil em 1908 para trabalhar e ganhar dinheiro, na intenção de retornar ao Japão. Em 1935, sem dinheiro para retornar ao Japão, Titoe compra um lote de terras em Londrina. Anos mais tarde, sua neta Maria se casa com Gabriel, gaijin filho de pai

espanhol e mãe italiana. Gabriel vai à falência após o confisco feito pelo governo Collor em 1990, e resolve ir trabalhar no Japão para juntar dinheiro. Maria e os filhos ficam no Brasil com Titoe.

*For All - o Trampolim da Vitória* se passa na base aérea de Natal que recebe, durante a Segunda Guerra Mundial, milhares de soldados estadunidenses. A convivência com os soldados abala a vida das famílias locais, como a família Sandrini, entre a mistura da cultura americana e brasileira, romances, preconceitos, política.

*Caramuru - a Invenção do Brasil* apresenta o pintor português Diogo Álvares que deixa um importante documento para o qual foi contratado para ilustrar, pelo cartógrafo do rei, ser roubado por uma sedutora cortesã francesa. Como punição, Diogo é deportado na caravela comandada por Vasco de Athayde, que naufraga. Diogo é salvo pelo cacique tupinambá Itaparica, passa a ser chamado de Caramuru, e a viver um harmônico triângulo amoroso com as duas filhas do cacique, Paraguaçu e Moema.

*O judeu* é uma cinebiografia de Antônio José da Silva, célebre autor teatral em Portugal no século XVIII, nascido no Rio de Janeiro e de origem judaica. Após o seu julgamento e de sua família pelo Tribunal do Santo Ofício, em Lisboa, Antônio José ingressa na prestigiada Universidade de Coimbra, se casa com a cristã-nova Leonor Maria de Carvalho, enquanto faz cada vez mais sucesso com suas comédias. Até que sua prima, Brites Eugénia, os denuncia de heresia para as autoridades eclesiásticas.

*Lula, o filho do Brasil* acompanha a trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva desde sua infância no interior de Pernambuco até os tempos de militância sindical em São Paulo, nos anos 1980, passando por momentos como a morte da primeira esposa, a relação com Marisa, e sua prisão durante a ditadura militar.

*O velho - a história de Luiz Carlos Prestes* é um documentário que atravessa setenta anos da história do Brasil através de fatos que marcaram a vida do seu protagonista, líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por mais de 35 anos, como a marcha da Coluna nos anos 1920, o romance com a judia alemã Olga Benário, a tentativa de revolução comunista em 1935, a ditadura militar e a luta armada.

*Mauá - o imperador e o rei* narra a vida de Irineu Evangelista de Souza, desde que se tornou órfão, no interior do Rio Grande do Sul. Quando sua mãe se casa novamente, ele se muda com o tio para o Rio de Janeiro. Mais tarde vai trabalhar numa empresa de exportação, e assume o comando dos negócios quando o patrão volta para seu país. Irineu fica encantado ao conhecer as fábricas na Inglaterra e decide investir na primeira indústria brasileira, em Niterói. Apesar da riqueza, ele precisou vencer estrangeiros e brasileiros de oligarquias agrícolas contra a modernização do país.

*Corações sujos* retrata como os imigrantes japoneses no interior de São Paulo se dividiram em dois grupos: os que acreditavam na notícia da rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial, e eram por isso chamados de “corações sujos” e traidores da pátria, e aqueles que não acreditavam na rendição, e perseguiram os primeiros. Takahashi, dono de uma loja de fotografia e casado com a professora Miyuki, incitado pelo coronel Watanabe, passa a atacar os que acreditam na derrota do Japão na guerra.

*Flores raras* narra o envolvimento da poetisa americana Elizabeth Bishop com a arquiteta brasileira Lota de Macedo Soares. Em 1951, em busca de motivação, Elizabeth resolve passar uns dias na casa da amiga Mary, que vive com Lota no Rio de Janeiro. Elizabeth e Lota se apaixonam.

*Baile perfumado* é baseado no documentário do mascate libanês Benjamin Abrahão, amigo de Padre Cícero, que decide filmar Lampião e seu bando, pois acredita que este filme o deixará rico. Ele consegue ser aceito pelo grupo, registrar depoimentos, e filmá-los em seu cotidiano. Mas a perseguição ao bando durante a ditadura do Estado Novo atrapalhará seus planos.

*Olga* é uma cinebiografia da judia comunista alemã Olga Benário que foge para Moscou, onde recebe treinamento militar e a missão de acompanhar Luís Carlos Prestes de volta ao Brasil. Durante a viagem, os dois se apaixonam e passam a lutar juntos contra a ditadura do então presidente Getúlio Vargas e pela revolução comunista. Ambos acabam presos, e Olga é deportada para a Alemanha nazista.

*O ano em que meus pais saíram de férias* conta a história de Mauro, de 12 anos, que repentinamente passa a viver com o avô e seu vizinho judeu depois que seus pais saem de férias inexplicavelmente. Na verdade, seus pais precisam deixar o país por perseguição política em plena década de 1970.

*O monge e a filha do carrasco* se passa em 1700. A jovem Benedicta sofre preconceito por ser filha do carrasco da cidade. O recém-chegado monge Ambrosius se encanta e se aproxima da moça. O filme gira em torno do dilema entre a paixão e o compromisso religioso do monge.

*Maria, mãe do filho de Deus* narra duas histórias paralelas. Maria Auxiliadora deixa a filha de sete anos com o padre na igreja, enquanto vai buscar o resultado de um exame da menina. Para distraí-la, o padre conta para a criança a história da mãe de Jesus Cristo, Maria.

*Caminho dos sonhos* apresenta o jovem imigrante judeu Mardo que vai estudar em uma escola católica, após ser expulso do colégio judaico onde estudava, em São Paulo, nos anos 1960. Ele se apaixona por uma garota negra, politizada e católica.



Ele passa a enfrentar o preconceito dos colegas na escola por ser judeu, e o de sua mãe que não aceita seu relacionamento com Ana.

*A paixão de Jacobina* é baseado em fatos reais. Jacobina Mentz afirma ter poderes mediúnicos e receber mensagens diretamente de Jesus Cristo. Uma seita é criada a sua volta, e seus integrantes, chamados de “mucker”, passam a ser perseguidos pelos fazendeiros locais, preocupados com o poder e a influência de Jacobina.

*Bezerra de Menezes – o diário de um espírito* retrata a vida do médico desde sua infância no Nordeste até os estudos de medicina e a carreira como político abolicionista no Rio de Janeiro. Menezes foi diversas vezes eleito vereador e deputado, mas ficou famoso como “médico dos pobres” por seu trabalho junto à população mais humilde.

*Hans Staden* conta as desventuras do imigrante alemão que naufragou em 1550 no litoral de Santa Catarina. Dois anos depois, começa a trabalhar em São Vicente com a intenção de juntar dinheiro e retornar para a Europa. Um dia, sai a procura de seu escravo desaparecido e é capturado por Tupinambás, que pretendem devorá-lo.

*Desmundo* conta a história de uma das órfãs enviadas para o Brasil, por volta de 1570, pela rainha de Portugal, com o propósito de se casarem com os primeiros colonos. Oribela se casa obrigada com o dono de um engenho de açúcar, Francisco de Albuquerque, que a violenta. Ela tenta fugir, na esperança de voltar a Portugal, mas é recapturada, e passa a ficar acorrentada em um pequeno galpão. Após terminado o castigo, Oribela sai do cativeiro e tenta novamente fugir.

*Oriundi* conta a história do imigrante italiano Giuseppe Padovani que, com a saúde debilitada, não vê motivos para comemorações na festa de seu aniversário de 93 anos. No entanto, tudo muda quando conhece a jovem italiana Sofia que chega ao Brasil com um projeto de pesquisar a família Padovani. Giuseppe acredita que a jovem é a reencarnação de sua esposa, morta em um acidente aéreo.

*Bella Donna* se passa no Ceará no final da década de 1930, quando o americano Frank chega a um vilarejo no litoral para trabalhar em um empreendimento petrolífero, acompanhado da esposa, Donna. Apesar das diferenças culturais, ela se apaixona pelo pescador Nô, filho de Mãe Ana, uma líder religiosa temida e respeitada na comunidade.

*Tieta do agreste* narra a volta de Tieta a Santana do Agreste, 26 anos após ter sido expulsa da cidade pelo pai, aos 17 anos de idade. Enquanto esteve fora, Tieta mandava dinheiro para o pai e às irmãs, Tonha e Perpétua. A volta de Tieta a cidade, com uma moça que apresenta como enteada, abala toda a comunidade, ainda mais quando ela se envolve com o próprio sobrinho.

*O banheiro do papa* se passa em 1998, na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Quando a cidade uruguaia Melo entra no roteiro da visita do Papa, muita gente vê uma oportunidade de ganhar dinheiro, vendendo comidas, bebidas, bandeirinhas, e os mais diversos *souvenirs*. O contrabandista Beto resolve alugar um banheiro para atender às milhares de pessoas que virão à cidade. Mas para construir o “banheiro do papa”, ele terá que realizar arriscadas viagens à fronteira, além de enfrentar sua esposa e sua filha.

*Pierre Fatumbi Verger – mensageiro entre dois mundos* apresenta a história do fotógrafo e etnógrafo francês radicado no Brasil. Com narração de Gilberto Gil, o documentário inclui a última entrevista de Verger, gravada na véspera de seu falecimento, em 1996, além de material de arquivo, especialmente fotográfico, e depoimentos de amigos, pesquisadores e historiadores.

*Brava gente brasileira* se passa no pantanal, em 1778. Soldados acompanham o cartógrafo Diogo, recém-chegado ao Brasil, enviado pela Coroa Portuguesa. O grupo encontra no caminho algumas mulheres indígenas tomando banho no rio. Os soldados as violentam, e Diogo é forçado pelo chefe do grupo, Pedro, a participar do estupro. Diogo se depara então com uma nova realidade, entre a crescente ferocidade de Pedro, a ambição de Antônio pelas minas de prata, e a convivência com os indígenas da região.

*Um passaporte húngaro* acompanha a saga da diretora Sandra Kogut, através do pedido de um passaporte, em busca da história de sua família, dividida entre os imigrantes que chegaram ao Brasil na década de 1940 em decorrência da Segunda Guerra Mundial, e os que não puderam sair da Hungria.

*Dois filhos de Francisco* conta a história do lavrador que sonha em transformar dois de seus nove filhos em uma dupla sertaneja. Mirosmar e Emival se mudam para Goiânia, mas Emival morre em um acidente. Após quase desistir da música, Mirosmar grava um disco solo, adotando o nome Zezé di Camargo. Sem sucesso, agora já casado e com duas filhas, Zezé enfrenta dificuldades para sustentar a família. Graças ao irmão Welson, que passa a usar o nome Luciano e forma uma nova dupla com ele, e aos esforços do pai Francisco, Zezé volta a encontrar o sucesso.

*O menino e o mundo* é um filme de animação que conta as aventuras de Cuca. O garoto mora com o pai e a mãe, em uma pequena casa no campo. Diante da falta de trabalho, o pai parte para a cidade grande. Triste e desnorreado, o menino resolve ir atrás do pai. O menino encontra uma sociedade marcada pela pobreza, exploração de trabalhadores e falta de perspectivas, dominada por máquinas e seres estranhos.

*Que horas ela volta?* retrata a história de Val, que mora na casa dos patrões, em São Paulo. Trabalhando como babá de Fabinho, com quem construiu laços de afeto, ela manda dinheiro para a criação da filha Jéssica, que deixou em Pernambuco. Até que Jéssica resolve prestar vestibular em São Paulo, e hospeda-se na casa dos patrões da mãe. Não aceitando o lugar de filha da empregada restrito à área de serviço da casa, Jéssica se coloca como uma hóspede incômoda, ao questionar as hierarquias estabelecidas naquela casa. Entre o cumprimento das regras com que já está acostumada, e as reflexões provocadas pelas ideias da filha, Val terá que fazer escolhas.

*2000 Nordestes* percorre do Ceará à Bahia, passando pelo Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, incluindo a diáspora nordestina em São Paulo e Rio de Janeiro, fazendo um levantamento do imaginário nordestino contemporâneo: uma mistura de ricas tradições regionais com influências da moderna cultura globalizada. Com uso de depoimentos e cenas de filmes brasileiros com temática nordestina, aborda de forma crítica a realidade da região nos dias de hoje.

*Dois perdidos numa noite suja* conta a história de brasileiros vivendo nos EUA. Paco é uma menina que se prostitui travestida de menino. Tonho trabalha limpando um banheiro público. Os dois se esbarram numa situação tensa, e acabam indo morar juntos num galpão abandonado. Paco vive de programas e furtos. Tonho está cansado de subempregos e quer voltar para o Brasil. Por falta de opção, eles mantêm uma convivência forçada, à margem da sociedade, sem perspectivas de uma vida melhor.

*O caminho das nuvens* acompanha a jornada de uma família que viaja de bicicleta da Paraíba até o Rio de Janeiro em busca de um trabalho decente e uma vida digna. Romão é caminhoneiro mas está desempregado e precisa sustentar sua mulher Rose e seus cinco filhos. Ele decide partir em busca de um local onde possa conseguir um emprego que lhe pague o salário de mil reais.

*Cinema, aspirina e urubus* se passa em 1942, no sertão nordestino, quando o alemão Johann, fugido da Segunda Guerra Mundial, vende aspirinas pelo interior do país. Ranulpho que sempre viveu no sertão, após ganhar uma carona de Johann, passa a trabalhar como seu ajudante. De cidadezinha em cidadezinha, exibindo filmes promocionais sobre o remédio para pessoas que jamais tiveram a oportunidade de ir ao cinema, os dois enfrentam diversos perigos e se tornam grandes amigos.

*Serra Pelada* tem como pano de fundo a exploração de ouro no maior garimpo a céu aberto do mundo, nos anos 1980. Os amigos Juliano e Joaquim resolvem deixar São Paulo e tentar a sorte no garimpo de Serra Pelada, localizado no Pará.

Mas, nada acontece como imaginavam, Juliano se torna um gângster, enquanto Joaquim deixa para trás os valores que sempre prezou.

*Olhos azuis* descreve o último dia de trabalho antes da aposentadoria de Marshall, chefe do Departamento de Imigração do aeroporto JFK, nos EUA. Para comemorar, juntamente com seus colegas Sandra e Bob, Marshall resolve beber e se divertir complicando a entrada no país de um grupo de imigrantes. Seu alvo predileto é o brasileiro Nonato. As coisas fogem do controle e Marshall resolve viajar para o Brasil para se redimir. Ele se depara com uma cultura totalmente diferente.

*Batalha - Peões* entrevista alguns trabalhadores da indústria metalúrgica do ABC paulista que participaram das grandes greves ocorridas em 1979 e 1980. Eles contam sobre suas origens, sua participação no movimento grevista e os caminhos que suas vidas tomaram a partir dali. Refletem sobre os prós e contras do trabalho nas fábricas, da militância política e seus reflexos nas relações familiares. Opinam sobre o ex-colega Luiz Inácio Lula da Silva e a situação do país. A migração é um tema muito explícito no filme, com nordestinos abordando o mito da prosperidade em São Paulo.

Os filmes brasileiros que representam movimentos migratórios, especialmente como temática principal, se voltam para temas que remetem a fatos que marcam a sociedade brasileira, como o êxodo rural, a migração de cidades pequenas para cidades grandes e o movimento do Nordeste para o Sudeste, assim como o processo de colonização portuguesa, e a presença de imigrantes japoneses. Segundo Francisco de la Peña (2014), os gêneros cinematográficos, as temáticas e as formas de representação variam de país para país, pois correspondem a tradições, conflitos, dinâmicas e estruturas de cada sociedade. A análise da representação de temas sociodemográficos nos filmes da nossa base de dados confirma esta afirmação para o cinema brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES

Os resultados obtidos confirmam que há, inegavelmente, uma distribuição desigual na produção cinematográfica brasileira contemporânea em termos de gênero e cor/raça dos cargos de direção, roteiro e protagonismo. Os resultados indicam também possibilidades de utilização do cinema para uma análise dos contextos em que é produzido através da observação das temáticas abordadas nos filmes numa perspectiva sociodemográfica. O artigo demonstra como a migração ocupa o terceiro lugar entre os aspectos retratados nos filmes, atrás somente de família e gênero, que são temas mais abrangentes, confirmando a relevância da cinedemografia.

Vimos pelas abordagens sociodemográficas nos filmes, que o cinema nacional está em sintonia com as mudanças sociais, e é rápido em sua representação dessas mudanças, de modo que a relação entre o cinema e a demografia pode ser útil para um exame da sociedade, mais do que analisando o filme sob uma perspectiva demográfica, mas utilizando-se da narrativa audiovisual como método de observação das dinâmicas e transformações sociais e populacionais. Para a demografia, a análise fílmica se mostra oportuna ao apropriar-se de narrativas sobre temas que lhe são caros, além de trabalhar com a composição demográfica das personagens dos discursos cinematográficos (a população filmada). Por outro lado, a perspectiva demográfica se faz muito útil para os estudos de cinema, que não se limitam ao conteúdo dos filmes, mas incluem os bastidores sociais, políticos e econômicos da produção audiovisual – que envolvem desde a criação e regulamentação de políticas audiovisuais, a captação de recursos, a distribuição e a exibição, os contextos em que ocorre a produção do filme. Uma das contribuições da análise demográfica sobre o cinema ocorre justamente na abordagem extratelas: na análise de equipes e outros aspectos socioeconômicos da produção audiovisual, orçamentos, recursos e políticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CINEMA. Disponível em: <<http://academiabrasileiradecinema.com.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- ADOROCINEMA. Disponível em: <[www.adorocinema.com](http://www.adorocinema.com)>. Acesso: 19 jan. 2018.
- AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE. Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual – OCA. *Listagem Completa dos Filmes com os Mecanismos de Incentivo*. Disponível em: <[http://oca.ancine.gov.br/producao\\_.htm](http://oca.ancine.gov.br/producao_.htm)>. Acesso em: 12 set. 2018.
- ALVES, Paula. *Cinedemografia, população que filma e população filmada: hierarquias de gênero e raciais na produção cinematográfica brasileira contemporânea*. 2019. Tese (Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2019.
- BALADI, Mauro. *Dicionário de cinema brasileiro: filmes de longa-metragem produzidos entre 1909 e 2012*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- CINECLICK. Disponível em: <<https://www.cineclick.com.br/>>. Acesso: 18 jan. 2018.
- CINEMATECA BRASILEIRA. Bases: filmografia brasileira. Disponível em: <<http://bases.cinemateca.gov.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- CINEPLAYER. Disponível em: <<http://www.cineplayers.com/>>. Acesso: 19 jan. 2018.
- DANEY, Serge. “Pour une ciné-démographie”. In: DANEY, Serge. *Devant la recrudescence des vols de sacs à main*. Lyon: Aléas éditeur, 1997, p. 124-127.

- FEMINA - Festival Internacional de Cinema Feminino. Disponível em: <[www.feminafest.com.br](http://www.feminafest.com.br)>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- FESTIVAL DO RIO. Disponível em: <<http://www.festivaldorio.com.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2017.
- FILMES B. Database Brasil 2018. *Ranking filmes nacionais 1995-2017 (por público e renda)*. Disponível em: <<http://www.filmeb.com.br/conteudo-exclusivo?r=node/385735>>. Acesso em: 12 set. 2018.
- FILMOW. Disponível em: <<https://filmow.com/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- GLOBO FILMES. Disponível em: <<https://globofilmes.globo.com/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- HAKKERT, Ralph. Demografia de negócios: campo de estudo, tendências e possibilidades". In: GUIMARÃES, José Ribeiro Soares (Org). *Demografia dos negócios: campo de estudo, perspectivas e aplicações*. Campinas: ABEP, 2006, p. 19-73.
- MOSTRA DO FILME LIVRE. Disponível em: <<http://mostradofilmelivre.com/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA. Disponível em: <[www.mostra.org/](http://www.mostra.org/)>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- PAPO DE CINEMA. Disponível em: <<https://www.papodecinema.com.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- PEÑA, Francisco de la. *Por un análisis antropológico del cine. Imaginarios filmicos, cultura y subjetividad*. México: Ediciones Navarra, 2014.
- REVISTA CINÉTICA. Disponível em: <<http://revistacinetica.com.br/nova/>>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- REVISTA DE CINEMA. Disponível em: <<http://revistadecinema.com.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- RIBEIRO, José da Silva. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 2, p. 613-648, Universidade de São Paulo, São Paulo, jul./dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77012005000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000200007)>. Acesso em: 09 set. 2014.
- SABADIN, Celso. *A história do cinema para quem tem pressa*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Valentina, 2018.
- SEMANA DOS REALIZADORES. Disponível em: <<http://www.semanadosrealizadores.com.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- SILVA NETO, Antônio Leão da. *Dicionário de Filmes Brasileiros: longa-metragem – 2ª edição revista e atualizada*. São Bernardo do Campo: Ed. do Autor, 2009.
- VÍDEO NAS ALDEIAS. Disponível em: <<http://videonasaldeias.org.br/2009/>>. Acesso em: 25 abr. 2016.
- VÍDEO. Disponível em: <<https://vimeo.com/pt-br/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- YOUTUBE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

---

**Recebido:** 11/10/2019 | **Aprovado:** 30/03/2020

## Apresentação do artigo “A assimilação dos judeus” (1945), de Emílio Willems

*Presentation to the article “The assimilation of Jews” (1945),  
by Emilio Willems*

Mário A. Eufrazio<sup>a</sup>

Nesta última década tem-se visto a republicação de vários artigos de Emilio Willems e agora é a vez de “A Assimilação dos Judeus”, que é oportuna por revelar algumas peculiares facetas desse autor. Publicado em 1945, quando ainda não se tinha uma ideia mais precisa da proporção a que chegara o genocídio dos judeus durante a II Guerra Mundial, nesses quase 75 anos o artigo não perdeu interesse e atualidade; alguns termos apresentaram mudanças (‘miscigenação’, ‘intercasamentos’, ‘chassidismo’ e outros), mas não seus significados.

A rejeição em tratar os judeus como uma raça ou como um povo, e sim como “grupos”, e a insistência em tratar a assimilação como um processo social ou sócio-psicológico são pontos altos da abordagem de Willems, que não abre mão de fazer uso de uma informação histórica preciosa para a caracterização e a diferenciação dos grupos judaicos e as condições e circunstâncias de sua assimilação.

Willems já foi apresentado neste periódico quando da publicação da tradução de “‘Mudança cultural entre imigrantes japoneses no Brasil, no Vale do Ribeira de São Paulo’, (Apresentação da Tradução)”, em *Plural*, v. 19.1, 2012, pp. 135-138. Resumidamente: Emilio Willems (1905-1997), nasceu próximo de Colônia, no Oeste da Alemanha, numa família católica; estudou Sociologia e Etnologia em Berlim, de onde veio em 1931 para o Brasil, e morou em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo, até 1949, quando foi lecionar na Universidade Vanderbilt, em Nashville (no Tennessee), nos Estados Unidos, lá se aposentando em 1975. Aqui lecionou na Escola de Sociologia e Política e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, tendo feito estudos sobre assimilação e aculturação de imigrantes e sendo um pioneiro nos estudos de comunidades e da “cultura caipira” entre nós.

Dificuldades de saúde impediram o professor Oracy Nogueira de levar a cabo um volume da Coleção “Grandes Cientistas Sociais” na década de 1980, por solicitação do Prof. Florestan Fernandes, e até agora ninguém se dispôs a retomar de

---

a Professor Doutor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. E-mail: [eufrazio@usp.br](mailto:eufrazio@usp.br).



modo aprofundado e detalhado a análise da obra de Willems, pelo menos nas duas décadas que ele passou entre nós – para não dizer no seu conjunto.

A concepção de Willems da assimilação e dos processos a ela relacionados somente foi reforçada por seu contato com as ideias a ela ligadas vindas da sociologia norte-americana da época – e especialmente da Escola de Chicago – mas sem dúvida já vinha de antes. Em Berlim, no final da década de 1920, Willems foi aluno de Richard Thurnwald, que então representava uma linha de pesquisa que remontava a Philipp Wilhelm Adolf Bastian (1826-1905) na Alemanha, no século XIX.<sup>1</sup>

No § 9 de seu texto, (à pág. 56 do original), Willems menciona existirem “princípios das possibilidades limitadas”, sobre os quais o leitor não é esclarecido. Creio haver nisso uma influência das leituras dos textos de Thurnwald, pelos quais Willems manteve um longo interesse. O “princípio das possibilidades limitadas” foi proposto num artigo de 1913 por Alexander A. Goldenweiser, da Columbia University, no contexto de uma ampla discussão vinda do século XIX, envolvendo difusionistas e evolucionistas, sobretudo entre etnólogos alemães e continuada entre os norte-americanos por pelo menos duas décadas – o que permitiu redefinições, recontextualizações e revisões várias, entre tradições intelectuais e autores diversos (por exemplo, ainda em 1945, Ralph Linton considerava o conceito um critério crucial para a abordagem comparativa).

Richard Christian Thurnwald (1869-1954) doutorou-se em Direito na Áustria e foi para Berlim em 1900, onde se interessou pela etnologia e fez duas longas viagens à Nova Guiné Alemã e depois à África Oriental; só iniciou sua carreira universitária em 1919 em Halle e passou em 1923 à Universidade de Berlim, onde lecionou etnologia e sociologia, então em seus inícios, e se voltou para os problemas do colonialismo. Foi professor convidado em Yale, os Estados Unidos, em 1931-32 e em 1935-36, mas não conseguindo um posto em alguma universidade americana, retornou em 1936 à Alemanha, então sob domínio nazista, e passou a trabalhar para o *Bureau Colonial do Reich* em 1939; em 1946, aos 77 anos, tornou-se professor titular e colaborou na organização da Universidade Livre de Berlim-Oeste. Seus trabalhos incluem dezenas de artigos e os livros *A Sociedade Humana em seus Fundamentos Etnosociológicos* (1931-35, em 5 vols.), *A Economia em Comunidades Primitivas* (1932), *Branco e Negros na África Oriental* (1935) e *Estrutura e Significado do Conhecimento Popular* (1948) – dos quais apenas as 130 primeiras

---

1 Veja-se VIERTLER, Renate Brigitte. *Os Fundamentos da Teoria Antropológica Alemã: Etnografia e Antropologia em Países de Língua Alemã: 1700-1950*. Annablume: São Paulo, 2017.

páginas do 5º volume do primeiro livro foram traduzidas por Emilio Willems entre 1941 e 1946 e publicadas em sequência no periódico *Sociologia*, então por ele editado em São Paulo.

No número de abril de 1937 da *American Sociological Review*, THURNWALD (1937)<sup>2</sup> faz um breve levantamento dos diversos usos do conceito das “possibilidades limitadas” na análise dos “mecanismos da cultura” (“*as possibilidades humanas oferecem apenas uma combinação restrita de situações, que podem recorrer em várias épocas independente de processo acumulativo*” [p. 195]). As classifica, então, em três casos, em que são determinadas por condições biológicas, pela vida social e as determinadas pela psicologia humana, mais adiante indicando ainda um quarto fator, o geográfico; indica a necessidade e o potencial de análises contextuais de “situações elementares” e sugere ainda certo número de conceitos correlacionados, numa exposição com um acento funcionalista. Não seria por acaso que o “princípio das possibilidades limitadas” viria a estar presente tanto na ampla caracterização por Bronislaw Malinowski da “Cultura” no volume de 1931 da *Encyclopedia of Social Sciences* como também no criativo tratamento metodológico em *A Lógica da Análise Funcional* produzido por Carl G. Hempel em 1959.

Willems possivelmente viu na assimilação dos judeus uma dessas situações elementares, em que um elenco de possibilidades limitadas poderia ser identificado – e com ele se poderia assinalar um instrumento forte para a refutação do pressuposto biológico da impossibilidade da assimilação desse grupo social.

---

2 THURNWALD, R. The spell of limited possibilities: A contribution to an analysis of the mechanism of culture. *American Sociological Review*. V. 2, N. 2, 1937, p. 195-203.

## A assimilação dos judeus<sup>1</sup>

### *The assimilation of Jews*

Emílio Willems<sup>a</sup>

Os mais difíceis problemas em ciências sociais são aqueles que já foram inúmeras vezes ventilados e “solucionados” por gerações de publicistas sectários. Sem dúvida, trata-se de questões de interesse vital para determinadas sociedades. Assim não pode surpreender a ninguém que elas preocupem, constantemente, grande número de pessoas e que estas procurem dar-lhes a solução que melhor corresponda a certos interesses grupais. Assim vão se sedimentando grossas camadas de preconceitos, de juízos fortemente carregados de emoções, de informações falsas e corretas, de um conglomerado de ideias enfim que predis põem o espírito de uma maneira pouco propícia a um exame objetivo dos fatos.

Provavelmente, ambos os termos do título devem ser incluídos no número dessas palavras cuja mera evocação é suficiente para trazer à lembrança uma série de ideias que não se coadunam com a realidade. Tão grande é a quantidade de representações duvidosas que se ligam aos termos “assimilação” e “judeus” como, particularmente, à associação dessas duas palavras, que nenhum estudo científico parece exequível enquanto não se fizer um trabalho preliminar destinado a desmanchar imagens convencionais e solidamente arraigadas na mentalidade dos povos ocidentais.

*O conceito da assimilação.* Começemos pelo termo “assimilação” e “miscigenação” ou “cruzamento”, quase como se fossem sinônimos. Outros ainda consideram a miscibilidade como índice da assimilação.

Antes de mais nada, é preciso frisar que a miscigenação é um processo *biológico*, ao passo que a assimilação representa um processo *social*. Não há dúvida nenhuma de que a miscigenação pode exercer uma influência bem pronunciada sobre a assimilação. *Mas, de modo algum a assimilação depende da miscigenação* como muitas vezes se pensa. Onde quer que se tenham estabelecido contatos entre nacionalidades ou raças diferentes, inúmeras famílias assimilaram-se sem que nelas houvesse ocorrido um único casamento misto. Diferenças culturais ou

<sup>1</sup> Publicado originalmente na revista Sociologia, vol. VII, nº 1-2, 1945, pp.54-67. Foram realizados alguns ajustes editoriais, especialmente nas citações e na ortografia, mas com o cuidado de não modificar o conteúdo nem a organização original do artigo.

<sup>a</sup> Universidade de São Paulo e Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

raciais (ou ambas), dentro da mesma família, podem contribuir para assimilar seus membros, mas podem também constituir focos de desajustamento e desagregação.

Na hipótese de favorecer a assimilação, resta saber em que sentido se processa a influência dos cruzamentos. A história dos judeus, por exemplo, registra não poucos casamentos com não-judeus. Às vezes, esses casamentos conduziram a assimilação do cônjuge e dos filhos à cultura israelita. Outras vezes, porém, tais casamentos levaram o cônjuge judeu a adotar a cultura representada pela outra parte.

Exemplos instrutivos oferece a campanha de prussianização dos poloneses, na época de Bismarck. Casamentos entre homens poloneses e mulheres alemãs eram tolerados, não porém uniões matrimoniais de mulheres polonesas com homens alemães. A experiência ensinara aos fautores dessa malograda campanha de nacionalização que, em regra, as mulheres polonesas faziam com que os maridos se tornassem poloneses. Esses e outros exemplos mostram que o casamento misto é uma arma de dois gumes do ponto de vista de quem deseja usá-lo como “instrumento” de assimilação.

Muita confusão há também quanto ao nexos causal entre intercasamento e assimilação. Diferenças culturais ou raciais (ou ambas simultaneamente) impedem, frequentemente, cruzamentos interétnicos. A não ser em casos de falta de mulheres, o coeficiente de casamentos mistos só aumenta à medida que as diferenças culturais ou preconceitos raciais vão diminuindo. *Portanto: a assimilação, pelo menos parcial, é em regra, a condição fundamental para um incremento dos intercasamentos.*

A assimilação refere-se, exclusivamente, à obliteração, substituição e modificação de hábitos e atitudes, quer dizer, de traços *adquiridos* na vida social. A plasticidade da natureza originária do homem representa a condição biológica geral responsável pela integração de hábitos em uma estrutura que comumente se chama de “personalidade” ou “pessoas”. Todo ajustamento realizado pelo indivíduo redundará na aquisição de novos hábitos e todo reajustamento pode ser definido em termos de uma substituição de alguns hábitos por outros. A vida individual é uma sequência de ajustamentos e reajustamentos a situações variáveis no tempo e no espaço. A capacidade individual de ajustamento é maior na infância e vai diminuindo paulatinamente com a idade, mas nunca desaparece inteiramente.

O ajustamento a determinadas condições sociais chama-se socialização ou, em casos especiais, assimilação. A socialização ocorre no grupo de cuja vida o indivíduo participa desde a primeira infância<sup>2</sup>. Em assimilação falamos somente quando o indivíduo, por uma razão qualquer, deixa de participar do grupo primi-

---

2 Este grupo pode não ser idêntico àquele em que o indivíduo nasceu.

tivo para se integrar num outro, *culturalmente diferente*. A assimilação, portanto, pode ser definida como reajustamento da personalidade a condições culturais diversas. A diversidade cultural nunca é total, porque a natureza humana é uma só, suas necessidades fundamentais são as mesmas e limitadas às possibilidades da sua satisfação (Princípio das possibilidades limitadas).

Tendo em vista a plasticidade da natureza humana e o caráter social da personalidade, parece absurdo falar em grupos humanos *inassimiláveis*. E a tentativa de explicar *biologicamente* essa suposta “inassimilabilidade” de alguns grupos é uma forma de *racismo genuíno*. Em grupos humanos não pode haver inassimilabilidade que tem suas raízes, como acabamos de verificar, na própria natureza humana e esta é a mesma em todas as variedades da espécie, independentemente de cor, estatura, grossura dos lábios, textura do cabelo, índice cefálico, epicanto e outros caracteres somáticos. Verdade é que as condições de assimilação variam grandemente fazendo com que ela se processe rapidamente em alguns casos e com extrema lentidão em outros.

*Aficção de uma raça judaica.* Passamos a examinar alguns conceitos correntes relacionados com o outro termo do título: os judeus.

Repete-se, com frequência, que os judeus constituem uma raça ou apenas um ramo da raça “semítica”. Todavia, a Antropologia física desfez, há muito, a lenda de uma “raça israelita”<sup>3</sup>. O termo raça somente pode ser aplicado a grupos humanos que se caracterizam por uma relativa homogeneidade somática. Esta não existe no caso dos judeus. Ao contrário, as diversas minorias judaicas espalhadas por todos os continentes, distinguem-se por uma acentuada heterogeneidade. Alguns grupo judeus assemelham-se mais às populações circunvizinhas do que a outras minorias hebraicas. Casos há também em que se observam diferenças somáticas muito pronunciadas entre grupos judaicos e as populações de que vivem rodeados. DIXON (1923) apresenta uma síntese das pesquisas antropométricas realizadas entre os principais grupos israelitas europeus, asiáticos e africanos, chegando à conclusão de que os judeus se dividem em dois grupos bem diferentes:

O menor abrange judeus da África setentrional e o Yemen, os Sefardins de Constantinopla e Jerusalém e, talvez, os grupos da Mesopotâmia e da Pérsia meridional. Todos eles caracterizam-se pela predominância variável dos tipos mediterrâneos-cáspios com uma minoria braquicéfala, provavelmente alpina na sua maioria. A divisão maior compreende todos os judeus europeus, os do

---

3 Veja, por exemplo, REGNAULT (1932).

Cáucaso, da Ásia Central e das partes setentrionais da Pérsia e Síria. Todos eles são principalmente e, em alguns casos, muito acentuadamente braquicéfalos e alpinos, observando-se entre eles uma pequena minoria dos mesmos tipos dolicocéfalos que predominam no outro grupo (DIXON, 1923, p. 171).

Portanto, o primeiro grupo é sobretudo dolicocéfalo e alto, o segundo braquicéfalos e mais baixo, mas em ambos nota-se a existência de grupos que devem ser classificados como *variantes extremas*.

Alguns traços somáticos considerados tipicamente judaicos, ou têm um significado racial muito problemático ou não são peculiares aos israelitas. O porte inclinado ou andar “curvo”, a circunferência torácica, peso e estatura, por exemplo, dependem demasiadamente das condições do meio (social, sobretudo) para que se possa lançar mão deles num estudo antropológico. O nariz “aquilino”, símbolo da “rapacidade judaica” (argumento corriqueiro na propaganda antissemita), é muito mais comum entre populações não hebraicas do que entre os judeus (DIXON, 1923, p.172).

A cor do cabelo, por sua vez, que do ponto de vista genético poderia servir como característico racial, varia entre o castanho escuro e o loiro mais claro (RIPLEY, 1899, p.73).

As dúvidas sobre a homogeneidade somática dos judeus incluem mesmo a época à diáspora. As migrações que ocorreram desde então produziram inúmeros contatos com populações não hebraicas. Muito se tem discutido os efeitos de casamentos e uniões ilegítimas entre judeus e não judeus sobre as modificações físicas das minorias hebraicas. É provável que a atuação desse fato tenha sido menor do que alguns estudiosos afirmam. Mas há casos de conversão ao judaísmo que devem ter contribuído para aumentar a variabilidade somática dos judeus. No século V ocorreu a conversão de algumas tribos Berberes na África Setentrional (DIXON, 1923, p.169) e no século VIII os Khazars foram convertidos ao judaísmo.

Esse povo de cuja história não se conhece a primeira fase, foi talvez um ramo da população da Ásia Central que falava o idioma turco e que, no começo da era cristã, estava penetrando a Europa Oriental. É possível que uma parte dele tenha tido sua origem em uma das antigas populações do Cáucaso. Eles (os Khazars) ocuparam, durante cinco ou seis séculos, grande parte da região setentrional do Cáucaso, entre o Mar Negro e o Mar Cáspio. Sendo um povo urbano e dedicado ao comércio e vivendo sob um governo solidamente constituído, eles formaram um império poderoso cuja influência se fazia sentir até o coração da Rússia, onde os Esclavos mal haviam chegado. Sabe-se que um grande número de judeus se

fixou entre os Khazars e estes então se converteram ao judaísmo. No século X, no entanto, os Khazars foram esmagados pelo poder crescente dos Eslavos e dispersos em todas as direções. Nesse povo largamente espalhado, fortemente comercial e convertido ao judaísmo, assim como no grande número de Hebreus vindos do Cáucaso e das divisas setentrionais da Ásia Menor onde tornaram braquicéfalos pelo contato multissecular com as populações circunvizinhas, em todos eles podemos ver, com toda probabilidade, a origem da grande massa dos judeus modernos da Europa Oriental (DIXON, 1923, p. 174).

Não há dúvida de que a vida nos guetos da Europa medieval exerceu influências somáticas sobre as diversas minorias hebraicas. É difícil determinar exatamente essas influências, mas as precárias condições econômicas e sanitárias, a limitação imposta às atividades profissionais contribuíram, provavelmente, para um depauperamento dos organismos. Pode-se mesmo aventar a hipótese de mutações genéticas, as quais, uma vez que não tivessem efeitos letais, teriam encontrado condições favoráveis de fixação e difusão devido ao regime de endogamia local observado durante vários séculos. É possível que em alguns casos, uma combinação de mutações e efeitos seletivos associados a uma severa endogamia tenha produzido linhagens locais (*breeds*) de relativa homogeneidade. Assim ter-se-ia repetido um processo que muitas vezes foi observado entre populações especialmente segregadas, durante muito tempo, por barreiras geográficas ou sociais. É de se notar, no entanto, que esse processo de homogeneização interna de minorias locais *equivale a uma heterogeneização* quando postas em confronto com grupos de localidades ou regiões diferentes e segregados uns dos outros.

Mais absurda ainda do que a ficção de uma raça judaica é a opinião de que os israelitas representam um ramo da raça “semítica”. A razão é simples: não existe uma raça “semítica”, mas apenas línguas semíticas. A ficção de uma raça “semítica” figura ao lado de outras criações mitológicas como a raça “ariana”, a raça “latina” e a raça “eslava”.

Qual é a importância do problema racial para a assimilação dos judeus? A crença humana numa origem racial diferente dos israelitas teve consequências nitidamente segregadoras. É que a caracteres somáticos diferenciais se ligam ordinariamente, significados culturais. Supõe-se que “os” judeus sejam culturalmente diferentes *porque* apresentam certas diferenças físicas. Em outros termos: constrói-se um nexos causal entre supostos ou reais traços somáticos e característicos culturais. Estes seriam condicionados biologicamente e, por isso mesmo, *imutáveis*. Portanto, qualquer tentativa de assimilação seria infrutífera,



pois somente caracteres adquiridos podem ser modificados, nunca, porém traço inatos e geneticamente transmitidos. Temos aí o *racismo* em uma de suas formas mais genuínas.

Os traços culturais que judeus e não-judeus se atribuem mutuamente são de ordem psíquica: “maneiras de pensar, sentir e agir” que estariam arraigadas na misteriosa estrutura psíquica da “raça”. Cumpre notar que essa atitude racista se encontra não apenas em círculos antissemiticos, mas também entre não poucos judeus<sup>4</sup>. Esta, como qualquer outra forma de racismo implica a crença na própria “superioridade” racial e na “impureza” e “inferioridade” dos outros.

Em ambos os lados, o preconceito racial e as reações que se lhe associam, *variam grandemente em forma e intensidade*. Pode-se dizer mesmo que ele é completamente inexistente entre muitos judeus e não judeus. São justamente essas variações que complicam extraordinariamente o problema da assimilação.

*A ficção da homogeneidade cultural dos judeus.* É comum chamar os judeus de um “povo” ou, às vezes, de um “povo sem território”. As ideias que se associam a essa concepção são variadas e nebulosas. O conceito de povo abrange implicitamente um certo grau de homogeneidade cultural que os judeus, contrariamente ao que muitos pensam, absolutamente não possuem. É óbvio que a religião comum não é uma qualidade suscetível de justificar a classificação dos judeus como um povo. Ninguém se lembraria de denominar o conjunto de todos os indivíduos de religião católica ou maometana, “povo católico” ou “povo maometano”, pois sabe-se que muitos povos culturalmente heterogêneos compartilham dessas duas religiões.

A diferenciação cultural dos judeus reveste um tríplice aspecto, de acordo com uma série de fatores históricos e sociais.

1 - A primeira divisão compreende os dois grupos. Aquenazim (*Ashkenazim*) e Sefardim (*Sephardim*).

2 -A segunda divisão abrange um grande número de grupos “nacionais”: judeus russos, judeus alemães, judeus ingleses, franceses, americanos e etc.

3 - Uma terceira divisão pode ser estabelecida de acordo com o grau de distanciamento que se registra entre os diversos grupos de origem judaica com relação à chamada cultura israelita.

É óbvia a inter-relação entre as três divisões, sobretudo entre a segunda e a terceira.

Ad. 1 – *Sefardim e Aquenazim*. Os Sefardins que representam um décimo, aproximadamente, de todos os judeus, são os descendentes de judeus espanhóis e portugueses expulsos da península ibérica no século 15. Eles se fixaram na África

---

4 Veja, por exemplo, HESS (1943) (A primeira edição desse livro é de 1862). GOLDBLATT (1943).

do Norte, Palestina, Smirna, na península Balcânica, na França meridional, Itália, Holanda, Inglaterra, Alemanha, Dinamarca, Áustria e Hungria.

“Em geral, os Sefardim consideram-se como espécie de aristocracia, permanecendo mais ou menos segregados dos demais judeus e pretendendo ser os descendentes mais puros dos primitivos hebreus” (DIXON, 1923, p. 163).

Parte dos Sefardins deixou o Velho Mundo e dirigiu-se para a América em cujos centros urbanos mais importantes se encontram atualmente comunidades hebraicas desse tipo.

Na Idade Média, os judeus ibéricos desfrutavam de um status social que os distinguia muito dos demais judeus da Europa. Eles podiam ser proprietários de terras, não eram obrigados a viver em guetos e não poucos conseguiram elevar-se na escala social chegando a ocupar posições de influência na vida política e comercial da Espanha e de Portugal. Não poucos assimilaram-se completamente (WIRTH, 1928, p. 131).

Cumprir notar também que o próprio nome Sefardim se refere a diferenças religiosas que separam os judeus de origem ibérica dos Asquenazins.

Perseguidos e expulsos da península ibérica, os Sefardins “mantinham sua vida religiosa e suas tradições, produtos de um meio de relativa liberdade que os fazia encarar os Asquenazins como grupo muito inferior” (WIRTH, 1928, p. 131-132)<sup>5</sup>.

Embora pobres na maioria, conservavam a antiga “grandeza” espanhola evitando certas profissões que tanto desprezo haviam acarretado aos judeus em geral.

Preservaram não somente a dignidade espanhola, mas também o idioma espanhol e este com tanto carinho e com tamanha tenacidade que tem permanecido surpreendentemente puro até hoje. Deve ser lembrado que o idioma judeu-espanhol está longe de ser tão corrompido quanto o judeu-alemão (THE JEWISH ENCYCLOPEDIA, 1905, p. 197).

Em muitas colônias Sefardins fundaram-se escolas em que o castelhano era a língua didática (THE JEWISH ENCYCLOPEDIA, 1905, p. 198). A assimilação dos judeus ibéricos havia chegado a ponto de, exilados da Espanha e de Portugal, perpetuarem o folclore ibérico e muitos outros elementos materiais e não materiais da cultura ibérica. Às particularidades religiosas associaram-se-lhes os característicos culturais, ambos suficientes para segregá-los com relação a grupos Asquenazins:

---

5 Sobre o sentimento de superioridade dos Sefardins, veja também SOMBART (1913, pp.347-49).

Embora os Sefardins vivessem em paz com outros judeus, raramente se casaram com eles, nem se lhes uniram para fazer formar congregações, mas aderiram a um ritual próprio que era bem diferente do Asquenázico. Onde quer que judeus Sefárdicos se fixassem, eles se agruparam de acordo com o país ou distrito de onde vieram, instalando comunidades separadas com estatutos legalizados. Em Constantinopla e Salônica, por exemplo, havia não somente congregações castilianas, aragonesas, catalânicas e portuguesas, mas também congregações compostas de indivíduos de Toledo, Córdoba, Évora e Lisboa (THE JEWISH ENCYCLOPEDIA, 1905, p. 198).

Portanto: os laços que os prendiam às culturas regionais e locais da península ibérica eram tão fortes que lhes influenciaram até a constituição das comunidades religiosas.

Ad. 2 – *Grupos nacionais de israelitas*. As diferenças que caracterizavam os diversos guetos faziam-se sentir, principalmente, na maneira e no grau de participação dos judeus na cultura circundante. O que lhes era permitido num país, o outro lhes vedava, havendo, não raro, diferenças consideráveis de cidade para cidade. A segregação cultural e espacial dos judeus criava condições propícias a movimentos como o cabalismo e chassidismo que agiam no sentido centrípeta, impermeabilizando inúmeras comunidades judaicas da Europa Oriental, com relação à cultura “cristã”. Entretanto, em França e na Alemanha, os contatos com as culturas nacionais se multiplicavam e levavam ao desaparecimento de alguns traços distintivos do judaísmo. A equiparação dos judeus com outros cidadãos deu-se, nos países europeus, em datas bastante distantes umas das outras, como mostra a seguinte tabela:

França	1791	Badênia	1862
Bélgica	1815	Suécia	1865
África do Sul	1820	Suíça	1865
Portugal	1825	Saxônia	1868
Canadá	1832	Áustria-Hungria	1869
Hanover e Nassau	1848	Alemanha (império)	1870
Dinamarca	1849	Bulgária	1878
Noruega	1851	Sérvia	1878
Espanha	1858		
Wurtenbeg	1861		
Inglaterra	1858 (primeiro deputado judeu)		
	1870 (Universidades aceitam judeus)		
	1890 (Todos os cargos do Império exceto o do monarca abertos aos judeus)		
Turquia	1908		
Rússia	1917		

Não foi apenas a possibilidade de participar, em grau variável, das culturas nacionais, mas também o próprio desenvolvimento dessas culturas, que explica grande parte das diferenças que se observam entre os judeus dos diversos países europeus. A atração que as culturas nacionais exerciam sobre as minorias israelitas aumentava de Leste para Oeste. O próprio movimento de “iluminação”, encabeçado por Moses Mendelssohn, nasceu no Oeste e penetrou, lentamente, os países orientais. Todavia, também entre eles, as diferenças eram acentuadas a ponto de criar diferenças culturais, por exemplo, entre judeus bálticos e judeus poloneses. Atualmente, essas diferenças refletem-se nos preconceitos, mais ou menos acentuados, com que esses judeus se consideram mutuamente. Os grupos mais assimilados eram ou são mais franceses, mais ingleses, mais alemães e etc. do que judeus. A experiência sionista confirmou mais uma vez essa observação: Em Tel-Aviv, por exemplo, a solidariedade entre os diversos grupos nacionais foi notada por muitos observadores, embora se pudesse supor que os círculos sionistas consistissem de israelitas menos assimilados.

*Ad. 3 – Classificação dos judeus segundo o grau de distanciamento da cultura israelita.*

Baseado principalmente no critério da aculturação, Arthur RUPPIN (1913) dividiu os judeus em quatro categorias. Embora um tanto antiquada nas suas informações quantitativas, essa classificação ainda possui algum valor se deixarmos de lado as modificações trazidas pela atual guerra. RUPPIN (1913) distingue:

1 - Seis milhões de judeus *ortodoxos* da Europa Oriental, de status econômico geralmente baixo, natalidade elevada, falando apenas ídiche ou espanhol.

2 - Três milhões de judeus *liberais* da Romênia, Inglaterra e América, ocupando um status econômico mais elevado e falando a língua do país que habitam, talvez ao lado do ídiche ou espanhol.

3 - Dois milhões de judeus *livres-pensadores* que ignoram o ritual israelita. Fazem parte da burguesia ocidental remediada. Somente conhecem a língua do país de que são cidadãos. A maioria continua endogâmica e restringe suas atividades religiosas a visitas ocasionais à sinagoga. Quanto ao resto, aceitaram a cultura nacional. Nessa categoria, 10 a 30 por cento casam-se com cristãos e 5 a 15 por dez mil convertem-se ao cristianismo.

4 - Um milhão de judeus agnósticos que romperam completamente com o judaísmo. Ricos, urbanizados e com educação superior, encontram-se em qualquer parte do mundo. Entre eles, a natalidade oscila entre 15 e 20 por mil. 30 a 50 por cento casam-se com não-judeus e 15 a 40 sobre dez mil se convertem ao cristianismo.

O esquematismo dessa classificação pode ser objeto de críticas. Provavelmente havia, em 1913, grupos que não se enquadravam na divisão proposta por RUPPIN (1913). Certo, porém, é que havia grupos mais ou menos assimilados e centenas de milhares de famílias judaicas não se distinguiam culturalmente do meio em que viviam, pois compartilhavam a atitude agnóstica com outros tantos milhares de concidadãos não-judeus dos diversos países ocidentais.

*A cultura judaica como realidade e ficção.* No século XIX, a atitude para com as minorias israelitas entrou numa fase de lenta transformação. Abolidas a segregação compulsória e as discriminações jurídicas, esperava-se que os judeus se assimilassem. Todavia, essa expectativa era hesitante e cheia de contradições. O antissemitismo continuava e o século XIX foi rico em pogroms e perseguições. Os mesmo círculos que desejavam ou exigiam a assimilação dos judeus, *não desejavam os assimilados* cujo aparecimento na vida pública e profissional lhes significa uma competição incômoda. Apesar da equiparação jurídica, os judeus continuavam excluídos *de facto* de não poucos cargos ou profissões. Essa ambivalência de atitudes, que oscilavam entre a tolerância completa e o mais estreito antissemitismo, não podia deixar de dividir também as opiniões dos próprios judeus quanto à conveniência da assimilação. Entre eles havia “assimilacionistas” de todos os matizes, judeus, liberais, ortodoxos e, enfim, os sionistas. No meio de tanta incerteza, a assimilação continuava. Na Alemanha e Áustria (anteriores a 1914), encorajavam-se as conversões e milhares de judeus fundiram-se completamente na população. Uma análise mais acurada, no entanto, merecem os milhões de judeus *que aceitaram a cultura de seus países, mas continuaram fieis à religião judaica*. Geralmente, a opinião pública dos países ocidentais tende a considerar esses judeus como “não-assimilados”. Pessoas que assim pensam nem sempre parecem estar conscientes das implicações e consequências dessa maneira de encarar o problema da assimilação dos judeus.

Em primeiro lugar: não é possível fazer generalizações quanto ao número ou à espécie de valores culturais que simbolizam a integração numa cultura nacional. A religião pode estar entre esses valores, sobretudo em países onde existe uma ligação entre trono e altar, como na antiga Prússia, no Brasil imperial, na Rússia czarista ou na monarquia austríaca. Nesses países, à nacionalização associava-se a adoção da religião oficial do país. Mas parece tratar-se de uma fase que pertence ao passado. Entre os símbolos nacionais da maioria dos países ocidentais deixou de figurar a religião. Em países americanos que receberam grandes contingentes de imigrantes de procedência variada, o número de igrejas e seitas multiplicou-se de tal maneira que qualquer tentativa de elevar uma delas à categoria de igreja

nacional significaria apenas uma ameaça muito séria à solidariedade nacional. Em geral, os imigrantes conservaram seus credos religiosos e estes se acrescentaram ao número de igrejas já existentes nos diversos países de adoção. As expectativas de assimilação não abrangem, em geral, o abandono da fé da parte do imigrante e sua conversão a uma determinada religião. No Brasil, por exemplo, ninguém espera seriamente que os descendentes de certos imigrantes deixem de ser protestantes, maronitas, ortodoxos ou maometanos. Não estamos afirmando que, em determinadas circunstâncias, a conversão religiosa não possa ser considerada como *índice de assimilação*. Nem todos os índices de assimilação correspondem realmente a expectativas de comportamento e a conversão está entre as ações simbólicas *incidentais*, com referência à assimilação.

Sendo assim, as expectativas que se referem aos credos religiosos trazidos pelos imigrantes não se aplicam à religião israelita. Pois à medida que a opinião pública toma conhecimento de questões ligadas à existência de “colônias” judaicas no Brasil, ela usa pesos e medidas diferentes, esperando ou mesmo exigindo que “o judeu se assimile abjurando sua crença religiosa e casando-se com brasileiros”. O mero fato de os judeus formarem comunidades religiosas próprias e seguirem preceitos endógamos parece significar, no modo de pensar de não poucas pessoas, “enquistamento”. É sabido que todas as igrejas cristãs procuram impor a seus fieis normas endógamas. A Igreja Católica proíbe terminantemente casamentos com não-cristãos, permitindo consórcios com pessoas de outros credos cristãos somente sob determinadas condições. Todas essas formas de endogamia não teriam as consequências que certa corrente da opinião pública parece atribuir à endogamia dos judeus. Pois esta, associada à prática da religião israelita, parece obstar, irremediavelmente, à assimilação.

É muito difícil saber se nessa expectativa diferencial há simplesmente um equívoco ou uma atitude antissemita. É possível que haja um pouco de ambos, pois parece improvável que a propaganda antissemita não se tenha infiltrado no Brasil e, de outro lado, o observador menos prevenido geralmente não distingue a cultura estritamente religiosa de outros elementos culturais de origem vária. Há, no Brasil, ao lado de imigrantes antigos, uma imigração israelita recente oriunda da Polônia, Rússia, de países bálticos, balcânicos e, ultimamente, também da Alemanha, Áustria, Itália, França e outros países invadidos pelos alemães. Esses judeus falam ídiche, alemão ou qualquer outra língua nacional e muitos de seus hábitos têm sua origem nos guetos orientais ou nas culturas nacionais de que procedem. Não há relação intrínseca entre esses hábitos e a cultura religiosa que os imigrantes trouxeram. Se a maioria deles está decidida a perpetuar a sua fé, o

mesmo já não se pode afirmar da língua, do vestuário, de hábitos alimentares e de hábitos mentais funcionalmente ligados à cultura de origem. Nada justifica a suposição de que a assimilação, nesses setores, seja mais difícil ou mais demorada do que entre imigrantes de outras procedências. E, naturalmente, entre os judeus que ainda se sentem ligados à sua igreja não existe nenhuma prevenção contra casamentos com brasileiros, contanto que estes sejam judeus. Se o judaísmo representa apenas um sistema religioso para muitos milhões de israelitas (e este é o caso a que nos estamos limitando), a qualidade de judeu não é incompatível com a qualidade de brasileiro. Essa conclusão é válida se a premissa é válida, se entre os símbolos da nacionalidade deixou de figurar a religião.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIXON, Roland B. *The Racial History of Mankind*. New York e Londres: Charles Scribner's Sons, 1923.
- GOLDBLATT, David. *The Jew and His Language Problem*. Nova York, 1943.
- HESS, Moses. *A Study in Jewish Nationalism. Rome and Jerusalem*. Nova York: Bloch, 1943 [1862].
- REGNAULT, F. Il n'y a pas une race juive. *Revue Anthropologique*, pp.390-393. 1932.
- RIPLEY, W.Z. *The Races of Europe*. Nova York: Appleton and Co., 1899.
- RUPPIN, Arthur. *Jews of Today*. Londres: Kessinger Publishing, 1913.
- SOMBART, Werner. *The Jews and Modern Capitalism*. Londres: Fisher Unwin, 1913.
- THE JEWISH ENCYCLOPEDIA. *The Jewish Encyclopedia*. Vol.XI. Londres e Nova York: Funk and Wagnalls Co., 1905.
- WIRTH, Louis. *The Ghetto*. Chicago: University of Chicago Press, 1928.



## Pensamento fractal<sup>1</sup>

### *Fractal Thinking*

Denise Ferreira da Silva<sup>a</sup>

Traduzido por Mariana dos Santos<sup>b</sup> e Nicolau Gayão<sup>c</sup>

Centenas de pessoas negras e não-brancas<sup>2</sup> comprimem-se em botes frágeis, dezenas avançam para embarcar em trens nas fronteiras da Itália e da Áustria, caminhando por cercas de arame farpado ao longo da fronteira Croácia-Hungria, ou presas na Selva de Calais. Nessas imagens, eu vejo movimento sem mudança; os enredos e a cena repetem-se em diferentes cenários. Foquemo-nos nos refugiados sírios fugindo da última guerra do capital global, na qual Bashar al-Assad, Rússia, Estados Unidos e Reino Unido, junto a muitos outros grupos militares menores, disputam entre si o comando do país. Chegando na Europa, após cruzar a zona de guerra que é a Líbia e o Mar Mediterrâneo, esses e outros fugidos das guerras e da despossessão na África acabam nas mãos de agentes da lei disfarçados na Áustria e, mais recentemente, na Alemanha, que circulam pelos trens nas estações de fronteira, solicitando aos viajantes negros e não-brancos seus passaportes e outras formas de identificação. Outro vídeo de uma pessoa negra desarmada sendo assassinada por um agente policial e outra vizinhança negra em revolta após a absolvição ou a não-acusação de um assassino ocupam as telas e o mural de notícias do Facebook.

O *racial* é o conceito ético-jurídico mais importante da atualidade global. Guerras nacionais e regionais no Oriente Médio e na África, e os conflitos urbanos e rurais nos espaços economicamente despossuídos da África, América Latina, Caribe, Estados Unidos e Canadá não são apenas efeitos ou excessos, mas integrais à assemblagem ético-jurídica que facilita o acesso do capital global aos recursos produtivos – corpos e terras – necessários ao seu crescimento e reprodução. Minha

1 Publicado originalmente como *Fractal Thinking*, em aCCeSsions, n. 2, abril de 2016. Disponível em: <https://accessions.org/article2/fractal-thinking/>.

a Professora e diretora do Institute for Gender, Race, Sexuality and Social Justice (University of British Columbia), professora da Faculty of Art, Design, and Architecture (Monash University) e professora convidada na School of Law (Birkbeck-University of London), assim como editora na Living Commons Press. Suas publicações incluem os livros *Toward a Global Idea of Race* (2007) e *A Dívida Impagável* (2019).

b Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP.

c Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP.

2 No original “brown people” (N.T.).

leitura das afirmações de Alain Badiou acerca da islamofobia e dos comentários de Slavoj Žižek sobre a “crise de refugiados” na Europa advogam a favor de um tipo de pensamento que é capaz de traçar como a colonialidade figura em todas as formas de capital, sem reduzi-la a uma temporalidade linear ou a um processo acumulativo ou de desenvolvimento separado (paralelo ou subordinado); em vez disso, compreendendo sua reconfiguração dos mecanismos jurídico-econômicos básicos da expropriação capitalista. Apenas um pensamento complexo, não-linear, pode traçar como (a) a matriz colonial (jurídico-econômica) que sustentou o capital mercantil (b) opera através do *arsenal racial* (político-simbólico) que continua a alicerçar o capital industrial, bem como (c) o capital financeiro por meio da violência racial. Esse rastreamento produz uma assemblagem ético-jurídica que inclui as guerras do capital global que forcem milhões para fora de suas casas em direção às perigosas águas do Mar Mediterrâneo e do Oceano Pacífico. Teorias anticoloniais (pós-coloniais ou decoloniais) e teoria racial crítica possibilitam uma leitura dessas imagens como marcas de *eventos raciais*.<sup>3</sup>

### ... NO SENTIDO REACIONÁRIO

Pensadores da esquerda, ao comentarem sobre esses eventos, replicam uma versão do argumento de Marx de que o colonial não desempenha um papel na acumulação de capital. Ao fazer esse apontamento no passado, fui questionada: “Quem se importa?”. Minha resposta é sempre: eu me importo, porque a perspectiva do materialismo histórico fornece a melhor base para a crítica do capital, mas apenas se deixar de compreender a violência racial e colonial como uma sobra ideológica, oportunista, do capital global. Por meio da leitura dos comentários de Žižek e Badiou acerca de eventos raciais recentes, eu explicarei essa má compreensão enquanto uma falha em pensar a violência colonial e racial em sua total complexidade fractal. Em suas tentativas de resgatar o sujeito (e seus objetos) de seu destino iluminista e pós-iluminista, pensadores como Badiou e Žižek – e seus estudantes realista-especulativos – não têm sido capazes de pensar através da/ com a criação mais significativa do pensamento moderno – a saber, a figura do *Outro Racial*<sup>4</sup>. Ambos falham em compreender a significância jurídico-econômica

---

3 Por “evento racial”, eu quero dizer aquele que é marcado pela violência racial. Incidentalmente, por “violência racial”, eu quero dizer o trabalho do aparato ético e jurídico do capital global, que toma a forma da violência simbólica (no nível da representação, termos e lógica) e violência total (o trabalho da modalidade colonial de poder, a expropriação de terra, labor e vida).

4 Para uma discussão dessa indistinção proposta entre o racial e o cultural e diferença racial e cultural, ver Silva (2007).

do *Outro Racial*<sup>5</sup> no pensamento moderno porque, para eles, a diferença racial/cultural é um dado e, portanto, não precisa ser submetida a um maior escrutínio. O que explica essa falha em compreender as atuações da *racialidade* na atualidade global? Explicitamente, sua falha resulta do emprego de uma noção de diferença cultural significativamente apoiada em abordagens sociológicas seminais (século XX) acerca da subjugação racial; implicitamente, o pensamento linear, ou unidimensional, que subjaz essa aplicação da diferença cultural em seu discurso rompe as ligações entre as várias encarnações do capital através do tecido do espaço-tempo global.

Em uma entrevista recentemente publicada na *International Socialist Review*, Badiou responde a questões sobre islamofobia e a recente ascensão da extrema direita nacionalista (a Frente Nacional) na França (BADIOU, 2014-15). Um pensamento linear e uma conceitualização falha da diferença cultural permitem que Badiou negue os fatores jurídico-econômicos atuando na islamofobia, ao articular esses fatores ao mesmo tempo em que os rejeita, negando-lhes um papel determinante. O pensamento linear de Badiou fica evidente em sua distinção entre o passado colonial (Argélia) e um contexto francês contemporâneo contaminado por uma inconveniente sobra ideológica do passado. Ele identifica duas causas para o atual crescimento da islamofobia na França: a primeira é “de uma natureza ideológica. É racismo que pode ser rastreado até o colonialismo, esse sentimento de superioridade do Mundo Ocidental”. A segunda causa é de uma ordem diferente:

Depois da guerra tivemos um grande número de trabalhadores chegando às fábricas francesas, e esses trabalhadores eram majoritariamente árabes e muçulmanos. A grande maioria dos trabalhadores árabes e muçulmanos são pessoas pobres que vivem em condições muito precárias nos subúrbios. Eles são segregados porque a maior parte dos trabalhadores brancos não mora – e frequentemente se recusa a tal – nas mesmas vizinhanças. Temos então uma mistura entre algo de uma natureza ideológica, racista, e algo de natureza social: uma mistura de tradição ideológica no sentido reacionário e algo que assume a forma de luta de classes. E é essa mistura que cria uma situação muito difícil para árabes e muçulmanos (BADIOU, 2014-15).

---

5 O uso de maiúsculas nos termos *Outro Racial* e *Estado-Capital* segue o uso da própria autora em sua obra (N.T.).

Para Badiou, essa é uma situação que não requer análise mais profunda porque, ele afirma, pode ser resolvida por meio de um retorno à “verdadeira tradição republicana” de igualdade na educação. O que está em questão aqui? Por um lado, a análise de Badiou sobre a islamofobia reconstrói o raciocínio despolitizado característico das abordagens da sociologia das relações raciais do início do século XX, que nasciam do preconceito, discriminação e segregação de imigrantes do sul e leste europeus, leste asiático e migrantes negros para as cidades do norte e leste dos Estados Unidos. Badiou repete essa abordagem sociológica seminal, que localiza as causas da subjugação racial no preconceito individual e em uma discriminação baseada em traços físicos e mentais particulares, os quais, pensava-se, eram raciais e mentais, respectivamente. Mas o que os antigos sociólogos, como Robert E. Park, atribuíam à cor da pele, ao odor e à comida<sup>6</sup>, Badiou atribui à pobreza. Embora o argumento de Badiou tenha todas as marcas de uma declaração acerca dos processos jurídico-econômicos, com frases como “algo de uma natureza social”, ele perde relevância explicativa uma vez que a pobreza que aflige árabes e muçulmanos não é vinculada nem à expropriação colonial (anterior e em outro lugar, na Argélia) nem à exploração capitalista (aqui e agora, na França). Para Badiou, uma vez que os argelinos chegam à França para serem explorados pelo capital como trabalhadores, a relação colonial com a França desaparece. Ao cruzar o Mediterrâneo, os argelinos transformam-se de “nativos”, para usar o termo de Fanon (1963), em “trabalhadores pobres”, o que permite à República Francesa negar responsabilidade pela tribulação de árabes e muçulmanos.

### **“CONFRONTO AO CAPITALISMO GLOBAL” SEGUNDO ŽIŽEK**

Agora me voltarei para a declaração de Žižek acerca da crise dos refugiados como exemplo de um argumento em que a diferença cultural fornece a lógica, mas é simultaneamente rejeitada enquanto um princípio organizador da existência europeia. Em um artigo recente, ele oferece quatro prescrições para o enfrentamento dos novos desafios postos pelo capital global. A segunda e a quarta prescrições interessam-me mais. Começarei pela segunda:

A Europa deveria se organizar e impor regras e regulamentações claras. O controle estatal do fluxo de refugiados deveria ser aplicado através de vasta rede administrativa que envolvesse toda a União Europeia (a fim de evitar barbarismos locais, como os cometidos pelas autoridades na Hungria e na Eslováquia).

---

6 Ver Silva (2007), em particular a parte II.

Os refugiados devem ter sua segurança garantida, mas é preciso também deixar claro que eles têm de aceitar a área de moradia que lhes foi designada pelas autoridades europeias, bem como respeitar as leis e normas sociais dos estados europeus: não será tolerada violência religiosa, sexista ou étnica em qualquer circunstância, não há o direito de impor aos outros sua própria religião ou modo de vida, deve-se respeitar a liberdade de todos os indivíduos de abandonar seus costumes comuns, etc. Se uma mulher escolhe cobrir seu rosto, sua escolha deve ser respeitada, mas se ela escolher não o cobrir, sua liberdade para fazê-lo tem de ser garantida. Sim, tal conjunto de regras privilegia o modo de vida da Europa Ocidental, mas é o preço a ser pago pela hospitalidade europeia. Essas regras devem ser explicitamente afirmadas e aplicadas, se necessário através de medidas repressivas (contra os estrangeiros fundamentalistas, bem como contra nossos racistas anti-imigrantes) (Žižek, 2015).

Nenhuma das sugestões de Žižek difere daquelas dos civilizadores europeus do passado, que também demandaram e projetaram mecanismos de assimilação, regulação e repressão. Novamente, a muleta retórica da diferença cultural e o pensamento linear sustentam essa repetição. Žižek ignora o fato de que a União Europeia já recebe refugiados através de um aparato biopolítico de aplicação da lei, proteção de fronteiras, e outras medidas, procedimentos e entidades nacionais e regionais de segurança. A lógica da diferença cultural rompe a conexão entre a violência com que os refugiados das guerras do capital global deparam-se atualmente na Europa – a construção de muros, islamofobia, deportações, entre outros – e a atuação corrente do estado e do capital. O que eu leio no texto de Žižek é sintoma de um caso comum de cegueira histórica, de uma incapacidade de ver como a *racialidade* fornece os significantes étnicos (diferença cultural e racial) que derrocam proteção em segurança (SILVA, 2009).

Os atuais pensadores da esquerda continuam a repetir consistentemente um padrão insidioso de pensamento moderno que considera o *racial* como um referente de um outro tempo e lugar, um vestígio ideológico do passado colonial. Como Badiou, Žižek não compreende como o colonial e o *racial* sempre foram e permanecem como parte integrante do funcionamento do capital global, e assume que as arquiteturas de violência simbólica e total que produzem a figura do *Outro Racial/Cultural* da Europa não possuem relevância jurídica e econômica nos desdobramentos da atualidade global. Nessa crítica ao capital global, o que importa é o camponês europeu, que perdeu seu acesso às terras comuns devido aos cercamentos; as figuras jurídico-econômicas do nativo e do escravo não possuem

significância. Em resumo, as posições de Badiou e Žižek (a) exibem sua rejeição da significância econômica e jurídica da *racialidade*, e (b) repetem abordagens sociológicas seminais acerca da subjugação racial, as quais (c) explicam a violência como um efeito da diferença cultural.

## AS “CONDIÇÕES SOCIAIS QUE CRIAM REFUGIADOS”

A tarefa mais difícil e importante é uma mudança econômica radical que abolisse as *condições sociais que criam refugiados*. A principal causa da existência de refugiados é o próprio capitalismo global atual e seus jogos geopolíticos, e se nós não o transformarmos radicalmente, imigrantes da Grécia e de outros países europeus com certeza se somarão aos refugiados africanos. Quando eu era jovem, tal tentativa organizada de regular o comum era denominada Comunismo. Talvez nós devêssemos reinventá-lo. Essa é, talvez, no longo prazo, nossa única solução (ŽIŽEK, 2015; grifos colocados).

Ao ler a recomendação final de Žižek, eu imagino como o pensamento linear e a lógica de diferença cultural figuram no comunismo que Žižek postula como a solução para a “crise dos refugiados” da Europa. Iria o mundo comunista estabelecer as “regras e regulações” que ele demanda que países europeus instaurem, no sentido de inibir as “insuficiências” culturais de refugiados em relação aos valores adequados – europeus – de universalidade e igualdade? E se sim, como isso seria diferente do colonialismo?

O reenquadramento do comunismo de Žižek e Badiou é inadequado para lidar com o capital global, devido a sua incapacidade de compreender o colonial e o *racial* como integrais ao capital em todas as formas que tomou; mercantil, industrial, e agora financeiro. De modo similar aos textos fundantes de Marx, o pensamento de Žižek sobre comunismo não dá atenção aos mecanismos do Estado-Capital<sup>7</sup> que garantem a expropriação do valor total, sustentada pela capacidade produtiva da terra nativa e do trabalho escravo nas Américas. Aplicações da violência racial, como nos conflitos na República Democrática do Congo (violência total) e a associação de Islã e corpos não-brancos/negros com terrorismo (violência simbólica), são os meios pelos quais o estado-capital reproduz a si mesmo. Essas formas de violência criam as condições para o atual fluxo de refugiados ao mesmo tempo

---

7 No original “state-capital” (N.T.).

em que justificam a aplicação de medidas de “proteção” que resultam na morte e encarceramento de muitas pessoas negras e não-brancas.

Num discurso que se disfarça de um afastamento dos pares binários de natureza/cultura, corpo/mente, e objeto/sujeito, fundantes da filosofia moderna, o pensamento linear de Žižek e Badiou ainda assim repete a lógica da diferença cultural. Para Badiou e seus pupilos, renunciar a uma posição de superioridade, autoridade, ou maestria sobre coisas ou humanos já basta para liberar o sujeito de seu contexto imanente e desembará-lo daquilo que lhe foi oferecido para pensar – o objeto e o Outro. Em outras palavras, anunciar a possibilidade de saber sem a pressuposição da correlação, como na posição delineada por Quentin Meillassoux (2009), é o suficiente para libertar “objetos” dos significados e funções atrelados a eles no momento de denominação; ou anunciar a aparição do sujeito que não é relacionado a nada senão ao evento (BADIOU) é o bastante para liberar seus “Outros” (aqueles que Badiou despreza por se prenderem à diferença cultural) dos significados e funções atrelados a eles no momento de denominação (BADIOU, 2003). Parte do problema é que o pensamento linear trata ambos o estado-capital e as suas figuras de autoridade (o partido e o sujeito) horizontalmente. Isto é, o pensamento linear pressupõe que essas entidades políticas (jurídicas, econômicas e simbólicas) surgiram e continuam a prosperar num contexto que é histórica/temporalmente ancorado e geográfica/espacialmente circunscrito. Por essa razão é incapaz de se atentar ao fato de que, para além dos cercamentos na Inglaterra, a conquista (colonização/assentamento) e a escravidão são momentos integrais na violência instauradora do capital.

## MATERIALISMO PRIMÁRIO

Ultimamente eu tenho considerado um tipo de pensamento que é ao menos tetra-dimensional, e que eu chamo de pensamento “poético” ou “composicional”. A partir de uma perspectiva materialista-histórica convencional, por conta da pressuposição ôntica do espaço-tempo no nível atômico, qualquer instância, momento, ou evento possui três dimensões porque acontece em algum lugar (posição), e de algum modo (forma) no espaço; assim, suas figurações dizem respeito simultaneamente ao comprimento, à altura e à profundidade. A partir daquilo que chamo de “perspectiva materialista primária”<sup>8</sup>, por conta da pressuposição ôntica do *plenum* (no nível da partícula), *o que acontece* é também uma composição (ou

8 No original “raw materialist perspective”. Optamos pelo termo “primário” para traduzir “raw” por ser uma tradução já mobilizada pela autora em uma de suas produções artísticas, o curta *Serpent Rain* de 2016, feito em colaboração com Arjuna Neuman (N.T.).



*de-composição* ou *re-composição*), sempre já um reagrupamento do que aconteceu antes e do que ainda está para acontecer<sup>9</sup>. Uma vez que se apreende tudo que existe como *plenum*, tanto *o que acontece* quanto *o que existe* não possuem mais os limites fixos dos corpos de Newton e das categorias de Kant (formas), e isso possibilita pensar diferentemente o mundo.

Três movimentos se tornam possíveis. Primeiramente, ao tratar do momento de ocorrência (*o que acontece*), ao invés de tomar a posição como um ponto, *onde* (no espaço) e *quando* (no tempo), é possível tratar simultaneamente de todas as quatro dimensões: espaço (profundidade, largura, e comprimento) e tempo (a quarta dimensão de Einstein). Em segundo lugar, ao tratar das quatro dimensões sem privilegiar o tempo, que impõe direcionalidade ao pensamento, a mente torna-se capaz de compreender *o que acontece* como uma composição instantânea. Finalmente, ao abordar *o que acontece* como uma composição, é possível tratar de seus elementos constitutivos, que podem também fazer parte de outras composições (*o que aconteceu* e *o que ainda está para acontecer*) que abrangem elementos similares<sup>10</sup>. A atenção aos elementos expõe similaridades e permite um tipo de pensamento material capaz de ler simetrias, ou correspondências. Imagens do pensamento poético não são lineares (transparentes, abstratas, vítreas, e determinadas) mas fractais (ímanentes, escalares, abundantes e indeterminadas), como a maioria do que existe no mundo.

Quando o pensamento poético contempla a situação atual da Europa, ele não constrói uma imagem de “crise sem precedentes”, mas a normalidade para o capital global. Um mapeamento poético do presente revela a linguagem de assimilação e o impulso para proteger o “modo de vida” branco/europeu como uma repetição dos termos e da lógica aplicada há um século, quando trabalhadores anglo-americanos no Leste e Centro-oeste dos Estados Unidos protestavam contra a entrada de imigrantes do sul, do leste-europeu e da Ásia, e de migrantes negros fugindo da violência total do Jim Crow, sob o argumento de que estes não iriam se assimilar e que rebaixariam o padrão de vida existente. O pensamento poético, aplicado como um imageamento<sup>11</sup> criativo (fractal) para tratar da subjugação colonial e racial, intenciona interromper a repetição característica de padrões fractais. A atenção

---

9 Meu uso do termo “plenum” deriva das descrições de níveis subatômicos de existência pela física quântica, nos quais entidades quânticas (partículas elementares) entram na composição de tudo que existe em sua instanciação como matéria/energia. Metafisicamente, deriva da descrição de Leibniz do universo como um plenum, como uma composição contingente e complexa de singularidades entrelaçadas.

10 O terceiro movimento se baseia na abordagem de Joan Retallack (2003) sobre complexidade enquanto simetria.

11 No original “imaging” (N.T.).

às simetrias localiza instantaneamente um evento particular num contexto global moldado por repetições prévias e futuras da violência instauradora do capital. Ao tratar das quatro dimensões, o pensamento fractal (pensamento poético ou composicional) imageia o global como parte do cosmos, e, como tal, não o vê como constituindo o horizonte último, ôntico e ontológico, do pensamento. Pois uma vez que *o que acontece* ocorre no *plenum*, ele é ao mesmo tempo expressão de, e expresso por, seja lá o que existe debaixo, acima e ao lado; o que já se foi, e o que ainda está por vir. Quando um modo de pensamento diagrama o capital global junto a tantos instantes e instâncias repetitivos da aplicação do maquinário colonial-racial, ele não pode ser indiferente à violência racial em todas suas iterações e expressões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADIOU, Alain. *Saint Paul: The Foundation of Universalism*. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- BADIOU, Alain. A Philosophy for Militants—An Interview With Alain Badiou. [Entrevista concedida a] Aaron Hess. *International Socialist Review*, n.95, Winter 2014–15. Disponível em: <https://isreview.org/issue/95/philosophy-militants>. Acessado em: 03 de outubro de 2019.
- FANON, Frantz. *The Wretched of the Earth*. Nova York: Grove Press, 1963.
- MEILLASOUX, Quentin. *After Finitude*. Londres e Nova York: Continuum, 2009.
- RETALLACK, Joan. *The Poethical Wager*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- SILVA, Denise Ferreira da. *Toward a Global Idea of Race*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- SILVA, Denise Ferreira da. No-Bodies: Law, Raciality, Violence. *Griffith Law Review*, v.2, n.18, p. 212-236, 2009.
- ŽIŽEK, Slavoj. We Can't Address the EU Refugee Crisis Without Confronting Global Capitalism. *In These Times*, setembro de 2015. Disponível em: <https://inthesetimes.com/article/18385/slavoj-Žižek-european-refugee-crisis-and-global-capitalism>. Acesso em: 3 de outubro de 2019.

## Resenha de Refúgio, Migração e Cidadania

### *Review of Refuge, migration and citizenship*

Larissa Merecci<sup>a</sup>

MILESI, Rosita; COURY, Paula (Org.). *Caderno de debates Refúgio, Migrações e Cidadania*.  
Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 13, n. 13, 2018, 124 p.

*Refúgio, Migração e Cidadania* é um Caderno de debates que abarca uma seleção de artigos acadêmicos que se propõem a discutir o tema da migração pelo viés da sociologia, ainda que em diálogo com outras áreas das humanidades, como o direito e a geografia. Sob edição responsável do Instituto Migrações e Direitos Humanos, que está ligada também ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, esta obra busca trazer reflexões críticas mais humanizadas sobre um assunto que provoca considerável polêmica em determinados ambientes onde é discutido, principalmente na academia.

Por mais que seja reconhecido que o ato de migrar é intrínseco à história da humanidade, sendo impossível, portanto, dissociar tal processo social do ser humano, a imigração é retratada como um problema da contemporaneidade. Nesse sentido, a mobilidade do indivíduo, impulsionada por uma série de variáveis – do meio ambiente aos conflitos políticos –, encontra-se limitada por uma nova ótica que vem reconfigurando a maneira pela qual os países recebem seus imigrantes. Levando em consideração a pauta do conservadorismo, principalmente no caso brasileiro, é fundamental repensar o tratamento direcionado a esses sujeitos que, por sua vez, mobilizam cada vez mais categorias como “refugiados” ou “estrangeiros” para reforçar sua atuação numa sociedade que quase não os reconhece como atores sociais.

Nesta obra, apresentada por Rosita Milesi e Paula Coury, somos levados a localizar o sujeito migrante a partir de uma perspectiva em que prevalece a ótica dos direitos humanos. Afinal, segundo as autoras:

No que tange aos fluxos migratórios, forçados ou espontâneos, a adoção de uma perspectiva de Direitos Humanos é essencial para compreender as causas da

---

a Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.  
e-mail: larissamerecci@hotmail.com

mobilidade, as trajetórias percorridas e as condições encontradas por pessoas migrantes e refugiadas nos países de trânsito e de destino. A DUDH reconhece o direito de emigrar e também de solicitar asilo. Ademais, mesmo que não haja previsão explícita do “direito de imigrar”, o caráter universal e não discriminatório dos direitos e liberdades elencados pela Declaração implica em sua aplicabilidade a todo ser humano, sem distinção de qualquer natureza. Isso deve incluir, portanto, pessoas refugiadas e migrantes, independentemente de sua condição migratória (MILESI; COURY, 2018, p. 10).

Com isso, o *Caderno de debates* nos introduz aos artigos desenvolvidos por pesquisadores da área que propõem uma discussão mais ampla sobre o campo de estudos da imigração no Brasil. Apresentam também, ao final, “Os 100 pontos de Brasília” (2018, p 103), isto é, “[...] documento de experiências regionais no campo da proteção de pessoas solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado, refugiadas, deslocadas e apátridas na região”.

Ao todo são quatro os artigos que contribuem pertinentemente para o debate da mobilidade em terras brasileiras, referindo-se ao caso de venezuelanos que se veem forçados a abandonar sua pátria na esperança de uma vida melhor no Brasil, e às leis brasileiras que respaldam o tratamento dispensado ao imigrante – afinal, é importante que se estimule não apenas uma percepção mais crítica sobre como recebemos o indivíduo estrangeiro, mas também sua própria humanização enquanto sujeitos.

Seguindo este raciocínio, Rosita Milesi e Paula Coury pensam os fluxos migratórios na América Latina a partir de uma visão mais humanizada, centrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na necessidade de mudança de mentalidade a respeito dos sujeitos que imigram. Da época final do Brasil Império aos dias do governo Vargas, o imigrante era visto como elemento laboral, sendo recebido unicamente com o propósito econômico de utilizá-lo como mão-de-obra barata. Entretanto, os Direitos Humanos tornaram-se importante instrumento para retificar tal ponto de vista que por tanto tempo predominou na política brasileira e que, ao que parece, é um espectro que ameaça retornar. A introdução que as autoras fazem no início deste livro é importante para situar o leitor sobre o assunto abordado pelos pesquisadores, assinalando cada ponto trabalhado por eles. Isso é bastante positivo, pois Milesi e Coury expuseram bem o foco de discussão levantado por cada autor na análise da questão sem, contudo, aprofundarem-se demasiadamente nele.

É igualmente interessante ler, no decorrer do livro, o esforço feito para permear a questão da imigração na América Latina. Esta percepção deve ser reforçada não somente pela importância do tema atualmente – sobretudo se considerarmos os eventos políticos na Venezuela, na Bolívia, no Paraguai, e aqui no Brasil – mas porque, no meio acadêmico, há pouca atenção voltada a este enunciado. Quando pensamos a mobilidade do ator social nos dias de hoje, o foco costuma ser exclusivamente econômico, o que tende a ser perigoso porque submete o sujeito a uma interpretação laboral – e, por isso, a necessidade de uma visão humanizada que contemple outros fatores que impulsionam a migração. E ao direcionarmos este foco para outros países Sul-Sul, trazemos à luz sujeitos invisibilizados pelo sistema.

Da mesma maneira, abre-se um grande leque para o diálogo multidisciplinar. Gilberto M. A. Rodrigues e Luiza Fernandes e Silva produzem, de forma sucinta, uma perspectiva dentro da área de relações internacionais sobre este ponto de vista. Além disso, a orientação que embasa seu trabalho atravessa a legislação, conversando paralelamente com o direito. A sociologia, diretamente ou não, torna-se não somente um mecanismo de análise e argumentação, como também a mediação pela qual os fatos sociais são introduzidos na compreensão de estruturas sociais que concorrem para a atuação jurídica sobre a mobilidade humana.

Não obstante, essa interpretação sociológica da legislação não se limita ao Brasil, abrangendo também a forma como os países do Mercosul se comportam diante da necessidade de receber e acolher o sujeito migrante. Quanto a isso, notam-se avanços e retrocessos nas ações do Estado em suas leis. Em algumas regiões, prevalece a mudança de concepção do imigrante como “inimigo” do país em que pretende se inserir; ao contrário, as constituições de países como Uruguai e Argentina se esforçam para englobar não somente tais atores sociais como introduzi-los junto às suas culturas. Por outro lado, na Venezuela, a visão desconfiada sobre o imigrante permanece, apesar do esforço em recebê-lo bem. Contudo, a coerção com a qual a agência atua sobre o agenciado em questões irregulares aponta para o despreparo estatal para lidar com estas problemáticas. Quanto ao nosso país, as leis modificaram positivamente, preocupando-se em incorporar o indivíduo que vem de fora, ainda que as atuais circunstâncias sejam motivo de aflição. Como o governo presente lidará com os imigrantes latino-americanos, em especial os venezuelanos? Questões como essa valem para pensar a recepção legisladora, principalmente neste contexto.

No artigo seguinte, Marcia Anita Sprandel dedica seu trabalho à excelente pesquisadora Giralda Seyferth. Aqui, somos levados a um aprofundamento das leis que regem as questões pertinentes ao tema da imigração, levantando todo

um aparato sobre a cidadania que os sujeitos migrantes se esforçam para atingir e as dificuldades que enfrentam neste processo. Ao mencionar o próprio estatuto do estrangeiro, a autora mergulha nas diferenças do tratamento direcionado ao imigrante, o que foi debatido com fervor neste livro. Novamente, ressalta-se um encaminhamento mais humanizado no esforço de mudar a antiga abordagem estritamente econômica que qualificava o forasteiro significativamente como elemento laboral para a sociedade brasileira.

Para tanto, Sprandel elabora uma genealogia dos programas presidenciais, numa comparação do governo Dilma e Temer a respeito das leis que protegiam os interesses destes estrangeiros a fim de estimular a mobilidade interna. O enfoque detalhado no direito será especialmente interessante para o leitor que deseja encontrar um elo entre esta área e a sociologia. O conteúdo do capítulo, além de se aproximar-se da sociologia, apresenta grande dedicação à questão jurídica pertinente ao tema da imigração.

Posteriormente, somos apresentados ao trabalho das autoras já previamente mencionadas nesta resenha, Rosita Milesi e Paula Coury. Nesta seção, produzida em conjunto com Julia Roveri, as pesquisadoras tratam da migração venezuelana no Brasil. Ainda que os brasileiros sejam conhecidos pela cordialidade, há algo a ser desvendado quanto aos problemas que vêm surgindo em suas relações aos vizinhos de língua espanhola. Na verdade, para Milesi, Coury e Roveri, não se pode falar cordialidade se a xenofobia vem ganhando espaço nos discursos políticos que, por sua vez, encontram respaldo na própria população que se sente ameaçada pelos imigrantes. No caso, as autoras referem-se aos constantes conflitos observados em algumas regiões do Acre e de que maneira estes são resultados não somente de diferenças culturais, mas de pensamentos e vigências preconceituosos. Em suas próprias palavras:

Todo o esforço das autoridades locais para responsabilizar a União vem sendo acompanhado pelo uso de elementos xenófobos no discurso político, os quais se fazem notar de maneira expressiva em pronunciamentos oficiais diversos e que, de maneira bastante expressiva, permeia a argumentação na qual se baseia a ACO 3121. A Ação parte da premissa de que não há dúvida que “a entrada descontrolada de venezuelanos pela fronteira Brasil/Venezuela tem causado enormes prejuízos à população deste que é o menor estado da Federação” (RORAIMA, 2018, p. 11) (MILESI; COURY; ROVERI, 2018, p. 66).

Nesse sentido, há um esforço da parte das pesquisadoras em trazer ao público uma perspectiva mais condizente com a realidade dos refugiados em nosso país do que aquela apresentada e divulgada quase que imoralmente pela grande mídia, e que domina o pensamento social médio dos brasileiros. A fim de conscientizar o leitor do surgimento preocupante de atos xenófobos pelos brasileiros para com seus colegas latinos, as autoras apresentam dados qualitativos e quantitativos, como é o caso de registros médicos para apontar evidências de fatos como, por exemplo, os venezuelanos não foram responsáveis pelo retorno de uma doença erradicada como o sarampo. Segundo Milsey, Coury e Rovey:

Desde 2017, a Venezuela enfrenta uma epidemia de sarampo e há, de fato, indícios de que o vírus em circulação no Brasil esteja relacionado a esta situação no país vizinho (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). No entanto, o argumento discriminatório se evidencia ao se observar a solução proposta para lidar com o surto da doença, qual seja, a criação de uma barreira sanitária na fronteira. Assim, ao invés de se focar na contenção da circulação do vírus por meio de campanhas de vacinação, propõe-se impedir a circulação de pessoas, argumento repetido várias vezes por governantes locais e também por parlamentares roraimenses. Fazendo uma analogia, seria como se o combate ao surto de sarampo que ocorreu no Ceará dependesse de impedir a mobilidade da população do estado no território nacional, algo que soa absurdo (MILESI; COURY; ROVERY, 2018, p. 67).

Elas discorrem, a partir do trecho citado, sobre incorrências de crimes próximos às fronteiras que ligam o Brasil à Venezuela, ressaltando, entretanto, que não há como associar diretamente a eclosão de homicídios e roubos ao fluxo migratório. Conforme pontuaram:

Argumentação de natureza semelhante é utilizada também para justificar o aumento da violência e da criminalidade em Roraima. A ACO 3121 cita dados da Polícia Civil que revelam um crescimento no número de homicídios no estado entre 2017 e 2018, fazendo uma associação automática com o fluxo migratório (RORAIMA, 2018, p. 10). No entanto, além de não prestar informações sobre a nacionalidade dos perpetradores, essa correlação se mostra frágil, por ignorar o fato de que o número de homicídios cometidos em Roraima vem crescendo há mais de uma década, tendo sofrido um aumento de 113,7% entre os anos de 2005 e 2015 (CERQUEIRA et al., 2017, p. 13), ou seja, anterior ao início do fluxo mais intensivo de venezuelanos (MILESI; COURY; ROVERY, 2018, p. 68).



O tema levanta diversos questionamentos e abre outros caminhos para estudos futuros nesse sentido. Um deles seria um mergulho nestes casos de violência: o que teria provocado uma ação deste porte e por qual motivo foi incitada a agressão? Outro igualmente valeria um diálogo com o pensamento social brasileiro, afinal, como surgiu esta xenofobia e quais foram os elementos sociais que permitiram sua construção?

No mais, as argumentações são muito bem fundamentadas, afirmadas pelo uso de metodologia. A construção do “nós” brasileiros versus “eles” venezuelanos foi, aparentemente, resultado de um pensamento pautado pelo preconceito. Este, por sua vez, surgiu da sensação de ameaça que espregueitava os cidadãos de determinadas regiões do Acre. As autoras destacam, porém, que sempre houve, em certa medida, uma migração de venezuelanos para o Brasil através do Acre. Contudo, elas ressaltam também que, nos programas eleitorais, a preocupação com a imigração por si só nunca foi tão central quanto recentemente. E se agora há um receio quanto à mobilidade dos sujeitos vizinhos, ela é resultado de um preconceito infundamentado.

Segundo Milesi, Coury e Roveri (2018, p. 72), deve ser levado em conta que “[...] apesar de terem a pretensão de parecer naturais, atemporais e inquestionáveis, as fronteiras são criações humanas, resultado de processos históricos e interesses muito específicos”. Não somente isso, como também, voltando a própria questão da separação do ser brasileiro e o ser venezuelano, as autoras pontuam que:

Genova (2016), assim como Mezzadra e Neilson (2013), destacam em suas obras que as fronteiras são celebradas como se seu real propósito fosse simplesmente o de exclusão – funcionando como uma barreira que protege o que está dentro, isolando o que está fora. Essa visão apresenta consonância com as premissas expressas pelo Governo de Roraima na Ação. Nela, busca-se separar o “nós”, brasileiros, e o “eles”, venezuelanos, supostamente para nossa proteção. Na realidade, no entanto, as fronteiras operam como zonas amórficas que podem ser permeadas e transgredidas, apresentando-se como pontos de encontro, intercâmbio e seleção (MILESI; COURY; ROVERI, 2018, p. 71).

Por isso a necessidade de estimular a inclusão de venezuelanos na sociedade na qual esforçam-se em fazer parte, ou, em outras palavras: os conflitos que existem não devem ser incentivados, mas estudados para serem prevenidos. É curioso como isso reflete a posição do estrangeiro tal qual Georg Simmel o estudou em seu artigo intitulado “O Estrangeiro” (2005). Em diálogo com o sociólogo alemão, as

mencionadas autoras pontuam a necessidade de interações entre o próprio sujeito e a comunidade que, a princípio, lhe é estranha. Nesse sentido, seu artigo atrai particularmente o estudioso da área de imigração pelas possibilidades de diálogo com a sociologia clássica. Reforça, principalmente, a importância de autores como Simmel e Weber para seu entendimento ainda que não tenham sido utilizados para pensar os conflitos entre os venezuelanos e os brasileiros.

Contudo, é possível que Simmel seja melhor aplicado ao trabalho de Filipe Rezende Silva em conjunto com Duval Fernandes, que trata dos imigrantes haitianos. Embora ambos sejam geógrafos, reforçando o discurso multidisciplinar com a sociologia da imigração, como apontado anteriormente, a forma com a qual se apropriaram da disciplina para este estudo fica bastante evidente, a começar, pelo título, “Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração à sociedade brasileira”, e que nos remete ao próprio conceito de estrangeiro elaborado pelo sociólogo clássico:

O estrangeiro (...) é também um elemento do grupo, não mais diferente que os outros e, ao mesmo tempo, distinto do que consideramos como o “inimigo interno”. É um elemento do qual a posição imanente e de membro compreendem, ao mesmo tempo, em exterior e um contrário (SIMMEL, 2005, p. 5).

Em contrapartida, se o imigrante é visto pela coletividade como “inimigo interno”, as dificuldades pelas quais ele passará podem colocá-lo à marginalidade desta sociedade, dificultando sua inserção nela, onde será sempre visto com desconfiança. Ainda que haja um esforço para que as leis brasileiras não disponham dessa concepção de imigrante como inimigo do Estado, conflitos como os vistos entre venezuelanos e brasileiros ainda resultam deste tratamento. Cabe destacar aqui a preocupação de Silva e Fernandes com a inserção do imigrante na sociedade:

Em relação ao processo de inserção dos imigrantes na sociedade brasileira, alguns obstáculos foram verificados, tais como o acolhimento, o domínio da língua e a questão da discriminação racial e xenofobia. Esses fatos, em conjunto ou isolados, acabam se tornando um empecilho para a inserção dos imigrantes na sociedade brasileira, podendo até ocasionar sua exclusão do convívio social (SILVA; FERNANDES, 2018, p. 84).

No decorrer deste artigo, as dificuldades abordadas apontam para além do discurso xenófobo mascarado pela aparente amabilidade dos brasileiros para com

os estrangeiros recebidos. Contudo, questiona-se o próprio uso do termo “estrangeiro”, afinal, ele é direcionado para um tipo de forasteiro – o branco, colonizador – enquanto que o termo “imigrante” é atribuído ao negro, pobre. É enriquecedor para o leitor os relatos que os autores se esforçam em trazer ao público, pois eles ilustram uma realidade que é, para muitos, racista e excludente.

No estudo sobre os haitianos que chegam ao Brasil, por exemplo, compreendemos que as diferenças culturais colaboram ainda mais para sua marginalização na sociedade. Apesar disso, os autores buscam e confrontam tais obstáculos com propostas realistas do que poderia ser feito para a inserção destes sujeitos à sociedade brasileira. Aqui, a metodologia de pesquisa enriquece o trabalho dos pesquisadores, tendo em vista a predominância tanto do método quantitativo, pelo bom manejo de dados através do uso de gráficos, quanto do qualitativo, pela coleta dos relatos através de entrevistas. Todo este material empírico dialoga muito, e poderia ser apropriado, pela sociologia clássica de Simmel, embora nada também nos impeça de lembrarmos da fenomenologia de Alfred Schutz, a construção social de Peter Berger e outros autores da sociologia contemporânea cujos conceitos sociológicos também são usados por aqueles que atuam na área da imigração.

Para concluir, o documento oficial que foi mencionado na introdução desta resenha fecha esta edição do *Caderno de debates*. Chamado de “Os 100 pontos de Brasília – Contribuições da América Latina e do Caribe para o Pacto Global sobre refugiados”, trata-se de documento longo e que nos surpreendeu por ter sido incluído na obra. Sua inclusão reforça a seriedade do debate em torno não apenas dos refugiados e outros imigrantes, como do assunto da imigração em si, atribuída por tantos leigos a um problema da contemporaneidade. São, como o título indica, 100 pontos voltados para uma série de questões envolvendo imigrantes e refugiados, sobre acolhimento em países do Sul como quanto à preocupação em inseri-los em suas sociedades. Tais pontos enfatizam a humanidade destes indivíduos, que carregam consigo memórias e processos de socialização próprios, e que muitas vezes não escolheram abandonar suas casas para tentar algo novo em um lugar que lhes é estranho. Embora os países que recebem tais sujeitos possuem o infeliz costume de trata-los como números para suas economias, esquecendo-se, deste modo, de que não foi apenas para o mercado de trabalho que vieram, felizmente vem crescendo um esforço para cambiar os tipos de tratamento a eles como cada artigo prontamente pontuou.

A leitura deste livro, embora possa ser feito de maneira célere, é recomendável para os que desejam aprofundar o conhecimento sobre o tema de maneira multidisciplinar, dialogando com as áreas do direito e da geografia, e também para aqueles

que possuem interesse no assunto. É pertinente para a sociologia da imigração por propor novas abordagens dentro deste campo, salientando discussões que não devem ser relegadas ao esquecimento ou negligência. Para o pesquisador desta área, e principalmente para os que se propõem pesquisar estas questões em específico, a bibliografia utilizada por cada autor é rica e muito colaborativa. Sendo assim, recomendamos esta obra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MILESI, Rosita; COURY, Paula (Org.). *Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 13, n. 13, 2018. 124 p.
- MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Julia. “Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual”. In: MILESI, Rosita; COURY, Paula (Org.). *Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 13, n. 13, 2018, p 60-81.
- SILVA, Filipe Rezende; FERNANDES, Duval. “Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração à sociedade brasileira”. In: MILESI, Rosita; COURY, Paula (Org.). *Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 13, n. 13, 2018, p. 83-102.
- SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. *Revista Brasileira Sociologia da Emoção*, v. 4, n. 12, 2005.

## Uma resenha de *Brasil mandarim: raça, representação e memória* de Ana Paulina Lee

*A review of Mandarin Brazil: race, representation and memory by Ana Paulina Lee*

Carlos Freire<sup>a</sup>

Resenha de: LEE, Ana Paulina. *Mandarin Brazil: Race, Representation and Memory*. Asian America Series. Stanford: Stanford University Press, 2018, 256 p.

O livro “*Mandarin Brazil: race, representation and memory*”, de Ana Paulina Lee, publicado pela *Stanford University Press* em 2018 é uma obra que traz à tona um tema muito debatido no Brasil durante a segunda metade do século XIX, e que despertou fortes reações: a possibilidade de migração em massa de trabalhadores chineses no processo de abolição da escravidão. Ganhador do prêmio Antônio Cândido de melhor livro na área das humanidades na sessão Brasil da *Latin American Studies Association de 2019*, a publicação apresenta uma perspectiva bastante peculiar: no lugar de uma história da migração chinesa, problematiza as representações sobre *chinesidade* produzidas no Brasil durante esse período, bem como o lugar que essa memória cultural e política ocupou na formação de uma identidade nacional racializada. Trata de discutir como os chineses foram racializados, em conexão com a racialização dos africanos escravizados, dentro de uma imaginação colonial hierarquizada e da emergência global das identidades nacionais do século XIX.

Não se trata de traçar uma equivalência em relação ao racismo que recai sobre a população afrodescendente, mas sim de colocar o papel da racialização asiática na formação de um imaginário sobre identidade nacional brasileira, “no emaranhado de raça, eugenia e ideologias liberais que estavam no coração da construção do projeto de nacionalidade do Brasil”, como pontua a autora. A migração chinesa foi um tópico na discussão sobre a passagem para o trabalho assalariado e o republicanismo. O livro resgata como foram homogeneizados como trabalhadores amarelos, raça *coolie*, e as contradições das representações sobre os chineses, se virtuosos ou depravados, que derivariam de seu próprio *status* ambíguo, não eram livres mas também não eram escravos. Como indicado já no prefácio, mais tarde “os

---

<sup>a</sup> Universidade Federal de Goiás. E-mail: [carlosfreire.17@gmail.com](mailto:carlosfreire.17@gmail.com)  
Orcid: <http://www.orcid.org/0000-0002-0202-8678>

japoneses seriam racializados com base nas representações preexistentes no país sobre os chineses, descritos como dóceis e eficientes trabalhadores”, por outro lado como ameaça política e racial, o perigo amarelo de invadir e dominar o ocidente.

Professora do departamento de Cultura Latino Americana e Ibérica da Universidade de Columbia, Ana Paulina Lee procura no livro fazer uma revisão da noção latino-americana de estudos culturais para considerar também a racialização chinesa. Essa questão está longe de ter ficado restrita ao Brasil, na segunda metade do século XIX, depois da guerra do ópio, o *sistema coolie* foi responsável por uma forte presença chinesa no Peru, na Guiana, em Cuba, e no México. Também nos Estados Unidos, onde o trabalho de migrantes chineses foi fundamental na exploração das minas de ouro da Califórnia e na construção da ferrovia transcontinental. Posteriormente, a competição com os trabalhadores assalariados brancos teria levado a conflitos que resultaram na promulgação do *US Chinese Exclusion Act*<sup>1</sup> de 1882, como “defesa da integridade racial da nação dos EUA”, tendo perdurado até meados do século XX. A autora procura assim estender a perspectiva de *memórias circum-atlânticas* na formação da América Latina, para a ideia de *memórias circum-oceânicas*, englobando também o papel da Ásia e as passagens transpacíficas na colonização latino-americana.

As representações sobre os chineses circulavam conectando histórias entre lugares distintos sobre experiências racializadas de exploração do trabalho. É justamente sobre essas representações que Lee constitui o material de análise do livro, nas narrativas que incluem ficções, poesias, performances e pequenas histórias, imagens e lugares vinculados. Explora também as correspondências diplomáticas e as representações mútuas produzidas entre os países. Doutora em Literatura Comparada, ela problematiza as estruturas semânticas e os atos incorporados que fizeram os chineses serem interpretados como raça, e a persistência dessas ideias em movimento. Para tanto, se apoia em uma perspectiva teórica crítica sobre raça, nacionalidade e colonialidade.

A autora aponta para a insuficiência de se pensar discursos sobre chinesidade compreendidos como estruturas que procuram um *continuum* entre terra natal e a população diaspórica. Se os Estados patrocinam políticas culturais em torno de uma certa construção de nacionalidade, quando se trata dos migrantes trans-

---

1 Essa legislação norte-americana que impôs severas restrições aos chineses nos EUA, proibindo sua migração para o país e a participação no mercado de trabalho formal teria exercido um peso muito grande na história da migração chinesa nos EUA, assim como para as representações sobre os chineses. Min Zhou (1992) analisa como essa legislação teria sido fundamental para o desenvolvimento das *Chinatowns* nos EUA, não como consequência de um traço cultural de origem, mas sim como estratégia de adaptação em um contexto político extremamente adverso.

nacionais esses projetos nacionais podem ser conflitantes com laços construídos entre lugares separados, resultando em maneiras muito peculiares de ser chinês. Nesse sentido, o livro explora as relações de interdependência, circuitos globais e redes de expressão cultural que definem chinesidade em debate com a construção de uma ideia de identidade cultural brasileira. No Brasil do final do século XIX se produziu uma ideia de chinesidade como uma história relacional de raça, trabalho e nacionalidade que perdurou na memória das representações sobre chineses.

O debate sobre a migração chinesa nesse momento da história do país girava em torno da questão de se eles contribuiriam ou não no projeto de embranquecimento nacional, ou se sua vinda poderia ser adotada como solução temporária para o problema da escassez de mão de obra. No entanto, desde 1810 os chineses já estavam no país, em uma tentativa frustrada de introdução do cultivo de chá. Especialmente na cidade do Rio Janeiro, onde estiveram diretamente envolvidos na construção do Jardim Botânico, eram presença notória no meio urbano. Outras levadas de trabalhadores chineses chegaram ao longo do século XIX para desenvolver trabalhos específicos, mas poucos conseguiram regressar à China.

O livro está estruturado em 6 capítulos, além do prefácio, introdução e conclusão. No capítulo 1 (*Brasil oriental: entre o passado e o futuro*), recupera a história de longa duração da circulação de mercadorias e membros da burocracia colonial entre Portugal, Brasil e China, o que coloca uma peculiaridade em relação às outras colônias na América Latina. A colonização do Brasil se desenvolve em estrita conexão com as rotas comerciais que levavam ao extremo oriente, trazendo da China, a partir de Macau, seda, chá e principalmente porcelanas para o Brasil, entre muitos outros artigos de luxo consumidos pela elite colonial. Discute os trânsitos raciais onde a miscigenação e dominação patriarcal eram elementos constitutivos da colonização ibérica, em uma política de reprodução sexual substitutiva das relações de poder.

O capítulo 2 (*Emancipação para a imigração*), aborda o argumento central do livro, onde as reformas liberais se entrelaçavam com a perspectiva do embranquecimento e ideologias eugenistas, de modo que as discussões sobre trabalho livre se sobrepunham às de embranquecimento e identidade nacional. Parte dos abolicionistas viam nos chineses uma ameaça a um projeto de embranquecimento, nesse contexto as representações sobre chinesidade como “os amarelos” tiveram papel na definição de branquitude e negritude, argumenta a autora. Caricaturas e paródias sobre os chineses circulavam amplamente desde os EUA até o Brasil nas representações jocosas do sistema *coolie*, e foram componentes na emergência global de consciências nacionais racializadas. Lee analisa as caricaturas



da *Revista Ilustrada*, na maneira como os chineses eram retratados como esquilados na comparação com brancos, negros e indígenas, vistos como depravados e ladrões de galinha, em uma retórica que relacionava reprodução sexual, mistura racial e degeneração. O capítulo trata ainda da emergência do discurso do “perigo amarelo”, depois da Guerra Sino-Japonesa, e que expressaria a ameaça de uma dominação asiática sobre o ocidente e de ideias de homogeneização entre os japoneses e chineses. Teria sido necessário um grande esforço diplomático do Japão para se apresentar como país civilizado, o que acabou redirecionando as políticas de migração no começo do século XX entre direção aos japoneses.

Os capítulos 3, 4 e 5 tratam das representações dos chineses na literatura e na dramaturgia durante o período da abolição e imediatamente posterior. Não foram poucas as vezes em que os chineses figuravam como personagens, quando não o próprio tema central das tramas, sinal de como a questão povoava os imaginários coletivos do período. Tanto em *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, quanto na peça *O Mandarim* do seu irmão, Artur de Azevedo, passando por Eça de Queiroz e Machado de Assis, apresentam narrativas sobre chinesidade que projetam imagens políticas e imaginações ficcionais. Em questão estavam o desejo de transformar o Brasil em uma sociedade branca e liberal, o regime racial que persistia no pós-escravidão redirecionado para as narrativas sobre imigração, a demanda por força de trabalho, a reprodução sexual e a miscigenação, além da oposição dos abolicionistas quanto a migração dos chineses. A autora resgata a atuação de alguns desses autores na diplomacia, além de outros e o que escreviam sobre os chineses. Eça de Queiroz como embaixador em Cuba, alertaria para a ameaça expansionista representada por chineses e japoneses, enquanto Aluísio de Azevedo, como vice-cônsul no Japão, apontava que os japoneses seriam mais civilizados e ocidentalizados que os chineses. Para a autora, as representações sobre chineses e japoneses, oscilavam em relação aos negros e brancos, demonstrando uma complexa intersecção entre geopolítica, relações raciais e suas transmissões culturais, além do orientalismo reproduzido pelos autores.

O capítulo 6 (*O perigo amarelo na música popular brasileira*), reflete sobre um momento posterior durante o período Vargas e a segunda guerra mundial, nas décadas de 1930 e 1940. Discute a difusão nas mídias de massa de uma ideia de brasilidade que incorpora o discurso da miscigenação como um elemento constitutivo da identidade nacional. Muitos sambas e marchas reproduziam ideias racializadas sobre chinesidade, apesar do pequeno número de chineses vivendo no país, concentrados no Rio de Janeiro. Lee destaca que a chinesidade representada na música revela o trabalho cultural de representação racial na mediação de

nacionalismos brasileiros conflitantes. As representações sobre gênero e sexualidade dos chineses serviriam como alegorias da relação do Brasil com a China, bem como visões moralistas sobre a miscigenação em relação aos chineses. Entre outras, analisa a música *Lig, Lig, Lig, Lé* composta por Oswaldo Santiago e Paulo Barbosa em 1936.

De um modo geral, a proposta da autora contempla aspectos muito variados e uma ampla diversidade de temas envolvidos. Talvez uma análise que poderia contribuir para o argumento e não está presente no livro, seria o papel da Guerra do Ópio sobre as representações da China e dos chineses produzidas no ocidente. O conflito alterou decisivamente as relações entre extremo oriente e o ocidente, estabelecendo um regime semicolonial a partir de alguns lugares estratégicos na China. A própria formação do *sistema coolie* está vinculada ao episódio, onde o comércio de chá foi sobrepujado pela lucrativa atividade de transporte de trabalhadores chineses para os EUA e a América Latina. Me parece que os imaginários sobre a China se alteraram drasticamente em função da guerra e que são pouco criticados na historiografia. Na literatura brasileira analisada pela autora, por exemplo, o vício em ópio é um recurso recorrente para caracterizar os personagens chineses. Porém, a ênfase que é dada nesse episódio da história ao consumo da droga, acaba por obliterar as questões de fundo e as transformações sobre a cena do comércio global ali implicadas.<sup>2</sup> Assim como a autora analisa a emergência do discurso do perigo amarelo no pós-guerra sino-japonesa, como expressão que deplora as diferenças com objetivos geopolíticos e econômicos, me parece que a guerra do ópio teria sido um evento fundamental nas representações acríticas sobre a China e os chineses produzidas no ocidente como país que teria sido “devastado pelo vício”, igualmente estabelecem uma distância psicológica em relação a um outro imaginado e homogeneizado.

Por outro lado, o livro poderia ter estabelecido um maior diálogo com a bibliografia produzida no Brasil sobre o tema. Na conclusão do livro, ao falar de geografias imaginativas do Brasil e China a autora faz um resgate de Gilberto Freyre, especialmente de sua análise do Brasil Oriental em *Sobrados e Mucambos*, pontuando as críticas a romantização das relações raciais do autor e sua contri-

---

2 Dikotter (2003), por exemplo, se contrapõe às imagens de que a China teria sucumbido ao vício do ópio que se difundiu em parte do mundo com um discurso narcofóbico no começo do século XX, onde o país é apresentado como o “paciente zero” do alastramento “praga das drogas”. Ele procura desmistificar essa questão, falando como o ópio era utilizado anteriormente em grande parte da Ásia sem significar adicção compulsiva e perda de controle. Pontua também o lugar marginal que a droga teve na conflito, servindo apenas de estopim para outros interesses em jogo.

buição para o mito da democracia racial no país. Se por um lado haveria no autor uma crítica ao imperialismo anglo-francês e a ideologia do purismo racial e da supremacia branca, por outro sua leitura da história higienizaria o imperialismo português na defesa de um lusotropicalismo. Existe uma bibliografia bastante extensa que trata do racismo expresso nas construções sobre miscigenação e identidade nacional brasileira. Também o livro de Fábio Lafayete Dantas (2006), sobre *As origens das relações Brasil e China*, que trata da primeira missão diplomática do Brasil na China em 1879 analisando os registros dos debates entre abolicionistas e escravistas no congresso daquele período, assim como as correspondências diplomáticas da missão a China, poderia ter sido uma boa interlocução. Na aproximação com o tema da migração chinesa atualmente e no que coloca como ecos da memória dessas representações, a autora faz referência apenas aos casos de *trabalho análogo ao de escravo* envolvendo chineses nas autuações do *Ministério Público do Trabalho*, mas sem uma crítica às categorias de autuação utilizadas pelos agentes de fiscalização.

Esses pontos não tiram a importância que o livro de Ana Paulina Lee representa para uma área de pesquisa que vem ganhando muitos novos estudos, principalmente a partir da influência crescente da China no mundo e, em particular, sobre o Brasil, mas que está longe de ser uma temática inédita. Sua publicação em português seria uma grande contribuição para maior circulação da obra no país. Podemos também pensar a perspectiva de análise apresentada no livro como um contraponto a uma tendência comum nos estudos que envolvem a temática da migração de se converterem em discussões sobre identidade nacional dos migrantes, como perspectiva crítica ao nacionalismo metodológico. Lee inverte essa equação mostrando como a produção cultural sobre chinesidade no Brasil foi importante na formação de uma imaginação nacional brasileira, envolvendo raça, memória e representação. Como a autora pontua, esses imaginários geográficos orientam ideias sobre si e outros, proximidade e distância, e são uma base de que se forja noções de raça, política e desigualdades entre uma região e outra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DANTAS, Fábio Lafaiete. *Origem das relações entre o Brasil e a China: a missão especial de 1879*. Recife: Liber, 2006.
- DIKOTTER, Frank. 'Patient Zero': China and the Myth of the 'Opium Plague'. Inaugural Lecture, School of Oriental and African Studies, University of London, 2003. Disponível em: <http://frankdikotter.com/publications/the-myth-of-opium.pdf>

LEE, Ana Paulina. *Mandarin Brazil: Race, Representation and Memory*. Asian America Series. Stanford: Stanford University Press, 2018, 256 p.

ZHOU, Min. *Chinatown: the socioeconomic potential of an urban enclave*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

## O apelo à ordem nos telejornais policiais

### *Call to social order in the police news programs*

Fábio Ribeiro<sup>a</sup>

**Resumo** Este trabalho é fruto de uma investigação sobre o telejornalismo policial, caracterizando-o e situando-o inicialmente num universo de constrictões tanto internas ao campo como exteriores a ele. Entende-se que esses elementos estruturais em grande medida explicam a forma e o conteúdo do que é transmitido pelos programas desse subgênero midiático e servirá como preâmbulo analítico para a explicitação dos elementos principais contidos nos discursos veiculados ali. Através da análise empírica de determinadas edições nacionais dos programas *Brasil Urgente* (Band) e *Cidade Alerta* (Record), teremos referência para mostrar em que sentido pode-se afirmar que os discursos emanados dos telejornais policiais, frutos das condições de produção aqui analisadas, são de caráter moralista e punitivista.

**Palavras-chave** Telejornalismo policial. Moralismo. Comunicação de massa. Mídia: aspectos sociais.

**Abstract** *This work is part of an investigation about the phenomenon of police telejournalism, characterizing it and situating it initially in a universe of constrictions both internal to the field and external to it. It is understood that these structural elements to a large extent explain the form and content of what is transmitted by the programs of this media subgenre and will serve as an analytical preamble for the explication of the main elements contained in the discourses conveyed there. Through the empirical analysis of certain national editions of the Brasil Urgente (Band broadcaster) and Cidade Alerta (Record broadcaster) programs, we will have reference to show in what sense it can be affirmed that the discourses emanating from the police news, fruits of the conditions of production analyzed here, are of moralistic and punitive character.*

**Keywords** *Police telejournalism. Moralism. Mass communication. Media: social aspects.*

---

a Mestre e doutorando em Ciências Sociais pela UFJF. Membro do Núcleo de Pesquisa sobre Preconceito, Autoritarismo e Ideologia do PPGCSO/UFJF. Desenvolve pesquisa sobre a estrutura e reprodução de ideologia em classes populares.

## INTRODUÇÃO

Apesar da cada vez maior presença da Internet e das demais tecnologias recentes na produção e veiculação de entretenimento informativo, a televisão ainda ocupa grande espaço nas vidas das pessoas em nosso país, enquanto veículo privilegiado no que diz respeito à capacidade de pautar a agenda pública e conformar o imaginário social. A significativa participação da televisão no universo de produção simbólica dá a qualquer conteúdo veiculado pelo meio grande poder de capilaridade. O que é dito na televisão é visto, ouvido e levado em consideração por muita gente no Brasil.

Na TV aberta brasileira, em meio a telenovelas, programas culinários, musicais, de entrevistas, *reality shows*, telejornais etc., destaca-se um subgênero bem popular desses últimos: os telejornais policiais. Produtos da mídia televisiva, eles ocupam lugar preeminente nas grades e na memória imediata de grande contingente de pessoas que os assistem. Os discursos produzidos e propalados no âmbito dos telejornais policiais, evidentemente, ganham em reverberação ao serem emitidos a partir desse meio de comunicação de grande alcance.

## JORNALISMO, TELEJORNALISMO POLICIAL E LEGITIMAÇÃO DO ARBITRÁRIO

O jornalismo é atividade profissional em cuja autoimagem consta, como atribuição primordial, a apuração e divulgação de “informações” pretensamente pautadas na “veracidade” e no atendimento ao “relevante interesse público” (FENAJ, 2007). Sabe-se que o jornalismo, enquanto gênero midiático, detém em suas versões televisivas os maiores índices de audiência, comparáveis, em frequência e intensidade, apenas às telenovelas.

Dentre os telejornais atualmente mais consumidos no país estão aqueles normalmente classificados como “policiais”. Os principais exemplos de repercussão nacional são os programas Cidade Alerta (Rede Record) e Brasil Urgente (transmitido pela Rede Bandeirantes), produzidos por duas das maiores emissoras de televisão do país e detentores, em conjunto, dos maiores índices de audiência em seus horários de exibição. Veiculados a partir da cidade de São Paulo, nas sedes dessas emissoras, os programas são retransmitidos em rede para todo o país e têm suas versões regionais produzidas em filiais, além de servirem como referencial de linguagem e conteúdo para dezenas de outros programas congêneres nessas filiais e em emissoras de outras redes. Tamanho investimento nesse tipo de programa é evidência da confiança comercial depositada na reprodução do formato.

Uma característica distintiva do telejornalismo policial, especialmente interessante para os propósitos deste artigo, é a constante e explícita emissão de “opiniões”

por parte de seus apresentadores. A narração da notícia – a apresentação do “fato” propriamente dito –, que é feita, no jornalismo “tradicional”, com a pretensão de se obter a maior economia de análise e julgamento possíveis (SCHUDSON, 2010), no jornalismo policial fundamenta-se nas opiniões dos apresentadores, as quais costumam preencher a quase totalidade do tempo. Um mesmo acontecimento, possivelmente reportável em uma sentença curta, é anunciado, reanunciado com modificações na ordem sintática e com ênfases alternantes, é retomado, readjetivado, dramatizado em cada detalhe, comparado com eventos semelhantes etc., sempre com ênfase particular no julgamento moral, com apelo a presumíveis valores universais, mobilizados pela autoridade enunciativa dos apresentadores e “especialistas” que compõem o elenco dos programas, em uma patente busca de fácil entendimento, adesão gnoseológica e emocional por parte do público-alvo.

Encenam-se reconstituições dos eventos, rememoram-se casos similares ao que está sendo noticiado, recolhem-se depoimentos de sujeitos envolvidos direta ou indiretamente, ouvem-se pareceres profissionais de agentes públicos, de advogados, de repórteres que elaboraram a matéria e de demais membros da equipe de produção do programa. Esses elementos são a matéria-prima para a contrução de um cenário discursivo que será resumido e julgado pelo apresentador, de maneira caracteristicamente enérgica.

A própria *performance* do apresentador dá a ele grande visibilidade nesse tipo de telejornalismo, contribuindo para torná-lo uma estrela midiática. O destaque comercial alcançado por esses “âncoras” no interior das emissoras, graças ao sucesso de audiência dos programas, leva à concessão de maior espaço na programação e, conseqüentemente, ao alcance de mais prestígio perante a audiência. Tal posição de destaque dá a esses apresentadores, personificações dos valores defendidos em seus programas, *status* de autoridades em assuntos morais.

Ao não medirem esforços para emitirem suas opiniões sobre as notícias, os apresentadores dos telejornais policiais sintetizam, vocalizam e repercutem anseios, valores, visões de mundo e expectativas mais ou menos difusas no universo abrangido por sua audiência. A partir de suas posições privilegiadas no campo midiático, esses jornalistas conferem existência pública (BOURDIEU, 1989) e autoridade moral ao que, sem a ação deles, permaneceria contido no âmbito privado. Consolidando discursivamente e “acusando publicamente” (BOURDIEU, 1989) valores que são percebidos por meio de pesquisas e através da “intuição”



jornalística<sup>1</sup> como hegemônicos junto aos destinatários, os telejornais policiais ocupam a posição de produtores legítimos da visão de mundo legítima para amplos setores da população brasileira. Nesse trabalho de categorização, eles fazem ver, dão existência pública e validade, consagrando visões de mundo. Nas palavras de Bourdieu, realizam um “ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade com força de lei” (BOURDIEU, 1996, p. 109). Esse ato de lei é realizado de maneira caricatural pelos “âncoras” desses telejornais, através de suas atuações sempre incisivas, em tons confessionais, professorais, investidas dos papéis autoatribuídos de “porta-vozes do povo”.

Do ponto de vista desses personagens televisivos, imersos na *illusio* própria do campo (BOURDIEU, 1989), o trabalho que fazem corresponde a retratar a “realidade como ela é” e, ao o fazerem, alertarem as pessoas e incentivá-las a cobrar do poder público, além de oferecerem os meios de canalização para essa cobrança, prestando, assim, um “serviço à sociedade”<sup>2</sup>.

## EFEITOS DE POSIÇÃO

Pessoas vivendo em coletividade produzem representações sobre o mundo e, assim o fazendo, contribuem para produzir esse mundo. Essa atividade se dá dentro de circunstâncias nas quais operam constrangimentos decorrentes das posições ocupadas pelos sujeitos enquanto seres sociais no espaço de distribuição de atributos socialmente diferenciados diferenciadores (BOURDIEU, 2007). As representações produzidas tendem a ter menor ou maior representatividade, alcance e eficácia coletiva a depender do sucesso das instâncias de consagração (os campos religioso, intelectual, político, midiático etc.) em realizarem seu trabalho legitimador.

Esquemas de percepção jornalísticos refletem a posição que praticantes desse ofício ocupam no espaço social, dentro do altamente heterônomo<sup>3</sup> campo jornalístico e na relação deste com os demais, e conformam o trabalho de produção da notícia. Parte do que jornalistas produzem está determinada pelas urgências carac-

1 Saber prático adquirido pela socialização no meio, é frequentemente designada “faro jornalístico” a capacidade que certos profissionais da área têm de julgarem o “valor-notícia” (MCQUAIL, 2003, p. 345) dos eventos, presumindo-se a recepção já no âmbito da produção.

2 A noção de “prestação de serviço” é um dos valores explícitos na deontologia do jornalismo. Trata-se, no caso do telejornalismo policial, de um dos modos difusos de se reivindicar a função social da televisão, desse tipo de telejornalismo e, desse modo, de se opor tanto ao descrédito simbólico do veículo quanto ao estigma de programas comumente desclassificados sob a pecha de sensacionalistas ou “mundo-cão”.

3 A heteronomia do campo jornalístico (BOURDIEU, 1997) diz respeito à sua alta permeabilidade às constrições do campo econômico, como procuro evidenciar no decorrer deste texto.

terísticas da própria atividade profissional. Essas urgências, na rotina cotidiana, adquirem vida própria e finalidade em si mesmas. Por outro lado, opera a referência aos princípios democráticos, valores acionados publicamente, sempre que julgado necessário, para justificar a prática do ofício e que se encontram consolidados nos códigos de ética e prática da profissão (regimentos, estatutos, manuais de redação etc.), documentos que recomendam atitudes como procurar “apurar os fatos com isenção”, “ouvir todas as partes envolvidas” e “buscar atender o interesse público” (cf., p. ex.: FENAJ, 2007; E.B.C., 2013). Há ainda as constrições econômicas sofridas pelas empresas midiáticas, as quais, enquanto negócio, dependem da audiência a seus programas. A audiência, indicador captado por sondagens amostrais, é, afinal, o produto que essas empresas vendem às agências de publicidade, que, por sua vez, prestam serviços aos anunciantes.

Sobre as atuações televisivas dos apresentadores dos telejornais policiais operam, simultaneamente, constrangimentos que podemos conceber como advindos das rotinas da profissão (busca pelo “furo”, pela exclusividade da informação, preocupação com a escassez de tempo, limitações tecnológicas e de recursos humanos, prerrogativas do cargo que ocupam na empresa, relações com fontes, com instâncias estatais e com os próprios colegas de equipe), da ética jornalística “universal” (isenção, respeito aos princípios liberal-democráticos, consciência de si próprios como “formadores de opinião”) e da empresa midiática (necessidade premente de agradar a audiência a qualquer custo, desempenho dos programas concorrentes, capacidade de se atender aos anseios dos anunciantes).

Perpassando esses constrangimentos, há ainda o enquadramento dos programas dentro do “gênero”. Os gêneros, categorias de percepção nativas do universo midiático, decompõem a realidade, classificando as partes decompostas como “jornalístico”, “dramático”, “*fait divers*”, “de prestação de serviço”, “opinativo”, “de entrevista”, “humorístico”, “esportivo”, elementos cuja presença majoritária torna determinado programa um telejornal, uma telenovela, um seriado, um documentário, um “programa de variedades”, de auditório, de entrevistas, um “*talk show*”, “um programa de debates” ou a combinação de dois ou mais desses (ARONCHI DE SOUZA, 2004). Tais categorias, graças às estratégias seguidas no âmbito da produção a fim de se comunicar com as audiências, tornam-se compartilhadas com o público, o qual, por sua vez, passa a perceber o mundo existente fora da tela, em grande parte, dentro do formato cognitivo imposto por esse princípio de visão e divisão (BOURDIEU, 1996). Todos esses constrangimentos posicionais (do campo) e disposicionais (do *habitus*), que pesam sobre instituições e indivíduos envolvidos na produção, conformam os discursos possíveis no âmbito do telejornalismo.

A posição dos jornalistas no campo midiático, como afinal ocorre com qualquer agente em qualquer campo, dá a eles o sentido do jogo, um conjunto de saberes práticos relativos ao que é noticiável, ao que tem valor jornalístico, mas também – e sobretudo – um saber prático em relação ao que “dá certo” ou não em termos da aceitação do conteúdo e formato de seus produtos por parte da audiência. É nesse sentido que podemos dizer que os jornalistas sabem o que seus públicos querem ver e ouvir. O que está em operação é uma forma de “censura antecipada” (BOURDIEU, 1996). Tanto a estrutura dos telejornais policiais como os discursos de seus apresentadores são constituídos por esse saber prático dos produtores midiáticos envolvidos e que, pelo mecanismo da censura antecipada, estão em consonância com o que as audiências dos programas esperam.

### DISCURSO QUE LEGITIMA VISÕES DE MUNDO

Os esquemas de visão de mundo subjacentes ao discurso veiculado pelos telejornais policiais ressoam em sua imensa audiência também porque fazem sentido para ela. Fazer sentido não envolve apenas o reconhecimento do significado de palavras e expressões, a “clareza” na exposição, a dicção compreensível e o timbre de voz esteticamente agradável. Envolve também – e principalmente – o compatilhamento prévio dos mesmos esquemas classificatórios. Esses esquemas, dado o reforço que recebem ao serem confirmados na tela da TV, legitimam-se e são legitimados em meio a uma expressiva parcela da população brasileira.

Temos visto que o discurso no interior desses programas é “pensado” para agradar à maior quantidade de pessoas possível. Postulando-se que a tendência mais espontânea do *ethos* do público-alvo é o apego ao *status quo*, a tônica desse discurso é conservadora: inclui críticas frequentemente personalizadas aos órgãos policiais e de justiça, críticas difusas ao Estado, um clamor por punições mais severas aos “criminosos” – sujeitos normalmente caracterizados nos telejornais policiais como sendo encarnações do “mal”, em oposição polar às “pessoas de bem”.

Esse discurso também envolve relativa resistência a mudanças culturais, calcada na defesa de valores tradicionais, ligados à família e à religião, a relativização de preceitos referentes à dignidade da pessoa humana, em prol dos mesmos “valores tradicionais”, muitas vezes acionados nestes termos, o apego ao realismo das “provas” e à força das convicções, em detrimento da argumentação como forma de se produzir verdades sempre provisórias. Ele inclui também a descrença em relação às soluções democráticas, sejam elas representativas ou diretas, para os conflitos políticos, bem como uma generalizada desconfiança em relação à própria

política, a personalização da crítica ao atual estado de coisas, a essencialização do comportamento humano, que é tido como um dado de natureza.

Por fim, está igualmente presente nesse discurso certo liberalismo econômico e político que tende a valorizar a livre iniciativa, o sucesso como decorrência do esforço individual, a redução da atuação do Estado, dentre outros elementos bastante difundidos no senso comum brasileiro. Mais adiante procurarei destacar a presença dos elementos acima referidos diretamente nas falas dos apresentadores dos dois principais telejornais policiais do país, Brasil Urgente e Cidade Alerta.

### A ESTRUTURA DOS PROGRAMAS

As análises apresentadas aqui são parte de pesquisa empírica que realizei entre 2014 e 2015. Os programas aqui analisados continuam sendo exibidos. As mudanças ocorridas daquele momento até hoje não tornam menos atuais as conclusões a que chego, já que o formato dos programas, conteúdos veiculados e abordagem dos assuntos retratados se mantêm inalterados. A mudança principal, a qual fará com que a apresentação do material empírico seja redigida com verbos no pretérito, foi a saída de Marcelo Rezende, à época apresentador “titular” do Cidade Alerta, que faleceu em setembro de 2017, vítima de câncer. Cidade Alerta é apresentado atualmente pelo jovem jornalista Luiz Bacci, que trabalhava como repórter e também como apresentador eventual do programa aos sábados e em impedimentos pontuais do âncora titular. O apresentador do Brasil Urgente continua sendo José Luiz Datena<sup>4</sup>; o jornalista chegou a deixar esse posto, no início de 2018, para apresentar um programa de variedades nas tardes de domingo, em momento no qual inclusive cogitava publicamente a possibilidade de entrar para a política institucional, possivelmente candidatando-se ao Senado Federal<sup>5</sup>. Nesse tempo em que José Luiz Datena esteve ausente, o Brasil Urgente foi comandado por seu substituto ocasional, o filho Joel Datena. Nos casos de mudança de apresentadores, as emissoras continuam com o formato que está dando certo. Os substitutos atuam como reprodutores mais jovens, “apadrinhados” dos mais antigos.

A investigação dos discursos foi empreendida a partir da análise de edições dos programas, transmitidas em cadeia nacional no período referido. Vali-me dos

---

4 Afirmação válida na data de publicação deste artigo.

5 Fonte: BERGAMO, Mônica. Datena diz que refletiu e será candidato ao Senado. *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. 1-1. jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monica-bergamo/2018/07/datena-diz-que-refletiu-e-sera-candidato-ao-senado.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

vídeos disponibilizados nos *sites* das emissoras produtoras<sup>6</sup>, nas páginas oficiais dos programas no *Facebook*, bem como de gravações que fiz a partir das transmissões originais ocorridas em 2014 e 2015. Das muitas horas de gravação, foi feita uma inevitável seleção, norteadas pelo que me pareceu ser mais representativo do conteúdo abordado nesses programas.

Tentarei explicitar as falas e atitudes dos apresentadores, comentaristas e repórteres, destacando passagens pertinentes para a argumentação. Meu intento é destacar a estrutura geral da apresentação das notícias e comentários dos apresentadores sobre elas. Apesar de me basear no conteúdo “textual”, o que implica dar menos ênfase aos gestos, sons, cenários, recursos gráficos, imagens etc.<sup>7</sup>, é importante encararmos esse texto a partir de uma análise socio-lógica, coerente com o que tenho exposto até aqui, considerando-o não como uma entidade com vida própria e com sentido em si mesma, mas como produto das condições sócio-históricas que estabelecem a posição dos agentes envolvidos em um campo de disputa pela definição dos significados (BOURDIEU, 1996).

Os programas Brasil Urgente e Cidade Alerta são transmitidos para todo o território nacional<sup>8</sup>, pelas emissoras de TV Band e Record, respectivamente. Eram e ainda são concorrentes entre si, de segunda a sábado, ocupando mais ou menos a mesma faixa de horário, ao final da tarde<sup>9</sup>. Ambos tinham expressivas três horas de duração, aproximadamente, de segunda a sexta-feira, e cerca de uma hora e meia aos sábados.

Apresentado por José Luiz Datena, jornalista cinquentenário cuja carreira profissional começou na cobertura esportiva radiofônica, o Brasil Urgente existe desde 1997. A versão nacional do Cidade Alerta foi transmitida inicialmente de 1995 a 2005, pela Record. Foi retomada pela emissora durante três meses, em meados de 2011, quando inclusive chegou a ser apresentada por Datena, e voltou a ser

---

6 No período analisado, Band e Record disponibilizavam diariamente nos *sites* dos programas as íntegras das matérias apresentadas. Apenas em alguns casos também eram disponibilizados os comentários dos apresentadores, ritualmente feitos antes, durante e/ou depois de cada matéria. Muitas edições completas, bem como trechos específicos de ambos os programas, são gravados e postados por telespectadores “anônimos” em *sites* de compartilhamento de vídeos. Ademais, ao final de junho de 2015, a Record passou a disponibilizar a totalidade de sua programação para acesso pago *on demand* no *Youtube*. Vali-me de todo esse material, na medida do possível.

7 Para uma análise mais pormenorizada desses elementos, bem como dos recursos técnicos utilizados nos telejornais policiais, cf. OLIVEIRA, 2007.

8 Há estados cujas empresas retransmissoras locais têm suas edições regionais dos programas. Essas edições, nestes casos, dividem os horários com a versão nacional.

9 No período em que assisti aos programas para a pesquisa, Brasil Urgente começava às 16h15, todos os dias em que era transmitido. Cidade Alerta começava às 16h45, de segunda a sexta-feira e às 17h20, aos sábados. Esses horários de início dos programas costumam variar bastante ao longo do tempo, em decorrência das estratégias de composição e recomposição das grades de programação em função das flutuações percebidas nos índices de audiência.

transmitida em 2012, ininterruptamente até o momento. De 2012 a 2017, Cidade Alerta foi comandado por Marcelo Rezende, apresentador que iniciou a carreira no jornalismo esportivo<sup>10</sup> impresso e que, na época em que foram gravados os vídeos utilizados nesta pesquisa, já era profissional sexagenário.

Os programas são divididos em blocos, nos intervalos dos quais são exibidas propagandas comerciais aparentemente direcionadas a um público consumidor bastante variado; além dessas, e com maior frequência, há anúncios dos demais programas disponíveis nas grades das respectivas emissoras. Há ações de *merchandising*. Nessas, normalmente se anunciam remédios, farmácias, tratamentos e planos de saúde, o que evidencia o direcionamento específico para determinada faixa etária acima de 50 anos, de acordo com os critérios de classificação usados nas pesquisas de mercado<sup>11</sup>. Essas informações são úteis para compreendermos as condições de veiculação dos discursos no interior dos programas policiais, bem como para termos uma ideia da audiência presumida à qual são direcionados os textos examinados a seguir.

As “matérias” normalmente envolvem a narração feita pelo(a) repórter, com auxílio das imagens disponíveis e às vezes com “reconstituições do crime”; se somado, o tempo de duração desse material resulta em pequena parcela na duração total dos programas. A maior parte do tempo é ocupada pelos comentários dos apresentadores. Enquanto narram o ocorrido, julgam os envolvidos e situam o evento em um contexto mais amplo, sempre buscando vítimas e culpados, os apresentadores valem-se da incansável repetição de trechos dos vídeos das matérias, sobretudo quando esses vídeos contêm imagens “impressionantes”. Os comentários são feitos enquanto se têm ao fundo imagens que se repetem indefinidamente.

Os apresentadores ocupam posição destacada na tela. Ficam de pé em frente aos monitores nos quais são destacados trechos das matérias e através das quais “entram” repórteres ao vivo. A linguagem é bastante coloquial, reservando-se o jargão jornalístico mais explícito para as “cabeças de matéria”<sup>12</sup> e para repórteres,

---

10 A trajetória similar dos dois jornalistas por si só já suscita grande interesse sociológico já que lança luz sobre as posições atuais desses agentes e ajuda a compreender suas tomadas de posição. Por limitação de espaço e escopo, entretanto, não terei condições de aprofundar essa análise no âmbito deste artigo.

11 A notícia disponível no *link* a seguir é uma breve amostra de como são tratados no meio publicitário esses intervalos etários de agrupamento de audiências: KANTAR IBOPE MEDIA (Brasil). IBOPE Media amplia faixas etárias da pesquisa de medição de audiência de TV. *Kantar Ibope Media*. São Paulo, maio 2015. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/ibope-media-amplia-faixas-etarias-da-pesquisa-de-medicao-de-audiencia-de-tv-2/>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

12 “Cabeça de matéria” é termo utilizado no jornalismo. Corresponde à introdução, lida pelo apresentador, do assunto a ser tratado na matéria feita pelo(a) repórter. Trata-se de um dos poucos momentos em que o apresentador de telejornal policial lê algo durante o programa. A

que precisam atender ao quesito concisão, uma vez que desempenham a função de apenas relatar a matéria que será apreciada pelo apresentador, esse sim detentor de ampla autoridade enunciativa. O tom da conversa é uma estratégia evidente para conseguir proximidade com o público. Os apresentadores narram as notícias e compartilham com os telespectadores suas impressões sobre o que veem e pensam, como em um bate papo entre conhecidos<sup>13</sup>. Há nítido cuidado em explicar aos telespectadores os eventos narrados, da maneira mais didática possível, e em analisar as notícias; uma preocupação em se fazer entender, que também é uma preocupação em agradar<sup>14</sup>. As constantes retomadas dos assuntos demonstram bem essa intenção.

Todo o cenário parece ser pensado para destacar as figuras dos apresentadores, o que corrobora a afirmação a respeito da centralidade dos discursos que emitem. Não é exagero dizer: o que temos no telejornalismo policial são horas de manifestações de juízos por parte dos apresentadores, inspirados pelos elementos contidos nos poucos casos exemplares narrados nas notícias. Os casos culminam em uma “lição”, que é constatada ao final. Parecem mesmo ter interesse apenas enquanto servem de mote para as *performances* judiciosas dos apresentadores. Estes reúnem as virtudes do didatismo, da fluência no discurso e na capacidade de se indignar em nome dos valores compartilhados com os telespectadores.

De que exatamente tratam as matérias exibidas nos telejornais policiais? No Cidade Alerta, tratam de assassinatos por traição entre casais, pedofilia, sobretudo no interior das famílias, conflitos entre celebridades ou aspirantes a celebridades, casos de emagrecimento forçado que terminaram mal, de erros médicos envolvendo a busca por um corpo perfeito, instantes espetaculares captados em vídeos que circulam na Internet; há muitos crimes passionais: filhos que matam pais, pais que matam filhos, marido traído que mata mulher e vice-versa, casal que briga e o homem divulga fotos íntimas da ex-namorada; reportam-se brigas de trânsito, casos de abuso sexual, de prisões por tráfico de drogas e apreensão de grandes quantidades de drogas, armas, celulares, dinheiro etc.

---

maior parte da atuação, preenchida pelos comentários, é feita de maneira “livre”, contando no máximo com as indicações da direção do programa e com a participação dos comentaristas. Mesmo essa leitura inicial costuma ser feita em tom coloquial.

13 Tanto Datena como Marcelo Rezende dirigiam-se a seus públicos valendo-se de expressões como “Meus amigos e minhas amigas...”, “Meu senhor e minha senhora...”, “Caros amigos e amigas da Band...”, “A você que me assiste...”, “Pensa comigo!”.

14 Evidência da busca por uma maneira “agradável” de se transmitir a notícia está presente em *slogan* utilizado pelos responsáveis para caracterizar o programa Cidade Alerta: “Informação com narrativas que fazem a diferença!” Disponível em: RECORDTV (São Paulo). Programação Nacional – Cidade Alerta. 2018. Disponível em: <<http://comercial.recordtv.com.br/programacao-nacional/cidade-alerta/>>. Acesso em: 03 jul. 2019.



As matérias mais veiculadas no Brasil Urgente tratam de todos esses temas, mas também cobrem mais frequentemente enchentes na cidade de São Paulo e região circunvizinha, congestionamentos de trânsito nessas localidades, entrevistas ao vivo com agentes públicos, com vítimas em ocorrências policiais, pessoas que protagonizaram notícias reportadas em programas anteriores, acidentes de trânsito, incêndios, resgates, enfim, um conjunto de eventos que envolvem mais diretamente a coletividade, relativamente ao Cidade Alerta, que, por sua vez, tem no rol de temas mais recorrentes a violência sob perspectiva do âmbito familiar.

No Brasil Urgente se noticiam crimes e a política de segurança; há mais notícias sobre o que acontece nas ruas da cidade enquanto espaço de circulação pública. A *urbe* aqui é cenário e também personagem. Há mais notícias de abuso policial e, igualmente, sobre mortes de policiais em ação. Há mais matérias produzidas a partir de estatísticas oficiais, sobre problemas de circulação nas vias públicas, manifestações por punição (“Que seja feita justiça!”), reivindicações de parcelas da população, acompanhamento do andamento de investigações etc.

Nos dois programas as matérias em si raramente ultrapassam dois minutos e meio e são apresentadas dentro de uma estrutura relativamente fixa, seguindo uma mesma ordem – excetuando-se as notícias decorrentes da cobertura ao vivo, em que o caráter de maior imprevisibilidade subverte um pouco essa estrutura. Os casos começam a ser apresentados na leitura da “cabeça” da notícia<sup>15</sup>, pelo apresentador. Com fotos das pessoas envolvidas expostas nas telas que compõem os cenários dos programas, apresentam uma “sinopse” do caso e introduzem a matéria. É comum haver comentários já nessa introdução, como uma prévia do julgamento que vai ser detalhado em momento posterior.

À “cabeça” segue a matéria propriamente dita: exibe-se um vídeo previamente gravado, que pode conter uma simulação dramática encenada por atores e narrada por uma voz em *off*. Na dramatização repete-se mais detalhadamente a história apresentada na introdução. Há pelo menos uma “passagem” do(a) repórter – momento em que ele(a) aparece no vídeo para “assinar” a matéria, mostrar que o material exibido é fruto de um trabalho de apuração (o que parece contribuir para a “credibilidade” da emissão). Há também a possibilidade de que o(a) repórter apareça simplesmente para preencher o tempo de vídeo, suprimindo falta de imagens para cobrir alguma informação –, com a qual se intercalam “sonoras” – quando se

---

15 No caso de Marcelo Rezende, havia certa flexibilização já na leitura da “cabeça”. Em vez de ler, Rezende costumava “contar a história” – conforme expressão diletta do próprio apresentador – dar uma prévia do que viria na sequência, procurando envolver o telespectador no drama a partir da sugestão de pistas que seriam pormenorizadas e retomadas no decorrer da narrativa.

transmite o áudio ambiente. O(a) repórter repete o ocorrido, normalmente em tom mais formal, fornece outros detalhes sobre o local do “crime”, o nome do “criminoso” e do presídio onde ele está. Entram trechos de falas das pessoas envolvidas, sejam na condição de vítimas, testemunhas, “autoridades”, “especialistas” e dos próprios “criminosos”, os quais, já detidos, são frequentemente entrevistados de dentro das delegacias.

## COMENTÁRIOS E JULGAMENTOS DOS ÂNCORAS

Terminado o vídeo com a matéria, volta-se a exibir o apresentador, que começa a comentar o que se assistiu. Para reiterar seus pontos de vista, os apresentadores podem contar com a participação ao vivo dos(as) repórteres que elaboraram a matéria – e que trazem “novos” elementos em relação ao ocorrido até o momento – e de comentaristas “especialistas” no assunto criminalidade, normalmente jornalistas veteranos na cobertura policial – como é o caso, por exemplo, de Percival, simultaneamente comentarista e personagem cômica do Cidade Alerta.

Para ocupar o tempo do programa a partir de informações e imagens finitas, às vezes escassas, e ao mesmo tempo envolver os telespectadores, é preciso repetir, recontar e, o que é mais importante, comentar. São os comentários que preenchem a quase totalidade dos programas. É quando os apresentadores assumem a autoridade a eles conferida pela posição que ocupam na estrutura do programa e ritualmente julgam os “fatos”.

Abaixo passarei a citar e analisar alguns trechos dos programas em questão:

Cabeça da matéria (Cidade Alerta, 02/06/2015):

[Marcelo Rezende:] *Estão distribuindo uns livros aqui... uns livros em escolas públicas... e esses livros que estão distribuindo em escolas PÚBLICAS podem virar, segundo a primeira impressão, propaganda sobre questões de sexualidade. Os livros estão sendo distribuídos em Guarulhos, a segunda maior cidade do estado de São Paulo, e a prefeitura de Guarulhos quer distribuir os tais livros de Educação Sexual... pra crianças de até onze anos, só que, segundo reza a lenda [sendo visivelmente irônico], não é bem uma questão de educação sexual. Começa a abrir um leque, sem que se tenha um amparo... de que há uma didática certa para crianças de até onze anos de idade.*

Comentário 1 (neste caso feito ainda antes de se exibir a matéria): [Marcelo Rezende, indignado] *Quer dizer... tanta coisa pro sujeito fazer na vida... tanta*

*criança precisando ler um livro bom... o cara vai fazer um livro de sapeca-iaiá<sup>16</sup> – é de sapeca-iaiá, é!? [pergunta retórica para alguém da produção, sem esperar resposta]. Põe no Cidade!<sup>17</sup>*

[Segue a matéria, na qual se ouvem uma psicopedagoga e dois vereadores opositoristas, do município de Guarulhos/SP, a corroborarem a tese defendida pelo programa – contra a distribuição das supostas cartilhas de Educação Sexual. O “outro lado” é apresentado como sendo composto por baderneiros intransigentes, oriundos de movimentos LGBT e “coletivos feministas”. Conclui-se que “apesar das críticas”, o prefeito pretende implantar as cartilhas na rede municipal.]

Comentário 2: *Engraçado... tanta coisa na vida pro sujeito fazer... Sebastião? Qual era o nome do homem [prefeito de Guarulhos]? Prefeito de Guarulhos, Sebastião... e tá lá, o homem do PT... Ele podia fazer uma cartilha pra explicar por que que em alguns lugares do partido dele... por que que se mete tanto a mão no dinheiro. Ajudava muito talvez uma cartilha anti-Mensalão [...] né, já que ele tá tão preocupado em difundir uma série de coisas [...] eu acho que ele podia fazer: ‘olha, como não fazer Mensalão, livro número 1’; aí entra na área de Moral e Cívica: ‘número 2, como não deixar destruir a Petrobras’; ‘número 3, o que fazer com o dinheiro do BNDES...’ talvez [assim] ele fizesse algo melhor para a população [...] Eu, por mim, se o sujeito quiser subir no telhado e fazer sapeca-iaiá no telhado [...] como se fosse uma gata no cio gritando, desde que não me acorde, pra mim tá tudo certo. Eu não me meto com a vida dos outros [...]. Mas eu acredito que essas coisas têm que ser natural, num momento de compreensão natural da vida. Não é goela abaixo de uma criança. [...] A família que prepara. A gente não interfere na família. [...] Isso é atalho e a vida não é feita de atalhos. [...] esses livros são atalhos... que envolvem corrupção [...]*

Dos aproximadamente nove minutos de transmissão do assunto no programa, a matéria dura três. O restante é preenchido pelos comentários citados acima. A recorrente estrutura do argumento, no caso em consonância com o próprio enquadramento promovido pela matéria, contempla a passagem da crítica a uma ação governamental considerada imoral à crítica ao partido do prefeito que teria proposto a política. Da crítica à ação imoral para a responsabilização dos políticos,

16 Expressão jocosa, utilizada por Marcelo Rezende para se referir ao ato sexual.

17 Bordão do apresentador, proferido enquanto aponta para o grande televisor que compõe o cenário. Era um comando para dar início ao vídeo.

indiscutíveis inimigos comuns, eis um movimento corriqueiro na retórica dos comentários nos telejornais policiais (RIBEIRO, 2017).

Outro exemplo, dentre inúmeros que poderiam ser citados, também exhibe a maneira pela qual o apresentador julgava os eventos. Em outra matéria, feita com base em gravação de celular obtida pela redação do programa junto a telespectadores, exhibe-se um homem amarrado em um poste, vestindo apenas cueca, sendo chicoteado por um grupo de pessoas. De acordo com a matéria, tratava-se do linchamento de um “traficante”, em Ipatinga/MG, que havia saído da cadeia há 38 dias e que estaria cometendo pequenos “roubos” no “morro” onde morava – daí a retaliação da população. O evento estaria sendo interpretado pela polícia como “acerto de contas com o tráfico de drogas”. Na legenda sobre o vídeo amador, lê-se: “Vizinhos amarram e agridem ladrão”. A notícia dura cerca de seis minutos, quatro deles ocupados pelos comentários do apresentador.

Cabeça da matéria (Cidade Alerta, 23/04/2014):

[Marcelo Rezende:] *Olha a imagem do homem. Me dá imagem, vamo lá.* [Muda-se o tom da voz, que se torna mais enérgica:] *Repare o homem no poste. Ele é um traficante. Os cara botaram ele assim. Olha lá, tão batendo nele. ‘Nunca mais vou roubar...* [interpretando inventivamente os gritos repetidos pelo homem que está amarrado ao poste] *’Ele é um traficante. Decidiu que ia aumentar [...] as especialidades dele: começou a roubar os vizinhos. Parece que os vizinhos não gostaram. Aí o cara tá ali [...] preso com um pedacinho de corda fininho de náilon só... é mais escândalo que qualquer outra coisa. Tá gritando por quê? Eu já pedi para parar de gritar!* [exige Marcelo Rezende, imperativamente, como se estivesse sendo ouvido pelo homem que aparece no vídeo]. *Ele tinha saído da cadeia há menos de dois meses [...] Mostra o ladrão! Oh meu Deus, eu acho que vou amarrar todo mundo* [da equipe de redação] *no poste.* [ironiza, ao reclamar do diretor de vídeo, como de costume] *[...] Ele saiu e teve uma ideia. Disse assim: ‘agora eu vou ser ladrão e traficante.’ Mas os vizinhos não concordaram. Roubou uma casa, roubou outra, até que os vizinhos descobriram [...] amarraram ele no poste, o que tá errado, né. Que não é pra fazer justiça dessa maneira. Esse é um erro... mas os sujeitos disseram que não aguentavam mais. Só de queixa pra polícia já tinham dado 5328 [sic] e ninguém fez nada. Daí reles pegaram o sujeito e colocaram aí, o que é um erro. [...] Põe no Cidade!*

[Segue matéria, apresentada por uma repórter, que, diante da evidência da agressão mostrada no vídeo, contém ao máximo seu julgamento sobre o evento. Entrevista a vítima (aparentemente, dias depois do ocorrido), que relata ter sido agredida, um policial militar (“a polícia”, na fala da repórter), que alega parecer se tratar de “acerto de contas entre traficantes e usuários de drogas” e uma senhora, suposta moradora do bairro, representando os “moradores do bairro”, que demanda a prisão do suposto ladrão, inclusive como conselho para o “pior não acontecer pra ele, né...”. A repórter narra que o homem agredido, um jovem de 18 anos, foi solto há 38 dias, depois de ter mais uma passagem pela prisão, dentre muitas que já havia tido, e que, desde então, estava cometendo novos furtos pelo bairro.]

Comentário: [Marcelo Rezende:] *Vou te contar uma história: esse negócio tá ganhando um volume que daqui a pouco vai virar uma epidemia. Como a gente cada vez tá mais exposto ao crime, e cada vez mais o crime aumenta, e cada vez mais a justiça não condena como deveria, e a polícia não dá cabo de tudo, tá chegando num ponto em que as pessoas vão começar a fazer justiça com as próprias mãos, como nesse caso. E eu já disse: ‘não há um caminho pra paz. A paz é o caminho’. E não fui eu quem disse, foi Gandhi. Mas, uma coisa eu sempre digo [...]: ‘não dá pra gente trocar o caminho pelo atalho’. O atalho da barbaridade, da justiça com as próprias mãos, esse atalho só acontece nesse momento porque a gente tá completamente exposto. Não há a repressão como deveria. Não há punição como deveria. E aí virou uma pelada no meio da rua, sem hora pra terminar. O problema é que a bola é a gente, né, e os bandidos chutam a gente pra lá e pra cá. E a gente tá cansado de apanhar.*

Marcelo Rezende detecta que se trata de uma “epidemia” anunciada, mas tenta justificar a prática de linchamento. O discurso é relativamente confuso, inclusive por ser improvisado, mas o que parecia por um instante ser uma crítica negativa à prática largamente difundida do linchamento torna-se uma justificação da prática. Nesse tipo de discurso, o linchamento torna-se legítimo, uma vez que se transfere a culpa pela prática de quem a executa para a situação de impunidade em que vivemos no Brasil. As pessoas que “fazem justiça com as próprias mãos” são vítimas e agem para se defender da criminalidade, já que o sistema oficial de justiça não funciona.

Situação equivalente pode ser encontrada nos comentários de José Luiz Datena. No exemplo a seguir, a defesa do linchamento também aparece – apesar

de o fazer de maneira ainda mais escamoteada – acompanhada por um discurso com propósitos conscientizadores. Trata-se de um vídeo também aparentemente gravado por celular, onde se vê um homem estapeando e xingando outro, em inglês, dentro do que parece ser uma loja de conveniência. Algumas pessoas acompanham o evento no local. Através da locução de Datena fica-se sabendo que o episódio ocorreu em Londres, apesar de isso não fazer diferença para o apresentador, já que o mais importante é a própria imagem “impressionante” – que desperta o interesse exatamente por ser extraordinária (BOURDIEU, 1997) – e a “lição cívica” a ser extraída do caso. Um homem estaria furtando produtos na loja e os escondendo em uma bolsa, quando o dono do estabelecimento percebe a ação e passa a agredir o sujeito. A matéria nesse caso consiste apenas na repetida exibição do vídeo, acompanhada dos comentários irônicos e “cívicos” de Datena.

Cabeça da matéria (Brasil Urgente, 16/06/2015):

[Datena:] *Ladrão rouba mercado e apanha de dono! O cara tava lá roubando e tal... e de repente o dono do mercado saiu correndo atrás dele [...] Cadê a cena? Deixe eu ver aí. Na tela!*<sup>18</sup>

[Passa-se a exibir o vídeo do espancamento. Datena começa a narrar, atribuindo fala às personagens, e a comentar:] *Olha lá, óh. O cara tá roubando...*[toma-se conhecimento disso apenas através da narração, pois não é possível ver a ação do suposto ladrão]. *Aí vem o dono do mercado. Olha o dono do mercado bem lá. Cadê o dono do mercado, hein? O dono do mercado pega o cara: ‘Cê tá roubando aí, é? O que que cê tá roubando aí?’* [o “dono do mercado” puxa a bolsa do “ladrão” e tenta abri-la.] *‘Ah, tô roubando isso aqui... Ah é? Pá, pá, pá...’* [O “dono do mercado” passa a estapear e xingar o outro. Datena continua a criar a dublagem]. *‘Você não volta mais aqui, hein. Deixa aí e não volta mais aqui [...] Dá área daqui, porque se você voltar aqui eu vou encher sua cara de porrada de novo.’ E ele vai falando e vai dando na cara do ladrão: ‘Vai embora daqui.’ E dá mais um. São quantos tapas, hein?* [Datena passa a contar os tapas]. *E o cara ainda quer levar a bolsa! [...] Esse aí com certeza não volta mais ao mercado. Ou então volta armado, né. Não façam nunca uma coisa dessas. Primeiro, porque... não pode, tem que chamar a polícia. Segundo, porque o cara pode*

18 Bordão do apresentador, proferido enquanto aponta para um dos grandes monitores que compõe o cenário. É um comando para dar início ao vídeo, equivalente ao “Põe no Cidade”, dito por Marcelo Rezende.

*ficar ‘P’ da vida... [Datena volta a contar os tapas e a brincar com isso, reportando-se a membros da equipe do programa]. [...] Vale a pena contar os tapas aí! [o vídeo é repetido várias vezes] [...] Você não pode fazer isso porque tem que chamar a polícia, e corre o risco do cara voltar armado com um canhão e meter bala na sua cara!*

O vídeo vai sendo exibido e reexibido. Não se fica sabendo muito bem o contexto em que o evento ocorreu. Também não se toma conhecimento da sucessão de eventos posteriores ao ocorrido. O vídeo já é espetacular em si mesmo e por isso cabe na pauta do programa. O formato “discurso-a-partir-da-notícia” é o mesmo seguido no Cidade Alerta e, nesse exemplo em que se exhibe uma situação de linchamento, o encadeamento do argumento de Datena é homólogo ao encontrado no comentário de Marcelo Rezende. Parte-se da empolgação inicial em relação à imagem e, através da locução, procura-se chamar a atenção para o caráter espetacular daquilo a que se assiste. Na sequência, passa-se a introduzir comentários ambíguos do apresentador.

A “lição cívica” que Datena transmite a seus telespectadores é a de que “Não façam nunca uma coisa dessas. Primeiro porque... não pode, tem que chamar a polícia...”. Não se bate em ladrão porque é ilegal. Deve-se chamar a polícia. Esse é o dever do cidadão. Entenda-se bem: não está em jogo a legitimidade da prática de violência física contra outro ser humano. Não se faz uma coisa dessas “apenas” porque a lei não permite. O complemento dessa “lição cívica” é igualmente racional com relação a fins: o sujeito agredido pode revidar de maneira ainda mais violenta. Nas palavras do apresentador “o cara pode ficar ‘P’ da vida [...] e corre o risco do cara voltar armado com um canhão e meter bala na sua cara.” Há de se temer a possibilidade de retaliação. O medo da retaliação justifica a adoção de determinada prática, assim como no “estado de natureza” hobbesiano.

Em matéria do Cidade Alerta, transmitida em agosto de 2015, temos a reiteração da defesa da pena capital. Na tela vê-se um homem idoso a caminhar com a ajuda de uma bengala por um lugar que parece ser uma praça.

Cabeça da matéria (Cidade Alerta, 19/08/2015):

*[Marcelo Rezende:] Você vai vendo a imagem... a imagem que você está vendo é uma imagem de dar dó! A imagem de dar dó... o que que ocorre? Um homem. Um homem caminha com toda calma do mundo. Um homem com o rosto cansado. Um homem tomado pelas dores das juntas. Carregando um*



*peso, aos setenta anos. A única coisa que ele não carrega de peso é o peso da consciência. Ele está sendo preso. Ele abusou das netas de quatro, cinco e seis anos de idade. Exatamente!* [passa a constar no vídeo uma legenda, onde se lê: “Desmascarado: o avô maniaco”] *E, também, agora é acusado de ter violentado uma das filhas, quando a filha era criança. Quando eu digo que as aparências enganam... Põe no Cidade!*

[Segue a matéria. A repórter constrói uma narrativa em torno do raciocínio contido no provérbio popular “Quem vê cara não vê coração”, que ela inclusive cita para analisar o caso. Ficamos sabendo que o homem foi preso em flagrante, acusado de abusar sexualmente de uma neta de seis anos. Teria sido denunciado pela própria família, a quem ameaçou com arma de fogo, caso o entregassem à polícia. O depoimento inocente da menina haveria impressionado até a delegada, acostumada a lidar com casos de violência. Uma vez preso, outras vítimas na família se encorajaram e denunciaram a recorrência de outros abusos equivalentes já cometidos pelo mesmo homem]

Comentário: [Marcelo Rezende:] *Quando eu digo que não tem idade... E quando é descoberto, já cometeu outros crimes. Imagina esse homem, com essa cara...* [o rosto de um senhor que usa óculos, cabelo e barba brancos, é exibido no televisor ao lado de Marcelo Rezende]. *Quem vê na rua diz: ‘Oh, tadinho, tá com dor na junta.’ Além de massacrar a neta, já tinha massacrado a filha e a polícia tem certeza que ele tem um caminho de violência sexual. Se, na primeira vez que pegassem – é que nunca pegaram... Quando eu digo: se, na primeira vez, se tem pena de morte, três crianças estavam livres do ‘avozinho’, do ‘vovozinho’. Imagina o trauma dessas crianças daqui pra frente. Imagina como elas vão, aos poucos, vão crescendo, se transformando em mocinha, mulher, e nunca elas vão esquecer. Portanto, quando eu digo: ‘Pegou? Pegou. Comprovou? Comprovou. Tem que dar fim!’ Ou seja, pena de morte ou prisão perpétua. Não pode conviver em sociedade.*

A única maneira de eliminar o mal, sobretudo em se tratando de transgressões tidas por as mais imorais, como são os casos de pedofilia, é eliminando definitivamente o sujeito transgressor. Uma vez comprovado o crime, aplica-se a pena capital. Assim o fazendo, evita-se a recorrência do indivíduo no mundo do crime. O “pedófilo” é incorrigivelmente mau. Afinal de contas, no curioso exercício de previsão do passado contido no discurso de Rezende, já estava determinado como destino

inexorável do homem abusar de outras pessoas, de modo que, eliminando-se a possibilidade da prática ao eliminar de vez o perpetrador potencial, evitar-se-ia a ocorrência do crime.

O anseio por maior punição é mesmo a tônica dos discursos dos apresentadores. Além do linchamento e pena capital, faz-se recorrentemente a defesa da redução da maioridade penal. Em junho de 2015 o tema povoou intensamente a agenda midiática no Brasil. Isso porque entrou em votação na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda à Constituição que tocava na diminuição da idade a partir da qual o indivíduo passa a responder penalmente como adulto, sem o benefício das garantias asseguradas aos jovens pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Brasil Urgente o assunto foi abordado no encadeamento de matéria sobre a morte de uma jovem por complicações decorrentes do fato de ter sido estuprada, espancada e jogada de um penhasco por quatro menores de idade. Datena aproveitou o ensejo para mostrar que já vinha há muito “cobrando das autoridades” a redução da maioridade penal, para que casos como aquele não voltassem a ficar impunes. Reexibiram trecho de rápida entrevista feita pelo próprio apresentador, em 2013, com o então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. No contexto, fazia-se no programa uma “pesquisa sobre a redução da maioridade penal”. O vídeo começa com a pergunta de Datena. Na legenda lê-se: “Há dois anos [fora gravada a entrevista com o Ministro]. Lei da maioridade penal se arrasta por 20 anos”.

(Brasil Urgente, 15/06/2015).

[Datena] - *Ministro, a gente tá fazendo uma pesquisa sobre a redução da maioridade penal. O senhor é contra?*

[Cardozo] - *Olha, eu tenho afirmado que é uma cláusula pétrea, mas a gente tem que discutir quais os melhores caminhos pra isso [...] Nós temos que, nesse momento, debater - essa discussão é boa pra sociedade - e verificar que políticas nós devemos ter para enfrentar essa questão da maioridade penal.*

[Datena, em tom de indignação] - *Enquanto se debate, muita gente é morta por menores, Ministro.*

[Cardozo] - *Veja, isso acontece, mas muita gente também é morta por adultos e nós temos que enfrentar as mortes como um todo. Eu acho que nós temos que ter na Segurança Pública uma ação muito importante, corajosa... e competente.*

*E não adianta ficar empurrando culpa pra um, culpa pra outro. Nós temos que estar juntos pra enfrentar o problema da violência.*

[A matéria prossegue, com a narração da repórter, que diz que a entrevista havia sido gravada há “exatos dois anos [e desde então nada de positivo no tocante a esse problema social veio a acontecer]”, quando Datena interrompe:]

*Um segundo. [...] Foi bem colocado pela Fabíola [a repórter] ali no início da reportagem [...] porque fazem DOIS ANOS que eu entrevistei o Cardozão. Ele disse uma coisa óbvia: ‘É, não é só menor que mata, é adulto que mata também.’ É claro! Vocês aí em Brasília nem reduzem a maioria penal, como também não votam projetos importantes pra tentar pelo menos atualizar esse Código Penal, que tem quase oitenta anos! [...] Agora, vocês nem melhoram o Código Penal, com medo de alguns políticos serem presos também... ou, às vezes, sei lá por quê... por omissão... sei lá o quê... os bons, por omissão, os ruins, porque são ruins mesmo, entendeu!? Vocês nem melhoram o Código Penal e nem votam a redução da maioria penal [...]*

[A fala de Datena se estende. O apresentador autoriza a retomada da matéria. O assunto da reportagem é: a redução da maioria penal vinha sendo “debatido” há bastante tempo no programa, em decorrência das frequentes notícias de crimes praticados por menores. Em trecho da matéria aparece Datena, em outra edição do programa, tecendo seu comentário habitual:]

*Quantos casos de menores matando, todo dia... Eu digo sempre aqui que a gente revela, ultimamente, por essa lei idiota que a gente tem... porque o Estatuto da Menor é muito bom pra defender o menor abandonado pela família. Não pode usar o mesmo Estatuto para defender o menor assassino, estuprador, violentador [...]*

[A matéria termina e se passa a exibir a imagem de Datena, ao vivo. O apresentador dá seu parecer final sobre o assunto:]

*Bom, eu sei lá o que esses caras [os deputados federais] vão votar, mas alguma coisa tem que ser feita. O menor não pode continuar matando e continuar impune. O menor não pode continuar violentando e continuar impune!*

A mesma constatação da “impunidade”, com a recorrente crítica às “leis fracas”, está presente nos comentários abaixo, acompanhada de todos os elementos que tenho tentado destacar. Está presente o mesmo movimento: da crítica à “impunidade” à crítica aos políticos e, neste caso, explicitamente, crítica à própria democracia representativa. O ensejo é dado por notícia sobre um caso de “roubo consumado seguido de morte”<sup>19</sup>:

Cabeça da matéria (Cidade Alerta, 04/06/2015):

[Marcelo Rezende:] *Presta atenção na história desse moço. Ele é dono de uma empresa de informática. Casado há quatro anos. Ele é pai. Pai de um menino de três anos de idade. O que que acontece: o menininho faz aula de natação e o pai foi lá. De repente, ele [o pai] se deu conta - tá com o filho - de que esqueceu a toalha dentro do carro. Ele volta pra buscar a toalha. Resumo: lá fora estão três bandidos. Os três bandidos atiraram por atirar. Fugiram sem levar nada. E o rapaz é morto.*

[Na reportagem fica-se sabendo que o homem, “um rapaz alegre com um futuro brilhante”, era dono de uma empresa de informática, tinha 39 anos, e foi assassinado em Campinas/SP, quando buscava esposa e filho na academia. Aparentemente três homens abordaram o empresário enquanto ele ia ao carro buscar uma toalha para o filho. Tentaram roubar o automóvel; o empresário reagiu e foi baleado.]

Comentário: *A pergunta que eu faço é: o que que a gente faz hoje em dia para realmente punir o crime? Não é possível que um sujeito que mate um chefe de família pelo simples prazer de matar seja preso e condenado por essa lei ordinária [no sentido pejorativo] do Brasil. É preciso que a gente, sociedade, que eu e você nos movimentemos. É preciso que a gente faça uma campanha... o Congresso Nacional, quando ele quer mudar a Constituição, eles inventam de qualquer maneira uma Emenda Constitucional. E quando não quer - acontece agora com a redução da idade penal – o Congresso Nacional, ou a maioria da comissão que está estudando a redução da idade penal, é a favor. Então vai votar, até porque o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, já se disse a favor. Imediatamente, o governo Dilma, que é contrário à lei, já disse que é incons-*

---

19 Tipificação do crime, conforme se noticia ter sido registrado no boletim de ocorrência.

*titucional. Se fosse ao contrário, aí o Congresso diria que é inconstitucional, o que é na verdade uma absoluta balela e uma absoluta baderna! Então, eu tenho certeza que eu e você temos que ter o direito... porque somos nós, eu e você, que sustentamos... essa farra que é a política brasileira - com exceções.... Somos nós. É o nosso dinheiro. E a gente tem que ter o direito, o direito da gente escolher o que a gente quer pro nosso país. Porque os homens que estão no Congresso – registro, há exceções – boa parte vende voto de cabresto, voto por troca de favor... isso não é uma representatividade do cidadão. Não é possível que três sujeitos que matem num assalto um pai de família, se presos, fiquem doze, treze anos na cadeia, não! Eles tinham que ser condenados a pena de morte pela barbaridade cometida!*

Mais que pena de morte ou prisão perpétua, como punição ao “criminoso” sugere-se também o castigo nos mesmos termos do dano causado.

Cabeça da Matéria (Cidade Alerta: 08/06/2015):

*[Marcelo Rezende:] Hoje aqui em São Paulo aconteceu um crime, que foi filmado, e ninguém conseguiu falar com o sujeito. Um sujeito que namora uma moça, ele acreditou que estava sendo traído [...] Eu vi a imagem. Aquilo me deu uma irritação – e olha que pra me irritar eu demoro. [...] Há uma imagem desse sujeito batendo na namorada. Ele pagou fiança e ficou livre. O que que acontece: a Fabíola<sup>20</sup> o encontrou e falou com ele [...]*

*Comentário 1: Como pode um sujeito desse tamanho bater numa mulher [...] Eu vou dizer uma coisa pra você, em toda sua consciência: um sujeito desse devia... devia ter um negócio assim que ele pudesse apanhar, né. Porque a polícia chegou lá e tem que prender. E ele encontrou a repórter e deu gargalhada! [...] Pra ele tá tudo certo!*

[Na matéria mostra-se um homem batendo em uma mulher, sobre a calçada. O vídeo da agressão foi capturado por uma câmera de segurança da Guarda

---

20 Fabíola Gadelha. Tratava-se de uma repórter do programa. Ficou famosa como repórter da versão regional do Cidade Alerta, em Manaus/AM, por abordar de maneira inquisidora os “bandidos”, julgando-os rispidamente enquanto os entrevistava dentro de delegacias. Adquirida a notoriedade na filial, foi contratada pela TV Record de São Paulo e costumava substituir eventualmente Marcelo Rezende na apresentação do Cidade Alerta “nacional”.

Metropolitana, o que possibilitou que o a polícia chegasse poucos minutos depois. Tratava-se de um casal de namorados. O homem, que suspeitava ter sido traído, “tinha fama de violento na região” e histórico de comportamento violento com a namorada. A repórter entrevista e caracteristicamente acusa o homem à porta do que parece ser a casa dele. Passa-se, então, a filmar o estúdio, de onde Marcelo Rezende questiona a repórter e pede para que ela recontre a “história” em maiores detalhes.]

*Comentário 2: A minha tese é muito simples: um cara que faz isso com uma mulher, ele tinha... devia ter um negócio que fosse assim: olho por olho, dente por dente! Bateu em mulher, apanha! Porque, se vai um cara pra cima dele, eu duvido que ele teria essa euforia toda! Mas com mulher eles têm. Eu vou te contar! Eu vou te dizer bem legal: tinha que pegar, tinha que meter numa cadeia e... Aí não. Aí a lei vai lá – a culpa não é nem do delegado – a lei vai e diz o seguinte: que ele paga uma fiança [irrisória e é solto] [...]. Pode!?*

Nos julgamentos feitos a partir das notícias, os apresentadores atuam como verdadeiros inquisidores dos fatos (OLIVEIRA, 2007), procurando antecipar a justiça formal. E, como mostra Ribeiro (2017), em grande parte das vezes esses julgamentos encontram aceitação irrestrita entre aqueles que assistem aos programas, o que inclusive atesta nesses casos a eficiência das instâncias produtora e veiculadora em falarem a língua e aos anseios de seu público-alvo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurei destacar fatores condicionantes da produção de certa visão de mundo moralista e punitivista através dos telejornais policiais no Brasil. Para ir além da simples atribuição da pecha de “sensacionalistas” a esses programas, deve-se procurar verificar os constrangimentos do campo profissional a que estão submetidos ao fazerem o que fazem, além de analisar parte do conteúdo que produzem.

Muitos produzem opiniões na sociedade contemporânea. Jornalistas compõem um grupo de especialistas nessa atividade. Poucos, porém, conseguem repercussão massiva. Os que o conseguem, em contexto hodierno, o fazem ainda em grande medida através dos meios de comunicação de massa<sup>21</sup>. A televisão, empregadora

---

<sup>21</sup> Uso a locução adjetiva “de massa” por dois motivos principais. Por um lado, para destacar o caráter pretensamente indiferenciado do público a que no geral se destinam os produtos transmitidos em meios como a TV. Nesse sentido, a comunicação “de massa” é diferente daquela “de

de grande número de jornalistas, detentora de recursos econômicos e concessão estatal para atingir amplas parcelas da população e manter esses produtores em atividade *full-time*, tem o privilégio de (re)produzir certo senso comum reinante. É inclusive útil para a empresa midiática (re)produzir esse discurso, uma vez que o sucesso comercial – que, afinal, paga os salários dos produtores, põe à disposição deles os recursos técnicos e, assim, mantém a empresa em funcionamento – depende do investimento publicitário, que, por sua vez, depende da audiência consumidora que se é capaz de manter.

Os julgamentos feitos pelos âncoras dos telejornais policiais não buscam uma compreensão “desinteressada” do mundo. A verborragia precisa ser efusiva, ao gosto do espetáculo, para atrair esse estrato do público. Com essa necessidade de comunicação rápida, enfática e ao mesmo tempo agradável, inevitavelmente impera o lugar comum, isto é, os raciocínios pré-construídos, disponíveis à reflexão mais imediata, que vêm à mente quase que sem esforço.

Busquei destacar no “texto” produzido cotidianamente no interior dos telejornais policiais alguns temas frequentes, bem como as inflexões mais comuns nas abordagens desses temas. Com este esforço, concluo ser possível afirmarmos que o telejornalismo policial, estudado neste artigo através de seus representantes de maior sucesso, condensa, amplifica, repercute e, assim, legitima, certo senso comum moralista e punitivista, amplamente difundido na sociedade brasileira e manifesto caricaturalmente nos anseios por punição e por correção autoritária das “mazelas sociais”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARONCHI DE SOUZA, José Carlos. *Gêneros e formatos na televisão brasileira*. São Paulo: Summus, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

---

nicho”, reconhecidamente direcionada a segmentos mais específicos de mercado. Por outro lado, a locução especifica um tipo de comunicação no qual há uma instância monopolizadora dos recursos de produção e divulgação em larga escala e em que o destinatário, apesar do crescente poder de interagir com o emissor, é em grande medida agente que apenas reage a partir do que lhe foi apresentado pelo ente produtor privilegiado.



- E.B.C. – EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. *Somente a verdade: manual de jornalismo da EBC*. Brasília, 2013.
- FENAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Vitória, ago. 2007. Disponível em: [http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros..pdf](http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em: 03 de julho de 2019.
- HALL, Stuart *et al.* “The social production of news”. In: HALL, Stuart *et al* (orgs.) *Policing the crisis: mugging, the state, and law and order*. London: The Macmillan Press, 1978, p. 53-77.
- MCQUAIL, Denis. *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- OLIVEIRA, Danilo Duarte. *Jornalismo policial na televisão: gênero e modo de endereçamento dos programas Cidade Alerta, Brasil Urgente e Linha Direta*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Programa de Pós Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.
- RIBEIRO, Fábio R. A. *Telejornalismo policial, senso comum e classe social*. Curitiba: Prismas, 2017.
- SCHUDSON, Michael. *Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

## Estamira e os frágeis limiares heterotópicos de resistência à psiquiatria enquanto estratégia de governo biopolítico das diferenças

*Estamira and the fragiles heterotopic thresholds of resistance to psychiatry as a biopolitical government strategy of differences*

Silvio de Azevedo Soares<sup>a</sup>

**Resumo** O objetivo deste trabalho é averiguar as probabilidades de resistência à psiquiatria – enquanto um dispositivo biopolítico de governo das diferenças – presente nas falas e na existência de Estamira, reproduzidas no documentário homônimo. Em termos metodológicos, utilizando as reflexões de Foucault e Butler, tomo *Estamira* como um documentário de inspiração genealógica, que permite a manifestação do discurso sujeitoado e a apreensão das condições precárias da personagem, que se sujeita e resiste aos governos religioso, familiar – como instância de normalização disciplinar e psiquiátrica do sujeito – e médico-psiquiátrico de sua existência. Ao estabelecer-se em um lixão – enquanto um espaço heterotópico –, essa mulher classificada como louca e diagnosticada como esquizofrênica apresenta, de maneira paradoxal, uma resistência mais lúcida e crítica contra as investidas do poder psiquiátrico.

**Palavras-chave** Cinema documental. Estamira. Psiquiatria. Governo. Diferenças.

**Abstract** *The objective of this work is to investigate the probabilities of resistance to psychiatry – as a biopolitical dispositive of government of differences – presente in the speeches and in the existence of Estamir, reproduced in the homonymous documentary. In methodological terms, using the reflections of Foucault and Butler, I take Estamira as a documentary of genealogical inspiration because it allows the manifestation of the subject speech and the apprehension of the precarious conditions of the character, which submits and resists to the religious, family – as instance of disciplinary and psychiatric normalization of the subject – and medical-psychiatric governments of its existence. When establishing herself in a dump – as a heterotopic space –, this woman classified as mad and diagnosed as schizophrenic presents, in a paradoxical*

---

a Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp, Marília, Brasil) e pesquisador do Observatório de Segurança Pública (OSP) da Unesp <[silvioaz@hotmail.com](mailto:silvioaz@hotmail.com)>.

*way, a more lucid and critical resistance against the assaults of psychiatric power.*

**Keywords** *Documentary film. Estamira. Psychiatry. Government. Differences.*

## INTRODUÇÃO

*“Eu, Estamira, não concordo com a vida.”*

*(Estamira, 2006)*

*“Eu penso que, de fato, a vontade de não ser gover-  
nado é sempre a vontade de não ser governado assim,  
dessa forma, por elas, a esse preço.”*

*(Michel Foucault, O que é a crítica?, 1990)*

O objetivo desse trabalho é analisar as possibilidades de resistência à psiquiatria – enquanto um dispositivo<sup>1</sup> biopolítico de governo das diferenças – presentes nas falas, nas narrativas e na existência de Estamira Gomes de Souza – abordadas e veiculadas pelo documentário *Estamira* (2006), que relata a história dessa mulher, então com 63 anos, que sofre de distúrbios mentais e vive e trabalha no Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Para alcançar tal fim, compreendo aqui “diferença” a partir do quadro analítico desenvolvido por Michel Foucault: na modernidade<sup>2</sup>, os diferentes como aqueles sujeitos que estão aquém ou excedem, que escapam ou afrontam as normas disciplinares e biopolíticas. A diferença como o que não é norma(l).

Nesse sentido, a partir de uma revisão bibliográfica dos ditos e escritos genealógicos<sup>3</sup> de Foucault, apresento considerações sobre a emergência do biopoder – em suas interfaces disciplinar e biopolítica – e a constituição de uma sociedade da normalização enquanto condições de formação e consolidação de um governo dos anormais/dos diferentes. De forma específica, destaco como se procurou

---

1 Noção analítica utilizada por Foucault (2016c), dispositivo compreende toda uma rede heterogênea de práticas de poder, de discursos, de instituições, de leis, de normas, dentre outros elementos.

2 Para Foucault, a modernidade pode ser descrita: a) em um ângulo histórico, a partir do final do século XVIII; b) em uma perspectiva política, a partir do exercício do biopoder; c) em um ponto de vista epistêmico, com a constituição das ciências humanas (CASTRO, 2009, p. 301).

3 Estudiosos da obra de Foucault – como Machado (2016, p. 32) e Castro (2009, p. 264) – comumente dividem a sua trajetória intelectual, ainda que de forma insuficientemente precisa, em três períodos: uma arqueologia dos saberes, das regras de enunciação e de circulação dos discursos (anos 1960); uma analítica genealógica sobre os dispositivos de poder-saber que formam discursos e sujeitos (anos 1970); a fase ética de problematização do sujeito e das práticas através das quais o ser humano constituiu-se enquanto sujeito (anos 1980).

efetivar um governo das diferenças através, entre outros dispositivos, da tecnologia médica-psiquiátrica (FOUCAULT, 2006d; 2010a).

Numa perspectiva metodológica, abordo o filme *Estamira* como um documentário de orientação genealógica (FOUCAULT, 1999; 2006a), que constrói um enquadramento de poder audiovisual (BUTLER, 2015) que possibilita a transmissão e, ao menos, a apreensão do discurso sujeitoado e da precariedade de existência da personagem. De acordo com essa lógica, examino o conteúdo audiovisual do documentário, descrevendo e analisando – com o apoio também das considerações de Peter Pál Pelbart (2007) – as sujeições e as oposições de Estamira às tentativas de governo religioso, de governo familiar e de governo psiquiátrico de suas condutas.

A despeito do tom absoluto de sua fala: “Não vou ceder o meu ser a nada” (ESTAMIRA, 2006), quando está estabelecida no lixão – um espaço heterotópico (FOUCAULT, 2013a) –, Estamira se mostra em uma posição de resistência mais articulada contra o dispositivo psiquiátrico, aproximando-se de uma atitude crítica (FOUCAULT, 1990). Paradoxalmente, essa mulher rotulada de louca e diagnosticada como esquizofrênica, parece apresentar maior lucidez na crítica ao governo psiquiátrico de sua existência.

## **PERSPECTIVA ANALÍTICA DO PODER EM FOUCAULT: PODER RELACIONAL, GOVERNO E RESISTÊNCIA**

Em inúmeras análises históricas realizadas na designada fase genealógica, Foucault descreve como as estratégias, os procedimentos e os controles de poder-saber se exerceram sobre a materialidade dos corpos humanos. Nessas análises, Foucault concebe o poder como algo que se exerce: é ato, é relacional – não constitui uma substância ou entidade que se possa ter, trocar, retomar. Como relação social, o poder funciona a partir de uma rede de interações entre corpos, discursos, saberes, práticas, onde os sujeitos – enquanto intermediários, não somente objetos de poder –, exercem, submetem-se ou resistem ao poder (FOUCAULT, 1999, p. 32). Assim, não se tratam de relações de poder que se impõem de maneira unívoca, mas de múltiplas lutas, guerras e enfrentamentos – em dado contexto histórico e social – entre diferentes saberes, poderes e modos de concepção de sujeito.

Na modernidade, o poder deve ser compreendido não somente nas dimensões negativas de repressão, proibição e cerceamento, mas também como uma realidade positiva que constitui discursos e individualidades (FOUCAULT, 1987, p. 172), que produz instrumentos de observação, registro, investigação e acúmulo de saber (FOUCAULT, 1999, p. 45).

Dessa maneira, em Foucault, o poder e o saber se implicam e se reforçam mutuamente: às múltiplas relações de poder que constituem e perpassam o corpo social, associam-se discursos de verdade específicos, isto é, saberes produzidos e postos em circulação pelos mecanismos de poder. Tais práticas de poder e discursos de saber, a partir de determinadas instituições – como escolas, hospícios, prisões, etc. –, engendram sujeitos e determinam as maneiras pelas quais os indivíduos se concebem e são compreendidos pelo corpo social – alunos, doentes mentais, delinquentes, etc.

No curso *Segurança, território, população* (2008), em uma espécie de deslocamento espiral no interior de seu quadro analítico<sup>4</sup>, Foucault passou a considerar o poder também como da ordem do governo, no sentido de direção de condutas de outro indivíduo ou de um grupo: poder que incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, limita ou estende, obriga ou impede certos comportamentos e condutas (FOUCAULT, 1995, p. 243). Neste sentido, afirma Foucault que o “traço distintivo do poder é que alguns homens podem mais ou menos determinar inteiramente a conduta de outros homens – *mas nunca de maneira exaustiva ou coercitiva*.” (FOUCAULT, 2006c, p. 384, grifos colocados).

Dessa citação decorre uma terceira consideração à noção de poder em Foucault: enquanto relação em rede, o poder provoca possibilidades de resistência, de contra-conduta, de recusa às suas intenções (FOUCAULT, 1995, p. 232; 2006c, p. 384). Daí a reciprocidade ontológica entre estratégias de poder e táticas de resistência – as relações de poder “só podem existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência: estes desempenham nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência onde se agarrar.” (FOUCAULT, 1985, p. 91).

## **SOCIEDADE DA NORMALIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA DE UM GOVERNO DOS ANORMAIS/ DAS DIFERENÇAS**

Entre fins do século XVII e meados do XIX, Foucault constata uma reconfiguração na estratégia geral de poder. Da preponderância de uma lógica de poder denominada soberania, que se exercia essencialmente no direito do soberano sobre os súditos de “*causar a morte ou de deixar viver*” (FOUCAULT, 1985, p.148, grifos colocados), houve a passagem para a prevalência do biopoder que, tomando como

---

4 No curso de 1975-76, *Em Defesa da Sociedade* (1999), Foucault realiza uma autocrítica ao modelo binário da guerra enquanto princípio de análise das relações de poder (utilizado nos estudos anteriores citados). Tal modelo da guerra entre dois antagonistas seria insuficiente para compreender a multiplicidade das relações de poder, já que as codifica, de forma excessiva, como violência, enfrentamento, rivalidade (PELBART, 2017, p. 14).

objeto o corpo e a vida do ser humano, caracteriza-se como “um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (FOUCAULT, 1985, p.150, grifos colocados).

Enquanto sistema de poder, o biopoder não se aplica exclusivamente ao governo considerado institucionalmente, mas ao funcionamento entrelaçado do saber e do poder em inúmeros âmbitos da sociedade moderna (CASTRO, 2009, p. 327). Dessa forma, através das dimensões do biopoder – a disciplina, individualizante; a biopolítica, massificante –, a vida humana foi inserida em uma série de mecanismos de poder que possuem como objetivos a maximização das forças individuais e a otimização da vida coletiva.

Na implementação das tecnologias disciplinares, Foucault (2010a, p. 43) destaca a elaboração de uma série de normas – de modelos considerados como “ótimos” – que, como mecanismos de poder, possuíam a finalidade de coerção e correção dos indivíduos e grupos nos diferentes domínios em que elas se aplicavam. A partir das normas, o olhar normalizador do exame – constituindo saberes como a psiquiatria, a criminologia, a pedagogia – compôs um sistema exaustivo de classificação e hierarquização das diferenças individuais – os “normais” e os “anormais”, os “aptos” e os “inaptos”.

Já na biopolítica, a vida – em sua multiplicidade de circunstâncias sociais – foi reduzida à dimensão biológica de espécie humana (FOUCAULT, 1999, p. 289) e circunscrita à noção de população enquanto o conjunto plural de corpos vivos (FOUCAULT, 2008, p. 28). Em sua interface biopolítica, o biopoder tomou, como objeto, os fenômenos biossociológicos da espécie humana como as doenças, a natalidade, a mortalidade. Tratava-se, assim, de buscar melhorar as condições de existência de uma população, procurando aumentar a vida, visando “intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no ‘como’ da vida” (FOUCAULT, 1999, p. 295).

Para dar conta, em nível global e na fineza dos detalhes (FOUCAULT, 2006b, p. 302), dos múltiplos domínios da vida, a biopolítica, por um lado, consolidou uma expansão e multiplicação das artes de governar<sup>5</sup> (FOUCAULT, 1990, p. 3): governo da população pela economia política, governo das crianças pelos professores, governo do indivíduo pela família, governo dos doentes pelo médico, governo dos ilegais pelo sistema prisional. Através de um neologismo, Foucault designa esse processo de desenvolvimento de inúmeros dispositivos específicos de governo e de

---

5 Emergência de inúmeras artes de governo que ocorreu a partir da generalização extra-religiosa do poder pastoral no século XV (FOUCAULT, 1990). Em vários trabalhos (1990, 2006b, 2008), Foucault realiza uma genealogia do poder pastoral enquanto governo das condutas de todos e de cada um, bem como da apropriação e transformação dessa forma de governo pelo Estado moderno.

saberes sobre a população de “governamentalidade” (FOUCAULT, 2006b, p. 303). Por outro lado, a biopolítica levou também a uma organização e centralização estatal dos aparelhos de governo, a uma tendência de “estatização do biológico humano” (FOUCAULT, 1999, p. 286), que implicou numa “governamentalização do Estado” (FOUCAULT, 2006b, p. 384) como o processo no qual o Estado passou a coordenar os governos de múltiplos aspectos micropolíticos da vida.

Como discursos de saber da biopolítica, constituiu-se a demografia, a estatística, a economia política e a medicina social. Discursos que se ocupavam do conjunto da população e seus fenômenos e fundamentavam procedimentos de normalização – distintos da normalização disciplinar (FOUCAULT, 2008, p. 83) – que visavam coeficientes gerais normalmente esperados sobre a população e suas secções internas – como taxas de mortalidade e de morbidade de grupos específicos, de ocupações específicas que não colocassem em risco a vitalidade e a força produtiva de uma população.

Enquanto tecnologias que visavam fazer viver, pode-se considerar que, na efetivação da biopolítica ainda nos séculos XVIII e XIX, constituiu-se um governo das anomalias, das causas de “diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos” (FOUCAULT, 1999, p. 290), das doenças como fatores de “morte permanente, que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece” (FOUCAULT, 1999, p. 291). Consequentemente, as incapacidades biológicas diversas foram assumidas como ameaças à vida e os doentes, os sujeitos na velhice e qualquer perigo interno em relação à segurança do conjunto – loucos, degenerados, criminosos, mendigos – foram tomados como diferenças a serem governadas, rejeitadas, expulsas e, no limite, deixadas morrer.

Dessa forma, no contexto de uma sociedade de normalização (FOUCAULT, 1999, p. 302) que congrega as normalizações disciplinar e biopolítica, deixar morrer é resultado de uma gestão calculista da vida que, para maximizar a existência biológica de uma população, distribui “vivos em um domínio de valor e utilidade” (FOUCAULT, 1985, p. 157) e chega até mesmo a planejar e exigir a morte de outros.

Todavia, é necessário sublinhar que as análises de Foucault referem-se a uma sociedade de normalização e não a uma sociedade normalizada (CASTRO, 2009, p. 309). Ou seja, a normalização diz respeito ao modo de funcionamento e à finalidade do biopoder e, ainda que tenham atingido uma extensão considerável, os procedimentos de normalização nem por isso deram-se – ou se realizam atualmente – de forma absoluta, sem resistências, críticas e movimentos de luta. Existiram – e sucedem-se – fugas e restos às tentativas biopolíticas de totalização da massa de sujeitos à população. Ocorreram – e ainda se desenrolam – escapes



às normas disciplinares e biopolíticas: a própria norma “traça a fronteira do que lhe é exterior – a diferença com respeito a todas as diferenças –, a anormalidade” (CASTRO, 2009, p. 310). Efetivaram-se e realizam-se críticas e questões ao fenómeno da governamentalidade: como não ser governado dessa ou daquela forma? (FOUCAULT, 1990). Em suma, da consolidação de uma sociedade da normalização emergiu também um governo das diferenças, dos que resistem, insubordinam-se e escapam tanto às normas disciplinares quanto às biopolíticas.

### **MEDICALIZAÇÃO PSIQUIÁTRICA E A CONSOLIDAÇÃO DE UM GOVERNO DOS ANORMAIS/DAS DIFERENÇAS**

Se as duas interfaces do biopoder não se exercem sobre o mesmo nível, todavia, articulam-se uma à outra. Foucault destaca (1999, 2010a) que a medicina e, entre as especialidades médicas, a psiquiatria são estratégias articuladas de normalização visto que buscaram efetuar, concomitantemente, o assujeitamento disciplinar do corpo-organismo e a regulação biopolítica dos processos biológicos de uma população.

Castro reforça que “a sociedade da normalização é uma sociedade fundamentalmente medicalizada” (2009, p. 310), uma sociedade na qual a medicina moderna, que emergiu nos fins do século XVIII, se alastrou e foi muito além da questão das enfermidades. Nessa perspectiva, numa série de trabalhos (2010b, 2016a, 2016b), Foucault descreve como a medicina moderna, em sua função política de normalização social, incumbiu-se de inúmeros domínios não estritamente patológicos: a) do conjunto de corpos compreendidos como força global do Estado; b) do meio urbano, incluindo a higiene pública, as condições de moradia, a localização dos bairros, a circulação de ar, água e miasmas; c) da força de trabalho, ocupando-se dos pobres e dos operários; d) da família, constituída como primeira instância da normalização dos sujeitos, e da infância, incluindo higiene, amamentação, vacinação, vestuário. Em outros termos, com o desenvolvimento da medicina moderna se estabeleceu uma ascendência médico-política de controle social sobre a população, suas secções internas e seu meio de existência, que foram enquadrados em uma série de prescrições normalizantes.

Nos cursos *O Poder Psiquiátrico* (1973-74) e *Os Anormais* (1974-75), Foucault realiza, de forma específica, a análise da psiquiatria como mecanismo de normalização social. Em *O Poder Psiquiátrico* (FOUCAULT, 2006d), através de uma genealogia histórica do dispositivo psiquiátrico de poder-saber, o curso descreve como, desde os primeiros passos da psiquiatria asilar no início do século XIX, a loucura enquanto doença mental foi concebida como distúrbios em relação

à conduta regular e normal de agir, querer, sentir e experimentar as paixões (FOUCAULT, 2006d, p. 443).

Nesse período, a família tornou-se parte dos objetos da psiquiatria ao ser identificada como uma das causas deflagradoras da loucura – devido às contrariedades e preocupações no seio familiar como as perdas financeiras e as separações. Essa generalização psiquiátrica sobre a família realizou-se de duas formas: como estratégia de medicalização disciplinar, patologizando questões familiares – como o leito conjugal, o quarto infantil, o vestuário, a alimentação – e como disciplinarização interna da família, através da adoção, por esta, de práticas como a vigilância sobre os filhos, o controle da postura, gestos, comportamentos das crianças. Dessa forma, a família passou a funcionar como uma das instâncias de identificação do sujeito psiquiatrizável: quando um sujeito escapava ao poder da família, era internado e posto sob as práticas do asilo que deveriam disciplinarizá-lo, para então retornar ao convívio com seus familiares.

Progressivamente, o discurso psiquiátrico da doença mental como desvio da conduta regular se generalizou para todos os dispositivos disciplinares. Na ocasião em que uma pessoa era incapaz de seguir a disciplina escolar, da oficina ou do exército, a psiquiatria intervinha como esquema de normalização e sujeição desse sujeito no interior dessas instituições. Enfim, a psiquiatria desempenhou o papel de disciplina para todos os indisciplináveis, de instância de controle de todas as instituições disciplinares, colocando “fora do circuito certo número de indivíduos inutilizáveis no aparelho de produção” (FOUCAULT, 2006d, p. 140).

Já em *Os Anormais* (FOUCAULT, 2010a), a partir de um ponto de vista extramamnicomial, Foucault aborda a generalização social da psiquiatria, realizando uma genealogia da noção de anormalidade. Através dessa noção, a psiquiatria se afastou da loucura como doença mental e emergiu, nos anos 1840-1875, como dispositivo de poder-saber do anormal, como ciência dos desvios, das anomalias e de todas as desordens possíveis de conduta (FOUCAULT, 2010a, p. 210).

O campo do anormal, como abordado no interior dessa nova psiquiatria de meados do século XIX, foi constituído, de forma não sincrônica, a partir de três elementos: a) o monstro humano como exceção jurídica e biológica: as deformidades congênitas, o hermafroditismo, os irmãos siameses; como exceção jurídica e moral: os crimes sem motivo; b) o indivíduo indisciplinado, entendido como incorrigível que escapava das normas disciplinares preliminares; c) a criança masturbadora, a partir da concepção da masturbação como causa potencial de uma série de doenças e distúrbios.

Nessa nova psiquiatria do anormal encontra-se um duplo sentido da noção de norma. Por um lado, a norma entendida como regra social de conduta, como lei informal e princípio de conformidade social, oposta à desordem, à excentricidade, aos desvios morais e jurídicos. Por outro, baseada na medicina orgânica e na neurologia, a norma era compreendida como a regularidade funcional do organismo, em contraste ao mau funcionamento do corpo, ao patológico, ao organismo disfuncional. Por esse duplo jogo da norma, o anormal na ordem das condutas podia ser referido ao anormal na ordem do organismo.

Através da constituição do campo das anomalias, a psiquiatria se viu diante de um domínio muito mais extenso que o da doença mental. Das infrações e pequenos desvios em relação à lei até as irregularidades intrafamiliares, do domínio penal ao controle da família, “tudo o que é desordem, indisciplina, agitação, indocilidade, caráter recalcitrante, falta de afeto, etc., tudo isso pode ser psiquiatrizado” (FOUCAULT, 2010a, p. 138). Dessa forma, a psiquiatria se tornava operadora geral dos mecanismos de poder – como a família, a escola, a fábrica, o tribunal, a prisão, o Estado.

Apartir da constituição da teoria da degenerescência<sup>6</sup>, a psiquiatria consolidou-se, então, não mais como dispositivo terapêutico de cura, mas como instrumento de defesa da sociedade contra os perigos internos – biológicos, psíquicos, morais – que pudessem ameaçá-la (FOUCAULT, 1999, p. 277). Desse caráter de defesa social na psiquiatria, despontou também um novo tipo de racismo, denominado por Foucault como racismo interno<sup>7</sup>, que se voltava, enquanto estratégia biopolítica de proteção biológica da espécie, contra os próprios membros do grupo, contra os indivíduos portadores de anomalias transmissíveis aos seus descendentes.

Enfim, dessa generalização social sustentada pela medicalização e psiquiatrização do anormal, a psiquiatria consolidou-se como instância disciplinar e biopolítica de governo das diferenças enquanto anomalias.

## PERSPECTIVA METODOLÓGICA

O documentário *Estamira* (115 minutos), dirigido por Marcos Prado e lançado em 2006, narra a história de uma catadora de lixo de 63 anos, classificada como

---

6 A teoria da degenerescência, sistematizada pelo médico franco-austriaco Bénédict Morel (1809-1873), concebia as doenças mentais a partir da noção de degenerescências – os supostos desvios da natureza biológica original do homem, a progressiva degeneração mental hereditária entre as gerações.

7 No curso *Em defesa da sociedade* (1999), Foucault descreve como esse racismo interno transformou-se em um mecanismo que permite ao Estado, no biopoder, reativar o direito soberano de matar ou expor à morte – o anormal, o desviante, o incorrigível, os que podem constituir riscos ao futuro da sociedade e da espécie humana.

portadora de transtornos mentais, que vive e trabalha há mais de 20 anos em um aterro sanitário em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. A partir de uma série de incursões no aterro desde 1994, das quais surgiu o ensaio fotográfico *Jardim Gramacho* (PRADO, 2004), o diretor conta que, em 2000, encontrou, conheceu, fotografou Estamira e, de certa forma, recebeu sua permissão para gravar o documentário: “Um dia, tempos depois de conhecê-la, ela me perguntou se eu sabia qual era a minha missão. Antes que eu respondesse, *Estamira disse: ‘a sua missão é revelar a minha missão’*.” (PRADO, 2004, p. 9, grifos colocados).

Procuro aqui compreender o documentário *Estamira* a partir de algumas considerações realizadas por Foucault e Judith Butler. Em *A vida dos homens infames* (2006a), Foucault analisa fragmentos de arquivos de finais do século XVII e início do XVIII referentes às pequenas infâmias cometidas por indivíduos de pouca importância em suas modestas vidas – blasfemos de pequena relevância, errantes, desocupados, homossexuais, alcoólatras, etc.. Devido a petições ao rei, por parte de familiares, do pároco local, de vizinhos, etc., esses insignificantes desvios e infâmias foram alvos de intervenções de poder e de registros em dossiês e arquivos. Tal poder que se tombou sobre essas existências produziu efeitos paradoxais: por um lado, através dessas poucas frases sobre elas lançadas, foram condenadas ao internamento, ao calabouço ou à morte; por outro, tais vidas sobreviveram por séculos graças aos rastros escritos – ainda que breves e obscuros – legados justamente por esse contato com o poder.

De maneira análoga, busco compreender o documentário produzido sobre Estamira também como resultado de uma intervenção de poder que, embora com efeitos distintos aos casos citados por Foucault, permitiu igualmente o registro de sua pequena infâmia. Nesse sentido, a produção do filme documental envolve procedimentos de poder como a perspectiva e o posicionamento de câmera do diretor – “não podemos garantir que o que vemos seja exatamente o que teríamos visto se estivéssemos presentes ao lado da câmera” (NICHOLS, 2008, p. 19) – a edição com os cortes, seleção e montagem das cenas (BAZIN, 1983) e a construção de uma impressão de autenticidade daquilo que é reproduzido (NICHOLS, 2008).

No entanto, apesar de todas as operações de poder intrínsecas à produção cinematográfica e que atravessam as falas e o corpo de Estamira, o documentário ainda lhe permite veicular sua fala, seu grito e sua experiência e, dessa forma, expandir sua potência de resistência e transgressão. Nesse sentido, com base na concepção de genealogia de Foucault (1999) – “ser o discurso daqueles que não têm a glória, ou daqueles que a perderam e se encontram agora, por uns tempos talvez, mas por muito tempo decerto, na obscuridade e no silêncio” (FOUCAULT, 1999,

p. 82) –, entendendo *Estamira* como um documentário de inspiração genealógica, visto que possibilita a emergência e a veiculação dos discursos sujeitados, das contracondutas que se insurgem contra certas disposições de poder.

Reforçando essa concepção de cinema genealógico e de documentário de contraconduta presente em *Estamira*, tomo também as reflexões de Butler<sup>8</sup> (2015) sobre os enquadramentos de poder. Segundo a filósofa estadunidense, a apreensão, o conhecimento inteligível<sup>9</sup> e o reconhecimento do outro em sua vida e em sua precariedade – enquanto condição política e relacional de fragilidade da existência ocasionada por fatores como as violências, as enfermidades, a miséria – são delineados, em procedimentos de poder, por enquadramentos visuais e discursivos. Tais enquadramentos audiovisuais operam como molduras que restringem e ao mesmo tempo configuram o nosso olhar e a nossa interpretação do que é apresentado (BUTLER, 2015, p. 14). Por esse ângulo, concebo o documentário *Estamira* como um enquadramento que proporciona na emergência e transmissão do discurso da personagem, no mínimo, a apreensão da precariedade de sua existência.

Dessa forma, considerando que o documentário, a despeito de todas as intervenções de poder, permite a *Estamira* dizer o que é por si, sem se aprisionar apenas ao discurso do conhecimento médico-psiquiátrico, procuro analisar o conteúdo do filme, as falas de *Estamira* e as suas condições de existência no lixão – que, em parte, ela teria construído em sua tentativa de resistência aos governos religioso, familiar e psiquiátrico das suas anomalias/diferenças.

### “VOCÊS É COMUM. EU NÃO SOU COMUM”

O documentário aborda cenas e passagens da existência cotidiana de *Estamira* entre 2000 e 2004 – período contemporâneo à implementação e à consolidação da Reforma Psiquiátrica no Brasil (FONTE, 2013). Data de abril de 2001 a aprovação da lei federal nº 10.216, o marco legal da Reforma Psiquiátrica brasileira, resultado – em parte – da luta antimanicomial travada nas duas décadas anteriores por doentes e seus familiares em conjunto com trabalhadores da saúde mental (AMARANTE, 1998). Essa legislação tornou-se a referência da política nacional de serviços psiquiátricos, consolidando a reorientação da prática psiquiátrica no país através de propostas de fechamentos de manicômios e a implantação, nos anos

---

<sup>8</sup> Apesar das diferenças entre a problemática do reconhecimento (com as possibilidades inerentes de qualificação da vida como vivível) proposta por Butler (2015) e a questão da identificação singular através das relações de poder que tombam sobre o sujeito, descrita por Foucault (2006a).

<sup>9</sup> Butler (2015) realiza uma distinção entre apreensão e conhecimento: apreender implicar reconhecer o outro por uma forma não conceitual de conhecimento, através do sentir e do perceber (BUTLER, 2015, p. 18).

seguintes, de serviços substitutivos de atenção ambulatorial aos doentes mentais, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

As primeiras cenas do documentário, em preto e branco e acompanhadas de uma música em tom lamurioso, apresenta-nos a área externa de um simples barraco, coberto de telhas de zinco e com paredes de papelão e lona. Ao seu redor, perambulam cachorros. Ao longo de outras passagens, o documentário retrata o interior dessa morada: garrafas vazias jogadas ao chão de terra batida, uma faca sem cabo, utensílios domésticos enferrujados, um enfeite em forma de lua pendente do teto, um boneco do Batman também como adorno, uma camisa do Flamengo pendurada na parede e um livro religioso, “O Reino de Deus, Nosso Iminente Governo Mundial”. Aqui reside Estamira, nesse barraco por ela construído a partir do que retirava do lixão em que trabalha há cerca de duas décadas: “Não caguei essa casa, não. Não foi cagada, não. Foi trabalhado, suado! Dia e noite e no sol e na lama.” (ESTAMIRA, 2006).



**Figura 1.** A casa de Estamira. Fonte: Estamira (2006).

A história dessa personagem – mulher, negra, miserável, diagnosticada como portadora de transtornos psíquicos, catadora de lixo, idosa – nos é então apresentada ao longo do filme. As toneladas de lixo que vemos chegar diariamente ao aterro correspondem ao peso das violências que tombaram sobre Estamira, narradas por ela e por seus três filhos, Hernani, Carolina e Maria Rita: órfã de pai aos dois anos, a mãe também classificada com transtornos mentais – “Coitada da minha mãe. Mais perturbada do que eu. Bem, eu sou perturbada, mas lúcida e sei

distinguir a perturbação. Entendeu como é que é? E a coitada da minha mãe não conseguia. Mas também pudera, eu sou Estamira!” (ESTAMIRA, 2006) –, abusada sexualmente na infância, prostituída na pré-adolescência, traída duas vezes pelos maridos, vítima de violência doméstica, viveu na rua, foi estuprada, separada de uma filha contra a sua vontade, estuprada novamente.

Lamentavelmente, o pai da minha mãe é famílias de Ribeiro. Tudo polícia, tudo general, tudo não sei o quê, né? Ele é estuprador<sup>10</sup>. Ele estuprou a minha mãe. E fez coisa comigo. (...) É, e quando eu tinha 9 anos, eu pedi a ele pra comprar uma sandália pra mim... pra mim ir na festa que eu queria a sandália. Ele falou que só comprava se eu deitasse com ele. É, eu não gosto do pai da minha mãe, porque ele me pegou com 12 anos e me trouxe pra Goiás Velho. E... lá era um... era um bordel. É... Era um bordel, sabe, e eu prostituí lá. Era da filha dele. Aí, o pai do Hernani, ele me conheceu lá... aonde meu avô me deixou, lá no bordel... aí, eu já tinha 17 anos. E gostou demais de mim e deu no meu pé e arrumou uma casa e pôs eu dentro da casa. Mas o pai do Hernani, ele era muito cheio de mulher. Eu peguei e não aguentei. Larguei tudo dentro da casa e só apanhei o menino (ESTAMIRA, 2006).

Estamira e seus companheiros do lixão, como os modestos infames do final do século XVII, “pertencem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro” (FOUCAULT, 2006a, p. 207). Estamira não é vida reconhecida como vivível, isto é, distinguida em sua precariedade, contando com condições sociais e econômicas para viver. É vida em condição precária, sistematicamente negligenciada e privada de direitos, exposta de forma diferenciada às violações, à violência e à morte (BUTLER, 2015, p. 46).

No entanto, do que seria apenas fragilidade e impotência em Estamira – sua condição precária, seu transtorno psíquico, seu sofrimento – emerge uma força: “ao poder sobre a vida responde a potência da vida” (PELBART, 2007, p. 58). Essa biopotência de Estamira faz com que ela não seja somente, de maneira passiva, o resíduo das relações de poder. Com uma incrível acuidade, Estamira constitui uma subjetividade que ativamente resiste e busca subtrair-se às intervenções e insistências de governo religioso, familiar e psiquiátrico de suas condutas.

---

10 Na transcrição, mantive as falas de Estamira na forma como foram enunciadas. Alterar sua fala seria submetê-la aos enquadramentos de linguagem e de compreensão da, assim denominada, norma culta da gramática.



Tal potência de vida é marcadamente notável em sua forma provocativa de dizer, de enunciar e em suas palavras proferidas: “fala descosturada, profética, poética, política, mística, metralhada” (PELBART, 2013, p. 4). Uma fala disparatada, recheada de neologismos, metáforas, devaneios que desafiam as nossas formas gramaticais de compreensão.

Trocadilo safado, canalha, assaltante de poder, manjado, desmascarado! Me trata como eu trato, que eu trato; me trata com o teu trato que eu te devolvo o teu trato. E faço questão de devolver em triplo. Onde já se viu uma coisa dessa?(...) Que Deus é esse? Que Jesus é esse, que só fala em guerra e não sei o quê? Não é ele que é o próprio trocadilo? Só para otários, pra esperto ao contrário, abobado, bestalhado. (ESTAMIRA, 2006).

O “trocadilo”, esse neologismo criado por Estamira, corresponderia a uma espécie de entidade superior e maligna, responsável pelas coisas erradas do mundo, pela confusão na vida dos homens: “O trocadilo amaldiçoado, excomungado, hipócrita, safado, canalha, indigno, incompetente, sabe o que ele fez? Menti pros homem, seduz os homem, cega os homem. É, seduz os homem, enfeitiça os homem, depois joga no abismo!” (ESTAMIRA, 2006).

Pode-se observar também na linguagem profética e na existência de Estamira um tom parresiástico<sup>11</sup> como dos cínicos do período helenístico: uma fala provocadora, “Que Bíblia? Papel aceita até levar no banheiro. Papel é indefeso!”; um comportamento socialmente escandaloso e chocante – como na cena em que ela abaixa as vestes e aponta para o ventre indicando ao neto quem criou a mãe dele: “Não foi Deus que pariu sua mãe, não! Foi eu! Foi eu que pari! Aqui, ó! Aqui ó!” (ESTAMIRA, 2006); uma existência errante, despojada e sem dissimulações que lhe permite enunciar a sua verdade apesar dos riscos de incompreensão, descontentamento e ódio:

A minha missão é revelar, seja lá quem for, doa a quem doer. A verdade é nua e crua. Ninguém errado gosta da verdade. E eu via verdade. Eu faço o máximo

---

11 A noção de *parrhesia* da antiguidade grega pode ser traduzida como a fala franca, a coragem de enunciar a verdade em uma situação de risco. Foucault analisa, em seus trabalhos dos anos 1980 (2013b, 2017), os empregos e as práticas de *parrhesia* no mundo greco-romano (a passagem de uma *parrhesia* política para uma *parrhesia* ética). Sobre as aproximações entre Estamira e a prática parresiástica cínica pode se conferir o trabalho de Mansanera (2015).

para não machucar quem quer que seja. Agora, se quem quer que seja sente-se machucado é porque está errado. (ESTAMIRA, 2006).

### **“A ÚNICA SORTE QUE EU TIVE FOI CONHECER O SR. JARDIM GRAMACHO, O LIXÃO”**

Muitas passagens do documentário possuem, como cenário, o lixão de Jardim Gramacho, espaço de trabalho e convívio de Estamira. Localizado no município de Duque de Caxias e às margens da Baía de Guanabara, o aterro foi fechado em 2012 após mais de três décadas em operação. Esse lixão chegou a ser considerado o maior aterro da América Latina quando recebia, em média, mais de 7.000 toneladas de lixo por dia provenientes da cidade do Rio de Janeiro e contava com cerca de 1.600 catadores disputando o lixo (MARTÍN, 2017). No filme, há vários enquadramentos em que figuram as condições do lixão: montanhas de lixo e de sujeira; caminhões descarregando mais detritos; urubus pairando; poças de chorume; vários trabalhadores do local em vestes maltrapilhas garimpando, com as próprias mãos, os amontoados de lixo.

Eu não gosto de falar lixo, não, né? Mas vamos falar lixo. É cisco, né? É caldinho disso. É fruta, é carne, é plástico fino, é plástico grosso... É não sei o que lá mais... E aí vai azedando, é laranja, é isso tudo... E aí faz esse porque, sabe? E aí, imprensa, azeda, fica tudo danado e faz a pressão também. E aí vem o sol e esquentando e mais o fogo de baixo...(ESTAMIRA, 2006).



**Figura 2.** O lixão. Fonte: Estamira (2006).

A potência de vida em Estamira também permite que ela ressignifique esse lugar. Não somente como espaço para o lixo, mas, aos olhos de Estamira, o aterro configura-se como um local de “transbordo” – “Você sabe o que é um transbordo? Bem, toda coisa que enche, transborda!” (ESTAMIRA, 2006) –, uma área que recebe os “descuidos”:

Isso aqui é um depósito dos restos. Às vezes, é só resto. E às vezes, vem também descuido. Resto e descuido... Quem revelou o homem como único condicional, ensinou ele a conservar as coisas. E conservar as coisa é proteger, lavar, limpar e usar mais o quanto pode. (...) O trocadilo fez duma tal maneira que quanto menos as pessoas têm, mais menosprezam, mais elas jogam fora. Quando menos eles têm. (ESTAMIRA, 2006).

Do lixão de Jardim Gramacho, além de construir também sua morada, Estamira retira, do lixo, o seu luxo:

Descarregaram uma coisa muito importante aqui... Que é o de comer... Enlatados, conservas... Amanhã, por causa disso, eu vou preparar uma bela macarronada, entendeu? Macarrão eu já tenho. Deixa eu ver o que é isso. (...) Palmito. Veio uma carga boa. Olha, tá vendo? Eu ponho no molho do macarrão também, tá vendo? E às vezes fica até melhor do que lá no restaurante. Pra quem sabe preparar, né? (ESTAMIRA, 2006).



**Figura 3.** Os achados de Estamira. Fonte: Estamira (2006).

Dessa forma, o lixão é, para Estamira, um espaço heterotópico. Foucault (2013a) concebe heterotopias como contraespaços: os espaços sociais da diferença, do desvio e da multiplicidade. As heterotopias são os lugares nos quais as incompatibilidades se justapõem: dos restos, Estamira produz o luxo; do repugnante, ela faz emergir sua potência fascinante; do seu amado lixão, “Sr. Cisco Montouro”, ela constitui o seu espaço terapêutico, como atesta sua filha mais velha, Carolina: “Depois que ela foi para o lixão lá de Caxias (...), ela melhorou muito, assim, em relação aos distúrbios. Às vezes ela fala certas coisas que parecem até, assim, verdade... Que você fica, que te deixa balançado” (ESTAMIRA, 2006). Do aterro enquanto heterotopia, espaço essencialmente de contestação de todos os outros espaços, Estamira cria “uma ilusão que denuncia todo o resto da realidade como ilusão” (FOUCAULT, 2013a, p. 28). Enfim, do lixão, Estamira constitui seu espaço heterotópico de resistência às investidas do governo religioso, familiar e psiquiátrico de sua existência.

#### **“VOCÊ TÁ COM DEUS ENFIADO NO TEU CÚ?”**

O documentário não traz nenhuma autoridade religiosa, como um padre ou pastor evangélico que, através de um poder pastoral, procure evangelizar e dirigir Estamira à alguma espécie de salvação. Há, sim, um ódio e ojeriza a Deus presente nas falas de Estamira e uma tentativa de condução religiosa de sua existência através do seu filho mais velho, Hernani, fiel da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Segundo sua filha Carolina, Estamira era muito religiosa até a ocorrência de dois acontecimentos fatídicos:

Aí foi estrupada uma vez no centro de Campo Grande. Foi estrupada uma segunda vez aqui nessa mesma rua que eu moro. (...) Aí falou, né, que... o cara fez sexo anal com ela e ela gritando: “Para com isso, pelo amor de Deus!”. “Que Deus? Esquece Deus!”, o estrupador falava pra ela. E fez sexo de todas as formas que quis com ela e depois mandou ela ir: “Se adianta, minha tia, se adianta”. Mandou embora. Aí, chorava, contava esse caso... Ela é muito revoltada, né? Nesse tempo ela não tinha alucinações nenhuma. Não tinha perturbação nenhuma. Muito religiosa. Acreditava que Deus ia... Que aquilo que ela tava passando tipo... Era uma provação. (ESTAMIRA, 2006).

Desses eventos traumáticos, parece decorrer uma espécie de desencantamento religioso em Estamira: “Quem fez Deus foi os home!” (ESTAMIRA, 2006). E, desde então, uma revolta agressiva e uma ira catártica contra qualquer menção a Deus:

Já me bateram com pau pra mim aceitar Deus. Mas esse Deus desse jeito, esse Deus deles, esse Deus sujo, esse Deus estrupador, esse Deus assaltante, de qualquer lugar, de tudo quanto é lugar, esse Deus arrombador de casa... Nem a minha carne picadinha de faca, de facão, de qualquer coisa... Eu não aceito, não adianta. (...) Quem quiser me matar pode matar. Não mataram Jesus? Jesus não é bom demais agora depois que ele morreu? Mas eu não, comigo é esquisito. (ESTAMIRA, 2006).

Seu filho Hernani acredita que a loucura de Estamira decorre de uma incorporação demoníaca, de uma possessão maligna, o que explicaria suas falas hereges e suas blasfêmias: “É louca, né? Tem o laudo até do médico. Mas, ela espiritualmente, ela parece... a pessoa, acredita ou não acredita, é influência demoníaca, demônios, né?” (ESTAMIRA, 2006). E é a partir dessa concepção religiosa dos males de Estamira que decorre conflitos entre mãe e filho:

Hernani: “Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas... cada um se desviava pelo seu caminho, mas o Senhor fez cair sobre eles... a iniquidade de todos nós”.

Estamira: Credo em cruz, credo em cruz... Entendeu? O meu ouvido não é privada, otário! (...)

Hernani [se despedindo da mãe após os insultos]: Bom, Shalom Adonai.

Estamira: Vai tomar no rabo! Vai tomar no seu cú! Entra dentro do cú da desgraça, da sua desgraça! Esse pastor todinho é vigarista, vadio e vagabundo. Todos eles! Pior do que os padres! (ESTAMIRA, 2006).

### **“MÃE, SAI DESSA VIDA LÁ DO LIXÃO. LÁ É DIFÍCIL. A PESSOA TEM QUE DORMIR NO RELENTO...”**

A instituição familiar está presente na existência de Estamira. Em vários momentos, o documentário exhibe a personagem acompanhada, em sua casa, de seus familiares, os três filhos, os netos e outros agregados. Apesar das resistências e conflitos entre Estamira e seus filhos, há até mesmo cenas de troca de afetos e carinhos, em especial, entre ela e a filha caçula. Já enquanto modalidade de governo que busca dirigir as condutas de Estamira, a família pode ser analisada, no filme, como instância de normalização disciplinar do sujeito e como instrumento do dispositivo psiquiátrico.

No âmbito da família como instituição disciplinadora do indivíduo, seus comportamentos e formas de agir, há uma passagem na qual sua filha Carolina

narra a insistência da família para que Estamira largasse a vida errante, suja e livre no lixão:

Minha mãe, quando ia trabalhar no Jardim Gramacho, logo quando ela começou, ela passava duas semanas, às vezes uma semana, dormindo ao relento, sei lá como, às vezes em barraca. Às vezes ao relento mesmo lá em cima (...). Depois vinha pra casa, tomava banho, se limpava, toda bonitinha. Ficava perfeita, depois voltava de novo e assim ia. Passou cinco anos assim. Eu e meu irmão, um dia chamamos ela: “Mãe, sai dessa vida lá do lixão... lá é difícil... a pessoa tem que dormir no relento e coisa e tal”... Aí conversamos: “É perigoso achar um negócio que fura você, te contamina”. Ela quis sair. Aí ela foi trabalhar no Mar e Terra. E, quando ela saía dia de sexta-feira, sábado, eu acho, assim... aí, se reunia com os colegas que trabalhava, né... mas iam... ia pra lá beber uma cervejinha e coisa tal. E depois, na hora de ir embora, cada um ia pro teu canto, né? E ela vinha sozinha. (ESTAMIRA, 2006).

Domesticada em uma casa e em um trabalho fixo, foram nesses momentos em que voltava sozinha para sua morada que Estamira foi vítima de violência sexual. Na visão da filha Carolina, foi a partir de tais fatos que os transtornos mentais de Estamira afloraram e o lixão do Jardim Gramacho passou a ser seu local, em definitivo, de trabalho e de existência.

Diante dessa vida indisciplinável e em condições precárias, o seu filho mais velho, Hernani, decide retirar sua irmã caçula, Maria Rita, do convívio com a mãe, a despeito dos desejos da criança e de Estamira. No documentário, a mãe adotiva de Maria Rita, Ângela Maria, narra esse momento:

Mais ou menos 12 anos passados, já era motorista e era voluntária num hospital. E aí eu conhecia uma pessoa, uma senhora bacana. E um dia ela chegou lá em casa com essa menina no... era pequenininha assim pela mão, e falou assim: “Eu tenho um presente pra você”. Aí, eu falei: “Não vai me dizer, filhinha, que é essa coisinha aí”. Ela falou: “É esse bichinho do mato aqui. Tô trazendo pra você cuidar”. Aí eu falei assim: “Da onde é que ela saiu?” Aí ela me contou a história da menina. Que a menina vivia na rua com a mãe... a mãe catava lixo... e... que o irmão dela mais velho não queria aquela vida pra menina. Era muito preocupado com isso e aí ela falou: “Vou marcar uma reunião com os irmãos pros irmãos te conhecerem... porque há um impasse... a irmã quer botar a menina num colégio interno. O irmão achou que ela deve ir para uma casa de família, pra ter um lar”.

Mas o irmão era mais velho e decidiu que ele é que deveria decidir... E, tudo bem, fiquei com a menina. (ESTAMIRA, 2006).

Apesar de reconhecer a situação de miséria e de penúria em que viviam no aterro, Maria Rita se ressentia de ter sido separada da mãe: “Eu não condeno nenhum dos três, não, mas eu falo mesmo... de vez quando eu tenho mágoa deles. Se minha mãe criou os dois passando fome, eu achava que ela tinha que ter me criado também. Ela tinha condições de ficar comigo, sim!” (ESTAMIRA, 2006).

No papel da família como instrumento do dispositivo psiquiátrico – identificando os sujeitos psiquiatrizáveis e conduzindo-os aos mecanismos psiquiátricos – Hernani demonstra também, em um diálogo com a irmã, o desejo de intervir para internar a mãe:

Carolina: Mas ela morrerá feliz se for no meio da rua do que numa clínica lá. Ela sabe... Ela prefere viver dois anos livre do que viver cinco anos... bem, trancada num lugar, você sabe disso.

Hernani: Você não está me entendendo. Isso aí... não vou dizer que ela vai ficar a vida, o resto da vida... o pouco ou, sei lá, o muito que ela tiver. Ela vai ficar até pelo menos ela... entendeu? Ela... ela... eu acho mais o problema dela é sistema nervoso.

Carolina: Mas só que pra ficar lá, teria que ser dopada, amarrada. Pra mim... ele é mais forte que eu nesse caso, se precisar de amarrar e dopar é com ele mesmo. Eu já não... Eu acho judiação... (ESTAMIRA, 2006).

Outra ocorrência de governo familiar dos comportamentos no qual a família agiu próxima às disposições do poder psiquiátrico efetuiu-se na internação da mãe de Estamira em um hospital psiquiátrico. Contra a sua vontade e pressionada pelo então marido, a própria Estamira relata esse episódio:

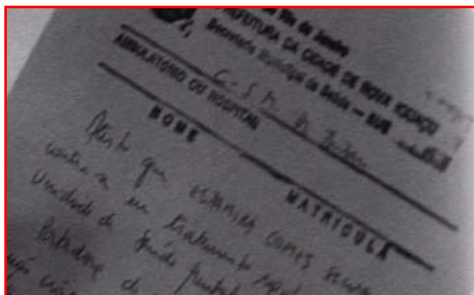
Primeiro, ele chamou a ambulância pra levar minha mãe. Chamou médico com camisa de força. Aí, o médico falou: “Não, daí não é camisa de força, essa daí não precisa”. Tá bom. Aí ele ficou me atentando, me atentando, me atentando até que fez eu levar a minha mãe lá no Engenho de Dentro. Nós fomos de trem. Coitada da minha mãe, inocente... Tá bom, aí deixei ela lá no hospício... Quando foi na quinta-feira, eu fui lá visitar ela, ela tava com o braço todo roxo. Eu falei: “O que foi isso mãe?”, Ela falou: “Foi o desgraçado”. Deu choque nela, bateu nela, ela tava com o braço roxo. (ESTAMIRA, 2006).



De certa forma semelhante à descrição de Foucault (2006a, 2010a), a família, nessas cenas, apresenta-se psiquiatrizada e patologizando suas irregularidades. Assim, ao livrar-se da sujeição familiar ao marido, Estamira resgata sua mãe do hospício, como conta sua filha Carolina: “A partir do momento que ela largou meu pai... a primeira coisa que ela fez... deixou nós na casa não sei de quem... no morro lá e foi buscar minha avó no dia seguinte. E minha avó sempre seguiu com a gente até morrer.” (ESTAMIRA, 2006).

### **“SE EU BEBER DIAZEPAM... SE EU SOU LOUCA, VISIVELMENTE, NATURALMENTE, EU FICO MAIS LOUCA!”**

Estamira submete-se a certas prescrições do governo psiquiátrico de sua existência: há cenas nas quais ela frequenta um CAPS; onde fala a respeito do uso de medicações; em que apresenta disartria – ou “língua enrolada” – e tremores pelos efeitos colaterais de medicamentos; quando lê, com dificuldades, o atestado do seu diagnóstico conferido pelo saber psiquiátrico, “Atesto que Estamira Gomes de Souza... portadora de quadro... é... psicótico de evolução... crônica... alucinações... auditivas... ideias de... influências... discurso místico... deverá permanecer em tratamento psiquiátrico...” (ESTAMIRA, 2006).



**Figura 4.** Medicamento com Estamira.  
Fonte: Estamira (2006).



**Figura 5.** O diagnóstico de Estamira.  
Fonte: Estamira (2006).

No entanto, apesar da sujeição a algumas práticas médicas-psiquiátricas, Estamira também resiste ao assédio de outras investidas do dispositivo psiquiátrico. Em uma passagem do documentário, há o relato de uma tentativa, pelo filho e pelo ex-marido, de internação de Estamira. Mas diferente de quando se curvou ao desejo do marido na internação de sua mãe e agora vivendo no aterro enquanto seu espaço heterotópico, Estamira insurgiu-se de forma violenta, como conta o filho:

Seu Leopoldo, o falecido Leopoldo Fontanive, né? Meu pai de criação. Ele não deu dinheiro nenhum pra ajudar minha mãe, não. Então aí eu fiquei ligando a

semana toda pra esses hospital, né?...Que trata da cabeça das pessoas, vê se tinha vaga pra poder internar ela, eu tinha combinado com ele assim. Aí fui no hospital lá de Caxias... Fui primeiro com o velho, né? Fui no carro dele. Aí consegui uma ambulância. Aí fomos prá lá pro lixão. Aí, chegou lá, até os bombeiros estavam com medo de encostar a mão nela, porque ela queria morder e tudo, começou a gritar nome de entidades de macumba, né? E daquele jeito, chega espumando, né... parecendo bicho mesmo. (ESTAMIRA, 2006).

A respeito das negativas dos hospícios em interná-la, Estamira comenta a atitude do filho, em tom de deboche: “E aquele meu filho ficou contaminado pela terra suja, pelo baixo nível, pelo insignificante, parecendo um palhaço lá, lá dentro do hospital! A coisa mais ridícula!” (ESTAMIRA, 2006).

Todavia, é nas críticas ao uso de medicamentos que Estamira apresenta uma resistência mais lúcida, com argumentos até mesmo mais articulados e coerentes. Nesse sentido, por exemplo, Estamira questiona o saber psiquiátrico e a atuação da psiquiatra que lhe atende no CAPS:

A doutora passou remédio pra raiva. [Risos]. (...) Presta atenção nisso. Olha, e ainda mais, eu conheço médico, médico, médico, médico mesmo! Direito, entendeu? Ela é copiadora. Eu sou amigo dela. Eu gosto dela, eu quero bem a ela. Quero bem a todos, mas ela é a copiadora. Eles estão, sabe, fazendo o quê? Dopando, quem quer que seja... com um só remédio! Não pode, o remédio... Quer saber mais do que Estamira? (ESTAMIRA, 2006).

Estamira traz, nessa fala, uma crítica ao conhecimento científico, construído e reproduzido nas escolas e na academia: “Vocês não aprendem na escola, vocês copiam. Vocês aprendem é com as ocorrências. Eu tenho neto com 2 anos que já sabe disso. Tem de 2 anos que ainda não foi na escola copiar hipocrisias e mentiras charlatais”. Daí, aos seus olhos, os profissionais de saúde serem meros copiadores e repetidores de um conhecimento, prescrevendo – de maneira indiscriminada – o mesmo medicamento para todos: “O tal do diazepam... Não, eles vai lá...só copeia. Uma conversinha qualquer e só copeia e tome...!” (ESTAMIRA, 2006).

Os questionamentos de Estamira dizem respeito também à finalidade, ao seu ver, do uso dos medicamentos:

Fica se viciando... Fica dopando, vadiano... (...) Aí, ó, tudo quanto é remédio que ela passou pra mim eu bebi. As quantia, os limite. Toda coisa tem limite! Esses

remédio são da quadrilha... da armação... do dopante, pra cegar os home... pra querer Deus... Deus farsário! Entendeu? Esses remédio são dopante pra querer Deus farsário, entendeu? (ESTAMIRA, 2006).

O que poderia assemelhar-se a um mero delírio, remédios prescritos por uma quadrilha para os homens buscarem e aceitarem Deus, aproxima-se, de certa maneira, às considerações de Foucault (2006a) sobre o uso de medicamentos no interior dos hospitais psiquiátricos ao longo do século XIX. De acordo com Foucault, a utilização de medicamentos não possuía funções terapêuticas. Funcionava, na realidade, como instrumento disciplinar, como mecanismo de sujeição do indivíduo à ordem do hospício: “prolongar até o interior do corpo do doente o sistema do regime asilar, o regime da disciplina; era garantir a calma que era prescrita no interior do asilo, era prolongá-la até o interior do corpo do doente” (FOUCAULT, 2006a, p. 226). Nesse sentido, Estamira parece compreender a utilização de medicamentos psiquiátricos como forma de assegurar um assujeitamento dócil às intervenções de governo – seja religioso, seja familiar, por exemplo – associado a uma perda substancial de autogoverno, como quando reclama de um dos efeitos do uso de medicações: “Desgovernada. Eu tô desgovernada. Sabe o que é uma pessoa desgovernada? Uma pessoa nervosa assim, querendo falar sem poder... agoniada. E eu não sei o que eu faço. Eu já tive pensando em parar um ano sem beber o remédio” (ESTAMIRA, 2006).

Enfim, apesar de submeter-se a algumas práticas psiquiátricas, Estamira busca resistir, ainda que de maneira frágil em muitas situações, ao dispositivo psiquiátrico. Nesse sentido, a postura de resistência de Estamira, ainda que com seus desvarios, às tecnologias contemporâneas da psiquiatria assemelha-se à atitude crítica tal como analisada por Foucault (1990, p. 5): ao não querer e não aceitar ser governado de determinada forma, ao não aceitar como um discurso verdadeiro somente por que algo foi proferido por uma autoridade, ao praticar uma espécie de inservidão voluntária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2011, cinco anos após o lançamento do documentário, Estamira, aos 70 anos, faleceu em um hospital público – vítima de uma infecção generalizada ocasionada por um ferimento no braço – após esperar por atendimento médico por mais de 5 horas (VAZ, 2011). No interior de uma biopolítica dos anormais/das diferenças, Estamira foi deixada para morrer, literalmente. Contudo, parafraseando Butler (2015, p. 130), graças à construção de um quadro de apreensão de sua

singularidade pelo documentário, Estamira sobrevive, já que a circulação indefinida de sua imagem e de sua voz permite que sua existência continue a acontecer. E, neste sentido, ela nos lembra, talvez como consolo a aqueles para quem sua morte tornou-se lamentável, que “visivelmente, naturalmente, se eu me desencarnar, eu tenho a impressão que eu serei muito feliz” (ESTAMIRA, 2006).

Não obstante os limites trazidos pelas operações de poder inerentes à produção cinematográfica e a potência de vida em Estamira que transborda e escapa a este trabalho, procurei averiguar as possibilidades de resistência dessa mulher às formas de governo religioso, familiar e psiquiátrico das condutas. E é no lixão, compreendido como um espaço heterotópico, que Estamira produz – paradoxalmente, visto o seu diagnóstico de psicótica – uma experiência de resistência e de contra-conduta mais articulada e mais consciente contra as práticas atuais da psiquiatria. Experiência de resistência que se realiza com fragilidades: apesar de alguma sujeição, ainda que em precárias condições materiais, trilhando um tênue limiar entre assujeitar-se e adotar uma atitude crítica.

Se Estamira pode ser apresentada como a loucura irredutível que tenta escapar das estratégias de normalizações do poder, o documentário, identificado como de inspiração genealógica, dá voz à desrazão de Estamira, libertando-a do “monólogo da razão *sobre* a loucura” (FOUCAULT, 2006e, p. 153, grifo do autor) que caracteriza a experiência moderna do louco.

Enfim, como contracondutora e resistência aos governos religioso, familiar e psiquiátrico, Estamira parece que toma, em suas falas e em sua existência, a tarefa proposta por Nietzsche (2009) de realizar a transvaloração de certos preceitos, uma nova valoração de alguns princípios morais: Deus – “trocadilo”, “controle remoto superior”, “poderoso ao contrário”, “Quem fez Deus foi os homem” –; justo e certo – “Me trata com o teu trato que eu te devolvo o teu trato!” –, científico – “copiadores” –, trabalho – “Escravo disfarçado de liberto” –, lucidez – “A morte é maravilhosa, a morte é dona de tudo!”.

## REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida*. A Trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.
- BAZIN, André. “Ontologia da imagem fotográfica”. In: XAVIER, Ismail (Org.). *A experiência do cinema*: antologia. Rio de Janeiro: Embrafilme, Edições Graal, 1983, p. 121-128.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- ESTAMIRA. Direção: Marcos Prado. Rio de Janeiro: Zazen Produções Audiovisuais, 2006. Documentário (115 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jSZv8jO9SAU&t=314s>>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- FONTE, Eliane. Da institucionalização da loucura à reforma psiquiátrica: as sete vidas da agenda pública em saúde mental no Brasil. *Estudos de Sociologia*, v. 1, n. 18, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235235/28258>>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*, vol. 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. O que é a Crítica. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, v. 82, n. 2, p. 35-63, 1990. LAFETÁ, Gabriela (Trad.); NASCIMENTO, Wanderson F. (Rev.). Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/floesco/foucault/critique.html>>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma Trajetória Filosófica*. Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-239.
- \_\_\_\_\_. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. “A vida dos homens infames”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 203-222.
- \_\_\_\_\_. “A governamentalidade”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006b, p. 281-305.
- \_\_\_\_\_. “Omnes et singulatim: uma crítica da razão política”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2006c, p. 355-385.
- \_\_\_\_\_. *O Poder Psiquiátrico: curso no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes, 2006d.
- \_\_\_\_\_. “Prefácio”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006e, p. 152-161.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

- \_\_\_\_\_. Crise da medicina ou crise de antimedicina, *Revista Verve*, São Paulo, Nu-Sol/PUC-SP, n° 18, p. 167-194, 2010b.
- \_\_\_\_\_. *O corpo utópico: As heterotopias*. São Paulo: n.1 edições, 2013a.
- \_\_\_\_\_. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes, 2013b.
- \_\_\_\_\_. “O nascimento da medicina social”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. MACHADO, Roberto (Org.; Trad). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2016a, p. 143-170.
- \_\_\_\_\_. “A política da saúde no século XVIII”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. MACHADO, Roberto (Org.; Trad). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2016b, p. 296-317.
- \_\_\_\_\_. “Sobre a história da sexualidade”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. MACHADO, Roberto (Org.; Trad). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2016c, p. 363-406.
- \_\_\_\_\_. *A coragem da verdade: curso no Collège de France (1983-1984)*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- MACHADO, Roberto. “Introdução: Por uma genealogia do poder”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. MACHADO, Roberto (Org.; Trad). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2016, p. 7-34.
- MANSANERA, Adriano. *Parrhesia e loucura no exemplo de Estamira*. Tese (Doutorado em Filosofia). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
- MARTÍN, Maria. A 30 quilômetros de Ipanema, a vida passa com menos de três reais por dia. *El País Brasil*, São Paulo, 14 dez. 2017. Disponível em: <>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- NICHOLS, Bill. *Introdução do documentário*. Campinas: Papyrus, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PELBART, Peter Pál. Biopolítica. *Sala Preta*, Brasil, v. 7, p. 57-66, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57320>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. “Introdução”. In: FERNANDES, Ricardo (Org.). *Estamira – fragmentos de um mundo em abismo*. São Paulo: n-1 edições, 2013, p. 4-7.
- \_\_\_\_\_. *Estamos em guerra*. São Paulo: n.1 edições, 2017.
- PRADO, Marcos. *Jardim Gramacho*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.
- VAZ, Juliana. Estamira Gomes de Souza (1941-2011). *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3007201115.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

# Educacionalização do direito de punir: Uma análise sociológica da emergência do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)

*Educationalization of the right to punish:  
A sociological analysis of the emergence of SINASE  
(National System of Socio-Educational Assistance)*

Vítor Queiroz de Medeiros<sup>a</sup>

**Resumo** A partir do documento-base de formulação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), da legislação pertinente e dos discursos de atores estatais, é possível caracterizar o SINASE por seus principais enunciados. Segundo estes, relativamente ao modelo de bem-estar do menor, o novo dispositivo é marcado pela intersectorialização, interdisciplinarização e parametrização ética do atendimento. A soma desses enunciados resultou em um discurso de *educacionalização do direito de punir*. Este artigo propõe uma análise deste processo em sua constituição e seus efeitos.

**Palavras-chave** SINASE. Adolescente infrator. Punição. Discurso. Direitos Humanos.

**Abstract** *From the base document of the formulation of the National System of Socio-educational Care (SINASE), relevant legislation and speeches of state actors, it is possible to characterize SINASE from its specific emphases: intersectorialization, interdisciplinarization, and ethical parameterization of care. Their sum leads to an educationalization of the right to punish. This article proposes an analysis of this process in its constitution and its effects.*

**Keywords** SINASE. Teenage offender. Punishment. Speech. Human rights.

## INTRODUÇÃO

Em 2012 foi promulgada a Lei nº 12.594 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), destinado à regulação da distribuição e execução das medidas socioeducativas dispensadas a adolescentes infratores. Essa instituição veio cumprir exigências já previstas na Lei nº 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e substituir o modelo então vigente, corres-

---

<sup>a</sup> Universidade de São Paulo.



pondente à Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM) implementada pela antiga Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM). Essa instituição criada pelo regime militar sob a Lei nº 4.513/1964 já atendia, sob o discurso oficial, à necessidade de refazer as tecnologias de controle social de crianças e adolescentes desviantes sobre bases distintas daquelas que vigoravam no Serviço de Assistência ao Menor (SAM)<sup>1</sup>. O SINASE está inserido, portanto, numa longa esteira de sucessão de instituições responsivas à outrora denominada “questão do menor”.

Tomando “discurso” como um conjunto de enunciados com pretensão de verdade (FOUCAULT, 2013), este artigo tem um objetivo: apresentar o produto parcial de uma investigação dos enunciados que perfizeram a emergência do SINASE, notando como marcam traços distintivos desse dispositivo. Em outros termos: por qual(is) discurso(s) este dispositivo é constituído?

Para isso convém lembrar que a emergência do SINASE se dá em um momento de forte contestação e crítica ao modelo de bem-estar do menor. Conforme verificado em fontes documentais, os construtores<sup>2</sup> do novo sistema argumentam que, comparativamente ao modelo de bem-estar do menor, o atendimento socioeducativo foi intersectoralizado, interdisciplinarizado e eticamente parametrizado. O SINASE se distinguiria da instituição anterior, em relação à qual acentuaria características ou apresentaria novidades. O argumento deste artigo é que estes enunciados – sobre a intersectorialização, interdisciplinarização e parametrização ética do atendimento – se dispuseram ao longo de um processo discursivo e cumulativo de *educativização do direito de punir*, cujos efeitos de poder também são citados aqui. Esperamos assim caracterizar a constituição discursiva desse dispositivo sem perder a historicidade de sua emergência, as ênfases retóricas e suas consequências discursivas.

O objetivo deste artigo, contudo, não é propor uma comparação entre os modelos. O sistema da Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) importa apenas na medida em que os próprios agentes construtores do SINASE se referem, explicitamente ou não, a ele; afinal, como já dito, é em crítica e promessa de superação do “velho” sistema que o SINASE é instituído. A comparação não é um objetivo do texto, mas um dado do campo, um recurso lógico que estruturou os discursos analisados. De igual modo, não se pretende aqui realizar uma análise

---

1 Para ver mais sobre as instituições voltadas para o “menor”, consultar: Alvarez (1989), Rizzini (2007), Passetti (1982).

2 Por “construtores” leia-se participantes diretos do processo de formulação da nova instituição: agentes estatais como dirigentes de unidades de internação, membros do poder judiciário, parlamentares, ativistas da causa dos direitos de crianças e adolescentes.

institucionalista da emergência do sistema ou da formação de uma agenda governamental específica, mas reconstituí-la historicamente em linhas gerais para situar os discursos no tempo.

Seguiremos em apresentação e análise dos discursos, colhidos via análise documental de várias fontes: entrevistas, notícias, anais de conferências, resoluções do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA) e as próprias leis pertinentes.

## CONTEXTO DE EMERGÊNCIA

Com o aporte do Modelo de Múltiplos Fluxos, desenvolvido por John Kingdon (1984), podemos descrever, em traços gerais, a conformação de agendas decisoriais de políticas públicas pelo governo desde a convergência de fluxos de produção de agenda. O primeiro fluxo seria o dos *problemas*. Não basta que um fenômeno exista, é preciso que ele seja reconhecido como problema. Assim, uma *questão* só se torna objeto de intervenção política pelo Estado quando se converte em *problema*. A este respeito Capella (2006) pontua que no raciocínio de Kingdon há três mecanismos de conversão de uma *questão* em um *problema*: as informações dos indicadores, que podem apontar para um fenômeno emergente, como aumento de taxas de homicídio ou de alguma doença, por exemplo; o *feedback* de ações governamentais e por fim, os eventos, crises e símbolos:

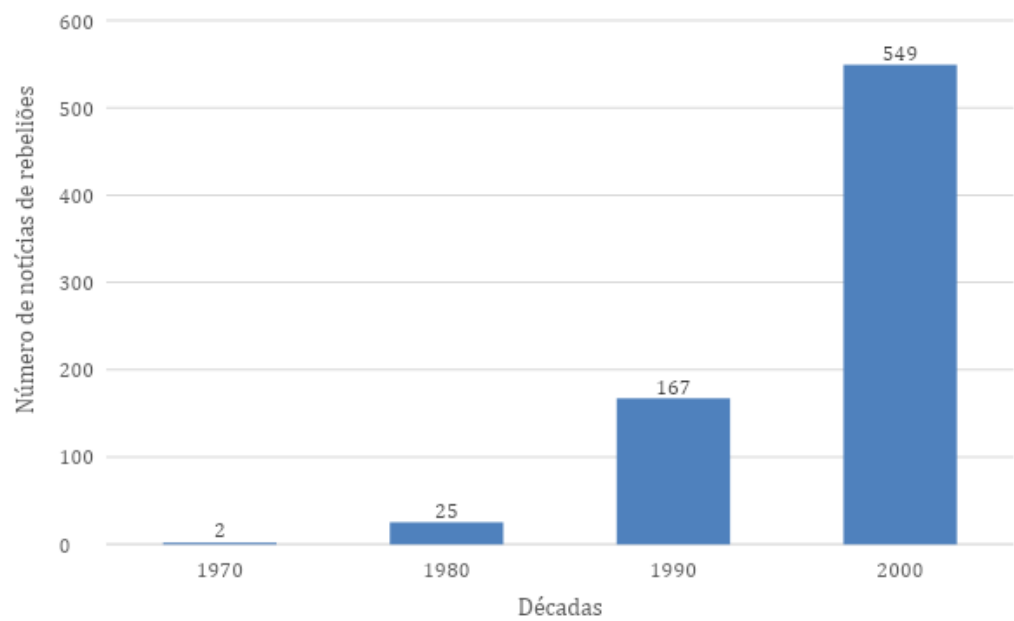
Muitas vezes, um problema não chama a atenção apenas por meio de indicadores, mas por causa de eventos de grande magnitude, como crises, desastres ou símbolos que concentram a atenção num determinado assunto. Esses eventos, no entanto, raramente são capazes de elevar um assunto à agenda, e geralmente atuam no sentido de reforçar a percepção preexistente de um problema (CAPELLA, 2006, p. 27, grifo meu).

Os casos e eventos importam porque fornecem imagens para a composição de um problema. Consideremos que o país atravessou os anos 1990 com altas taxas de homicídio e a recorrência de episódios como o Massacre do Carandiru, o Massacre da Candelária, o caso da Favela Naval e nos anos 2000 nada menos do que a crise dos “crimes de maio” em 2006, só para citar alguns. Estes eventos sustentaram amplo debate público sobre o sistema carcerário, violência urbana e a própria condição cidadã das vítimas. Pois é nesse conjunto que se inscreve a crise aguda das unidades de internação de adolescentes infratores, particularmente da Fundação Estadual de Bem Estar do Menor de São Paulo (FEBEM/SP), com

rebeliões frequentes e denúncias de graves violações de direitos humanos. Neste caso foram as rebeliões, em especial, que garantiram a inscrição das unidades da FEBEM como tema no espaço e debate públicos, num amplo painel de problemas conexos, mutuamente referidos: a marginalidade, a exclusão social, a insegurança pública, a violência urbana, entre outras urgências.

A abordagem pública desse problema, como na maioria dos casos, viabilizou-se pela participação dos canais da grande imprensa. Aqui adotamos o jornal *O Estado de S. Paulo*, o “Estadão”. Por alguns motivos: diferente de um jornal televisivo, este meio impresso possui um acervo de edições digitalizadas organizado em sequência histórica e com mecanismos de busca de palavras-chave. Ademais trata-se de um acervo maior se comparado a de outros diários como o *Folha de S. Paulo*, fornecendo o maior conjunto de dados entre seus pares. Assim podemos verificar a ocorrência das aparições do problema ao longo do tempo. Conforme tabulado na edição deste artigo, o acervo do Estadão contém 1.292 registros em geral sobre a FEBEM na década de 1990, número que saltaria na década seguinte, anos 2000, para 3.897 registros. Ainda no acervo do Estadão, contam-se 335 registros sobre rebeliões em unidades da FEBEM nos anos 90; enquanto para o mesmo assunto há 773 registros nos anos 2000<sup>3</sup>:

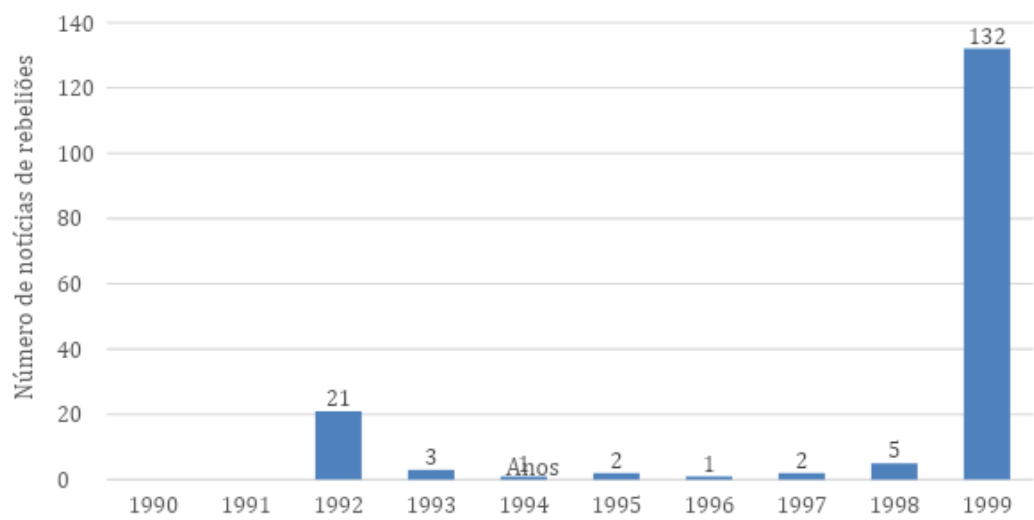
Dos anos 1990 aos anos 2000, notícias sobre rebeliões:



**Figura 1.** Evolução história das rebeliões noticiadas. Fonte: Elaboração própria.

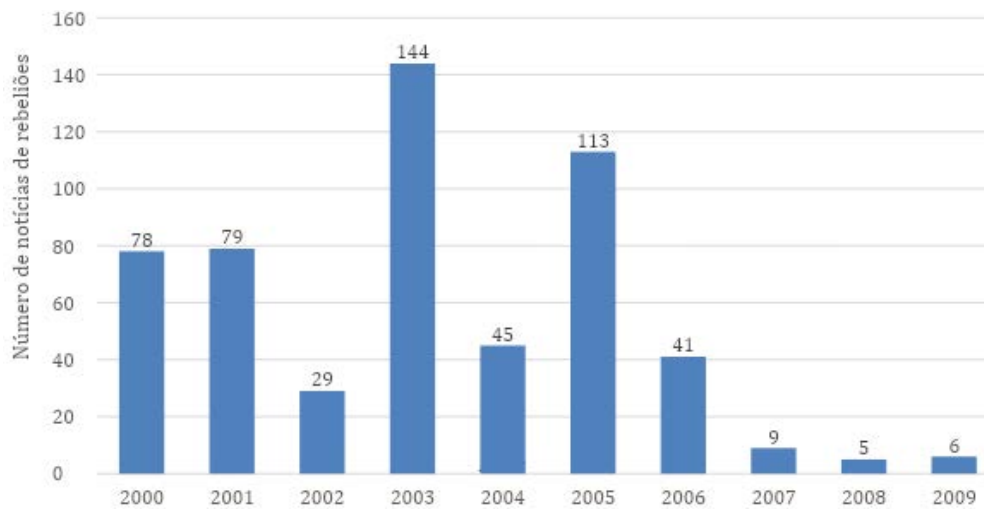
3 Tabulação própria: <http://acervo.estadao.com.br> – acesso em 01/2018.

Na década de 1990, o desenvolvimento das rebeliões noticiadas:



**Figura 2.** Evolução histórica das rebeliões noticiadas (anos 1990). Fonte: Elaboração própria.

A série dos anos 2000:



**Figura 3.** Evolução histórica das rebeliões noticiadas (anos 2000). Fonte: Elaboração própria.

A onda crescente de rebeliões noticiadas na passagem entre as décadas – e dentro do quadro de “crise da segurança” que pautou o debate público da época – pode ter reforçado a percepção coletiva de agravamento do problema e urgência de soluções.

Mas Capella (2006) também argumenta que além do fluxo dos problemas, outros dois são importantes no processo de formação de agenda: o fluxo das alternativas de solução, em que comunidades de especialistas, militantes e grupos

de interesse se articulam para a difusão de propostas de solução a um problema reconhecido; e o fluxo da política propriamente dita, responsável por viabilizar as soluções difundidas e admitidas. Neste último há três elementos fundamentais ao favorecimento de propostas de solução: as mudanças de governo, que costumam alterar as prioridades de agenda; o apoio a certas propostas por comunidades de interesse e o “humor nacional”.

Ainda há que se notar a agência de empreendedores políticos que atuaram para disponibilizar soluções, filtrá-las e alinhar as janelas políticas criadas, fazendo prevalecer certas noções de direitos e exercendo pressão política para a implementação do novo sistema. Listam-se aí entre os tais empreendedores: operadores do direito, gestores públicos, organizações não-governamentais de cunho socioassistencial e de *advocacy* e ativistas da causa da infância e adolescência. Este conjunto de atores já compunha, no mínimo desde os anos 1980<sup>4</sup>, algo que se poderia denominar genericamente como “movimento de defesa dos direitos de crianças e adolescentes” ou “campo garantista” e que tem ocupado espaços de relativa porosidade do Estado pós-constituente, como os conselhos setoriais e de direitos e suas conferências – o próprio documento-base de 2006 foi precedido por anos de encontros regionais prévios que serviram como fóruns colaborativos entre estes diversos atores<sup>5</sup>.

Esses empreendedores atuaram compassadamente no acúmulo de críticas às instituições vigentes. A primeira resolução de regulamentação da execução das medidas socioeducativas foi a de número 46, expedida pelo CONANDA em 29 de outubro de 1996, determinando que o ECA fosse respeitado. A resolução era referente à superlotação das unidades, em função do que se resolve limitar a quarenta, o número de internos por unidade, bem como reafirmar o caráter pedagógico da medida. Em 1999, ano de pico de rebeliões noticiadas, Cláudio Augusto Vieira – posteriormente coordenador executivo do SINASE – exclamava: “nós dizemos ‘não’ às FEBEM’s e ‘não’ ao sistema prisional restritivo e abusivo ao qual estão

---

4 Em 1985 é criado o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Em 1986 é publicada a “Carta de Brasília” em um encontro da então recém-criada Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança. Esse movimento desembocaria na articulação pela emenda popular “Criança – Prioridade Nacional”, que seria admitida pelos constituintes como base para o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA.

5 O documento-base do SINASE, publicado em 2006, cita estes encontros. Durante a produção do artigo procurei registros dos debates realizados nos encontros. Estando na sede do CONANDA presencialmente em Brasília, foi-me dito que estes registros deveriam estar no “arquivo morto”. Solicitando o material pelo Portal da Transparência, também houve negativa injustificada.

submetidos os nossos adolescentes, ainda nos dias de hoje” (SEDH, 1999, p. 11). Na mesma ocasião a deputada Rita Camata (PDMB) dizia:

Nós vimos aí os episódios das unidades da FEBEM de São Paulo e em outras instituições congêneres, que são heranças de um período de assistencialismo convencional e repressivo. Mas legalmente nós avançamos e temos o dever de enterrar de vez essas instituições. (SEDH, p. 18).

Em 2003 – ano de maior ocorrência de rebeliões noticiadas nas unidades de internação da FEBEM nos anos 2000, 144 ao todo<sup>6</sup> – ocorreu a 5ª Conferência Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes, ocasião em que o presidente Lula posicionou-se novamente contrário à redução da maioridade penal. Entre as várias falas, chama a atenção a de um participante não-identificado: “Lamentavelmente, a redução da maioridade penal, no estado de São Paulo, já existe. Basta percorrermos as nossas FEBEMs de Franco da Rocha e outras. Já existe com os mesmos problemas: superpopulação carcerária, tortura, maus tratos.” (SEDH, 2004, p. 69).

E falas como a de Jussara, militante do MNMMR: “A crise do CAJE<sup>7</sup> é a mesma crise da FEBEM de Franco da Rocha: é a superlotação, é o local inadequado arquitetonicamente, não há projeto socioeducativo e as equipes não são capacitadas.” (*ibidem*, p. 97).

Na 6ª Conferência Nacional (2005) ao menos três moções dos participantes criticavam diretamente as autoridades e reivindicavam a extinção do modelo das FEBEM’s. Na mesma edição, em conferência magna, o professor Dr.º Dalmo Dallari dizia ao plenário: “o Brasil foi condenado pela Organização dos Estados Americanos, pela OEA, por causa das rebeliões que estão acontecendo na FEBEM de São Paulo. É vergonhoso isso que acontece. Essas rebeliões se repetem” (SEDH, 2005, p. 55-56).

Além da crise e crítica ampla e comum às FEBEM’s, há outro fator para que o SINASE tenha sido oficialmente apresentado em 2006, embora a discussão sobre as medidas socioeducativas se desenvolva desde os anos 1990: primeiramente o momento político instaurado pela composição de um novo governo, então dirigido por um partido político historicamente vinculado aos movimentos pró-direitos humanos. Esse fato desdobrou-se em um ambiente favorável à revisão de prioridades de agenda e um melhor insulamento burocrático da pasta dos direitos

---

6 Conforme tabulação do arquivo do jornal O Estado de São Paulo.

7 Centro de Atendimento Juvenil Especializado.

humanos. Aliás, o SINASE situa-se numa onda mais ampla de políticas e planos setoriais<sup>8</sup> que visavam normatizar políticas para efetivação de direitos previstos na Constituição Cidadã de 1988. E “A percepção, pelos participantes do processo decisório, de um humor favorável cria incentivos para a promoção de algumas questões e, em contrapartida, pode também desestimular outras idéias” (CAPELLA, 2006, p. 29).

Nesse devir, a pressão que vem “de baixo”, de organizações não-governamentais (ONG’s), militantes e conselheiros tutelares, encontra correspondência nas intuições de agentes do sistema judiciário como promotores, juízes e de atores do próprio governo federal. Desse modo, diante de um problema crescentemente reconhecido e em um ambiente propício, as comunidades políticas envolvidas adensaram discursos comuns, disponibilizando referências de solução plausíveis – os três fluxos, problemas, soluções e política, convergiram na viabilização da mudança na agenda (CAPELLA, 2006, p. 30).

## CARACTERIZAÇÃO DO SINASE

Uma constelação discursiva complexa e agudamente crítica ao modelo de “bem-estar” do menor emerge deste processo de sensibilização e lutas garantistas. A partir do documento-base, da legislação pertinente e dos discursos de atores estatais, é possível listar três ênfases discursivas na emergência do SINASE, enunciadas com o objetivo de marcar distinções do “novo” sistema em relação sistema das FEBEM’s: teria havido nessa passagem entre os modelos, uma intersectorialização, interdisciplinarização e parametrização ética do atendimento socioeducativo. Sua soma, dada na reestruturação material e simbólica da política socioeducativa, resulta em uma ressignificação da punição aos adolescentes infratores.

### I. INTERSETORIALIZAÇÃO – O SUJEITO POR INTEIRO

É paradigma fundamental do ECA a “Doutrina da Proteção Integral”, segundo a qual crianças e adolescentes devem ser abarcados e protegidos em todas as áreas de suas vidas. Essa noção integra a ênfase desenvolvida pelas comunidades de servidores públicos no assim chamado “trabalho em rede” como modelo de distribuição intersectorial das políticas sociais às famílias pobres. Para *controlá-los* integralmente, será preciso *protegê-los* integralmente (BRASIL, 1990, Artigo 1º; 3º):

---

8 Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004); Política de Promoção da Saúde (2006); Política Nacional de Assistência Social (2004); Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2006), Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (2007); Plano Nacional de Educação (2001) e outros/as.



É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, Artigo 4º).

Essa ênfase garantista na proteção integral também se refere aos adolescentes infratores e constitui sua experiência de internação: acesso à educação, atendimento médico, inclusive de saúde mental, práticas desportivas e assistência social e psicológica para si e suas famílias; todos estes serviços lhes são ofertados. O SINASE baseia-se assim na “integração das políticas públicas” para a composição de um “sistema de garantia de direitos”, o que exige “estímulo à prática da intersectorialidade” (SEDH, 2006, p. 22-23). O princípio em operação é o da “incompletude institucional” (SEDH, 2006, p. 23, p. 29, p. 46, p. 53), pois “a inclusão dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e serviços sociais e públicos” (*ibidem*, p. 46). Este princípio estrutura o atendimento:

Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). (BRASIL, 2012, Artigo 8º).

É fato também que essa apreensão intersectorial do adolescente pelo Estado completa-se em outra dimensão que é a do conjunto de disciplinas sediadas nos próprios serviços públicos, sejam de ajustamento individual (saúde, educação, profissionalização), exigente dos saberes pedagógico, psicológico; ou de ajustamento social (assistência social, esportes, cultura) operado pela combinação de recursos da pedagogia e do serviço social. Disso se deduz a íntima relação entre a intersectorialidade e a interdisciplinariedade. Não à toa a lei que normatiza os programas municipais de atendimento socioeducativo, dispõe que “A composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência” (BRASIL, 2012, Artigo 12).

Desse modo, a intersectorialidade exigida espelha a pluralidade de saberes necessários ao atendimento e constitui-se dessa variedade, sem a qual não se tem os saberes profissionais dos vários setores. Em suma, esse aporte técnico para um

controle social que se realiza enquanto distribuição de direitos eufemiza a “experiência precoce de punição” dos adolescentes (ADORNO, 1991), fazendo avançar uma ressignificação desse momento. Ora, “existe na justiça moderna e entre aqueles que a distribuem uma vergonha de punir, que nem sempre exclui o zelo; ela aumenta constantemente: sobre esta chaga pululam os psicólogos e o pequeno funcionário da ortopedia moral.” (FOUCAULT, 1997, p. 13).

## II. INTERDISCIPLINARIZAÇÃO – EXAME E FUNDAMENTAÇÃO

Historicamente, o juiz de menores sempre foi quase que plenipotenente na distribuição de sanções. Entretanto, o arbítrio do discurso jurídico nunca excluiu outros discursos, tais como o médico, por exemplo. O aparato assistencial-repressivo do “menorismo” conjugou o direito à psicologia e ao serviço social de cuidado do menor e das famílias. Justiça e assistência compuseram, ao longo do século XX, um mesmo dispositivo de controle social (ALVAREZ, 1989; RIZZINI, 2007). Ultrapassar a mera punição rumo a um conserto que “encaminhasse na vida” o sujeito em questão, demandou desde sempre um conjunto de saberes capazes de decodificar o desviante. Sobre o Código de 1927 anotou-se que:

(...) com a consolidação do novo projeto visando a menoridade, a ação do juiz de menores, agente privilegiado da causa da infância e da adolescência, será definida como uma ação essencialmente multidisciplinar, devendo ser auxiliado, segundo a própria lei, por outros especialistas. (ALVAREZ, 1989, p. 121).

Portanto, o aporte de outros saberes no processo não é em si uma novidade. A mudança está no modo como estes saberes ora se articulam e produzem efeitos de poder. Importa observar como a inclusão genética dos saberes de tipo clínico no *modus operandi* da justiça juvenil refaz a economia de poder do processo socioeducativo, já que a partir do ECA, a Justiça da Infância e da Juventude compõe-se, desde a previsão orçamentária, ou seja, permanentemente, pela combinação entre o poder judicial e os saberes disciplinares (BRASIL, 1990, Artigo 150; 151). O primeiro nível interdisciplinarizado é o da própria rotina de atendimento nas unidades de internação. É onde os saberes assujeitam os adolescentes à medida em que os inscrevem num forte quadro burocrático de controle. Um segundo nível, ainda mais burocrático, diz respeito à fundamentação técnica na destinação do socioeducando.

Aqui cabem proposições de Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (1975), particularmente sobre o *exame* enquanto técnica de controle disciplinar. O autor explica

que sua origem remonta às práticas médico-hospitalares e pedagógico-escolares em que se busca, respectivamente, conhecer o indivíduo como organismo ou subjetividade e conhecê-lo como conhecedor, como alguém que deve dar conta de um certo aprendizado. Além disso, o exame seria um recurso para um bom adestramento, uma vez que:

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. (...) A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. (FOUCAULT, 1997, p. 121).

Dada a manutenção do modelo de penas indeterminadas, o SINASE reiterou o bom comportamento como critério fundamental para liberação do socioeducando – pelo qual se subentende a barganha entre soltura e submissão em uma coprodução da conduta normalizada. Nessa instância de aplicação do saber, verificamos os principais traços da técnica tal qual descrita pelo autor:

1) *Visibilidade invertida*: não é mais o poder que está às luzes – como foi no passado com a figura do soberano – mas o examinado, nesse caso o delinquente, que é exposto, desnudado; ora e “essa inversão de visibilidade no funcionamento das disciplinas é que realizará o exercício do poder até em seus graus mais baixos. Entramos na era do exame interminável e da objetivação limitadora” (FOUCAULT, 1997, p. 121);

2) O exame possui um *caráter documentário*: torna a individualidade, objeto de registros metódicos (*ibidem*); e

3) sob tratamento documental, cada indivíduo se torna um “caso” que acumula um histórico em seu percurso institucional, sempre pronto a ser revisitado e que é tomado como singular, isto é, “um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder. (...) é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade” (*ibidem*, p. 122).

Tais características podem ser verificadas no modo como os adolescentes são tomados pelos saberes durante o atendimento e o quanto isso importa à decisão judicial sobre seus destinos. Estando sob avaliação constante, tem para si elaborado um Plano Individual de Atendimento (PIA). Por meio desse instrumento o exame já é imediatamente instalado, pela exposição e documentação que compõem um caso, cujo percurso é registrado nessa espécie de prontuário (BRASIL, 2012, Artigos 52 a

55). Cumpre-se assim a “individualização” da execução das medidas (BRASIL, 2012, Artigo 35, inciso VI), pela qual cada adolescente tem seu “processo de execução” da medida, composto por uma complexa teia de informações sobre seus “antecedentes” e condição atual, o que exige “conhecimento”, “estudos técnicos”, verificação; em suma, *exame* (BRASIL, 2012, Artigos 39 e 40). É a partir dessa racionalidade que se viabilizam os controles sobre o adolescente infrator.

Almeida (2017) apresenta a “produção do fato da transformação do adolescente” a partir de uma análise dos relatórios em que os técnicos avaliam os socioeducandos.<sup>9</sup> Conforme a pesquisadora, os relatórios são pautados pela estratégia de construção textual que ateste a razoabilidade da decisão de liberação do adolescente (no caso daquele que cumpre medida em meio fechado). Há clara necessidade de se dar conta de um procedimento considerado burocrático, mas de modo eficiente no convencimento da autoridade judiciária acerca de nada menos do que o arrependimento do adolescente e, logo, de sua aptidão à ressocialização. Ele está “pronto”. Os relatórios narram o percurso socioeducativo de cada indivíduo e evidenciam os esforços da equipe interdisciplinar das unidades de internação em desconstruir a delinquência que estaria incrustada nos sujeitos. Por fim, nesse encadeamento que narra os casos, da delinquência à transformação, a peça final é aquela que lhe confere um final feliz, atestando quase sempre, e quase sempre do mesmo modo, que o adolescente deve ser liberado.

Mas aí brotam as consequências: Os relatórios produzidos servem não apenas como atestado de arrependimento do socioeducando, mas também como certificado de competência dos técnicos da ortopedia moral. Num mesmo parecer se promove o adolescente, como produto, e os próprios profissionais como produtores de sua recuperação. Ainda é possível concluir, como efeito político lógico do processo discursivo referido, que se no modelo de penas indeterminadas o adolescente socioeducando só é liberado quando está “pronto”, então todo adolescente liberado está “pronto”.<sup>10</sup> Aprontam-se assim todos os egressos. Há uma produção

---

9 Sobre a natureza documentária do atendimento, ver mais em: “O adolescente em conflito com a lei em relatórios institucionais” – Alvarez, Marcos & Vinuto, Juliana (2018).

10 Outro dado instigante das mudanças pós-ECA é a aparente des-interdição do discurso do adolescente, que passa a ser “protagonista” em diversos espaços de discussão sobre questões que lhes dizem respeito, inclusive ao longo do processo de atendimento socioeducativo. Como apontado por Foucault (2013), a interdição sempre foi um dos principais mecanismos de exclusão de discursos e, como se sabe, as crianças e adolescentes historicamente estiveram aquém da palavra. “Isso não é assunto de criança” sempre bastou para localizar em seu devido lugar silenciado os “menores”. Essa é uma pista para pesquisas: o quanto o empoderamento dos saberes, cuja matéria prima de trabalho é o próprio discurso do desviante analisado – visto que tratamos de saberes de tipo clínico – exige que estes sujeitos falem mais, ao mesmo tempo em que esta desinterdição se faz subordinadamente, portanto, a uma crescente hegemonia de regimes de exclusão, produção e controle de discursos baseados na “vontade de verdade” (FOUCAULT, 2013).

automática da eficácia e uma auto-justificação institucional estatal nesse sentido, já que quem aplica cotidianamente as medidas socioeducativas, também é responsável por sua avaliação.

Nesse sentido, é especialmente a confirmação do modelo de penas indeterminadas pelo ECA<sup>11</sup> que favorece a potencialização dos saberes/disciplinas. Como dito acima, a extinção da medida depende de laudos técnicos: “A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão *fundamentada*, no máximo a cada seis meses” (BRASIL, 1990, Artigo 121, §2º, grifo meu). O imperativo de “fundamentação” das decisões, consolida o lugar “disciplinas” como princípio preponderante na instalação de regimes de verdade no SINASE (FOUCAULT, 2013).

Os discursos se dispõem assim num diagrama de poder em que os autores participantes da sujeição do adolescente se combinam de maneira complexa, mais do que à primeira vista: uma vez elaborado o PIA, “a autoridade judiciária dará vistas da proposta de plano individual (...) ao defensor e ao Ministério Público pelo prazo sucessivo de 3 (três) dias” (BRASIL, 2012, Artigo 41). A proposta de PIA não é obrigatoriamente acatada pela autoridade judiciária, a quem a Defensoria e o Ministério Público podem requerer avaliações e perícias que complementem o plano individual ou até mesmo o impugnem (BRASIL, 2012, Artigo 41, § 1º). Todavia, não há espaço para grandes discricionariedades, já que “a impugnação ou complementação do plano individual, requerida pelo defensor ou pelo Ministério Público, deverá ser *fundamentada* podendo a autoridade judiciária indeferi-la, se entender suficiente a motivação” (BRASIL, 2012, Artigo 41, §2º, grifo meu), isto é, também aqui será preciso justificar as decisões tomadas. Com base em que senão nos legítimos saberes? Toda decisão deve ser devidamente “fundamentada”, sobretudo as que concernem à desinternação (BRASIL, 2012, Artigo 42, §1º). É claro que “em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público” (BRASIL, 1990, Artigo 121, §6º), mas por outro lado, a qualquer momento, qualquer ator, pode solicitar a reavaliação do adolescente (BRASIL, 2012, Artigo 43, incisos I, II, III). Desse modo, a penúltima palavra – sem a qual não há a última – sobre o destino de cada adolescente é dada pelo discurso disciplinar, técnico, especialmente dos campos da psicologia e serviço social. E isso por quem detém o saber, detém o monopólio da técnica do exame. Por isso pode-se dizer que o acento da interdisciplinarização acarretou um relativo *descentramento da autoridade judiciária na economia de poder que incide sobre o sujeito desviante*.

---

11 Ver mais em entrevista com Álvaro Pires (ALVAREZ et al., 2017).

Essa positividade dos saberes contrasta com a passividade do poder judiciário, a quem cabe as homologações e a direção da ritualidade processual. O juiz está mais próximo de um direito de veto à desinternação do que do poder de produzi-la. Há várias limitações à autoridade judiciária em distribuir as penas (BRASIL, 2012, Art.45, §1º, 2º). Sob o quadro retórico que perfaz a emergência do SINASE, esses rearranjos corroboram o discurso de que o novo sistema institui “parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos que evitem ou limitem a discricionariedade” (SEDH, 2006, p. 13-14).

Para ir além das sugestões postas aqui desde a leitura da Lei nº 12.594/2012 que normatiza o SINASE, podemos tomar como elemento empírico que corrobora a leitura proposta, as ações políticas *strictu sensu*, enunciadas no contexto parlamentar. Talvez a maior prova da relevância desses deslocamentos e rearranjos trazidos pelo SINASE seja o modo como tais relações que entremeiam poder e saber têm sido tematizadas e mobilizadas em discursos políticos. Recentemente, mudanças pró-redução da maioria penal<sup>12</sup> têm sido encampadas pela parcela parlamentar do campo menorista<sup>13 14</sup>, a partir de uma rearticulação entre poder e saber. Defensores do endurecimento penal, em sua maioria, mas não exclusivamente, visam alterar o artigo 228 da Constituição Federal e repor a categoria do *discernimento* do sujeito no ato delinquente como critério central na distribuição de medidas e penas. Isso seria feito a partir de exames criminológicos. Como se sabe, a categoria “discernimento” já foi criticada e preterida pelos reformadores na ocasião do Código de Menores de 1927 pelo simples e incontornável fato de que, sendo o discernimento de um sujeito, incomensurável, não se pode adotá-lo como critério de juízo (ALVAREZ, 1989).

Com o avanço da interdisciplinarização desde o ECA e agora no SINASE, o processo produtivo da verdade tornou-se, ao menos à primeira vista, mais custoso. Não se trata, neste caso, da *verdade da culpa*, cujo processo produtivo seria o do *inquérito*; mas da *verdade da reabilitação* em curso e concluída após o atendimento, verdade atestada pelo *exame* (FOUCAULT, 2005). Já com essas propostas legislativas,

---

12 Há uma crescente movimentação legislativa que propõe novas regras para determinação punitiva sobre o adolescente infrator a partir do critério do “discernimento” do sujeito em relação às suas infrações, como por exemplo: PEC nº 489/2005; PEC nº 87/2007; PEC nº 73/2007; PEC nº 332/2013; PEC nº 382/2014.

13 Adjetivamos de menorista toda e qualquer prática que se refira à infância e adolescência nos termos do ideário pré-ECA, que se ancore, portanto, no “menorismo”, um conjunto de noções, discursos e práticas de controle social sobre as crianças e adolescentes pobres, pondo os sob sujeição desde a presunção do seu desvio e dos vícios morais que lhes seriam próprios.

14 Para ver mais sobre a articulação do dito menorismo com as diversas manifestações de autoritarismo no Brasil: Medeiros (2017; 2019).

haveria um novo concerto entre os saberes e o poder judicial: os saberes seriam chamados a atestar a existência de discernimento do adolescente, como se pres-tassem o papel de “testemunhas de acusação” que a autoridade judiciária invoca para comprovar que o adolescente infrator deve ser punido como adulto, pois cometeu ato infracional com discernimento. Efetivamente, nesse caso os saberes continuariam sendo elementos legitimadores, mas legitimadores da decisão pré-fabricada: a prisão do adolescente entre adultos. E isso far-se-ia sob a condição de que os saberes se tornassem novamente coadjuvantes a um poder judiciário – este que estaria menos restrito ao lugar de poder de veto e novamente lançado à atuação essencialmente condenatória.

Em síntese, a interdisciplinarização do atendimento é produzida por: 1) a própria intersectorialização que traz consigo a demanda pela participação dos saberes; 2) a exigência de “fundamentação” das decisões judiciais, o que empoderou os saberes que detém o monopólio da técnica do exame (FOUCAULT, 2005). Os principais efeitos dessa interdisciplinarização foram: 1) *descentramento da autoridade judiciária na economia de poder que incide sobre o sujeito desviante*; 2) *produção automática da eficácia do atendimento* e 3) *auto-justificação institucional do Estado*.

### III. PARÂMETRIZAÇÃO ÉTICA DO ATENDIMENTO – UM MARCO ZERO

Em todo o processo de formulação do novo sistema, como bem expressa sua síntese oficial, há uma afirmação do caráter pedagógico da medida, o que desequilibra a clássica tensão presente no atendimento a adolescentes desviantes entre recuperar ou punir. O ECA mesmo define que: “Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas” (BRASIL, 1990, Artigo 123, parágrafo único). Também, na Resolução nº 113, de abril de 2006, o CONANDA resolvia sobre os princípios norteadores da execução das medidas prevendo “prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo” (CONANDA, 2006, Artigo 19, § 2º, inciso I), entre outros itens atinentes ao “respeito” ao adolescente socioeducando. Os mesmos princípios são ratificados em dezembro do mesmo ano na resolução nº 119 ao demarcar que “O Sinase constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais” (CONANDA, 2006, Artigo 2º).

E alcançam a letra da Lei nº 12.594/2012 que junta à responsabilização do infrator e à desaprovação de sua conduta um terceiro objetivo: “a integração



social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento” (BRASIL, 2012, Artigo 1º, §2º, inciso II).

O documento-base da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo, publicado em 2006 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e pelo CONANDA, possui um forte tom de urgência moral quanto ao que se fazer com o modelo então vigente. A apresentação do documento, assinada pelo ministro da SEDH, Paulo Vanucchi e pelo presidente do conselho, José Fernando da Silva, representante da sociedade civil, reconhece a condição do adolescente infrator como vítima de violências perpetradas pelo Estado durante o cumprimento de medidas de responsabilização. A violação de direitos do socioeducando é seriamente considerada:

O processo democrático e estratégico de construção do SINASE concentrou-se especialmente num tema que tem mobilizado a opinião pública, a mídia e diversos segmentos da sociedade brasileira: o que deve ser feito no enfrentamento de situações de violência que envolvem adolescentes enquanto autores de ato infracional ou vítimas de violação de direitos no cumprimento de medidas socioeducativas. (SEDH, 2006, p. 13).

E a partir disso o documento-base é todo estruturado por ênfases garantistas: contém um capítulo inteiro dedicado aos “Princípios e Marco Legal do Sistema de Atendimento Socioeducativo”, que menciona vários protocolos internacionais sobre direitos humanos e da infância e juventude; reafirma o respeito aos direitos humanos, à legalidade e à integridade física do jovem infrator; excepcionalidade e brevidade da medida e respeito à condição de pessoa em situação peculiar de desenvolvimento do adolescentes. Princípios fundamentais do direito civil ocidental são sistematicamente invocados para a legitimação do novo modelo proposto. Na seção “Monitoramento e Avaliação”, lê-se entre os indicadores de qualidade dos programas de atendimento socioeducativo em meio fechado: “Trabalhar-se-á com indicadores de diferentes naturezas, contemplando aspectos quantitativos e qualitativos nos seguintes grupos: (...) 2) indicadores de maus tratos” (SEDH, 2006, p. 78). E o discurso de respeito à dignidade prossegue por todo o texto, como quando se refere aos “Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo”:

A estrutura física das Unidades será determinada pelo projeto pedagógico específico do programa de atendimento, devendo respeitar as exigências de conforto ambiental, de ergonomia, de volumetria, de *humanização* e de segurança. (SEDH, 2006, p. 67, grifo meu).

Enfim, o que recorre no documento é que o adolescente infrator deve ser respeitado como sujeito de direitos. Essa redundância é ao mesmo tempo *mea culpa* do Estado, ele próprio um frequente violador de direitos dessa população, e uma reivindicação da sociedade civil organizada que atua na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Tal convergência de horizontes estratégicos do Estado e dos atores civis não só possibilita uma síntese oficial, como faz do arrependimento do Estado, uma conquista da sociedade civil.

É então a partir da reafirmação do espírito do ECA e legitimando-se nele que o SINASE aparece uma proposta de *parametrização ética* das medidas de responsabilização dos adolescentes infratores. Em outras palavras, seria uma política de humanização do atendimento até então oferecido, que responde à verdadeira crise em que se encontravam as unidades de internação do modelo de bem-estar do menor, com graves violações da dignidade e rebeliões.

Uma estratégia é indispensável na construção do novo sistema: compará-lo com o passado das FEBEM's e afirmar que o Estado fez tábula rasa em relação ao passado de violações de direitos. Nas apropriações discursivas que os atores estatais fazem das alterações institucionais havidas, a garantia de direitos compõe o conjunto de mudanças que passam do status de *reivindicadas* para o status de mudanças *realizadas*.

Tomemos, por exemplo, a fala da ex-presidente da Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescentes), Berenice Giannella em entrevista<sup>15</sup>:

[CidadeOn]: O que mudou da antiga Febem para a Fundação Casa?

[Berenice Giannella]: Quase tudo. Desenvolvemos mais fortemente nesses dez anos a política de descentralização do atendimento, foram construídas 74 novas unidades espalhadas pelo Estado para levar os adolescentes o mais próximo possível de seus familiares. Horizontalizamos a administração e mudamos a proposta pedagógica, focando em unidades pequenas com atendimento indi-

---

15 Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,2,2,1157509,Confira+entrevista+com+Berenice+Giannella+presidente+da+Fundacao+Casa.aspx>> Acesso em: 15/04/2020.

vidualizado e multifocal por meio de psicólogos, assistente social, pedagogos. Tudo isso melhorou a qualidade do atendimento, que ficou mais humanizado.

Vê-se que a construção *ex-post* da instituição, por meio de apropriações discursivas combinadas entre a fala oficial, a atenção da imprensa e o arrefecimento da pressão cívica, inclui terminantemente a paz das unidades no saldo das mudanças ocorridas. Estabelece-se uma verdade. A conexão entre humanização e pacificação se pode entender ainda como um refazimento da punição a partir de novas tecnologias que, levando em consideração os apelos humanistas, também serve à redução dos custos políticos e simbólicos da punição – até então muito baseada na pura coerção e suas rebeliões colaterais.

A fala de Giannella em entrevista de 2016 pelo portal CidadeOn, compara a FEBEM à Fundação CASA citando as várias mudanças que tornaram o atendimento, enfim, humano e adequado:

*[CidadeOn]: A Febem era conhecida, de forma negativa, pela violência institucionalizada. A Fundação Casa conseguiu superar essa cultura?*

*[Berenice Giannella]: A violência na instituição passa pela violência que existe na sociedade brasileira. Os números de segurança pública mostram que estamos longe da aparência do brasileiro cordial. Temos altos índices de homicídio, roubos. E a população da fundação e os funcionários se inserem dentro dessa sociedade. Hoje, com certeza, não existe uma violência institucionalizada, nossa gestão sempre foi firme no sentido abominar qualquer forma de violência, física ou psicológica, mas isso só vai conseguir terminar quando a sociedade brasileira como um todo conseguir se transformar. Mas estamos treinando e capacitando esses funcionários e sendo firmes com eles. Hoje todos os servidores são obrigados a informar qualquer caso de violência. E a Corregedoria averigua as ocorrências e toma as medidas necessárias. É impossível acabar totalmente com a violência, mas ela diminuiu muito.*

*[CidadeOn]: Os casos de violência que ainda persistem são isolados ou rotineiros?*

*[Berenice Giannella]: São isolados, nós não temos um ambiente de violência na fundação. Mas é importante ressaltar que temos quase 13 mil funcionários e dez mil adolescentes e não tivemos nos últimos anos mortes violentas. O ambiente hoje, é muito melhor do que era há 10, 11 anos.*

Nas falas acima, o ambiente não-violento é representado como efeito da humanização. Em outra entrevista<sup>16</sup>, para o El País em maio de 2015, a presidente dizia que:

*[El País]: Quais são as condições de tratamento atualmente na Fundação CASA?*

*[Berenice Giannella]: Os adolescentes são super bem tratados. Temos hoje mais unidades menores, que foram reformadas para trabalharmos com grupos pequenos. Em cada sala de aula, por exemplo, há cerca de 60 jovens, o que é próximo da média de escolas comuns (próxima de 40, 45). São também realizadas atividades socioculturais, cursos profissionalizantes, esporte.*

O SINASE é sistematicamente apresentado como realização de seu objetivo legal de “promover a melhora da qualidade da gestão e do atendimento socioeducativo” (BRASIL, 2012, Artigo 19, inciso III). Desse modo ocorre uma auto-justificação institucional, como se verifica na fala do procurador de justiça Márcio Elias Rosa, secretário de justiça e cidadania do Estado de São Paulo e presidente da Fundação CASA desde julho de 2017<sup>17</sup>:

*[Portal UOL]: Há uma frase famosa do ex-governador Mário Covas (PSDB), após uma rebelião na antiga Febem: “Queimou colchão? Dorme no chão”. A mudança dessa filosofia é a explicação da redução de 80% nas rebeliões?*

*[Márcio Elias Rosa]: Houve uma política de descentralização com unidades pequenas com até três pavimentos com 64 vagas, consultório médico, atividades de lazer, quadras poliesportivas, arquitetura que favorece a atitude pedagógica e educacional. Parece uma escola, cria-se um ambiente mais favorável ao recebimento de visitas. Logo que ele entra, o jovem passa por uma identificação que vai orientar o que ele precisa: atendimento psicológico, médico, odontológico, educacional. Isso tem produzido um resultado muito bom. Mas interfere também no ambiente da unidade. Se a atitude da fundação é de caráter educacional, o ambiente interno tende a ficar mais ameno, mais agregador, menos distendido e aí reduz a possibilidade de motim e rebelião.*

---

<sup>16</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/21/politica/1432211183\\_016578.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/21/politica/1432211183_016578.html)  
Acesso em: 15/04/2020.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/09/levar-menores-para-as-penitenciarias-nao-vai-resolver-a-violencia-diz-presidente-da-fundacao-casa.htm>  
Acesso em: 15/04/2020.

Se superestimando ou não as mudanças ocorridas, o fato é que os gestores da política socioeducativa dizem que a FEBEM ficou para trás, os adolescentes agora são bem tratados, o atendimento é intersetorial e interdisciplinar, as unidades são dignas, há um ambiente cidadão. Um requisito básico para estes discursos é a forte adjetivação pedagógica do atendimento. Além do termo “escola”, a palavra “educacional” aparece três vezes na última citação. O próprio adjetivo “socioeducativo/a” é uma novidade trazida desde o ECA. Vale, contudo, destacar uma crítica constante ao tom ufanista destes gestores: a de que acabam por operar uma discreta passagem do normativo ao ideológico, representando aquilo que *deveria ser* como *se de fato fosse, sem de fato ser*.

Em síntese, a parametrização ética do atendimento socioeducativo no SINASE se deu por meio de: 1) forte adjetivação pedagógica do atendimento; 2) ênfase comparativa entre o novo sistema e o modelo das FEBEM's. O principal efeito político desses discursos é a *representação do novo sistema como um “marco zero” para o atendimento aos adolescentes infratores*.

## UMA SÍNTESE DE EXPECTATIVAS E A EDUCACIONALIZAÇÃO DO DIREITO DE PUNIR - CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

O direito de punir, sob o fracasso do modelo de bem-estar do menor incendiado com as rebeliões e escândalos, é atualizado a partir do recurso aos dispositivos “sociais”, folheados à “inclusão social”, “socioeducação”, “caráter pedagógico”, “humanização” etc., harmonizados com os míticos direitos humanos. Assim, o SINASE marca historicamente que se pune por meio de tecnologias educacionais – a educação é a pena e a sanção ao infrator será interná-lo num “estabelecimento educacional” (BRASIL, 1990, Artigo 112, inciso VI). De fato, rotinas de atendimento foram alteradas nesse sentido, mas há que se atentar às representações retóricas do atendimento pelo próprio Estado numa produção sincronicamente material e discursiva. É nessa dimensão que a educação se torna uma punição que não se parece com punição, antes a eufemiza.

As disjunções entre o novo e o velho sistemas de atendimento socioeducativo acarretaram: considerável descentramento da autoridade judiciária na economia de poder sobre o adolescente; produção automática da eficácia do atendimento; auto-justificação do Estado na oferta de atendimento socioeducativo; representação do SINASE como um marco zero na trajetória de políticas para infâncias e adolescências desviantes. Nesse sentido, o SINASE é um *comentário* ao ECA (FOUCAULT, 2013) e encena sua realização, pois recorre às suas categorias e institui os princípios já enunciados há décadas como se fosse algo novo que “enfim” ocorre,

mesmo com atrasos, mas inquestionavelmente legitimado pelo ato original de promulgação do ECA. Sendo repetição que enuncia coisas novas, o comentário ressemantiza os discursos originais, reapresenta-os em novos vocábulos, novo sotaque e, sobretudo, em um novo momento histórico. O comentário é a repetição exegética que desvela novidades no instante mesmo em que reitera as verdades originais (FOUCAULT, 2013). Novamente, o “novo”.

O modo como este comentário articula a intersetorialidade, a interdisciplinariedade e os parâmetros éticos do atendimento socioeducativo acaba por compor o que denomino como *educacionalização do direito de punir* – processo político-discursivo pelo qual a punição ao adolescente infrator é representada a partir de uma semântica educacional, de inovação institucional e de superação do modelo de bem estar do menor.

Com base nas intuições foucaultianas (FOUCAULT, 2013), podemos tomar a *pergunta* como o mais elementar mecanismo de rarefação do discurso do outro, no sentido em que quando se pergunta algo também se define em que termos se fará o debate, circunscrevendo semanticamente o repertório de respostas possíveis tal como num carteadado se distribuem as cartas do jogo. Se todo discurso responde a uma pergunta posta, cumpre-nos rastrear a que ou a quem os atores querem responder e como inventam retóricas para esse objetivo, bem como quais seus efeitos e sua variação histórica. Dessa perspectiva, o SINASE, enquanto modelo de punição particularmente educacionalizada, responde à questão sobre “qual o melhor modelo de responsabilização de adolescentes infratores?” – que subjazeu a toda a crise das FEBEM’s. Mas virada a página, a grande pergunta ora instalada é “como estancar a suposta crescente delinquência juvenil?” E as respostas são de um lado a proposição da redução da maioridade penal e de outro uma ênfase na prevenção da deriva de adolescentes na criminalidade.

Nesse sentido, embora a pergunta já nos seja outra, verificamos que o SINASE ainda persiste como resposta. A última conjuntura crítica nessa matéria foi o ano de 2015, marcado por lutas políticas de grande repercussão pública em torno da redução da maioridade penal. Naquele contexto, os diversos atores do campo contrário à redução – entidades das Nações Unidas, ONG’s, movimentos sociais, setores artísticos e intelectuais e o núcleo do próprio governo federal – se posicionaram conforme certo padrão argumentativo. Seus enquadramentos básicos anti-redução foram três: 1) “mais escolas, menos cadeias”; 2) “redução não é a solução” e 3) menos elaborado enquanto *slogan*, mas igualmente relevante, foi algo como “os adolescentes já são responsabilizados”. Nesse último enquadramento a exposição do funcionamento do atendimento socioeducativo foi central e, uma

vez comparado às FEBEM's e ao sistema penitenciário adulto, o SINASE foi transformado em um *case* de sucesso possível, tornando-se assim um dos principais argumentos anti-redução da maioridade penal.

O que fazer com um sistema que funciona? Ante a ofensiva menorista e constrangido pelo discurso auto-proclamatório do SINASE – vocalizado por seus burocratas – o movimento de defesa dos direitos de crianças e adolescentes deparou-se desde então com um clima avesso a grandes discussões sobre como melhor responsabilizar e ressocializar os adolescentes infratores. Entrevê-se assim, a médio prazo, uma confirmação política dos processos constituintes do SINASE e sua resultante educativização do direito de punir, cuja única alternativa disponível parece ser o retrocesso que significa a redução da maioridade penal. Para as forças garantistas, isso significa especialmente que o eixo de discussão sobre a renovada “questão do menor” se deslocou do âmbito das instituições punitivas para outra dimensão da experiência precoce da punição, que diz respeito menos às políticas socioeducativas e mais à proteção social, ao livramento da violência estrutural fortemente racializada, à informalidade, à exploração no mercado de drogas ilícitas e às condições de “deriva” que circundam parte da infância e adolescência pobres no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. “A experiência precoce da punição.” In: MARTINS, José de Souza (coord.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- ALMEIDA, Bruna Gisi. A produção do fato da transformação do adolescente: uma análise dos relatórios utilizados na execução da medida socioeducativa de internação. *Revista Plural*, v. 24, n. 1, p. 28-53, 2017.
- ALVAREZ, Marcos César *et al.* (2017). A teoria da “Racionalidade Penal Moderna” e os desafios da justiça juvenil: Entrevista com Álvaro Pires. *Revista Plural*, v. 24, n. 1, p. 124-160, 2017.
- ALVAREZ, Marcos César; VINUTO, Juliana. O adolescente em conflito com a lei em relatórios institucionais. Pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (Febem, São Paulo/SP, 1990-2006). *Tempo social*, v. 30, n. 1, p. 233-257, 2018.
- ALVAREZ, Marcos César. *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.



- BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm)> Acessado em: 15/04/2020.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acessado em: 15/04/2020.
- CAPELLA, Ana Cláudia N. Formação da agenda governamental: Perspectivas teóricas. *BIB*, n. 61, p. 25-52, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU/PUC-RJ, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2013.
- KINGDON, J. *Agendas, alternatives and public policies*. New York Longman: New York, 1984.
- MEDEIROS, Vitor Queiroz de. Violência e cidadania no Brasil contemporâneo: uma crônica da indistinção. *Praça*, vol. 1, n. 1, p. 139-153, 2017.
- MEDEIROS, Vitor Queiroz de. O autoritarismo como o direito de violar direitos. *Justificando*. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2019/02/050-autoritarismo-como-o-direito-de-violar-direitos/>>. Acessado em: 02/02/2020.
- RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. Anais da III Conferência Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Brasília, 1999.
- SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. Anais da V Conferência Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Brasília, 2005.
- SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília, 2006.

## Categorias homossexuais: alguns problemas de pesquisa na perspectiva da rotulação da homossexualidade<sup>1</sup>

*Homosexual categories: some research problems in the labelling perspective of homosexuality*

Ken Plummer<sup>a</sup>

Tradução de Shelton De Cicco<sup>b</sup>

Este artigo é concernente primeiramente a um grupo de categorizações recentemente inventadas que propõem localizar um fenômeno coerente. Para as pesquisas atuais tais categorizações incluem “os invertidos”, sejam “absolutos”, “anfígenicos” ou “contingentes” (FREUD, 1977) e “o homossexual”, seja “pré-edípico”, “edípico” ou “pseudo[-edípico]” (SOCARIDES, 1978). Para o/a leigo/a tais categorizações incluem “boiola”, “traveco”, “sapatão”, “bicha” e “viado”<sup>2</sup>. Contudo um pequeno grupo de pessoas a categoria agora é “gay”. Há uma diferença considerável entre as duas primeiras – que são amplamente negativas e “criadas por outrem”<sup>3</sup> – e a última que é positiva e “autocriada”<sup>4</sup> – mas todas elas, não obstante, apontam para um referente externo empírico que se supõe ser identificável. Eu não estou totalmente seguro que ele exista. De fato as categorias existem; elas são aplicadas agora (de boa vontade ou não) a milhões de pessoas mundo afora e foram aplicadas ao longo da história a um grande número de pessoas como o são ainda hoje. Certamente há considerável intenção política por trás da construção de tais cate-

- 
- 1 Traduzido de NARDI, Peter M.; SCHNEIDER, Beth E. (eds.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. London/New York: Routledge, 1998. pp. 84-99. Originalmente publicado em PLUMMER, Kenneth (ed.). *The making of the modern homosexual*. London: Hutchinson, 1981. pp. 53-75. O tradutor agradece à gentileza do autor, da Routledge e Barnes & Noble em concederem permissão para tradução e publicação. O tradutor agradece ainda ao apoio da Capes.
  - a Doutor pela Universidade de Londres e professor emérito de sociologia da Universidade de Essex, onde lecionou de 1975 a 2005. Fundou e dirigiu o periódico *Sexualities* (1996-2012); autor e organizador de vários artigos e livros.
  - b Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp/Marília. Bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. Bolsista Capes.
  - 2 N.T. “other-created” no original. O mesmo tipo de composto é cunhado pelo autor adiante em “autocriada”, “self-created” no original.
  - 3 N.T. O autor utiliza uma série de termos pejorativos da gíria anglófona cuja tradução apenas pode ser aproximada – procedimento que eu fiz tendo em vista a gíria brasileira e linguajar êmico –, são eles respectivamente “queer”, “bender”, “dyke”, “pansy” and “faggot”.
  - 4 Esta mudança de termos interrogatórios para positivos e autoconstruídos é discutida por BERZON; LEIGHTON (1979) e em MORIN; SCHULTZ (1978).

gorizações – ordenar, controlar e segregar em nome da benevolência (GAYLIN, 1978). Seguramente estas categorias também têm criado – em geral – grupos inteiros de pessoas desvalorizadas, desonrosas e perigosas, e têm justificado frequentemente atrocidades humanas monstruosas e a negação de direitos humanos.<sup>5</sup> Mas estas certezas sobre as categorias não deveriam ser confundidas com certezas sobre os fenômenos aos quais as categorias referem-se.

Neste artigo minha preocupação recai em apresentar algumas sugestões de pesquisa para estudar as categorias não os fenômenos, e para realizar isso eu estou me servindo muito da *perspectiva da rotulação*. Assim quatro questões amplas precisam de detalhada exploração:

1. Qual é a natureza das categorizações homossexuais?
2. Quando e como emergiram tais categorizações?
3. Como elas vêm a ser dadas a certos comportamentos e pessoas?
4. Que tipo de impacto elas têm sobre as pessoas apontadas [com a rotulação]?

Estas são questões amplas e significativas que sinalizam uma mudança dramática das preocupações de pesquisa para com os próprios fenômenos. No que segue, eu posso apenas tratar cada questão seletivamente.

## A NATUREZA DA CATEGORIA “HOMOSSEXUAL”

O ponto de partida de toda pesquisa sobre rotulação deve fazer em construir as várias categorias que nós usamos como um problema. Neste caso nós precisamos conhecer a natureza dos diversos e sempre mutantes significados que as pessoas conferem a “encontros emocionais e eróticos com pessoas do mesmo sexo”<sup>6</sup>, aqueles/as que estão formal e informalmente engajados/as em seu controle, como daqueles/as que encontram os significados aplicados a si. Quais significados são imputados por grupos específicos? Como tais significados mudam em contextos diferentes? Qual efeito, características gerais como “estigma” (a desvalorização das pessoas) e “essencialização” (a tradução de fazer em ser), têm na reunião de tais significados? Qual a relação entre o que as pessoas dizem sobre “homossexuais” e

---

5 A negação de liberdades civis está sendo lentamente documentada em Inglaterra pela Campanha pela Igualdade Homossexual (1979), e em EUA pelo Centro para Educação, Avaliação e Pesquisa Homossexuais através de páginas da *Revista da homossexualidade* (ver PETERSEN; LICATA, 1979). As “atrocidade” infligidas a “homossexuais” em outros tempos apenas lentamente estão vindo à luz mas veja, por exemplo, KATZ (1976) e a peça de Martin Sherman, *Bent*.

6 Eu uso esta frase apenas no sentido mais geral; eu não quero implicar a descoberta de uma definição rígida que negaria a tese central deste capítulo.

o que as pessoas fazem-lhes? Responder tais questões conduzirá o/a pesquisador/a de uma sobressimplificada versão tanto da hostilidade uniforme como de “tipos” identificáveis para uma visão de mundo que é mais empiricamente válida, porque isto destacará significados sociais multiestratificados, mutantes, conflitantes, confusos e contrastantes em torno de experiências com o mesmo sexo. O que se advoga aqui, então, é uma etnografia das reações sociais às experiências com o mesmo sexo, uma tarefa que mal começou.

Das questões acima, a que eu gostaria de considerar mais profundamente aqui concerne o problema da “essencialização” – dos modos pelos quais “fazer” e “experienciar” podem tornar-se consolidados em “ser” através de rotulações categóricas. Desde já é possível reconhecer duas tendências que podem ser discernidas no esclarecimento de categorias homossexuais: uma tendência essencializante dos/as próprios/as homossexuais e uma tendência oposta de cientistas sociais.

## ESSENCIALISMO E O MOVIMENTO GAY

A maioria concorda que um “papel homossexual” distinto agora existe em sociedades do ocidente capitalista que não existia em períodos históricos anteriores e que não existe em outras culturas atuais; os pesquisadores diferem primariamente sobre *quando* aquele papel emergiu, *qual* é seu conteúdo preciso e *como* ele é traduzido na vida real das pessoas. Assim McIntosh vê este papel emergir no final do século XVII, Weeks no final do século XIX e Marshall em meados do XX. McIntosh foca nas expectativas de que “homossexuais” fossem focados em sexo, molestadores de garotos efeminados, Weeks destaca a medicalização dos homossexuais e Marshall liga a medicalização à separação entre gênero e sexo.

Nenhuma destas discussões, contudo, considera o papel e sua constituição nos anos 1970 (embora esta seja a preocupação de Blachford<sup>7</sup>). Ainda assim esta é uma omissão curiosa para algo incomum que está acontecendo: as expectativas de que homossexualidade seja uma “condição”, a qual foi engendrada no passado por médicos, estão sendo sustentadas hoje e reforçadas por gays radicais. É verdade que liberacionistas rejeitariam o efeminado que busca garotos, expectativas “débeis” de retratos incipientes do papel, mas eles ainda sustentam a visão de que gays são tipos de seres. De fato Dank sempre argumentou – com razão eu acredito – que

as construções da realidade criadas por pessoas publicamente envolvidas com liberação homossexual performam as mesmas funções que as construções da

---

7 N.T. Stacey L. Blachford, autor de *The Gale encyclopedia of genetic disorders*.

realidade dos tradicionalistas. Especificamente, suas construções da realidade funcionam para homogeneizar e desumanizar pessoas homossexualmente orientadas frequentemente através de processo de deificação e ao mesmo tempo eles constroem o homossexual como um ser alienígena. Assim como os tradicionalistas criaram o homossexual e o heterossexual assim outras pessoas fizeram enquanto invocando a retórica da liberação homossexual. (DANK, 1976, p. 14-15)

Aqui, então, Dank estende o argumento McIntosh-Weeks-Marshall ao mostrar que os próprios liberacionistas começaram a tornar-se definidores-chave de um papel homossexual e, portanto, ironicamente começaram a tornar-se sua própria fonte de regulação. “Homossexuais” foram uma vez regulados/as e definidos/as por “especialistas”; agora estes especialistas não precisam mais fazê-lo, porque o/a homossexual assumiu aquele papel para si próprio/a. Guetizado/a e reificado/a, “o/a homossexual” permanece firmemente sob controle no capitalismo “liberado”. Ele e ela estão sendo empurrados mais e mais abaixo do convencional da sociedade – estabelecendo suas próprias colônias e guetos (veja LEVINE, 1979; HUMPHREYS, 1979),<sup>8</sup> construindo suas “identidades gays” como crescentemente pivotante para seu mundo pessoal e criando uma proliferação de grupos separatistas, até que “o/a homossexual” existe tanto mental como espacialmente como uma espécie altamente confinada e restrita. E ainda dentro deste mundo, “gays” apartam-se uns dos outros através da construção de tipos mais distantes: “homens” com “homens”, “mulheres” com “mulheres”, “efeminados” com “efeminados”, “SM” com “SM”. Isso forma uma espiral intoxicante sempre crescente de *autocategorização* como tipos, os quais antecipam uma segregação autoimposta sempre crescente.<sup>9</sup>

8 Enquanto ambos os autores – Levine e Humphreys – veem aspectos desta segregação como surgindo da hostilidade social, Humphreys pelo menos vê a formação de uma “cultura satélite” gay como um desenvolvimento bastante positivo para homens gays e não contempla seu papel de controle.

9 John Alan LEE (1979, p. 179-80) descreveu de modo vivaz esta “completude institucional” da cena gay de Toronto. Escreve ele:

Um cidadão gay de Toronto pode comprar uma casa através de um verdadeiro corretor de imóveis gay familiarizado com os tipos de moradias e vizinhanças mais convenientes para clientes gays. Ele pode fechar negócio por meio de um advogado gay e contratar um seguro com um corretor de seguros gay. Se ele é novo na comunidade e não pode pedir a conhecidos os nomes destes corretores, ele pode consultar as páginas amarelas gays, uma lista de negócios e serviços que está disponível em muitas cidades grandes. Ou ele pode abordar uma fonte típica de conexão com a comunidade gay, tal como uma livraria gay, ou ele pode consultar jornais e periódicos gays locais. De qualquer destas fontes de informação ele aprenderá também onde ele pode comprar móveis e suprimentos de uma empresa atendendo a uma clientela gay. Ele encontrará fornecedores de móveis, paisagistas e decoradores gays. Ele encontrará fontes gays de trabalho qualificado ou serviços de limpeza gays.

Tendo se mudado, nosso cidadão gay pode trajar-se em lojas especializadas em vestimenta gay, ter seu cabelo cortado por um cabeleireiro gay, seus espetáculos feitos por um viés gay. Ele pode comprar comida em uma padaria, músicas em lojas especializadas e arrumar seus planos de

Eu não quero ser muito pessimista sobre esta tendência por ela poder ser diretamente contra-argumentada que estas categorizações e segregações crescentes, longe de serem perigosas, podem ter consequências muito positivas para “homossexuais”, pois elas são *autocriadas* e *autocontroladas*. Melhor viver em um gueto autoimposto do que em um campo de concentração imposto pelo Estado! Conquanto válido isto possa ser, poder-se-ia ao menos estar atento que a história de muitos rótulos mostrou uma passagem de uma origem benévola para uma consequência malévola, em que humanitarismo ostensivo conduziu a camisas de força e cerceamento de oportunidades para grupos inteiros de pessoas (GAYLIN, 1978).

As questões de pesquisa geradas por estas breves observações são especialmente cruciais para criminologistas “radicais/críticos”. Pelo que eles lembram-nos, sociologicamente, que movimentos sociais “radicais” e de “liberação” nunca são apenas isso; eles sempre trarão suas próprias formas de controle. Liberdade “total” e liberação “total” podem existir apenas na mente de um/a revolucionário/a; mas elas são absurdo sociológico. E a questão que precisa ser colocada é se estas formas de controle baseadas em movimentos podem ser vistas a complementar ou mesmo estender as formas de controle societais mais amplas. Neste caso, enquanto a homossexualidade parece estar entrando em uma nova fase de “liberação” e “aceitação” no mundo ocidental, pode se considerar que os processos de controle, antes prevalecentes, estão simplesmente sendo mais firmemente estendidos – apenas de uma maneira mais privada agora – pelos/as próprios/as “homossexuais”?

## DESCATEGORIZAÇÃO E DESCONSTRUÇÃO

Ao longo desta invenção, classificação e expansão do “papel homossexual”, primeiro por médicos e mais tarde pelos/as próprios/as homossexuais, outro processo tem ganhado espaço que perpetuamente ajuda a subverter a ideia de que a homossexualidade é uma condição ou tipo de pessoa. É uma tradição clandestina, ainda que ela esteja arraigada tanto no pensamento clássico (que destacou por livre vontade) e pesquisa sexual mais recente. Enquanto o ponto de vista

---

viagem por meio de agências gays. Ele pode comprar jornais e livros em uma livraria gay, adorar em uma igreja ou sinagoga gay e comer em restaurantes gays. Naturalmente ele pode beber em bares gays e dançar em baladas gays. Ele pode obter cuidados médicos de um médico gay ou, se ele preferir, um quiroprático gay. Se ele quer permanecer inteiramente na cultura gay, ele pode procurar trabalho em muitas dessas agências e negócios, mas ele terá de bancar seus gastos com um banco não gay, embora ele possa estar apto para lidar com uma cooperativa de crédito gay. Ele pode contribuir com dinheiro dedutível de imposto para fundações gays, participar de grupos políticos gays e aproveitar programas gays na televisão a cabo. Para mantê-lo a par de tudo acontecendo na sua comunidade gay ele pode telefonar para a linha gay, que é atualizada semanalmente. Se ele sente a necessidade de assistência para ajustar seu estilo de vida a entorno não gay, ele pode conseguir ajuda anonimamente, ou pessoalmente, como ele preferir.

da “condição” está completamente congruente com o positivismo criminológico convencional que dominou o pensamento de meados do século XIX até meados do XX, esta alternativa ajuda a subverter aquele tipo de ponto de vista por enfatizar que *homossexualidade é uma experiência complexa e difusa que qualquer um pode ter*. É possível localizar um número de estratégias que tentam reconstruir a homossexualidade deste modo. Quatro processos podem ser brevemente identificados:

1. a perversidade polimorfa;
2. o contínuo;
3. a normalização;
4. a pluralização da identidade.

## 1. NATUREZA HUMANA E PERVERSIDADE POLIMORFA

Embora os escritos de Freud ajudassem na constituição de tipos “pervertidos”, seu imaginário subjacente – de bissexualidade e perversidade polimorfa – ajuda a subvertê-los. Porque isso provê um retrato de pessoas que ao menos inicialmente estão abertas a uma ampla série de experiências, que ancoram o potencial para conduta masculina e feminina, bem como buscam um prazer sexual difuso com múltiplos apoios e objetos. Certamente, na explanação de Freud, ela é necessária para essa abertura mundial tornar-se canalizada, embora nos escritos de outrem tais restrições de experiência sejam um preço alto demais a pagar (BROWN, 1959; MARCUSE, 1969; ALTMAN, 1971). Neste imaginário a homossexualidade é um componente de um “desejo” mais geral que existe em todos/as nós:

O desejo emerge em uma forma múltipla, na qual componentes são apenas divisíveis *a posteriori*, consoante a como nós manipulamo-lo. Assim como o desejo heterossexual, o desejo homossexual é uma estrutura arbitrariamente congelada em um fluxo polívoco e ininterrupto (HOCQUENGHEM, 1978, p. 36).

A crença neste “desejo difuso” constantemente constrange a visão de que a homossexualidade é uma condição, desde que este desejo esteja presente em todos nós (veja STAMBOLIAN; MARKS, 1979).

## 2. O CONTÍNUO HOMOSSEXUAL E AS HOMOSSEXUALIDADES

Foi Kinsey quem primeiro arguiu claramente que “o mundo não se divide entre ovelhas e bodes” e enfatizou a necessidade de ver a homossexualidade como um



contínuo de sete pontos com a classificação em uma escala que vai de zero (heterossexualidade exclusiva) a seis (homossexualidade exclusiva). O ponto de partida para um tal contínuo era os próprios achados empíricos de Kinsey – baseado em dezesseis mil estadunidenses brancos vivendo nas primeiras décadas deste século [XX] – que claramente mostrou a mistura de experiências homossexuais e heterossexuais encontrada na vida de muitas pessoas. Assim enquanto 4% de sua população de machos era exclusivamente homossexual da puberdade em diante, 37% experimentaram homossexualidade chegando ao orgasmo pelo menos uma vez no período entre a puberdade e a velhice. Além disso, 30% tiveram pelo menos experiência ou reações homossexuais acidentais durante um período de pelo menos três anos entre a idade de 16 e 55; 25% tiveram mais do que experiência ou reação homossexuais incidentais durante um período de pelo menos três anos entre as idades de 16 e 55; 18% lembraram pelo menos igual montante de experiência homossexual e heterossexual durante um período de pelo menos três anos entre as idades de 16 e 55; 13% tiveram mais experiência homossexual do que heterossexual em um período acima de três anos; 10% dos homens foram mais ou menos predominantemente homossexuais durante um período de pelo menos três anos entre 16 e 55 anos e 8% foram exclusivamente homossexuais durante um período de pelo menos três anos entre as idades de 16 e 55. Estas figuras – a despeito de sua fragilidade – são de experiências homossexuais em um tempo em que elas eram forte tabu, mas elas conduziram muito bem o fluxo, a mudança e a diversidade de experiências homossexuais na vida humana (KINSEY et al., 1948; 1953). Não é surpreendente que o mais recente “estudo Kinsey”, especificamente focado em homossexuais no início dos anos 1970 na Califórnia, reafirma e reforça esta diversidade. Escreve Bell:

Em relação a como eles classificaram a si mesmos durante adolescência, menos de um terço dos machos classificaram-se como exclusivamente homossexuais em seu comportamento sexual durante aquele período inteiro; cerca de um terço deles era predominantemente heterossexual em seus comportamentos naquele tempo. Em torno de um terço dos machos classificou-se como exclusivamente homossexuais em seus sentimentos durante o período da adolescência e mais de um quarto deles eram predominantemente heterossexuais em seus sentimentos naquela época. 40% dos machos tiveram mudanças na classificação de seus sentimentos e comportamento durante a adolescência e cerca de metade dele lembra algum grau de discrepância entre duas classificações diferentes [...] Claramente um homossexual não é um homossexual quando isso vem de seus sentimentos

e comportamentos sexuais passados e presentes. Novamente, voltando à carreira adolescente, quase dois terços de ambos machos e fêmeas experimentaram excitação heterossexual; menor mas ainda relativamente grande número deles/as não sabiam como era estar sexualmente excitado/a por uma pessoa do sexo oposto. Entre os machos que relataram ambas excitações sexuais homossexual e heterossexual anteriores à juventude adulta, 54% eram excitados sexualmente por machos antes deles experimentarem volúpia por fêmeas; cerca de um quarto deles experimentou ambas as formas de excitação durante o mesmo ano; e um número similar seria sexualmente excitado por uma fêmea antes que eles fossem sequer excitados sexualmente por um macho. Em torno de dois terços das fêmeas brancas homossexuais eram sexualmente excitadas por outra fêmea antes que elas experimentassem excitação sexual heterossexual [...] uma explanação completa e detalhada das autoclassificações de uma pessoa na escala Kinsey sobre o curso de sua vida pode prover ricos dividendos. Isso permite ambos clínico e cliente a ter uma sensação de baixa e alta da experiência homossexual versus a heterossexual, desafiar a presunção comumente aceita de que se é *tanto* homossexual ou heterossexual, considerar e comparar as condições sob as quais excitação homossexual e heterossexual ocorreu primeiro, explorar a reação de uma pessoa a tal excitação bem como suas consequências comportamentais e perquirir a natureza das fantasias masturbatórias do/a cliente, ensaios cognitivos, apegos românticos e sonhos sexuais. (BELL, 1976, p. 8-9)

Notar-se-ia que este contínuo destaca a diversidade em qualquer momento de tempo e através do ciclo de vida e conduz os/as autores/as a defender o termo “homossexualidades” antes que homossexualidade.

### 3. A “NORMALIZAÇÃO” DA HOMOSSEXUALIDADE

Uma das forças chave em compor um “tipo homossexual” tem sido o processo de medicalização. Ao declarar a homossexualidade uma “doença” e um “desequilíbrio” – embora de diversos modos – os/as psiquiatras e médicos/as efetivamente encontraram um caminho para isolar e controlar a homossexualidade. Ela tornou-se uma categoria diagnóstica usada para identificar uma espécie de pessoa.

Mas todo o tempo em que este processo de medicalização massiva ocorreu, outro subordinado arguiu o contrário. De Freud em diante, numerosos/as psiquiatras, antropólogos/as, sociólogos/as e psicólogos/as têm argumentado que a homossexualidade “não pode ser classificada como uma doença” (FREUD, 1951: 787; CROMPTON, 1969; FREEDMAN, 1971; GREEN, 1972) e de fato por volta de 1973

isto pareceu ser pacificado pela Associação de Psiquiatria Americana (FREEDMAN; MAYERS, 1976). Há muitos exemplos bons de cientistas sociais que, antiga e recentemente, têm tentado alquebrar a ideia de homossexualidade como uma diagnose clínica e fundamentar as sobreposições entre homossexualidades e heterossexualidades. Com efeito, mais recentemente praticantes líderes de todas as esferas científicas convergem na posição de que a homossexualidade não é um distúrbio. Assim ao longo do trabalho recente do Instituto Kinsey referido acima, os “pais” fundadores da terapia sexual – Masters e Johnson – vêm estudando também homossexualidade e heterossexualidade e enfatizando que “os/as terapeutas/as devem conscientizar-se de que homossexualidade não é uma doença” (MASTERS; JOHNSON, 1979, p. 272).

Outra discussão muito lúcida é fornecida pela obra de Robert Stoller, que distingue crucialmente entre rótulos, enquanto forças sociais, e diagnósticos psiquiátricos, e assim procede a considerar se categorias homossexuais são válidas no segundo sentido. Ele sugere que um diagnóstico psiquiátrico deveria, ao menos, especificar uma síndrome (um amontoado de sinais e sintomas visíveis), uma dinâmica subjacente e uma etiologia coerente de que essa dinâmica origina-se. Utilizando tais critérios ele conclui que:

homossexualidade não é um diagnóstico; há apenas uma preferência sexual, não uma constelação uniforme de sinais e sintomas; pessoas diferentes com esta preferência sexual têm psicodinâmicas diferentes subjacentes ao seu comportamento sexual; experiências de vida completamente diferentes podem causar estas dinâmicas e este comportamento. (STOLLER, 1975, p. 199)

Restam muitos/as psiquiatras que rejeitariam firmemente obras daqueles/as como Masters e Johnson, Stoller ou o Instituto Kinsey e insistiriam que a homossexualidade é uma patologia flagrante; o texto atualizado de Socarides, por exemplo, nem mesmo considera a possibilidade de que ela seja qualquer outra coisa senão uma doença (1978). Não obstante o grupo de pressão para desmedicalizar a homossexualidade seja altamente visível e influente e esteja se tornando crescentemente o modo “profissional” dominante de ver a homossexualidade.<sup>10</sup>

---

10 Uma análise interacionista esclarecedora deste grupo de pressão pode ser encontrada em SPECTOR e KITSUSE (1977).

#### 4. A PLURALIZAÇÃO DAS IDENTIDADES

Processos mais amplos – nada a ver com a homossexualidade *per si* – podem também ser vistos a contribuir com este movimento de “derrubar” o papel homossexual construído. Basicamente sugere-se que desde a industrialização tem havido um constante retrocesso de um mundo público para um mundo privado ou si mesmo, família, relacionamentos. Uma divisão, que formalmente não existia, tem ocorrido e indivíduos que não podem mais encontrar apoio, sustento ou sentido em símbolos públicos “retraem-se” para seus próprios mundos privados para “sentidos que engrandecem a vida” (SENNETT, 1974; LASCH, 1979; BERGER et al., 1973; ZARETSKY, 1976; ZIJDERVELD, 1971; BRITTAN, 1977; ZURCHER, 1977). Este argumento complexo – que toma muitas formas – sugere que nessa transição nosso senso de identidades torna-se menos estável e mais negociável; nós estamos envolvidos em uma “busca pela identidade” e parte dessa busca inevitavelmente acarreta uma visão de indelimitada formação de identidade. No passado eram-nos *dadas* nossas identidades; agora nós *fazemo-las* nós mesmos/as (BERGER et al., 1973, p. 73).

Tal processo leva-nos a um círculo completo por ele parecer deter implicações contraditórias para a experiência homossexual. De um lado, isso sugere que pessoas podem experimentar homossexualidade sem que ela torne-se uma “identidade-mestre” pois todas as identidades são opções; por outro lado, isso implica que se indivíduos escolhem chamar-se “homossexuais” no seu mundo privado, eles podiam então erigir isto como um “sistema heróico” de sustentar a vida (BECKER, 1973) em volta do qual organizariam suas vidas. É esta tensão peculiar que precisa de muito mais fundamentada análise.

#### AS ORIGENS DAS CATEGORIAS HOMOSSEXUAIS

A questão “causal” padrão no estudo da homossexualidade por muito tempo foi: o que faz as pessoas homossexuais? A perspectiva da rotulação inverte este problema causal e pergunta: o que faz com que as pessoas respondam de tal maneira à homossexualidade? Parcialmente a questão é por que elas dar-se-iam o trabalho de inventar uma preocupação com a homossexualidade como tal – por que a experiência deveria ser reconhecida como uma “questão” e, em nossa cultura, traduzida como um “jeito de ser”. Mas a questão maior e mais central é por que isso deveria ser frequentemente investido de tanto medo, hostilidade e raiva. É esta questão que eu quero tratar aqui.

Na raiz, há duas abordagens principais ao entendimento das origens do medo de “homossexuais”; uma foca nos indivíduos e busca explicar a “homofobia”, e a outra foca na sociedade e busca explicar “o tabu homossexual”. O conceito de

“homofobia” – embora longe de ser novo<sup>11</sup> – foi primeiro explicitamente discutido por George Weinberg no início dos anos 1970. Em seu livro *The society and the healthy homosexual* (1973) ele define homofobia como uma doença fóbica em que há um “receio de estar próximo de homossexuais” e continuou a identificar o tipo de reação pânica que esta fobia pode gerar, normalmente em heterossexuais, mas algumas vezes em homossexuais oprimidos. Através do uso deste conceito é o/a opressor/a de homossexuais que vem a ser doente, não os/as próprios/as homossexuais.<sup>12</sup>

Já como uma arma tática no movimento gay eu penso que o conceito de homofobia contém um esplêndido número de ironias. Na raiz ele emprega todas as mesmas armas pseudocientíficas que são utilizadas para condenar a homossexualidade. Assim, onde uma vez era apenas o/a homossexual que era visto/a como doente, agora é o/a heterossexual que carrega a patologia. Onde outrora o/a homossexual foi identificado/a por uma longa série de traços de caráter, é agora possível identificar os traços do/a homofóbico/a: autoritário/a, restrito/a cognitivamente, com ansiedades de gênero (McDONALD; GAMES, 1974). Enquanto uma vez a difusão das experiências homossexuais tornava-se canalizada na ideia da pessoa homossexual, é agora o/a homofóbico/a que é visto/a como uma pessoa especial. No lugar em que o/s homossexual podia ser outrora descoberto/a ao submetê-lo/a a uma grande bateria de testes psicológicos, agora o/a homofóbico/a pode ser localizado/a pelo uso de escalas de homofobia – uma medida de distância social que solicita aos respondentes que escrevam sua concordância com sentenças como “se um/a homossexual sentasse ao meu lado em um ônibus eu ficaria tenso/a” e “um/a homossexual podia ser um/a bom/a presidente/a para os Estados Unidos” (LUMBY, 1976). Além disso, onde uma vez foi o/a homossexual que foi tratado pelo seu problema, agora é o/a homofóbico/a doente que precisa de um/a terapeuta.

Enquanto o conceito de homofobia pode ter um valor simbólico aglutinador dentro do movimento gay, como um conceito da ciência social ele levanta um número de dificuldades. De fato sua mistura irônica – que ele usa as mesmas armas que costumavam ser empregadas no ataque à homossexualidade e aplica-as à heterossexualidade – serve para reforçar muito daquilo que a ciência social atual procura rejeitar. De modo mais notável, quatro preocupações podem ser suscitadas no uso comum do conceito: que ele reforça a ideia de doença mental,

---

11 O termo parece ter sido cunhado da “homoerotofobia” de Wainwright Churchill (1967).

12 Trechos do que segue são reproduzidos de Plummer (1976).

que ele negligencia as mulheres, que ele dirige a atenção para longe da opressão sexual geral e que ele individualiza o problema inteiro.

Primeiro, então, ele ratifica e reforça a noção de doença mental. É curioso que no mesmo ano em que a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade de sua classificação e nomenclatura de doenças, um psicólogo estadunidense pôde criar a nova doença da homofobia (WEINBERG, 1973). Agora o que quer que alguém possa achar da visão atual proposta pelo psiquiatra estadunidense Szasz<sup>13</sup> – que toda doença mental é um mito – é justo, eu acho, dizer que *certos* problemas são melhor vistos como problemas de convivência do que doença. Pode haver algumas variações comportamentais em que noções de doença são prestativas. Mas a inabilidade de algumas pessoas em conviver com homossexuais dificilmente parece um desses [casos]. Se a homossexualidade não é inerentemente uma doença, e eu obviamente não penso que seja, então a homofobia também não deveria ser vista como uma [doença].

Um segundo problema surge da misoginia frequentemente engastada no termo. “Homofobia” é quase sempre “medo de homossexuais *masculinos*”, e é frequentemente explicada como tendo suas origens nas ameaças à masculinidade (LEHNE, 1976). Também não é dada muita atenção à “ameaça lésbica” (STANLEY, 1976) ou às reações das mulheres aos gays, portanto reforçando o persistente viés masculino da pesquisa gay.

Terceiro, “homofobia” dirige a atenção ao ataque a homossexuais em detrimento de outros grupos de minorias sexuais, pelo que homossexuais podem na verdade serem os/as menos oprimidos/as de todas as minorias sexuais. Nossa irritação e ódio tornam-se mesmo maiores quando confrontados com a pedofilia, o pai incestuoso, o/a sadomasoquista e o/a fetichista. Produziremos toda uma série de novas palavras – “sadofobia”, “pedofobia”, “fetofobia” – para cada um destes medos e hostilidades, ou eles poderiam estar todos conectados de uma maneira particular? Focar na homofobia é revelar a própria miopia de alguém e causar um prejuízo às atitudes mais gerais do negativismo sexual na sociedade.

Quarto, e mais importante, a noção de homofobia individualiza o problema inteiro da hostilidade [contra o/a] homossexual, fazendo dela um problema de personalidades antes de que das sociedades. A abordagem é remanescente daquela usada para estudar a personalidade fascista, antisemita, autoritária pelos/as cientistas sociais depois da II Guerra Mundial (ADORNO et al., 1950). Eles/as

---

13 Szasz discutiu a homossexualidade em um número de lugares, mas veja especialmente Szasz (1979).

também viam o problema da perseguição à minoria como um resultado de tipos de personalidade frustradas, antes de que geração social de um problema que subsequentemente justificou-se através do aprendizado da ideologia do racismo.

Enquanto há um número de dificuldades com um tal conceito, ele destaca uma característica crítica de certa hostilidade [contra o/a] homossexual: sua irracionalidade baseada no medo. Reduzir a hostilidade pública à homossexualidade não pode simplesmente ser visto como uma matéria de mais educação e informação, porque muito da hostilidade parece ser uma defesa pessoal erigida a fim de esconder-se e manter-se longe alguns medos e ansiedades terríficas. De que outro jeito alguém pode dar conta de certas de suas manifestações públicas – a todo momento desde o assassinato de homossexuais pelo espancamento de bichas até a ridicularização na mídia? Estas respostas parecem ser finamente respostas veladas ao medo (algumas vezes tão terrificante que elas traumatizam a pessoa a assassinar), e a questão de pesquisa aqui é conseguir chegar à base disso. Em meio às soluções sugeridas esteve o medo de alguém da sua própria homossexualidade (CORY, 1953), medo de alguém do seu próprio sexo (LEHNE, 1976), medo de perda da imortalidade (WEINBERG, 1973; BECKER, 1973) e medo da perda de status (ZURCHER; KIRKPATRICK, 1976).

Estas noções de “medo” e “ameaça” também proveem, eu creio, uma ponte para uma explanação social mais ampla – à qual eu me referi como “O tabu homossexual” (PLUMMER, 1976) – em que a hostilidade é vista como um tabu social disseminado (aparentado ao tabu do incesto) anterior a uma fobia individualista. Desde que poucas, se alguma, sociedades aceitaram a homossexualidade como a forma majoritária ou dominante da experiência sexual, o problema não pode ser reduzido às peculiaridades de poucos indivíduos mal informados ou preconceituosos; é mais provável que a hostilidade esteja atrelada a medos sobre ameaças disseminadas contra a ordem social, e esta hostilidade torna-se mais intensa sob certas formas de organização social.

No nível mais geral (e portanto historicamente não específico) de ordem social, experiências de mesmo sexo podem vir a ser atacadas porque elas agem como uma ameaça ao conjunto dominante de símbolos de uma sociedade, que provê a marquise mais abrangente de significado para a maioria de seus membros: a “ordem natural”. Pessoas nasceram possivelmente em um universo sem significado com enorme variedade de potencialidades e capacidades; elas poderiam organizar e experimentar o mundo em uma vasta mistura de modos diferentes. Elas poderiam mudar suas identidades, valores, crenças, amigos/as, papéis e percepções de mundo de uma dia para o outro; ninguém *tem* de ritualizar e rotinizar os mundos



delas – todos/as *poderiam* fazer qualquer coisa. Mas com certeza todos/as deveriam escolher, o mundo tornar-se-ia caótico – um centro excitante de confusão explosiva. Confrontados/as com a possibilidade de novas experiências a cada minuto do dia nascente e a possibilidade de que ninguém saberia o que esperar de ninguém, o mundo cairia no caos (SCOTT, 1972).

Em nossas mentes então nós temos de livrar-nos destas possibilidades ou cada dia seria mais um pesadelo kafkesco de imprevisibilidade. Para proteger-nos deste pandemônio potencial, nós viemos a acreditar que o mundo não poderia ser de outra forma – qual seja “natural” ou “dado por Deus”. Assim nós construímos o sentido de nossas previsões pela imposição de esquemas dominantes (símbolos) de ordem sobre o mundo; qualquer coisa que emerge fora destes símbolos portanto vem a ser vista como uma ameaça a nossa segurança pessoal e deve ser explicada ou expulsa. Nós podemos explicá-las ao torná-las anomalias ou perversões do sistema; chamar homossexuais de “doentes” serve para neutralizar sua ameaça. Mas quando isto falha, eles/as precisam ser ejetados da sociedade (aprisionados/as, deportados/as ou mortos/as).

Agora em muitas sociedades, mas notadamente na nossa, experiências de mesmo sexo são essa tal ameaça; elas estilhaçam o pensamento de senso comum e tornam o mundo cotidiano altamente vulnerável. Assim muitos membros de nossa sociedade aprenderam que é natural “apaixonar-se por uma pessoa do sexo oposto”: “homossexuais” implicam que o amor não precisa ser estritamente canalizado desse jeito. Muitos membros vieram a crer que a “família é natural”: “homossexuais” implicam que as pessoas não têm de formar famílias e podem viver sem elas. Muitos membros da sociedade acreditam que as diferenças entre homens e mulheres são instintivas: “homossexuais” tornam o gênero muito mais ambíguo – homens podem ser gentis e mulheres podem ser agressivas. Muitos membros dão por certo que a pedra de toque da moralidade é a conduta sexual “adequada”: “homossexuais” violam essa moralidade suposta. Muitos membros procuram algum sentido para suas vidas e encontram-no na ideia de ter filhos/as, provendo um foco para a vida de alguém e uma imortalidade vicariante: “homossexuais” implicam que a vida pode ser conduzida sem filhos/as.

Sobre todos estes pontos e outros, então, “homossexuais” são devastadoramente ameaçadores à “ordem natural”. Eles/as não vivem em famílias, frequentemente não podem ter filhos/as, confundem o sistema binário de gênero e permanecem em conflito com a moralidade presumida. “Homossexuais” são odiados/as porque eles/as violam o “mundo natural” ordenado que é tomado como certo por muitas pessoas.

Certamente as “ordens naturais” são mundos simbólicos que diferem entre culturas e – isso pode razoavelmente ser argumentado – dentro das culturas uma vez que a industrialização, burocratização e diversidade urbana estabeleceram-se (BERGER et al., 1973). Assim, dizer que homossexualidade constitui uma ameaça à “ordem natural” não é dizer que ela constitui a mesma ameaça para todas essas ordens. De fato ela possui, como aquela ordem simbólica mais difusa, complexa, divergente e ambígua (em outras palavras, a menos simples e rígida), o maior potencial para experiências homossexuais ser mais aceitáveis.

A fraqueza desta visão – e certamente de toda análise simbólica – é que ela falha em explicar *por que* a ordem existente é como ela é. Ela examina as consequências dos arranjos existentes; [porém] ela raramente examina como a ordem emergiu. Ela pode portanto ser conservadora antes que crítica, descritiva em vez de explicativa, e preocupada com o presente ao invés de desdobrar mudanças do passado. Mesmo que homossexuais sejam atacados/as porque eles/as não se encaixam nos sistemas familiares, de gênero e morais prevalecentes hoje, nós temos de entender como estes sistemas surgiram, como eles estão relacionados à sociedade mais ampla, interesses de quem – se algum [houver] – eles servem e quais arranjos alternativos são possíveis. Questões como estas precisam de mais exame no futuro.

Estas questões demandam uma pesquisa histórica escrupulosa e materiais antropológicos; não há respostas fáceis. Alguns estudos já foram realizados em certas áreas – Bailey, por exemplo, examinou em detalhe o impacto da cultura judaico-cristã sobre a opressão de homossexuais e chegou à conclusão de certo modo surpreendente de que ela não exerceu uma parte significativa como se imagina com frequência (BAILEY, 1955). Bem como ao examinar interesses religiosos, estudos históricos poderiam considerar também os interesses de legisladores/as, médicos/as e psiquiatras, moralistas, grupos de pressão e similares (SPECTOR, 1977; MORRISON; TRACEY, 1979). O problema com tais materiais é que eles ainda falhariam em localizar a hostilidade [contra] gays em contextos muito amplos; eles não mostram como a hostilidade pode ser ligada à racionalização e burocratização crescentes (GREENBERG; BYSTRYN, 1978), à ética protestante (ROTENBERG, 1979) e à natureza mutante da família, do gênero e do sistema de classes (WEEKS, 1977).

Uma vez que nós começemos a fazer isso, outra possibilidade importante surge: que a opressão de gays não é o resultado *premeditado* de grupos específicos que odeiam gays por vários motivos. Em vez disso é o preço *não intencional* que tem de ser pago por organizar a sociedade de certos modos. Assim a atenção deveria ser dirigida não a por que “indivíduos sofrem de homofobia”, mas antes a por que

nós construímos sociedades em torno de famílias fortes, papéis de gênero claros, estruturas rígidas de classe e status, e um sistema de crença que equipara moralidade com sexualidade.

## AS CONDIÇÕES DE CATEGORIZAÇÕES: CARREIRAS HOMOSSEXUAIS E IDENTIDADES HOMOSSEXUAIS

Um terceiro conjunto de direcionamentos de pesquisa gerado pela perspectiva da rotulação concentra-se nos modos em que indivíduos vêm a ser categorizados/as como “homossexuais”. Isto não é de maneira nenhuma o mesmo que perguntar por que as pessoas tornam-se homossexuais – o problema etiológico padrão – pois esta questão prejudica o assunto ao supor *ser* a homossexualidade uma situação de condição. É perfeitamente possível – e, a partir das teorias existentes, bastante comum – que as pessoas tenham fantasias com o mesmo sexo, engajem-se em comportamentos de mesmo sexo ou flertem com o mesmo sexo e que estas mesmas pessoas *não* se vejam como “homossexuais”. Do mesmo modo que não é totalmente incomum para as pessoas gastarem grandes porções de suas vidas comportando-se e sentindo-se “heterossexualmente” para só adotar o rótulo de “homossexual” em um estágio muito tardio nas suas vidas.<sup>14</sup> Além disso, é possível que algumas pessoas apliquem o rótulo “homossexual” a si mesmas sem sequer encontrar outros/as homossexuais ou terem uma experiência de mesmo sexo. Não há, em resumo, absoluto “encaixe” ou congruência entre fazer, pensar ou sentir, e não há adequação necessária entre quaisquer destes e o ato de rotular alguém como “um/a homossexual”.<sup>15</sup> O que é então que provoca a adoção da categoria por algumas pessoas e não outras?

A resposta mais singela a esta questão é sugerir que ela [adoção de um rótulo] é *imposta* pelos agentes de controle formal – polícia, psiquiatras – sobre vítimas incautas, “mais maltratadas do que seus pecados”<sup>16</sup> (GOULDNER, 1968). Mas esta visão é reconhecida agora como completamente inadequada; *a autorrotulação simbólica autoconstruída* é um problema teórico e empírico muito mais fundamental (WARREN, 1974; PLUMMER, 1975; ROTENBERG, 1979). Nós precisamos perguntar sobre os modos nos quais os indivíduos vêm a categorizar a si próprios como certos

14 A literatura que apoia estas assertivas é agora bastante vasta. Veja BELL e WEINBERG (1978), DANK (1974), OVESEY (1969), REISS (1962), HUMPHREYS (1972), BLUMSTEIN e SCHWARTZ (1976), T. WEINBERG (1978).

15 Eu discutirei esta incongruência bem mais a fundo em um livro porvir.

16 N.T. “*More sinned against than sinning*” no original, expressão que quer dizer literalmente “mais pecado contra do que o próprio pecar”, indicando que, apesar de algo errado que alguém fizera, sua punição fora ainda pior do que seu “crime”.

tipos de seres sexuais (ou assexuais), como eles vêm a engancha-se em ambas definições sociais mais amplas e de comunidade mais restrita, e como tais definições são usadas na personalização subsequente de estilos de vida.

Há dois jeitos amplos de abordar o problema da construção de uma identidade homossexual: o *modelo da orientação sexual* e o *modelo do construto da identidade*. O modelo da orientação é encontrado entre geneticistas, clínicos e comportamentalistas entre outros/as e sugere que a orientação sexual de uma pessoa é firmemente estabelecida na meia infância.<sup>17</sup> Para os geneticistas ela está lá desde o nascimento; para os/as outros/as ela é formada nas primeiras experiências familiares. Em ambos os casos, nossas atrações sexuais são firme e irrevogavelmente configuradas *antes* que nós atinjamos a puberdade. Money, por exemplo, argumenta que uma identidade de gênero nuclear (o sentido de ser um homem ou uma mulher) é configurada por volta dos três anos de idade e que a orientação sexual é estabelecida na relação com esta [identidade] poucos anos depois:

Porque as preferências eróticas comumente revelam-se na puberdade, é frequentemente pressuposto que elas foram instiladas por uma primeira experiência sexual daquele tempo, ou foram capturadas da exposição a imagens eróticas, livros ou filmes, uma suposição que é responsável por muito do pânico judicial de hoje quanto a pornografia. Ao contrário, a volúpia de cada pessoa tem fronteiras fixas que são definidas antes mesmo da puberdade. Se as fronteiras são ortodoxas ou heterodoxas, convencionais ou inconventionais, elas foram estabelecidas na infância como parte de uma diferenciação da identidade de gênero, pela codificação dos/as conspiradores/as, e por quaisquer peculiaridades e esquisitices que estavam inculcadas nos/as conspiradores/as. As fronteiras podem evidenciar-se primeiro na puberdade, mas elas não são definidas na puberdade e elas não mudam tanto, nem na puberdade nem depois. Sua relativa imutabilidade ajuda a explicar fenômenos tais como por que um/a segundo/a cônjuge com muita frequência parece o/a primeiro/a. Sua persistência também explica por que o/a adulto/a obrigatoriamente homossexual pode ser atraído e comporta-se afetivamente para com um membro do outro sexo, especialmente se o/a outro/a é mais velho, mas pode nunca se apaixonar por ele ou ela. Contos de degenerados sexuais que vão de uma para outra forma de depravação, experimentando de

---

17 O modelo da orientação implica que as pessoas tornam-se “tipos de seres”. Isto é afeito à “tirania da essência” [N.T. “*tyranny of isness*” no original] de Sagarin (1975), uma visão que foi criticada por Humphreys (1979).

tudo, são apenas ficção: mesmo os/as assim chamados/as degenerados/as sexuais prendem-se a suas preferências particulares. (MONEY; TUCKER, 1977, p. 123)

Lado a lado com esta visão de desenvolvimento de orientação sexual está a ideia de que a identidade sexual emerge simultaneamente. Assim, também a identidade emerge sem problemas, a ponto de a criança em vias de tornar-se um *ser* heterossexual também aprende a *identidade* heterossexual, ou uma disjunção pode ocorrer entre a orientação (ser) que se constrói na infância e a identidade que se desenvolve. Então, por exemplo, na categoria de “homossexual latente”, o ser – aquele de “um/a homossexual” – é definido na infância, mas a identidade que é adquirida é inapropriada; a pessoa homossexual vem (falsamente e talvez por causa da coerção heterossexual) a enxergar a si mesmo ou mesma como um/a “heterossexual”. Este modelo suporia que a categoria “identidade heterossexual” é inapropriada neste caso; a identidade *verdadeira* da pessoa é aquela de um/a homossexual.

Em agudo contraste a este “modelo de orientação”, a visão da “identidade construída” – favorecida pelos/as interacionistas simbólicos/as<sup>18</sup> – foca nos processos cognitivos pelos quais membros de uma sociedade interpretam seus/suas si mesmos/as sexuais<sup>19</sup> sondando suas vidas passadas (seus corpos, envolvimento grupais, sentimentos e comportamentos) e conectando estes a “teorias” disponíveis nos seus mundos contemporâneos (através de amigos/as, família, psiquiatras, mídias). O foco aqui não está nas determinações da infância nem nas orientações “reais” permanentes; está antes no processo de construir identidades ao longo da vida através de encontros significativos.

Como Blumstein e Schwartz (1976) notaram, o assunto a que eu me referi aqui deriva da sociologia do conhecimento. Basicamente o problema é explicar como as categorias sociais dadas existentes – o/a heterossexual, o/a homossexual, o pederasta, o/a bissexual – vêm a ser preenchidas: como indivíduos sondam suas histórias de vida (em momentos diferentes) e identificam-se com certos tipos de população sexual (em diferentes momentos)? O modelo da orientação responde isto ao dizer que o indivíduo experimenta uma atração erótica profunda por membros do mesmo sexo, e assim vem a definir a si mesmo ou mesma como homossexual. A abordagem construcionista sugere que talvez nossas experiências

---

<sup>18</sup> Este modelo está aliado primariamente à teoria da interação simbólica, mas variantes dela conectam[-no] à sociologia do conhecimento (BLUMSTEIN; SCHWARTZ, 1976), à teoria da congruência interpessoal (CASS, 1979) e à sociologia existencialista (WARREN; PONSE, 1977).

<sup>19</sup> N.T. *sexual selves* no original.

sejam inicialmente muito mais aleatórias, desestruturadas e não cristalizadas do que nós escolhemos acreditar, e que é através do processo definicional que esta aleatoriedade torna-se canalizada em identidades sexuais estáveis.

À primeira vista estes modelos parecem mutuamente excludentes. Um diz que identidades são fixadas na infância, o outro diz que elas são flexíveis e negociadas na vida adulta. Um suscita o espectro da “latência”, de ter uma verdadeira identidade sexual da qual se pode estar inconsciente; o outro nega uma tal epistemologia “realista”. O problema imediato, contudo, de tentar decidir qual poderia provar[-se] mais válido é agravado pela descoberta de que há certamente evidência para suportar ambos os modelos.

Assim a maioria das pesquisas de opinião sugere que respostas homossexuais são “determinadas e estabelecidas muito cedo na vida” (SAGHIR; ROBINS, 1973, p. 44). O estudo de Spada (com sua amostragem indubitável e pesadamente enviesada) inequivocamente relata que “35% dos respondentes relatam sua primeira atração homossexual antes dos dez anos de idade, e outros 41% localizam-na entre as idades de dez e quatorze” (SPADA, 1979, p. 23). Ainda mais, Whitam, em sua crítica do papel homossexual, comenta que:

Aproximadamente metade dos respondentes homossexuais relataram sentir-se sexualmente atraídos por machos antes de eles saberem da existência de tais relações sexuais no mundo adulto [...] Respondentes frequentemente relataram saber que eles eram ou tornar-se-iam homossexuais sem terem ouvido o termo *homossexual* ou seus equivalentes e sem saber que tal comportamento existia no mundo adulto. (WHITAM, 1977, p. 7)

Parece que para *alguns/mas* homossexuais, uma orientação, independente da rotulação social, é firmemente vista ser fixada na infância. Mas se isso é verdade para alguns/mas, há certamente outra evidência que mostra o fluxo e a oscilação da identidade homossexual adulta (e com frequência isto vem do mesmo estudo).

Muitos/as “homossexuais” levam um estilo de vida heterossexual em algum ponto de sua história e não constroem uma identidade homossexual até mais tarde na vida. Dank (1974), por exemplo, em seu estudo de 377 homossexuais masculinos autoidentificados, encontrou a idade em que eles construíam uma identidade homossexual altamente variada. Assim 45 (ou 12,2%) desta amostra viam a si mesmos como gays antes dos 15 anos de idade; outros 130 (35,5%) viam-se como gays antes dos 20 anos de idade; outros 113 (30,7%) viam-se como homossexuais quando eles tinham por volta de 25 anos de idade; e outros 80 (21,8%) viam-se

como gays pela primeira vez quando eles tinham mais de 25 anos de idade. Agora este estudo não está falando sobre a emergência de comportamentos ou orientações homossexuais, mas sim da autorrotulação como um homossexual. Pode ser portanto que haja uma verdadeira separação entre o desenvolvimento de uma *orientação* em uma pessoa e o desenvolvimento da uma *identidade* em uma pessoa. Da mesma maneira um estudo em pequena escala de T. Weinberg (1978) distinguiu entre atividades homossexuais (“fazer”), identidades homossexuais (“ser”) e suspeita de ser um homossexual, e mapeou a ordem de suas emergências em trinta homossexuais masculinos. Ele encontrou quatro padrões:

1 $E \rightarrow S \rightarrow R$	Engajado em atividade $\rightarrow$ suspeitou dele próprio ser homossexual $\rightarrow$ rotulou-se como um homossexual
2 $E \rightarrow R$	Engajado em atividade $\rightarrow$ rotulado um homossexual
3 $S \rightarrow E \rightarrow R$	Suspeito de ser homossexual $\rightarrow$ engajado em atividade $\rightarrow$ rotulado como um homossexual
4 $S \rightarrow R \rightarrow E$	Suspeita, rotulado, engajado

Destes trinta homens, “apenas quatro definitivamente pensaram que ambos, seu comportamento e a visão de si mesmos como homossexuais, só ocorreu na primeira vez em que eles engajaram-se em sexo com outros machos” (WEINBERG, 1978, p. 151). A menos que alguém se refira a isto como uma amostra puramente “fortuita”, o estudo deve ser tomado para indicar a complexidade de ligar “fazer” com “ser”. Não há nenhum padrão.

Há então evidência para suportar o modelo da orientação, desde que parece bem estabelecido que para alguns indivíduos a orientação é configurada na primeira infância; mas há também evidência para sustentar o modelo do construto, uma vez que as identidades das pessoas empiricamente mudam e são muito trocadas na vida adulta. Confrontados/as com tal evidência, os/as teóricos/as da “orientação sexual” diriam que embora homens e mulheres possam não tornar-se “conscientes” de suas identidades até tarde da vida, elas estariam “latentes” até aquele momento, pois sua orientação fora conformada muito cedo. Da mesma forma os/as teóricos/as do “construto identitário” diriam que a significância das experiências da infância foi um “vocabulário de motivo” reconstruído e usado como uma legitimação da homossexualidade contemporânea.<sup>20</sup> Argumento e contra-argumento deixam-nos indecisos e confusos.

20 A fonte padrão deste argumento é C.W. Mills (1940).



Para mim, o problema é importante, demandando esclarecimentos conceituais e empíricos. No momento eu acredito que uma síntese de duas visões é requerida – uma síntese que reconheça a importância das experiências da infância na restrição de nossas possibilidades sexuais e a importância das experiências adultas em moldar, limitando ainda mais e algumas vezes transcendendo esta base da infância. Uma tal síntese é vista com frequência como sendo um absurdo contraditório: o irreconciliável não pode ser reconciliado. Mas empiricamente ambos são verdade; o que está errado não é a experiências “contraditória” vivida pelas pessoas mas sim os debates teóricos dos/as cientistas sociais que falham em incorporar tais confusões vividas.

Mas tais confusões aparentes são com efeito apenas confusões se nós buscamos respostas simples e uniformes para questões de identidade e orientação. *Orientações* são – em todos os casos – formadas na infância; mas enquanto algumas pessoas desenvolvem orientações restritivas e rígidas, outras podem estar abertas a flexíveis, ao passo que outras ainda podem desenvolver “orientação” nenhuma. Além disso, predisposições emocionais subjacentes não são cognições, e muitos indivíduos podem não – de fato podem nunca ao longo de suas vidas – estar conscientes delas. Se é assim, elas estão fora do mundo de significado do próprio participante e não deveria portanto ser dada *tanta* importância. Assim como *identidades* são – de todo jeito – altamente variáveis ao longo dos encontros sociais; mas enquanto para algumas pessoas isto significa drástica reestruturação de suas autoconcepções em pontos de mudança crítica na vida, outras podem desenvolver identidades relativamente estáveis em momentos incipientes da vida e usá-las como focos para orientar o mais da conduta futura. Mesmo se tais identidades estáveis estão fora de harmonia com orientações subjacentes, elas têm de ser levadas muito a sério conquanto as pessoas definem suas situações.

## O IMPACTO DA ROTULAÇÃO

Esta área é aquela que os/as sociólogos/as estudaram mais frequentemente no passado, e portanto pouco precisa ser dito aqui. A ideia central destaca as consequências negativas para as experiências homossexuais que brotam do estigma. Em outros lugares eu delineei como o estigma pode dar abertura para problemas em no mínimo três áreas: no processo de tornar-se um/a homossexual, nos problemas de interação diários e nos problemas coletivos da subcultura. Na primeira área a situação de estigma dá brecha para uma série de problemas chafurdantes – de culpa, identidade e acesso a parceiros/as – para homossexuais potenciais enquanto eles/as adentram os primeiros estágios de sua carreira homossexual. Na segunda

área, a vida do dia a dia dos/as homossexuais pode tornar-se mais problemática embora tais assuntos como ocultação, aceitação e a pesada autoconsciência de que a qualquer momento alguém pode declinar de uma pessoa desacreditável para uma pessoa desacreditada (GOFFMAN, 1963). Na terceira área algumas das características da subcultura gay e do mundo gay nascem da hostilidade. Hoffman (1968) descreveu muitas das características da comunidade homossexual e tentou mostrar como estas características afluem da hostilidade da sociedade. Outros, tais como Schur (1965) e Williams e Weinberg (1971), lidaram com as consequências mais objetivas das sanções negativas – assuntos como chantagem, perseguição policial, discriminação no trabalho e mesmo assassinato sexual.

Apesar de eu pensar agora que estas três áreas constituem um maior e importante programa de pesquisa na sociologia da homossexualidade, elas não estão isentas de seus problemas. Um problema importante foi proposto por Sagarin e Kelly (1976). Eles criticamente notaram uma ironia que corre pela obra de muitos/as teóricos/as da rotulação, em que duas vertentes de pensamento podem ser encontradas. Por um lado, há uma forte afirmação na maioria dos estudos de rotulação sobre a normalidade dos/as desviantes: não são os/as desviantes perturbados/as, doentes ou patológicos. Por outro lado, há uma vertente na teoria da rotulação que sugere que sanções negativas criam situações difíceis e preocupantes que em retorno devem levar à patologia, distúrbio e mesmo adoecimento. Está muito claro agora na perspectiva da rotulação sobre a homossexualidade que ambas essas vertentes existem lado a lado, e como Sagarin e Kelly corretamente comentam *“patologia não pode ser negada, e ao mesmo tempo considerada, em termos de hostilidade social”* (1976, p. 262). Não há dúvida de que os escritos de Gagnon e Simon, Hooker e mais notadamente Freedman sugerem que “homossexuais” são indivíduos muito frequentemente bem ajustados psicologicamente. Como diz Freedman:

Homossexualidade é compatível com funcionamento psicológico positivo. Estudos demonstram que a maioria dos indivíduos homossexualmente orientados avaliados nos estudos da função de ajustamento tanto quanto os grupos comparáveis de indivíduos heterossexualmente orientados; que seu funcionamento pôde ser tipicamente caracterizado como normal; e que em alguns casos, seu funcionamento aproxima-se mesmo daquele de pessoas autorrealizantes. Cumulativamente estes estudos (revisados por Freedman) lidavam com mais de seiscentos sujeitos homossexualmente orientados, enquanto os estudos com resul-

tados mistos ou negativos tinham apenas cerca de cento e cinquenta sujeitos homossexualmente orientados ao todo. (FREEDMAN, 1971, p. 87)

De modo similar Gagnon e Simon, em sua revisão dos 550 sujeitos de Kinsey, “sugerem que a maioria dos/as homossexuais em geral saem-se bem, e mesmo particularmente bem quando nós consideramos o período histórico envolvido e a estigmatizada e, de fato, criminosa natureza de seus interesses sexuais” (1973, p. 138).

Contudo, enquanto teóricos/as dão lugar a uma grande ênfase no funcionamento psicologicamente normal de muitos/as “homossexuais”, eles/as reconhecem que distúrbio, patologia e tragédia podem também ser encontrados. Gagnon e Simon de fato comentam:

Nós não queremos dizer que a vida homossexual não contém um grande potencial de desmoralização, desespero e autodesgosto. Ao contrário, como em muitas carreiras inconventionais resta aí o potencial para uma significativa intensificação da psicopatologia individual. (GAGNON e SIMON, 1973, p. 139)

Esta questão então pode ser colocada de modo simples. Rotulacionistas parecem estar dizendo que, de um lado, homossexuais são normais – assim como todo mundo. Por outro lado, eles/as parecem estar dizendo que os processos de estigmatização criam o potencial para a patologia, desespero e tragédia. As descobertas sugerem que alguns/mas homossexuais estão bem ajustados e que outros/as não estão. Sagarin e Kelly, contudo, parecem estar produzindo um espantinho em sua crítica da teoria da rotulação pois *ambas* as posições são temíveis; há homossexualidades ao mesmo tempo “patológicas” e “não patológicas”. As variáveis importantes de levar em conta são o *estágio* da carreira homossexual e a *natureza* de outros/as significantes no entorno. Assim nos estágios iniciais da carreira homossexual, é muito comum que o contexto estigmatizante da sociedade mais ampla vá engendrar um potencial enorme para desmoralização e desespero. Os problemas de culpa, segredo, acesso, identidade e assim por diante podem conduzir a uma experiência depressiva relevante e sufocante; e estas experiências podem levar “homossexuais” direto<sup>21</sup> ao divã psiquiátrico. Mas assim que eles

---

21 N.T. Há um jogo de palavras que se perde na tradução. A oração original diz “and these experiences just may lead ‘homosexuals’ straight to the psychiatric couch.” em que o advérbio *straight* pode ser traduzido formalmente por *direto*, mas conota uma gíria inglesa para “hétero”, sendo que *lead homosexuals straight* pode ser traduzido por *tornar homossexuais em héteros/as*. Eu

desenvolvem soluções para estes vários problemas, e em particular ganha acesso a uma subcultura de apoio (“gay”, “feminista” ou apenas “tolerante”), a identidade começa a mudar. Dank, por exemplo, demonstrou claramente como acessar outros/as homossexuais ajuda a dar a alguém uma identidade mais positiva. Aqui então os/as “outrem rotulantes” são aquelas pessoas que proveem apoio positivo em vez de ataque destrutivo e negativo. Portanto sob estas circunstâncias alguém não poderia prever um alto potencial de desmoralização e desespero, mas de fato poderia prever um/a “homossexual” funcionando psicologicamente melhor. É precisamente isto que o trabalho empírico encontrou de maneira abundante. Homossexuais em prisões e sob tratamento psiquiátrico tendem a mostrar mais sinais perturbados do que homossexuais na comunidade gay em geral (SCHOFIELD, 1965).

Enquanto que nos estágios iniciais da carreira homossexual sanções negativas podem levar a problemas e patologia, e nos estágios intermediários da carreira homossexual o grupo de referência positivo de outros/as homossexuais pode levar a uma identidade positiva, então talvez venha um estágio posterior para alguns/mas homossexuais em que, longe de funcionar de modo fraco ou mediano, eles/as na verdade começam a funcionar melhor do que muitas pessoas da sociedade. Freedman sugere que quando homossexuais masculinos aprendem a superar a opressão e as dificuldades que os confrontam em uma sociedade hostil, eles tornam-se pessoas mais “centradas”. Eles vencem a camisa de força dos papéis de gênero, as restrições opressivas da expressão emocional dada à maioria dos homens e rígidos controles do sexo monogâmico. Através do trabalho ativo e autoconsciente dos problemas pessoais de alguém, a pessoa vem a ser mais sensível, cônica e criativa, apta a controlar e dominar a vida de modo mais adequado. Esta posição certamente é também compatível com a teoria da rotulação. Aqui não se trata mais de um assunto simples de sociedade hostil conduzindo a problemas, ou grupo de referência e apoio dando identidades estáveis, mas agora uma avaliação positiva autodefinida que abre espaço a níveis mais altos de funcionamento psicológico. Autoestima positiva leva a autofuncionamento positivo.

O argumento de Sagarin e Kelly portanto parece estar mal conceituado. Ao levar em consideração os diferentes estágios do processo da carreira do/a homossexual e ao permitir respostas diferentes em vez das respostas uniformemente hostis

---

interpreto que o autor quis subentender que os problemas a que ele referia-se conduzem a um tratamento psiquiátrico de “conversão” sexual, também dando a entender, por metonímia, que o/a psiquiatra normalmente é heterossexual e decerto tenderia a diagnosticar um/a homossexual como “doente”. Cabe lembrar que no contexto em que este texto foi escrito (Inglaterra, década de 1970) homossexualidade ainda era institucional e formalmente considerada doença.

que alguns/mas teóricos/as parecem sugerir, modos diferenciais de ajustamento e resposta podem ser previstos. Com certeza é precisamente esta a razão por que os achados de Weinberg e Williams sobre homossexuais de Nova Iorque, São Francisco, Copenhague e Amsterdã parecem refutar a teoria da rotulação. De fato eles/as não fazem tal coisa; eles/as meramente proveem evidência para o argumento de que em culturas tolerantes e de apoio, homossexuais que estão envolvidos/as no mundo gay não mostrarão os sinais de patologia e distúrbio previstos por algumas das proposições da teoria da rotulação.

## CONCLUSÃO

Neste artigo eu argumentei pelo estudo de categorizações homossexuais em vez de pelo estudo dos/as homossexuais. A necessidade é compreender bem os modos em que significados específicos e historicamente produzidos conformam – e com frequência prejudicam – experiências humanas. Não é uma área fácil de investigar, uma vez que ela suscita preocupações muito amplas (as quatro questões delineadas na p. 2), ela também levanta uma questão similarmente insolúvel: a “categoria” reflete ou constrói o fenômeno? Nós tivemos cerca de cem anos supondo que as “categorias” simplesmente refletem; a tarefa do/a sociólogo/a é agora analisar a alternativa da visão “construcionista”.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.W. et al. *The authoritarian personality*. London: Harper and Row, 1950.
- ALTMAN, D. *Homosexuals: oppression and liberation*. London: Outerbridge & Dienstfrey, 1971.
- BAILEY, P.D. Sherwin. *Homosexuality and the Western Christian tradition*. London: Longmans, 1955.
- BECKER, E. *The denial of death*. New York: Free Press, 1973.
- BELL, A.P. The appraisal of homosexuality, paper given at *Kinsey Summer Conference*, 1976.
- BERGER, P.L.; BERGER, B.; KELLNER, H. *The homeless mind*. London: Penguin, 1973.
- BLUMSTEIN, P.; SCHWARTZ, P. The acquisition of sexual identity: the bisexual case, unpublished paper for *ASA Conference*.
- BRITTAN, A. *The privatised world*. London: Routledge and Kegan Paul, 1977.
- BROWN, N. *Life against death*. Connecticut: Wesleyan University Press, 1959.
- CORY, D.W. *The homosexual outlook: a subjective approach*. London: Nevill, 1953.
- CROMPTON, L. *Homosexuality and the sickness theory*. London: Albany Trust Talking Point, 1969.

- DANK, B. "The homosexual". In: Goode, E.; Troiden, R. *Sexual deviance and sexual deviants*. New York: William Morrow, 1974.
- . The social construction of the homosexual, unpublished paper, California State University, Long Beach, 1976.
- ELLIS, H. *Studies in the psychology of sex: sexual inversion*. Pennsylvania: F.A. Davis, 1920. vol. 2.
- FREEDMAN, M. *Homosexuality and psychological functioning*. California: Wadsworth, 1971.
- FREEDMAN, M.; Mayers, J. *Loving men: a photographic guide to gay love-making*. New York: Hark Publishing Co., 1976.
- FREUD, S. Letter to an American mother. *American Journal of Psychiatry*, Apr., 1951, p. 787.
- . *On sexuality*. London: Penguin, 1977. vol. 7.
- GAGNON, J.H.; SIMON, W.S. *Sexual conduct: the social sources of human sexuality*. Chicago: Aldine, 1973.
- GAYLIN, W. (ed.). *Doing good: the triumph of benevolence*. New York: Pantheon, 1978.
- GOFFMAN, E. *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. New Jersey: Prentice-Hall, 1963.
- GOULDNER, A.W. The sociologist as partisan: sociology and the Welfare State. *American Sociologist Review*, 3, 1968, pp. 103-16.
- GREEN, R. Homosexuality as mental illness. *International Journal of Psychiatry*, 10, mar., 1972, pp. 77-128.
- GREENBERG, D.F.; BYSTRYN, M.H. Social sources of the prohibition against male homosexuality, unpublished paper presented at the *Annual Meeting of the SSSP*, September, 1978.
- HOCQUENGHEM, G. *Homosexual desire*. London: Allison & Busby, 1978.
- HOFFMANN, M. *The gay world: male homosexuality and the social creation of evil*. New York: Basic Books, 1968.
- HUMPHREYS, L. "Exodus and identity: the emerging gay culture". In: Levine, M.P. (ed.). *Gay men: the sociology of male homosexuality*. London: Harper & Row, 1979.
- KINSEY, A.C.; POMEROY, W.B.; MARTIN, C.E. *Sexual behavior in the human male*. Philadelphia: W.B.Saunders, 1948.
- KINSEY, A.C. et al. *Sexual behavior in the human female*. Philadelphia: W.B. Saunders, 1953.
- LASCH, C. *The culture of narcissism: American life in an age of diminishing experience*. New York: W.W. Norton, 1979.
- LEHNE, G.K. "Homophobia among men". In: DAVID, D.S.; BRANNON, R. (eds.). *The forty-nine percent majority: the male sex role*. London: Addison-Wesley, 1976, pp. 66-88.
- LEVINE, M.P. "Gay ghetto". In: *Gay men: the sociology of male homosexuality*. London: Harper & Row, 1979.

- LUMBY, M.E. Homophobia: the quest for a valid scale. *Journal of Homosexuality*, 2, 1976, pp. 39-47.
- MACDONALD, A.P.; GAMES, R.G. Some characteristics of those who hold positive and negative attitudes towards homosexuals. *Journal of homosexuality*, 1, 1974, pp. 9-28.
- MARCUSE, H. *Eros and civilization*. London: Sphere, 1969.
- MASTERS, W.; JOHNSON, V. *Homosexuality in perspective*. Massachusetts: Little, Brown, 1979.
- MONEY, J.; TUCKER, P. *Sexual signatures*. London: Abacus, 1977.
- MORRISON, D.; TRACEY, M. *Whitehouse*. London: Macmillan, 1979.
- PLUMMER, K. *Sexual stigma: an interactionist account*. London: Routledge & Kegan Paul, 1975.
- . The homosexual taboo. *Gay News*, 106, 1976.
- ROTENBERG, M. *Damnation and deviance*. London: Free Press, 1979.
- SAGARIN, E.; KELLY, R.J. "Sexual deviance and labeling perspectives". In: GOVE, W. (ed.). *The labeling of deviance*. New York: Wiley, 1976, pp. 243-72.
- SAGHIR, M.T.; ROBINS, E. *Male and female homosexuality: a comprehensive investigation*. Maryland: Williams and Wilkins, 1973.
- SCHOFIELD, M. *Sociological aspects of homosexuality*. London: Longman, 1965.
- SCHUR, E.M. *Crimes without victims – deviant behavior and public policy: abortion, homosexuality, drug addiction*. New Jersey: Prentice-Hall, 1965.
- SCOTT, R.A. "A proposed framework for analyzing deviance as a property of social order". In: SCOTT, R.A.; DOUGLAS, J.D. (eds.). *Theoretical perspectives on deviance*. London: Basic Books, 1972, pp. 9-35.
- SENNETT, R. *The fall of public men*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- SOCARIDES, C.W. *Homosexuality*. London: Jason Aronson, 1978.
- SPADA, J. *The Spada report*. New York: Signet, 1979.
- SPECTOR, M. Legitimizing homosexuality. *Society*, Jul.-Aug., 1977, pp. 52-6.
- STAMBOLIAN, G.; MARKS, E. (eds.). *Homosexualities and French literature*. New York: Cornell University Press, 1979.
- STANLEY, L. On the receiving end. *Out (Che Magazine)*, 1, 1976, pp. 6-7.
- STOLLER, R.J. *Sex and gender: the transsexual experiment*. London: Hogarth Press, 1975. vol. 2.
- WARREN, C.A. *Identity and community in the gay world*. London: Wiley, 1974.
- WEEKS, J. *Coming out: homosexual politics in Britain from the 19th century to the present*. London: Quartet, 1977.
- WEINBERG, G. *Society and the healthy homosexual*. New York: Anchor, 1973.
- WEINBERG, T. "On 'doing' and 'being' gay: sexual behavior and homosexual male self identity". *Journal of Homosexuality*, 4, 1978, pp. 143-56.



- WHITAM, F. "The homosexual role: a reconsideration". *Journal of Sex Research*, 13, 1977, pp. 1-11.
- WILLIAMS, C.; WEINBERG, M. *Homosexuals and the military*. New York: Harper & Row, 1971.
- ZARETSKY, E. *Capitalism, the family and personal life*. London: Pluto Press, 1976.
- ZIJDERVELD, A. *Tha abstract society*. London: Penguin, 1971.
- ZURCHER, L.A. *The mutable self: a self concept for social change*. London: Sage, 1977.
- ZURCHER, L.A.; KIRKPATRICK Jr., R.G. *Citizens for decency: anti-pornography crusades, a State of defence*. Austin: University of Texas Press, 1976.

## Theodor Adorno e a crítica à música radiofônica

*Theodor Adorno and the critique of radio music*

Lucas Fiaschetti Estevez<sup>a</sup>

**Resenha de:** CARONE, Iray. *Adorno em Nova York: Os estudos de Princeton sobre a música no rádio (1938-1941)*. São Paulo: Alameda, 2019, 200 p.

Quando Theodor Adorno emigrou para os Estados Unidos, seu diagnóstico a respeito da música iria se elevar a uma análise da sociedade. Acostumado à crítica musical e empenhado em analisar a nova música radical de Schoenberg e seus discípulos, o frankfurtiano se deparou no novo mundo com um cenário extremamente diverso de música popular sendo produzida e veiculada pelas rádios. Da chegada à Nova York, em 1938, até sua partida para Los Angeles, em 1941, Adorno trabalhou como diretor da seção musical do *Princeton Radio Research Project*, um amplo estudo voltado a compreender o impacto do rádio e das transmissões radiofônicas na música e na escuta dos ouvintes. É justamente sobre esse período da obra de Adorno que a professora Iray Carone se debruçou em seu livro. Temos em mão um apurado e aprofundado estudo do período nova-iorquino pouco relembrado do frankfurtiano.

O livro é resultado da reunião de vários artigos publicados por Carone de 2002 a 2014, tanto em revistas acadêmicas quanto em importantes jornais. A maior parte deles só foi possível devido à ida da autora como *Visiting Scholar* na *Columbia University* (Nova York), onde teve contato com vários dos manuscritos originais de Adorno, muitos deles ainda de difícil acesso, presentes em uma única edição inglesa publicada só recentemente (ADORNO, 2009). Doutora em Filosofia, Carone leciona no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Além de ser uma importante expoente do estudo da Teoria Crítica no Brasil, também é estudiosa de temas como Psicologia Social, Preconceito Racial e Epistemologia. Sua extensa obra, embora multifacetada nos temas, converge a uma só preocupação: os efeitos da técnica e da modernidade sobre a possibilidade de expressão do verdadeiramente humano.

---

<sup>a</sup> Mestrando pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

## UM TEÓRICO CRÍTICO EM MEIO À PESQUISA ADMINISTRATIVA

Quando Adorno, diante do avanço do fascismo na Europa, troca Londres por Nova York, em fevereiro de 1938, ainda não tinha contato com o modo de se fazer Ciência nos Estados Unidos. Além disso, o cenário musical com o qual iria se deparar também era novo e estranho à sua experiência anterior. Embora já tivesse escrito sobre música popular (*Sobre a situação social da música*, de 1932 e *Sobre o jazz*, de 1936), Adorno reconhecia que “ignorava até que ponto o planejamento e a standardização racionais impregnavam os assim chamados meios de comunicação de massas” (ADORNO, 1995, p. 140). É sobre esse tema que trata o artigo que abre o livro, *Adorno e a música no ar: The Princeton Radio Research Project*. Nele, Carone nos fornece um amplo panorama de como o filósofo alemão acabou sendo convidado a participar de um grande projeto sobre o rádio desenvolvido com financiamento privado da fundação Rockefeller e coordenado pelo sociólogo Paul Lazarsfeld. A autora analisa que a pesquisa sobre o rádio tinha como meta conhecer não só o perfil dos ouvintes, como também sugerir às programações que pudessem melhorar seu nível cultural a partir de técnicas quantitativas e entrevistas, fornecendo, assim, dados empíricos primários que conduziriam à pesquisa teórica – tudo sob o espírito positivista da Sociologia americana da época. Segundo Carone, desde o início Adorno, discordava de tais meios. Segundo o próprio Adorno:

Entendi o suficiente para me dar conta de que se tratava de coleta de dados, dos passos da planificação no campo dos meios de comunicação de massas, em benefício, quer da indústria imediatamente, quer dos assessores culturais e agremiações semelhantes. Pela primeira vez, vi diante de mim ‘*administrative research*’ (ADORNO, 1995, p. 142).

A autora analisou as divergências entre Adorno e os coordenadores do projeto, polêmica presente no primeiro texto de Adorno endereçado à equipe, o memorando *Music in Radio* (1938). Segundo Carone, que teve acesso ao original do documento, o ponto crítico de discordância entre Adorno e Lazarsfeld era a compreensão a respeito da recepção da música pelo ouvinte de rádio. Para a equipe americana, Adorno não tinha hipóteses e ideias empiricamente verificáveis. Já Adorno defendia que “os dados recolhidos dos ouvintes não eram, senão aparentemente, dados primários e, sim, determinados pelo sistema de produção comercial das músicas e pela sua reprodução técnica pelo rádio” (CARONE, 2019, p. 24). Para Adorno, em contraponto à pesquisa administrativa, o estudo do rádio deveria ter sido feito nos seguintes termos:

Seria conveniente que a investigação elucidasse, em primeiro lugar, até que ponto tais reações subjetivas dos indivíduos são, na realidade, tão espontâneas e imediatas como dão a entender os sujeitos; até que ponto, por trás daquelas, escondem-se não só os mecanismos de propaganda e a força de sugestão do aparato, senão também as conotações objetivas dos meios e o material com que são confrontados os ouvintes e, por fim, as estruturas sociais mais amplas, até chegar à sociedade como um todo. Mas o simples fato de que eu partisse das conotações objetivas da arte e não das reações estatisticamente mensuráveis dos ouvintes colidiu com os hábitos mentais positivistas que imperavam, praticamente indiscutidos, na ciência norte-americana (ADORNO, 1995, p. 144).

Sobre o contexto dessa época, Carone ainda nos saudou com os artigos *Frankfurt em Nova York: controvérsia sobre o estabelecimento do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Colúmbia* e *Adorno em Nova York*. No primeiro, Carone investigou as negociações que acabaram por resultar na ida do Instituto para a Universidade de Columbia. No segundo, esmiuçou os dados biográficos do período de Adorno em Nova York, de 1938 a 1941. A partir da conjugação desses três artigos, temos um panorama completo do contexto acadêmico, social e biográfico de Adorno em seu exílio.

## A MÚSICA RADIOFÔNICA

Segundo Carone, toda a produção teórica de Adorno sobre a música do rádio estaria baseada em dois grandes pressupostos: o da regressão da audição e o da abordagem do rádio a partir de sua fisionomia, ou seja, a apreensão dos fenômenos de modo a relacionar tanto a dimensão objetiva quanto a subjetiva em uma mesma análise. Em vários momentos do livro, Carone explicita como Adorno compreendia o rádio e suas diferentes expressões como “mediados e mediadores da totalidade social, ou seja, só podem ser compreendidos à luz de uma teoria social” (CARONE, 2019, p. 31). Adorno acreditava que a partir da identificação das principais características do rádio, seria possível analisar a manifestação de uma expressão social intrínseca, na qual o rádio acaba por executar “tendências objetivas de desindividuação na vida musical” (CARONE, 2019, p. 34).

Um elemento que permitia a análise da fisionomia do rádio eram, segundo Adorno, as cartas de fãs recebidas pelas estações, as quais poderiam revelar os efeitos emocionais dos ouvintes em relação aos programas, como um índice da “liberação de tendências inconscientes do indivíduo” (CARONE, 2019, p. 40). Segundo Carone, isso fazia parte de uma concepção bastante influenciada pela Psicanálise,

na qual a fruição e a recepção da música radiofônica acaba funcionando como uma substituta à liberação de energia sexual reprimida, no qual “o reprimido busca satisfação sexual num objeto substituto não erótico (a música)” (CARONE, 2019, p. 40), ou seja, com o objetivo de sanar um desejo.

Outro ponto bastante enfatizado por Adorno nos estudos dessa época é o caráter de “pseudo-atividade” dos ouvintes no ato da recepção musical. Segundo Carone, “a pseudo-atividade é aquela proporcionada pelo rádio que aparentemente concede ao ouvinte a posição de sujeito de sua ação” (CARONE, 2019, p. 42), mas que na realidade, não passa de ilusão. Assim, diante do poder de desligar e ligar o rádio no momento que quisesse, de ouvir a música de forma desatenta ou, até mesmo, de trocar de estações e regular o volume, no ouvinte estaria em operação a reprodução reificada e atomizada das obras escutadas.

No artigo *Adorno e a educação musical pelo rádio*, Carone faz uma análise detida do texto *The analytical study of the NBC Music Appreciation Hour*, escrito por Adorno, também em 1938. O texto se debruçava sobre um programa semanal de apreciação musical da rádio NBC, voltado a crianças e jovens de escolas norte-americanas, e servia como um complemento ao currículo de música. Para a rádio e o público, o programa servia como uma grande ferramenta de popularização da música clássica. Porém, para Adorno, o programa só revelava que, nas palavras de Carone, “a radiofusão, mesmo quando se propõe a colocar no ar programas musicais de caráter puramente educacional, falhava em levar os ouvintes-destinatários a uma relação viva e real com a música” (CARONE, 2019, p. 69). Assim, Adorno revela o que há de dissimulação nos ditos programas educativos que a indústria cultural promove: tais propostas se mantêm na cega obediência aos monopólios comerciais.

Constituindo-se como um dos principais artigos do livro, *A face histórica de On Popular Music* mergulha no artigo mais importante de Adorno em seu período em Nova York, *Sobre a música popular* (1941). Nele, encontramos não só o amadurecimento de questões que vinham sendo desenvolvidas anteriormente, como também preconizações de temas que seriam trabalhados tanto na *Dialética do Esclarecimento* (1944) como em *Filosofia da nova música* (1949). Nesse estudo, Adorno identificou elementos centrais da fisionomia do rádio, que permitiam ao pesquisador compreender a sua verdadeira natureza social. A ilusão de imediatez é um dos elementos estudados pelo autor. Diferentemente de outros meios de entretenimento, o rádio cria uma falsa impressão de que a transmissão é uma fala ao vivo. Segundo Carone, “é como se o aparato do rádio ‘evaporasse’ a si mesmo como mediação” (CARONE, 2019, p. 118). Outro elemento central do rádio seria sua ubiquidade espacial, ou seja, a capacidade de transmitir a sensação de onipresença.

As distâncias geográficas são abolidas durante a transmissão e milhões de pessoas que permanecem separadas tornam-se virtualmente unidas. Assim, “ao perder o seu ‘aqui’, o rádio adquire ‘uma espécie de neutralidade espacial’, o que equivale ‘tornar não-aurática a sua reprodução’” (CARONE, 2019, p. 119).

Porém, a característica mais importante que Carone identificou na interpretação adorniana do rádio é a padronização do material musical, elemento que permite visualizar o efeito do veículo técnico sobre a forma musical. As músicas passam a seguir fórmulas bem delineadas, não deixando espaço para a criação do compositor. Para exemplificar como a padronização funcionava, Carone apontou quais eram as exigências das editoras da época para que as músicas fossem compostas e colocadas em circulação, em uma manufatura altamente organizada. Evidencia-se aqui o caráter sistêmico da indústria cultural do rádio, no qual a própria forma de reprodução musical gera – e é continuamente reforçada – por um tipo de escuta regressiva e atomística.

### AUDIÇÃO REGRESSIVA, ATOMÍSTICA E PASSIVA

No mesmo artigo, Carone tentou responder à questão: “Como é que a música séria reproduzida pelo rádio é escutada pelo ouvinte?” (CARONE, 2019, p. 121). Para tanto, recorreu a um outro artigo de Adorno, *The radio symphony* (1941), no qual o autor se aprofundou sobre os efeitos da reprodução radiofônica na música séria. Segundo Carone, Adorno enxerga que esse tipo de música, “ao ser reproduzida pela tecnologia do rádio, sofre transformações estruturais que acabam incidindo na escuta do ouvinte” (CARONE, 2019, p. 121), impedindo que este tenha uma recepção verdadeira da obra. A escuta atomística é o resultado de todo esse processo regressivo de fruição musical. Operando nessa chave, “o ouvinte de rádio não consegue perceber a estrutura sinfônica ou sua totalidade orgânica” (CARONE, 2019, p. 125); ele está diante de aparelhos que extraem da música o “charme, riqueza e colorido de cada som”, o que o obriga a voltar sua atenção aos detalhes isolados. Tudo converge a uma apreciação musical que se concentra nas “qualidades culinárias” da música, ou seja, em tudo que dá prazer sensual instantâneo e transitório aos ouvintes. Reunindo todos esses elementos (simultaneidade, ubiquidade, padronização e escuta atomística), temos o que Adorno chamou de “apercepção estrutural” da música no rádio.

Aprofundando ainda mais esse tema, Carone nos brinda com o artigo *Sobre o conceito adorniano de regressão da audição nos manuscritos de 1938*, no qual examina detalhadamente a gênese e o desenvolvimento do conceito de regressão da audição e da escuta atomística presente nos artigos de Adorno. É patente que

em relação à fruição estética da música que Adorno tinha como ideal, a escuta via rádio é regressiva, exercendo uma função psicológica retrógrada, na qual a música, ao não exercer nenhum esforço de seus ouvintes, infantilizava-os. O rádio, dessa forma, é um “agenciador da deterioração” da música, embora o próprio material musical também esteja em processo de degradação. Assim, no célebre artigo *O fetichismo na música e a regressão da audição* (1938), Adorno afirma que esse tipo de escuta passiva que o rádio suscita tem como base a apreensão atomística e desconcentrada do material musical. Interpretando Adorno, a autora afirmou que a regressão da audição se evidencia por uma percepção musical que mantém o ouvinte “preso a um estágio em que é incapaz de perceber estruturas melódicas mais complexas e apenas apreciar os atrativos sensoriais, os timbres sonoros e os coloridos musicais, de modo que o comportamento infantil retorna sob a pressão da música massificada” (CARONE, 2019, p. 155).

De certa forma, a cristalização de tais conceitos na obra adorniana se deu em sua crítica ao *jazz*. Foi esse o objeto de discussão do artigo *A obsessão pelo jazz*, no qual Carone dialogou com as inúmeras críticas que Adorno recebeu, principalmente daqueles que viam no autor traços de certo elitismo e preconceito em relação a formas populares de manifestação cultural. Em suma, a autora explicita que é necessário compreender os porquês do seu “não” a esse gênero musical. Para tanto, ela recorreu tanto aos críticos quanto as suas próprias indagações, sempre utilizando os próprios escritos de Adorno como base da construção de seu argumento.

A título de ilustração do caráter de imediatividade e ubiquidade do rádio, Carone em coautoria com a psicóloga Lia Baraúna nos convidam a adentrar em um curioso e frutífero estudo de caso no artigo *O dia das Bruxas de Orson Welles*. Nele, as autoras investigaram a famosa “invasão alienígena” orquestrada pela rede de rádio CBS, na década de 1930, em plena programação noturna de domingo, que causou pânico e alvoroço nas cidades americanas. Ao fim da encenação, tudo se revelou um grande *show* de entretenimento, baseado na obra *A guerra dos mundos* (1898). Para as autoras, o caso é sintomático de como o rádio era capaz de forjar uma nova realidade social, através da simulação de um evento.

## UM CONTRAPONTO: WALTER BENJAMIN

O último artigo do livro, *As experiências radiofônicas de Walter Benjamin na República de Weimar (1929-1933)*, acaba funcionando como conclusão lógica dos temas tratados, ao contrapor as concepções adornianas do rádio à visão de Walter Benjamin. Além disso, o artigo é de suma relevância ao apontar para uma produção em grande parte desconhecida de Benjamin. Tais textos, em forma de



transmissões radiofônicas, tratam de contos infantis e narrativas de catástrofes que Benjamin “utilizou e/ou inventou para atingir e educar um público jovem, na tentativa de ‘refuncionalizar’ o rádio, [...] para explorar as suas potencialidades estéticas e políticas” (CARONE, 2019, p. 186). Assim, vemos como Benjamin se apropriou da técnica do rádio para um fim educativo, a fim de elucidar o público jovem em relação a algumas questões que julgava relevantes. Em alguns desses escritos, Benjamin criou contos que deveriam ser transmitidos pelo rádio de forma dramatizada pelo locutor, a fim de fornecer um “suporte de imagens visuais”. Em suma, a autora identificou em Benjamin uma tendência a “conhecer as potencialidades estéticas e políticas dos meios de reprodução técnica, para que eles sirvam ao esclarecimento das massas e não sejam subjugados pela lógica do mercado capitalista” (CARONE, 2019, p. 189).

Ambos os autores produziram diagnósticos distintos sobre o potencial do rádio. No caso de Adorno, “as críticas são dirigidas, sem dúvida, à indústria cultural da música e à mediação do rádio no processo de total ocupação do espaço cultural pela música comercial” (CARONE, 2019, p. 190-191). Já em Benjamin, embora houvesse o reconhecimento do caráter mercadológico dos bens culturais veiculados pelos meios técnicos, isso não anulava as possibilidades de estes serem utilizados de forma a subverter não só seu conteúdo, mas sua função social.

### **SOB O PRISMA DA ATUALIDADE: ADORNO E AS INDÚSTRIAS CULTURAIS**

Segundo Carone, foi por meio de suas análises sobre a música radiofônica que Adorno nos forneceu os “melhores exemplos ou modelos de crítica da indústria cultural” (CARONE, 2019, p. 29). Mas, se tais estudos conseguiram diagnosticar tão bem tais tendências regressivas da audição e do *status* da música na sociedade daquela época, como nos portarmos em relação à sua atualidade? Carone reconhece que o rádio não ocupa mais o papel de antes, mas que tais estudos de Adorno “parecem gozar de um caráter extemporâneo, como se retratassem não apenas os anos 1930, mas também as décadas seguintes, até os dias atuais” (CARONE, 2019, p. 29). O próprio Adorno, quando fez um balanço de suas atividades acadêmicas durante o exílio norte-americano, se referiu a um sentimento que hoje está mais forte do que nunca:

“Não podemos evitar a pergunta (se não nos encerramos em elites) de se não terá envelhecido o conceito de cultura no qual crescemos, se – de acordo com a tendência geral – o que hoje ocorre com a cultura não será a resposta ao seu próprio

fracasso, à culpa que adquiriu por haver-se encapsulado como esfera especial do espírito, sem realizar-se na organização da sociedade” (ADORNO, 1995, p. 176).

No artigo *Indústria cultural e indústrias culturais: alguns apontamentos*, tais questões a respeito da atualidade e vigência do pensamento adorniano para o mundo contemporâneo são trabalhadas de forma exaustiva. Segundo Carone, é largamente possível ampliar as conclusões de Adorno sobre o rádio a outros meios de comunicação e entretenimento de massas, como a televisão e a *internet*, se perguntando como cada um deles nos afetam de forma distinta. Em suma, o conceito deve ser confrontado com seu objeto no mundo presente.

Para a autora, se o estudo da indústria cultural se mantiver enclausurado em um debate meramente teórico podemos acabar caindo em uma postura de condenação em bloco de toda produção cultural, sem encontrar evidências de obras, filmes e outras produções que ainda possuam “conteúdo de verdade”. Nesse sentido, a tarefa é encontrar dentre os objetos da indústria cultural algumas margens de autonomia, ou seja, nos debruçarmos sobre os objetos da indústria cultural da contemporaneidade e diagnosticarmos em que medida eles nos permitem entrever um beco que *tenha* saída. É por meio desse labirinto de vielas estreitas, porém virtuosas, que Carone nos convida ao estudo de um dos períodos mais férteis e produtivos de um dos principais filósofos, sociólogos e críticos culturais de nossa era.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. “Experiências científicas nos Estados Unidos”. In: *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 137-178.
- . *Current of Music: Elements of a Radio Theory*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- CARONE, Iray. *Adorno em Nova York: Os estudos de Princeton sobre a música no rádio (1938-1941)*. São Paulo: Alameda, 2019.

---

Recebido: 02/10/2019 | Aprovado: 17/02/2020

## Recombinando Estado e mercado: as curiosas origens desenvolvimentistas do neoliberalismo

*Sorting out the Market and the State: the curious developmentalist origins of neoliberalism*

Thor Saad Ribeiro<sup>a</sup>

**Resenha de:** OFFNER, Amy C. *Sorting Out the Mixed Economy: The Rise and Fall of Welfare and Developmental States in the Americas*. Princeton: Princeton University Press, 2019, 400 p.

Nos últimos anos, uma boa safra de escritos sobre o neoliberalismo tem explorado diferentes aspectos deste fenômeno. Slobodian (2018) e McLean (2017) analisam figuras e instituições chave na formação histórica do neoliberalismo, destacando sua concepção em Viena, Chicago, Santiago, Virgínia e Mont-Pèlerin. Stiglitz (2019) e Piketty (2020) exploram as dimensões econômicas na operação do fundamentalismo de mercado ou “proprietarianismo”. Já Dardot e Laval (2016) têm a ambição de encontrar no neoliberalismo uma nova lógica do mundo, permeando a sociabilidade e subjetividade no capitalismo tardio.

Frente a essas análises, Amy Offner (2019) aporta uma perspectiva original em sua obra *Sorting Out the Mixed Economy: the Rise and Fall of Welfare and Developmental States in the Americas*. Longe de ser um diagnóstico sistêmico, trata-se de um estudo de caso (ainda que um caso de proporções continentais). O período em estudo corresponde ao pós Segunda Guerra, auge dos Estados desenvolvimentistas e welfaristas. As personalidades e instituições que movem o enredo nada tem a ver com os Chicago Boys ou liberais radicais. Ou seja, ao contrário das outras obras citadas, Offner (2019) pretende mostrar a emergência da governança neoliberal não como um plano de cabalas de empresários e acadêmicos, mas sim a partir de pessoas e dinâmicas visceralmente ligadas aos projetos estatais de transformação social e combate à pobreza.

Há também originalidade em resgatar as influências recíprocas entre os acontecimentos nos Estados Unidos e Colômbia, o que talvez cause estranhamento em quem está acostumado a pensar em termos excessivamente binários

---

<sup>a</sup> Mestrando no PPGS-USP.  
E-mail: [thors.ribeiro@gmail.com](mailto:thors.ribeiro@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0427-7309>

como centro/periferia, Estado de bem estar social/Estado desenvolvimentista, acumulação capitalista/acumulação primitiva. Na prática, pessoas, instituições e ideias circularam e se influenciaram no continente de maneiras muitas vezes imprevistas e idiossincráticas.

É graças a um trabalho granular e denso de pesquisa histórica que Offner (2019) consegue apresentar um mapa dessas influências, que estariam ocultas nas narrativas comumente disseminadas. Isso porque muitos daqueles que acabaram por defender as políticas de ajuste fiscal, diminuição do Estado e estancamento de redistribuição nos EUA e Colômbia passaram a apagar de suas biografias seus tempos de entusiastas da atuação do Estado para a melhoria das sociedades. Ironicamente, os críticos do neoliberalismo abraçaram uma narrativa similar. Com o ímpeto de denunciar o sistema econômico e defender as vítimas de sua espoliação, pintaram um negativo daquela narrativa, onde as nuances e ambivalências do período ficaram em segundo plano.

Tomemos como exemplo David Lilienthal, principal personagem na narrativa da autora. *New dealer* puro sangue, participou de todo o governo Roosevelt, tendo comandado uma de suas iniciativas mais icônicas, o *Tennessee Valley Authority* - TVA. Sua experiência neste cargo o levou a confrontar inicialmente um dos dilemas mais centrais da expansão estatal vertiginosa do período: como conciliar o espírito democrático com a presença de um Estado centralizado que se propõe a interferir e transformar profundamente economia, sociedade e geografia? Nos anos 1940, sua resposta foi que essa conciliação era possível por meio de uma descentralização administrativa e uma gestão responsiva e voltada ao diálogo, ou seja, era possível modernizar uma região e uma população, sem apelar para o autoritarismo fascista.

Já em um segundo momento, Lilienthal, perseguido pelo macartismo e seduzido pelo mundo da lucrativa consultoria internacional, recomendaria remédio bastante diferente para as autoridades colombianas. Seu projeto para o Vale do Cauca, ostensivamente inspirado no TVA, era a criação de uma autoridade similar, que se plasmou na *Corporación de Valle del Cauca* - CVC. A descentralização administrativa foi copiada, mas em moldes bastante diferentes de sua teoria para a TVA. A CVC foi instituída de maneira a ser responsiva somente a tecnocratas, escolhidos pela elite agrária local. Não por acaso, entre as décadas de 1960 e 1980, a CVC daria um impulso excepcional à reforma agrária. Incipiente no resto da Colômbia, no Vale do Cauca a reforma foi conduzida de forma intensa, mas com orientação absolutamente distinta dos objetivos proclamados na legislação nacional: ali ela foi um instrumento para abolição do minifúndio, expulsão de pequenos produtores e concentração fundiária.

Se não há um único padrão pelo qual as Américas do Norte e do Sul se influenciaram, este mostrado é o que apresenta uma trajetória mais espelhada. O caso do *New Deal* era lido no Sul não como um caso de forte redistribuição de riqueza e poder, mas sim como um mero avanço produtivo em marcha rápida. Ele foi reelaborado, despido de suas pretensões igualitaristas, tanto pelos responsáveis pela guinada à direita pós Roosevelt nos EUA, como pelas elites latino-americanas ciosas de seus privilégios, que passaram incólumes pela depressão econômica e pela guerra. Transmutado em modernização conservadora (com as eventuais rebeldias excessivas eliminadas pelo Departamento de Estado ou pelos *marines*), o Estado Desenvolvimentista criou então formas de atuação insuladas das demandas amplas da sociedade, mas que se mostraram altamente lucrativas para certas empresas que passaram a atuar em áreas antes consideradas domínio público. Com o retorno eventual de técnicos de desenvolvimento aos EUA, essas formas de provisão de serviços públicos mista e parasítica também passaram a ocorrer ali, em especial nos guetos e territórios coloniais. Uma das origens da “qualidade parasítica do capitalismo do fim do século XX” (OFFNER, 2019. p. 278).

Esse é o padrão que se repete nas políticas agrária, industrial, energética e habitacional, descritas pela autora. Entretanto, diferentes políticas tiveram modelos diversos, por conta dos atores envolvidos e suas influências singulares. É o que ilustram as origens curiosas da política habitacional do mutirão (*self-help housing*). Iniciada por quakers comunitaristas no início do *New Deal*, essa forma de construção foi considerada obsoleta e bloqueada em território americano, exceto no território de Porto Rico. Considerada ideal para os países do Sul, com menor capacidade estatal e recursos, tornou-se na Colômbia um instrumento para se criar uma “classe média responsável”, uma maneira barata de transformar possíveis rebeldes em proprietários. O mutirão então retornou aos EUA como modelo para a produção de moradia para os imigrantes chicanos da agricultura na Califórnia. Por fim, já nos anos 1980, tornou-se forma de provisão habitacional precária no contexto de retração do Estado.

Resgatar esse quadro histórico complexo embaralha noções tradicionais, mas também abre novos horizontes para o pensamento e ação. Economias mistas são imprescindíveis para sociedades complexas e interdependentes, fato óbvio desde pelo menos os anos 1930. O que Offner (2019) mostra de forma contundente é que elas podem ser organizadas de formas bastante distintas. Recorro aqui a uma metáfora visual, ainda que com isso simplifique excessivamente o rico esquema teórico da autora: em um dos extremos do espectro, pode-se ocultar o papel de coordenação do Estado, ignorar a necessidade de controles democráticos e responsividade

das instituições, abrindo espaço para as formas parasíticas dos empresários que aprendem a falar “desenvovimentês”. Num outro extremo, é possível pensar uma maneira de recombinaar a economia mista de maneira a enfatizar as formas de controle democrático e redistribuição da riqueza social.

Offner (2019) não explicita como essa reversão pode ser efetuada. Mas os circuitos históricos, e operações materiais e ideológicos, transformações da economia mista que ela desvela, são fundamentais para mostrar que os atuais arranjos da economia mista nada têm de inevitável. Pelo contrário, entre narrativas triunfalistas e trágicas, há uma enorme gama de possibilidades de recombinaar as partes que formam as economias mistas. Nosso “mundo contém as sementes de muitos futuros” (OFFNER, 2019, p. 289), conclui a autora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- MCLEAN, Nancy. *Democracy in Chains: The Deep History of the Radical Right's Stealth Plan for America*. Nova Iorque: Viking, 2017
- OFFNER, Amy C. *Sorting Out the Mixed Economy: The Rise and Fall of Welfare and Developmental States in the Americas*. Princeton: Princeton University Press, 2019, 400 p.
- PIKETTY, Thomas. *Capital and Ideology*. Cambridge (EUA): Belknap Press of Harvard University Press, 2020.
- SLOBODIAN, Quinn. *Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism*. Cambridge (EUA): Harvard University Press, 2018.
- STIGLITZ, Joseph. *People, Power, and Profits: Progressive Capitalism for an Age of Discontent*. Nova Iorque: J. W. W. Norton & Company, 2019.